



E-BOOK

EXAME CFC

300 QUESTÕES INÉDITAS

MODELO FGV

APRESENTAÇÃO

Olá, futuro Contador!

É com imensa satisfação que apresentamos o e-book de 300 Questões Inéditas para o Exame CFC!

Como, ao longo de sua preparação, é fundamental que vocês resolvam diversas questões de concursos passados, sabemos que este material será de grande utilidade. Nosso objetivo é proporcionar mais uma valiosa ferramenta de estudo para deixá-los mais perto de sua aprovação.

Estamos com você nesta jornada rumo ao seu registro profissional!

Sucesso nos estudos!

Faça parte do grupo de estudos do Estratégia CFC no WhatsApp! 🧠

Use o QRCode abaixo e entre agora mesmo no grupo do CFC.



CONTABILIDADE GERAL

1. A sociedade CAFECOMCONTABILIDADE apresentava os seguintes saldos em 31/12/2022:
- Caixa e equivalente de caixa: R\$ 30.000.
 - Empréstimo a diretor com recebimento em 60 dias: R\$ 15.000.
 - Receita de vendas recebida antecipadamente com prazo de realização de 370 dias: 33.000.
 - Estoques previstos para serem vendidos em 120 dias: 24.000,00.
 - Clientes, com recebimento em 180 dias: 36.000,00.
 - Crédito Fiscal: 1.000,00
 - Aluguel pago antecipadamente, com apropriação linear e mensal por 24 meses: R\$ 28.800.
 - Terreno destinado à valorização: R\$ 60.000.
 - Perdas estimadas com teste de recuperabilidade do terreno: R\$ 6.000.
 - Perdas estimadas com desvalorização de estoques: R\$ 2.400.
 - Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa: R\$ 1.800.

Com base nos saldos acima, assinale a opção que indica o ativo não circulante da sociedade em 31/12/2022.

- A) R\$ 69.800,00
- B) R\$ 70.800,00
- C) R\$ 83.400,00
- D) R\$ 84.400,00

Comentários:

O ativo não circulante é composto de: realizável a longo prazo, investimento, imobilizado e intangível.

Vamos ao cálculo:

15.000 empréstimo a diretor (mesmo se fosse para receber 1 dia depois)

1.000 crédito fiscal

14.400 meses 13 a 24 do aluguel antecipado

60.000 terreno (propriedade para investimento)

- 6.000 perda estimada decorrente do *impairment*

84.400 Total do ANC

Gabarito: D

2. A Sociedade Empresária MAVIFOR apresentou a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/22:

Receita de Vendas	200.000	
CMV	-120.000	
Lucro Bruto	80.000	
Despesas Operacionais		
Salários	-27.000	
Aluguel	-14.400	
Amortização	-16.000	
Resultado Positivo na Equivalência Patrimonial	3.000	
Perdas Estimadas com Devedores Duvidosos		-4.000
LAIR	21.600	
IR e CS	-7.344	
Lucro Líquido	14.256	

Nenhuma despesa foi paga em 2022.

Assinale a opção que indica o Lucro Ajustado da sociedade MAVIFOR na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto:

- A) R\$ 29.256,00
- B) R\$ 30.256,00
- C) R\$ 31.256,00
- D) R\$ 33.256,00

Comentários:

Temos que conhecer a fórmula do Fluxo das Operações no método indireto. FGV cobra bastante. No caso, está sendo solicitado apenas o lucro ajustado (primeira parte da fórmula).

LLE	14.256
Amortização	+16.000
Receita MEP	- 3.000
Perdas Estimadas	+ 4.000
Lucro Ajustado	31.256

Gabarito: C

3. Assinale o item que, na Demonstração do Resultado do Exercício, não aparece como deduções das vendas:

- A) ICMS substituição tributária.
- B) Cofins sobre o faturamento.
- C) Ajuste a valor presente sobre vendas.
- D) Desconto comercial concedido.

Comentários:

Temos que conhecer a estrutura da DRE na íntegra, principalmente até o lucro bruto, que é um item muito solicitado.

Faturamento Bruto

- IPI

- ICMS Substituição Tributária

= Receita Bruta de Vendas

- Devolução de Vendas/Vendas Anuladas

- Desconto Incondicional Concedido

- Tributos sobre Vendas (ICMS, PIS, COFINS, ISS)

- Abatimentos sobre Vendas

- Ajuste a Valor Presente sobre Vendas

= Receita Líquida de Vendas

- CMV, CPV, CSP

= Lucro Bruto

Veja que o ICMS Substituição Tributária não faz parte das deduções das vendas.

Gabarito: A

4. A Companhia MAVIFOR adquiriu para revenda mercadorias no valor de R\$ 5.000,00 no dia 08 de janeiro de 2023. Os impostos recuperáveis sobre a compra perfazem o total de R\$ 900,00. Sobre essa compra, a Companhia MAVIFOR também pagou frete de R\$ 100,00 com impostos recuperáveis de R\$ 20,00 e seguros no valor de R\$ 25,00.

A empresa vendeu 40% das mercadorias adquiridas no período por R\$ 3.000,00.

Na venda, foi dado um desconto de 10% em função do volume.

Houve, ainda, a incidência de 18% de tributos sobre a venda.

É correto afirmar que o valor do Resultado Operacional Bruto foi de:

- A) lucro de R\$ 478,00
- B) lucro de R\$ 214,00
- C) lucro de R\$ 778,00
- D) lucro de R\$ 532,00

Comentários:

Acabamos de acompanhar os itens que são levados em consideração para se chegar ao lucro bruto (sinônimo de resultado operacional bruto). Nesta questão, o ponto de partida é identificar o valor que irá para o estoque:

5.000 valor de aquisição

- 900 tributos recuperáveis sobre a compra

+100 frete sobre compra

- 20 tributo recuperável sobre o frete

+ 25 seguro sobre compra

4.205 valor que irá para o estoque

Vamos ao cálculo do resultado com mercadorias:

Receita de Vendas 3.000

- Desconto Incondicional Concedido (300)

. Tanto o ativo como o passivo aumentaram em 950,00. A conta encargos a transcorrer é retificadora do passivo.

Somente com o passar do tempo haverá a transferência de 'encargos a transcorrer' para despesa.

Gabarito: D

5. Sobre os Ativos Contingentes, marque a alternativa correta:

- A) são reconhecidos apenas quando é provável a entrada de benefícios econômicos.
- B) surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade.
- C) quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado é um ativo contingente que passa a ter o seu reconhecimento como adequado.
- D) O ativo contingente é divulgado quando for possível a entrada de benefícios econômicos.

Comentários:

Molezinha. Fiquem espertos que o CPC 25 está entre os mais cobrados no Exame CFC. Vamos analisar cada assertiva.

- a) Errada. CPC 25, item 31. A entidade NÃO reconhece um ativo contingente.
- b) Correta. CPC 25, item 32.
- c) Errada. Quando a realização de um ganho é praticamente certa, não há que se falar em ativo contingente. Lembrando: ativo contingente é quando o ganho é provável.
- d) Errada. CPC 25, item 34. O ativo contingente é divulgado quando for PROVÁVEL a entrada de benefícios econômicos.

Gabarito: B**6. Se a entidade tiver a expectativa, e tiver poder discricionário, para refinaranciar ou substituir (roll over) uma obrigação por pelo menos doze meses após a data do balanço segundo dispositivo contratual do empréstimo existente, deve:**

- A) classificar a obrigação como não circulante, mesmo que de outra forma fosse devida dentro de período mais curto.
- B) classificar a obrigação como circulante, mesmo que de outra forma fosse devida dentro de período mais curto.
- C) classificar a obrigação como não circulante, exceto se de outra forma for devida dentro de período mais curto.
- D) classificar a obrigação como circulante, exceto se de outra forma for devida dentro de período mais curto.

Comentários:

CPC 26, item 73. Lembrem que a essência sempre prevalece sobre a forma: se você pode jogar a seu bel-prazer uma dívida para o longo prazo, isso significa que essa dívida ficará no não circulante.

Gabarito: A

7. Sobre o CPC 09, que trata da Demonstração do Valor Adicionado, marque a alternativa incorreta.

- A) A reavaliação de ativos e a avaliação de ativos ao seu valor justo provocam alterações na estrutura patrimonial da empresa e, por isso, normalmente requerem o registro contábil dos seus efeitos tributários.
- B) No momento da realização da reavaliação ou da avaliação ao valor justo, deve-se incluir esse valor como “outras receitas” na DVA, bem como se reconhecem os respectivos tributos na linha própria de impostos, taxas e contribuições.
- C) A substituição tributária regressiva ocorre com a antecipação do pagamento do tributo que só será devido na operação seguinte. Do ponto de vista do substituto tributário (normalmente fabricante ou importador), deve-se incluir o valor do “imposto antecipado” no faturamento bruto e depois apresentá-lo como dedução desse faturamento para se chegar à receita bruta.
- D) A construção de ativos dentro da própria empresa para seu próprio uso é procedimento comum. Para elaboração da DVA, essa construção equivale a produção vendida para a própria empresa, e por isso seu valor contábil integral precisa ser considerado como receita.

Comentários:

Coloquem o CPC 09 na sua mente. As questões teóricas sobre essa demonstração costumam ser tranquilas. O mais chatinho que pode aparecer é justamente o que foi cobrado nesta questão. Vamos às assertivas.

Verdade. CPC 09, item 16.

Verdade. CPC 09, item 17.

Falso. CPC 09, item 26. Na realidade, é a substituição tributária PROGRESSIVA que ocorre com a antecipação do pagamento do tributo que só será devido na operação seguinte

Verdade. CPC 09, item 19.

Gabarito: C

8. A Cia. MAVIFOR adquiriu, em 31/12/2022, um equipamento por R\$ 420.000,00, para pagamento em 2 anos. Se tivesse efetuado o pagamento à vista o valor teria sido R\$ 400.000,00.

Na data da aquisição, a Cia. estimou a vida útil do equipamento em 10 anos e o valor residual em R\$ 15.000,00.

Em 1/1/2024, a empresa reavaliou a vida útil do equipamento e determinou que a vida útil remanescente era 5 anos e o valor residual era R\$ 15.000,00.

Sabendo-se que o equipamento foi depreciado pelo método da soma dos algarismos, seu valor contábil evidenciado no Balanço Patrimonial da Cia. MAVIFOR, em 31/12/2024, foi, em reais,

- A) 210.000,00.
- B) 225.000,00.
- C) 230.000,00.
- D) 245.000,00.

Comentários:

Equipamentos	400.000 (depreciável de 385.000)
(-) Depreciação de 2023	(70.000)*
Valor Contábil	330.000 (depreciável de 315.000)
(-) Depreciação de 2024	(105.000)**
Valor Contábil em 31.12.24	225.000

Quando o examinador falar em método da soma dos dígitos (sinônimos: soma dos algarismos ou método de cole) o primeiro passo é somar os algarismos que compõem a vida útil. Como assim, professor?

Se, por exemplo, a vida útil for de dois anos, somamos: $1 + 2 = 3$

Se a vida útil for de 3 anos: $1 + 2 + 3 = 6$

Se for de 5 anos: $1 + 2 + 3 + 4 + 5 = 15$

Se for de 10 anos: $1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6 + 7 + 8 + 9 + 10 = 55$

Sim, e o que mais, professor?

Bem, o método da soma dos dígitos pode ser na forma decrescente ou crescente. Quando a questão não for específica, usamos a forma decrescente. Nessa forma, o cálculo da depreciação será:

Considerando uma vida útil de 2 anos:

1º ano: $2/3$ x valor depreciável

2º ano: $1/3$ x valor depreciável

Considerando uma vida útil de 3 anos:

1º ano: $3/6$ x valor depreciável

2º ano: $2/6$ x valor depreciável

3º ano: $1/6$ x valor depreciável

Considerando uma vida útil de 5 anos:

1º ano: $5/15$ x valor depreciável

2º ano: $4/15$ x valor depreciável

3º ano: $3/15$ x valor depreciável

4º ano: $2/15$ x valor depreciável

5º ano: $1/15$ x valor depreciável

Considerando uma vida útil de 10 anos:

1º ano: $10/55$ x valor depreciável

2º ano: $9/55$ x valor depreciável

3º ano: $8/55$ x valor depreciável

4º ano: $7/55$ x valor depreciável

5º ano: $6/55$ x valor depreciável

6º ano: $5/55$ x valor depreciável

7º ano: $4/55$ x valor depreciável

8º ano: $3/55$ x valor depreciável

9º ano: $2/55$ x valor depreciável

10º ano: $1/55$ x valor depreciável

*Vamos ao cálculo da depreciação de 2023:

385.000 (valor depreciável) x $10/55 = 70.000$

Atenção: nesse ponto, houve uma reavaliação (reestimativa) da vida útil do bem. Nesse caso, o cálculo a partir daqui (aplicação prospectiva) será alterado, pois a situação mudou. O importante é termos em mente que o valor contábil do momento da reavaliação/reestimativa funcionará como se fosse um novo valor de aquisição. Vida nova, vamos olhar para frente, sem se preocupar em consertar o passado (mudança de estimativa não é caso de aplicação retrospectiva).

**Cálculo da depreciação de 2024:

385.000 (valor depreciável) x $5/15 = 105.000$

Gabarito: B

9. A companhia MAVIFOR possuía um imóvel registrado no imobilizado com valor contábil, em 31/12/22, de R\$ 100.000,00. Referido imóvel havia sido reavaliado, razão pela qual a empresa tinha um saldo em reserva de reavaliação de R\$ 5.000,00. Em 01/01/23, a companhia tira o imóvel de uso e destina para valorização de capital, passando a mensurá-lo pelo valor justo que, na ocasião, era de R\$ 93.000,00. O registro contábil da mudança de uso para valorização:

- A) não afetará o valor do PL
- B) diminuirá o resultado em R\$ 7.000,00
- C) diminuirá o PL em R\$ 7.000,00
- D) diminuirá o resultado em R\$ 5.000,00

Comentários:

Atenção, Ilustres: mudança de imóvel de estoques ou imobilizado para propriedade para investimento. Quando ocorre essa mudança e saímos do valor contábil (estoque/imobilizado) para o valor justo (propriedade para investimento), se houver diminuição no valor, essa diminuição, como regra, afetará o resultado (despesa). Na questão, no entanto, devemos atentar para a existência de uma reserva de reavaliação. Nesse caso, antes do registro de uma despesa, devemos zerar o saldo da reserva de reavaliação. Segue lançamento da transferência do imóvel do imobilizado para Propriedade para Investimento.

D- Propriedade para Investimento----93

D- Reserva de Reavaliação----- 5

D- Despesa----- 2

C- Imobilizado-----100

Veja que o resultado diminuirá 2. Já o PL diminuirá no montante de 7.

Gabarito: C

10. Uma sociedade empresária iniciou o ano de X0 com folha de pagamento de R\$ 60.000. Em fevereiro de X0, a sociedade empresária aumentou o salário de seus empregados em 10%, de modo que a folha de pagamento passou a ser de R\$ 66.000. Assinale a opção que indica o valor contabilizado como “Despesa com 13º salário”, nos meses de janeiro, fevereiro e março de X0.

- A) R\$ 5.000; R\$ 5.500; R\$ 5.500
- B) R\$ 5.000; R\$ 6.000; R\$ 5.500
- C) R\$ 5.500; R\$ 5.500; R\$ 6.000
- D) R\$ 5.500; R\$ 5.500; R\$ 5.500

Comentários:

Mensalmente a empresa tem que reconhecer 1/12 da folha de pagamento a título de despesa com 13º salário. Sendo assim, em janeiro a empresa reconhece uma despesa de 5.000 ($60.000/12$).

Em fevereiro, ocorre um aumento de 10%. A partir daí a folha vai para 66.000 e o reconhecimento mensal da despesa com 13º salário vai para 5.500 ($66.000/12$). Acontece que, em fevereiro, mês do aumento, devemos ajustar o resultado, de modo a reconhecer o aumento mensal de 500 desde janeiro (vejam bem, por conta do regime de competência, esses 500 de janeiro irão ficar em fevereiro, que foi o mês do aumento). Sendo assim, em fevereiro teremos uma despesa com 13º de 6.000 ($5.500 + 500$).

A partir de março, tudo tranquilo: 5.500 por mês.

Gabarito: B

11. Suponha-se que uma entidade assine contrato com um cliente para entregar os produtos A, B e C por um valor total de R\$ 300. Sabe-se que se um cliente comprasse esses produtos (A, B e C) isoladamente, pagaria um total de R\$ 340, dado que os preços isolados desses produtos são de R\$ 102, R\$ 170 e R\$ 68, respectivamente.

No que diz respeito ao Produto C, a alocação do preço do contrato total nas obrigações individuais será de:

- A) R\$ 60,00
- B) R\$ 68,00
- C) R\$ 90,00
- D) R\$ 102,00

Comentários:

Esta questão trata do item 76 do CPC 47:

“76. Para alocar o preço da transação a cada obrigação de performance com base no preço de venda individual, a entidade deve determinar o preço de venda individual no início do contrato do bem ou serviço distinto subjacente a cada obrigação de performance no contrato e deve alocar o preço da transação proporcionalmente a esses preços de venda individuais.”

Resolvendo a questão:

Produto A: 30% (102/340) de 300,00 = 90,00

Produto B: 50% (170/340) de 300,00 = 150,00

Produto C: 20% (68/340) de 300,00 = 60,00

Gabarito: A

12. A empresa É LENHA adquiriu a prazo mercadorias para a revenda por R\$ 2.500,00 para pagar em 3 meses (taxa de juros efetiva de 20% total do período e considerada material para a empresa).

Em seguida, a empresa e o fornecedor realizaram um acordo com uma instituição financeira – operação de forfait, também chamada de risco sacado.

Considerando as informações apresentadas, a contabilização inicial na empresa É LENHA será na conta:

- A) Fornecedores, no valor de R\$ 2.500,00.
- B) Fornecedores, no valor de R\$ 2.083,33.
- C) Empréstimos, no valor de R\$ 2.500,00.
- D) Empréstimos, no valor de R\$ 2.083,33.

Comentários:

Começamos nosso simulado final para o CFC com um assunto que já foi cobrado duas vezes pela FGV: risco sacado. Na operação de risco sacado, há uma triangulação entre uma empresa que compra querendo pagar só depois, um fornecedor que vende querendo receber no ato e uma instituição financeira disposta a financiar a operação.

Funciona assim: a empresa É LENHA irá comprar do Fornecedor para pagar a prazo. Como o Fornecedor quer receber à vista, a empresa É LENHA entra em contato com uma instituição financeira, a qual irá antecipar o valor à vista para o Fornecedor. A partir daí, a empresa É LENHA passará a dever ao banco.

Lançamento inicial:

D- Mercadorias ----- 2.083,33

C- Fornecedores----- 2.083,33

A empresa É LENHA registrará nos estoques o preço à vista (tem que fazer o ajuste a valor presente, ou seja, dividir 2.500 por 1,2), e é esse valor à vista que será financiado junto ao banco, pois será esse o montante que a instituição financeira irá repassar ao fornecedor. O lançamento subsequente será transformar a dívida junto ao fornecedor em dívida junto ao banco:

D- Fornecedores----- 2.083,33

C- Empréstimos----- 2.083,33

Claro, teremos também, com o passar do tempo, o registro dos encargos financeiros.

Alternativa B.

Gabarito: B

13. Ao elaborar a folha de pagamento relativa ao mês de março, a empresa MAVIFOR computou os seguintes elementos e valores:

Salários e ordenados	R\$ 6.300,00
Horas-extras	R\$ 350,00
Salário-família	R\$ 8,00
Salário-maternidade	R\$ 150,00
INSS contribuição Segurados	R\$ 480,00
INSS contribuição Patronal	R\$ 903,00
FGTS	R\$ 532,00

Considerando todas essas informações, desconsiderando qualquer outra forma de tributação, pode-se dizer que o valor da contribuição previdenciária que será recolhida pela empresa será de

- A) R\$ 903,00.
- B) R\$ 1.383,00.
- C) R\$ 1.915,00.
- D) R\$ 1.225,00.

Comentários:

Folha de pagamento é assunto corriqueiro em provas do Exame de Suficiência. Bom ficar de olho. Em uma folha de pagamento, é central entendermos o que é despesa da empresa, o que é despesa do empregado e o que é ônus do Governo.

Trabalhando os itens apresentados, temos a seguinte situação:

Despesa da Empresa	Despesa do Empregado	Ônus do Governo
Salários e Ordenados	INSS Segurados	Salário-família
Horas Extras	IRRF	Salário-maternidade
INSS Patronal	Vale-transporte parte empregado	
FGTS		
Vale-transporte parte patronal		

O Salário-família e o salário-maternidade são bancados pelo Governo, mas ele usa a empresa para efetuar o pagamento.

Funciona assim: a empresa paga tais benefícios aos empregados, mas desconta referidos valores do montante que será recolhido a título de contribuição previdenciária.

Eis o cálculo do INSS a recolher: $480 + 903 - 8 - 150 = 1.225$.

Alternativa D

Gabarito: D

14. A empresa MAVIFOR possui um equipamento, cujo valor contábil está demonstrado a seguir:

- Valor de aquisição..... R\$ 400.000,00
- (-) Depr. Acumulada(R\$ 205.000,00)
- (=) Valor contábil..... R\$ 195.000,00

Procedendo-se ao teste de recuperabilidade do valor desses equipamentos (*impairment test*), foram obtidas as seguintes estimativas:

- Valor em Uso..... R\$ 193.500,00
- Valor Justo.....R\$ 194.500,00

Em consequência, a companhia deverá registrar uma perda de ativos no valor, em R\$, de

- A) 500,00.
- B) 0,00.
- C) 2.000,00.
- D) 1.500,00.

Comentários:

A perda decorrente do teste de recuperabilidade é reconhecida quando o valor recuperável de um ativo é inferior ao valor contábil. Então, trata-se de um “jogo” onde comparamos o valor contábil de um item com o valor recuperável desse item em uma mesma data. Lembrando, o valor recuperável é o maior dentre:

- A) valor justo menos as despesas estimadas com sua venda;
- B) valor de uso (fluxo de caixa descontado).

No caso, temos como valor recuperável o montante de R\$ 194.500 (valor justo), pois ele é maior que o valor de uso (R\$ 193.500,00).

Comparando, então, o valor recuperável com o valor contábil, que é R\$ 195.000,00, constatamos que o recuperável está menor no montante de R\$ 500,00.

Eis o registro:

- C) Despesa com desvalorização de ativo-----500
- D) Perda Estimada com desvalorização de ativo-----500

Gabarito: A

15. A empresa MAVIFOR S.A. apresentou, em 31 de dezembro de 2019, o total do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 100.000,00. Durante o ano de 2020, a empresa apresentou as seguintes movimentações no seu Patrimônio Líquido:

- Integralização de capital em dinheiroR\$ 10.000,00
- Aumento de capital com reservasR\$ 2.000,00
- Lucro Líquido do PeríodoR\$ 40.000,00
- Constituição de reserva legalR\$ 2.000,00
- Reversão de reserva para contingênciaR\$ 500,00
- Destinação do lucro para dividendos obrigatóriosR\$ 20.000,00
- Registro de dividendos adicionais propostosR\$ 16.500,00
- Aquisição de ações em tesourariaR\$ 5.000,00

O total do Patrimônio Líquido da empresa MAVIFOR S..A. em 31 de dezembro de 2020 foi de:

- A) R\$ 125.000,00.
- B) R\$ 135.000,00.
- C) R\$ 120.000,00.
- D) R\$ 130.000,00.

Comentários:

Questão clássica sobre identificação de fatos que alteram o valor do PL.

Temos que ficar espertos com os eventos que alteram o PL apenas qualitativamente, ou seja, não afetam seu valor total:

- Aumento de capital com reservas
- Constituição de reservas de lucros
- Reversão de reservas de lucros
- Dividendos adicionais propostos

Os itens que afetam o valor do PL que mais aparecem são:

a) Aumentando o PL

- Lucro líquido do exercício
- Aumento de capital em bens e direitos
- Ajuste de avaliação patrimonial credor
- Venda de ações em tesouraria

b) Diminuindo o PL

- Prejuízo do exercício
- Distribuição de dividendos obrigatórios
- Compra de ações em tesouraria
- Ajuste de avaliação patrimonial devedor

Resolvendo a questão, temos a seguinte movimentação no valor do PL:

Saldo inicial:	100.000,00
+ Integralização de capital em \$:	10.000,00
+ Lucro:	40.000,00
- Dividendos Obrigatórios:	(20.000,00)
- Compra Ações em Tesouraria:	(5.000,00)
Saldo final do PL:	125.000,00

Gabarito: A

16. A partir do que dispõe a NBC TG 26 (R5), que trata da apresentação das demonstrações contábeis, marque V para verdadeiro ou F para falso de acordo com as disposições da referida norma.

() O passivo é classificado como não circulante se o credor tiver concordado, até a data do balanço, em proporcionar uma dilação de prazo a terminar pelo menos doze meses após a data do balanço, dentro do qual a entidade pode retificar a quebra de *covenant* contratual (reenquadramento nos índices de endividamento e cobertura de juros, por exemplo,) e durante o qual o credor não pode exigir a liquidação imediata do passivo em questão.

() A entidade deve apresentar análise das despesas utilizando uma classificação baseada na sua natureza, se permitida legalmente, ou na sua função dentro da entidade, devendo eleger o critério que proporcionar informação confiável e mais relevante, obedecidas as determinações legais.

() As notas explicativas que proporcionam informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e as políticas contábeis específicas podem ser apresentadas como seção separada das demonstrações contábeis.

() Ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros classificados como para negociação sempre deverão ser apresentados em base líquida.

A sequência está correta em

- A) V, F, F, V.
- B) V, V, V, F.
- C) V, F, V, V.
- D) V, V, V, V.

Comentários:

Outra norma bastante cobrada. A questão trouxe três verdades e uma mentira.

Primeira assertiva: correta. Item 75 da NBC TG 26.

Segunda assertiva: correta. Item 99 da NBC TG 26.

Terceira assertiva: correta. Item 116 da NBC TG 26.

Quarta assertiva: incorreta. É possível, sim, apresentar ganhos e perdas de forma separada, é o que diz o item 35 da Norma:

35. Adicionalmente, ganhos e perdas provenientes de grupo de transações semelhantes são apresentados em base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros classificados como para negociação. Não obstante, esses ganhos e perdas devem ser apresentados separadamente se forem materiais.

Gabarito: B

17. Uma empresa realizou, em 31/12/2019, um contrato de arrendamento de um equipamento industrial. O contrato tem prazo de 4 anos, a empresa pagará 4 parcelas anuais de R\$ 418.669,41, vencendo-se a primeira parcela em 31/12/2020, e a taxa implícita de juros no contrato é 7% ao ano. O valor presente das parcelas do contrato, na data de início do arrendamento, era R\$ 2.500.000,00 (igual ao valor justo do equipamento) e a empresa pretende ficar com o equipamento após o término do contrato. A vida útil estimada para o equipamento é 10 anos e o valor residual esperado é R\$ 400.000,00.

Com base nestas informações, a despesa total reconhecida na Demonstração do Resultado de 2020, decorrente da operação de arrendamento realizada foi, em reais,

- A) 175.000,00.
- B) 210.000,00.
- C) 385.000,00
- D) 375.000,00.

Comentários:

Primeiro ponto, no caso de arrendamento, é identificarmos o valor pelo qual o ativo arrendado será lançado. Como sabemos, será o valor presente dos pagamentos do arrendamento, nesse caso, R\$ 2.500.000,00.

Teremos duas despesas: juros e depreciação. Vamos começar pelos juros:

Despesa financeira: $2.500.000 \times 7\% = 175.000,00$

No caso da depreciação, há um valor residual de R\$ 400.000, sendo a depreciação anual no percentual de 10%

Depreciação: $2.100.000 \times 10\% = 210.000,00$

Somando as despesas, temos $175.000 + 210.000 = 385.000,00$

Gabarito: C

18. Em 02/01/2020, uma entidade obteve um empréstimo bancário no valor de R\$ 500.000, com prazo de dois anos, para a construção de uma máquina para produção.

Os juros mensais do empréstimo eram de R\$ 2.000.

A empresa iniciou a construção do ativo, em 03/01/2020, e concluiu em 31/12/2020.

O ativo começou a ser utilizado em 01/03/2021.

Assinale a opção que indica a apropriação dos juros nos dois anos de empréstimo.

- A) R\$ 48.000 como despesa financeira.
- B) R\$ 48.000 como ativo imobilizado.
- C) R\$ 20.000 como ativo imobilizado e R\$ 28.000 como despesa financeira.
- D) R\$ 24.000 como despesa financeira e R\$ 24.000 como ativo imobilizado.

Comentários:

Questão trata de ativos qualificáveis, que são ativos que demoram um tempo substancial para ficarem prontos.

Quando a empresa pega empréstimos para a produção ou construção de um ativo, enquanto esse ativo não estiver pronto, os encargos incidentes sobre o referido empréstimo irão ser incorporados ao valor do ativo. A partir de quando o ativo estiver pronto, os encargos irão afetar o resultado. Esse assunto é tratado no CPC 20.

O empréstimo tem prazo de dois anos, com juros mensais de R\$ 2.000.

Durante o primeiro ano, o ativo está em construção, então o valor relativo às doze parcelas de juros ($12 \times 2.000 = 24.000$) será incorporado ao ativo imobilizado.

A partir de 2021, com o ativo já concluído, as demais doze parcelas de juros serão consideradas como despesa.

Gabarito: D

19. A empresa MAVIFOR possuía as seguintes contas com os respectivos saldos em 30/12/2019: Duplicatas a Receber de Clientes: R\$ 300.000,00; Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa: R\$ 5.000,00; Caixa e Equivalentes de Caixa: R\$ 55.000,00; Contas a Pagar: R\$ 50.000,00 e Patrimônio Líquido: R\$ 300.000,00. No entanto, antes do encerramento do período, a empresa realizou as seguintes transações em 31/12/2019:

- Desconto de uma duplicata de R\$ 10.000,00, 30 dias antes do vencimento, com taxa de desconto comercial de 5% ao mês.
- Reconhecimento da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa. A empresa possui conhecimento de que 3% dos seus clientes nunca pagam suas dívidas.
- Recebimento de um adiantamento do cliente Pedro no valor de R\$ 7.000,00.
- Alienação de Bônus de Subscrição no valor de R\$ 6.000

Ao elaborar o balanço patrimonial de 31/12/2019, o total do patrimônio bruto e o valor do capital próprio da empresa MAVIFOR eram, respectivamente, em reais,

- A) 369.000,00 e 92.000,00.
- B) 363.500,00 e 297.000,00.
- C) 368.500,00 e 91.500,00.
- D) 368.500,00 e 302.000,00.

Comentários: Concursos

A questão pede o total do Ativo (patrimônio bruto) e do PL (capital próprio). Devemos, portanto, focar nesses dois pontos:

Inicialmente, temos a seguinte situação:

ATIVO

Caixa	55.000
Duplicatas a Receber	300.000
EPCLD	(5.000)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO 300.000

Vamos ao registro dos fatos ocorridos no último dia do ano.

“Desconto de uma duplicata de R\$ 10.000,00, 30 dias antes do vencimento, com taxa de desconto comercial de 5% ao mês”

- D- Banco conta Movimento-----9.500 (aumentando o ativo)
- D- Encargos a Vencer-----500
- C- Duplicatas Descontadas----10.000

“Reconhecimento da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa. A empresa possui conhecimento de que 3% dos seus clientes nunca pagam suas dívidas”

A empresa precisa de um saldo em EPCLD de 9.000 (3% de 300.000). Como ela já possui um saldo de 5.000 nessa conta, basta ela fazer uma complementação e lançar o valor de 4.000

D- Despesa com Devedores Duvidosos-----4.000 (diminuindo o PL)

C- EPCLD-----4.000 (diminuindo o ativo)

“Recebimento de um adiantamento do cliente Pedro no valor de R\$ 7.000,00”

D- Banco conta Movimento-----7.000 (aumentando o ativo)

C- Adiantamento de Clientes---7.000

“Alienação de Bônus de Subscrição no valor de R\$ 6.000”

D- Banco conta Movimento-----6.000 (aumentando o ativo)

C- Alienação de Bônus de Subscrição---6.000 (aumentando o PL)

Chegamos, assim, a um ativo de 368.500 e um PL de 302.000.

Gabarito: D

20. Em 26/7/2020 uma empresa realizou uma venda a prazo, para um cliente no exterior, no valor total de US\$ 100.000,00. Sabendo que a taxa de câmbio em 26/7/2020 era R\$ 5,20/US\$, em 31/7/2020 era R\$ 5,25/US\$ e a taxa de câmbio média do mês de julho de 2020 foi R\$ 5,10/US\$, a empresa reconheceu no resultado do mês de julho de 2020 Receita de vendas de

- A) R\$ 510.000,00, apenas.
- B) R\$ 520.000,00 e variação cambial ativa de R\$ 5.000,00.
- C) R\$ 525.000,00 e variação cambial ativa de R\$ 5.000,00.
- D) R\$ 525.000,00 e variação cambial passiva de R\$ 5.000,00.

Comentários:

Questão simples. Já sabemos que para atender a uma das formalidades intrínsecas da escrituração (escrituração em língua e moeda nacionais) os valores devem ser convertidos para real. A venda será registrada pelo valor do câmbio da data da venda: $100.000 \times 5,20 = 520.000$.

D- Contas a Receber--520.000

C- Vendas-----520.000

No final do mês de julho, o direito será atualizado pelo câmbio do fim do mês. Veja que houve uma variação positiva de 0,05 (5,25 - 5,20). O valor atualizado do direito será $100.000 \times 5,25 = 525.000$. Sendo assim, precisamos aumentar o valor em 5.000:

D- Contas a Receber----- 5.000

C- Variação Cambial Ativa---5.000

Gabarito: B

21. A Cia. MAVIFOR adquiriu um estoque de mercadorias para revenda no valor de R\$ 100.000,00. A compra foi realizada no dia 31/12/2019, o prazo para pagamento concedido pelo fornecedor foi de 500 dias e sabe-se que o preço das mercadorias seria R\$ 83.000,00 se a compra fosse efetuada à vista. A Cia. MAVIFOR pagou, adicionalmente, R\$ 2.000,00 referente a frete e seguro para retirada das mercadorias junto ao fornecedor. A Cia. possui um estudo estatístico confiável e auditado por empresa independente e avalia, por este modelo, que as perdas de estoque, em função do seu processo de armazenagem e distribuição, representa 2% do valor total de cada compra. Com base nestas informações, os valores líquidos reconhecidos pela Cia. de Águas Marítimas nas demonstrações contábeis de 2019 foram:

- A) Estoque = 102.000,00; Fornecedores a Pagar = 102.000,00.
 B) Estoque = 100.000,00; Fornecedores a Pagar = 100.000,00.
 C) Estoque = 83.300,00; Fornecedores a Pagar = 83.000,00; Despesa com *Impairment* = 1.700,00.
 D) Estoque = 83.300,00; Fornecedores a Pagar = 83.000,00; Despesa com Frete = 2.000,00; Perda Estimada = 1.700,00.

Comentários:

Lançamento do estoque:

D- Estoque-----85.000

D- AVP sobre Fornecedores---17.000

C- Fornecedores-----100.000

C- Disponibilidades-----2.000 (assumimos que o frete foi pago no ato)

A questão fala em perda no estoque por conta do processo de armazenagem e distribuição de 1.700 (2% de 1.700). Dificuldade da questão: a norma que trata sobre Redução ao Valor Recuperável e Ativos (NBC TG 01) fala expressamente em não haver teste de recuperabilidade sobre estoque. No entanto, podemos falar tranquilamente em *Impairment* em um sentido mais amplo, no âmbito de qualquer perda estimada.

Lançamento da perda prevista:

D- Despesa com *Impairment*----1.700

C- Perda Estimada-----1.700

Com isso, no balanço patrimonial, teremos os seguintes valores líquidos para estoque e fornecedores:

Estoques-----85.000

(-) Perda estimada--(1.700)

83.300

Fornecedores-----100.000

(-) AVP sobre Fornecedores--(17.000)

83.000

Gabarito: C

22. A Cia. MAVIFOR efetua suas vendas somente à vista e concede aos seus compradores uma garantia contra defeitos de fabricação por um prazo de um ano após a data da compra. Em 31/12/2019, a Cia. vendeu um total de R\$ 1.000.000,00 e estimou, com a utilização de um modelo estatístico validado e com alto grau de confiabilidade, que os gastos para reparar os eventuais defeitos correspondiam a 2% do volume total de vendas. Os valores apresentados nas demonstrações contábeis de 2019, da Cia. MAVIFOR, referentes a esta operação foram, em reais,

- A)** Receita de Vendas (em 2019) no valor de R\$ 1.000.000,00; Caixa e Equivalentes de Caixa (31/12/2019) no valor de R\$ 1.000.000,00; Despesa com Provisão (em 2019) no valor de R\$ 20.000,00; Provisão para Garantia (31/12/2019) no valor de R\$ 20.000,00.
- B)** Receita de Vendas (em 2019) no valor de R\$ 1.000.000,00; Caixa e Equivalentes de Caixa (31/12/2019) no valor de R\$ 980.000,00; Despesa com Provisão (em 2019) no valor de R\$ 20.000,00.
- C)** Receita de Vendas (em 2019) no valor de R\$ 980.000,00; Caixa e Equivalentes de Caixa (31/12/2019) no valor de R\$ 980.000,00; Despesa com Provisão (em 2019) no valor de R\$ 20.000,00; Provisão para Garantia (31/12/2019) no valor de R\$ 20.000,00.
- D)** d) Receita de Vendas (em 2019) no valor de R\$ 980.000,00; Caixa e Equivalentes de Caixa (31/12/2019) no valor de R\$ 1.000.000,00; Provisão para Garantia (31/12/2019) no valor de R\$ 20.000,00.

Comentários:

Tanto a venda como o registro da provisão são relativos ao ano de 2019 e, por isso, devem ser registrados no

referido ano. Eis os lançamentos:

D- Caixa-----1.000.000,00

C- Receita de Vendas-----1.000.000,00

D- Despesa com Cobertura de Garantias---20.000

C- Provisão para Cobertura de Garantias---20.000

Gabarito: A

23. A Sociedade Empresária X é do setor de varejo e comercializa suas centenas de produtos com uma garantia segundo a qual os clientes estarão cobertos pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro do primeiro ano após a compra. A experiência passada da Sociedade Empresária e as expectativas futuras indicam que, para o próximo ano, dos seus produtos vendidos, 50% não apresentarão defeitos, 35% apresentarão defeitos menores e 15% apresentarão defeitos maiores.

Sabe-se que a Sociedade Empresária X irá incorrer:

- **Em custos de reparação de R\$ 400.000,00, caso sejam detectados defeitos menores em todos os seus produtos vendidos.**
- **Em custos de reparação de R\$ 750.000,00, caso sejam detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos.**

Considerando-se apenas as informações apresentadas e a NBC TG 25 (R2) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, assinale o valor esperado do custo das reparações que a Sociedade Empresária “X” reconheceria como provisão.

- A) R\$ 112.500,00
- B) R\$ 252.500,00
- C) R\$ 400.000,00
- D) R\$ 750.000,00

Comentários:

Questão sobre cálculo de provisão para cobertura de garantias. Caso clássico de cálculo através do chamado método do “valor esperado”.

Nele, fazemos uma ponderação entre as probabilidades e os valores de desembolso, da seguinte forma:

- Se todos os produtos dessem defeitos menores, o desembolso seria R\$ 400.000,00, mas como há uma expectativa de que apenas 35% darão defeitos menores, o desembolso será de R\$ 140.000,00 (35% de 400.000,00);

- Se todos os produtos dessem defeitos maiores, o desembolso seria R\$ 750.000,00, mas como há uma expectativa de que isso aconteça com apenas 15% dos produtos, o desembolso para cobrir tais defeitos será de R\$ 112.500,00 (15% de 750.000,00).

A provisão, portanto, será no montante de R\$ R\$ 140.000,00 + R\$ 112.500,00 = R\$ 252.500,00.

Isso está lá no CPC 25, item 39.

“39. As incertezas que rodeiam o valor a ser reconhecido como provisão são tratadas por vários meios de acordo com as circunstâncias. Quando a provisão a ser mensurada envolve uma grande população de itens, a obrigação deve ser estimada ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas.

O nome para esse método estatístico de estimativa é ‘valor esperado’.

Portanto, a provisão será diferente dependendo de a probabilidade da perda de um dado valor ser, por exemplo, de 60 por cento ou de 90 por cento. Quando houver uma escala contínua de desfechos possíveis, e cada ponto nessa escala é tão provável como qualquer outro, é usado o ponto médio da escala. “

Gabarito: B

24. Os dados apresentados a seguir são relativos à demonstração dos fluxos de caixa de uma companhia.

- **lucro líquido antes do desconto do imposto de renda – R\$ 10.000**
- **imposto de renda – R\$ 2.000**
- **amortização – R\$ 1.000**
- **ganho na venda de imobilizado – R\$ 500**
- **O imobilizado foi vendido à vista.**
- **A conta duplicatas a receber aumentou R\$ 1.200, do final do período 2019 até o final do período 2020.**
- **A conta fornecedores aumentou R\$ 1.400, do final do período 2019 até o final do período 2020.**
- **Não houve pagamento de imposto de renda no período.**

Nessa situação hipotética, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais no período 2020 foi igual a

- A) R\$ 7.500,00.
- B) R\$ 9.700,00.
- C) R\$ 10.000,00.
- D) R\$ 10.700,00.

Comentários:

Questão sobre DFC, método indireto. Vamos, de modo bem objetivo, à fórmula:

LLE

- + Despesas que não afetam o caixa
- Receitas que não afetam o caixa
- + Despesas relacionadas às atividades de Investimento ou Financiamento
- Receitas relacionadas às atividades de Investimento ou Financiamento
- = Lucro Ajustado
- + Diminuições do ativo ref atividades operacionais
- Aumentos do ativo ref atividades operacionais
- + Aumentos do passivo ref atividades operacionais
- Diminuições do passivo ref atividades operacionais
- = Caixa gerado ou consumido pelas atividades operacionais

Para resolver a questão, nosso ponto de partida será o LLE. Precisamos encontrá-lo, então:

- Lucro Antes do IR----- R\$ 10.000
- (-) IR----- R\$ 2.000
- LLE-----R\$ 8.000

Perceba que a amortização e o ganho na venda do imobilizado já foram levados em consideração para se chegar ao Lucro antes do IR.

De posse do lucro, vamos para a fórmula:

LLE-----	8.000
+ Amortização-----	1.000
- Ganho na venda de imobilizado-----	(500)
= Lucro ajustado-----	8.500
- Aumento em contas a receber-----	(1.200)
+ Aumento em fornecedores-----	1.400
+ Aumento em IR a Pagar-----	2.000
Caixa gerado pelas atividades operacionais-----	10.700

Gabarito: D

25. Apurando custos e estoques a cada mês, a empresa MAVIFOR Comercial S/A processou os cálculos do mês de setembro de 2020 a partir dos seguintes dados:

Estoque inicial avaliado em R\$ 2.200,00.

Compras de 100 unidades ao preço unitário de R\$ 25,00.

Vendas de 72 unidades ao preço unitário de R\$ 30,00.

IPI sobre compras a 8%.

ICMS sobre compras a 12%.

ICMS sobre vendas a 17%.

Devolução de vendas no valor de R\$ 360,00.

Estoques avaliados pelo critério PEPS.

Estoque inicial mensurado em 110,00 unidades.

Todas as operações do período foram realizadas a prazo.

Com fulcro nos dados e informações acima, o cálculo correto dos custos vai indicar um estoque final no valor de:

- A) R\$ 3.600,00
- B) R\$ 3.300,00
- C) R\$ 3.400,00
- D) R\$ 3.160,00

Comentários:

Inicialmente a empresa tinha um estoque de 110 un x R\$ 20 = 2.200.

Houve, posteriormente, uma compra com as seguintes características (vamos analisar o valor unitário):

Compra -----25,00 (dentro desse valor há 3,00 de ICMS)

+ IPI-----2,00

Como se trata de uma empresa comercial, o ICMS será recuperável (não irá para o estoque) e o IPI não será recuperável (irá para o estoque).

Perceba que, com a compra, entrará no estoque um lote de 100 un x R\$ 24 (25 – 3 do ICMS + 2 do IPI) = 2.400

Houve, depois, uma venda de 72 un e, logo na sequência, a devolução de 12 unidades (360/30).

De modo prático, podemos considerar, assim, que houve uma venda de apenas 60 unidades.

Como o estoque é avaliado pelo PEPS, teremos a seguinte situação:

Como havia no estoque 110 un x 20 (lote mais antigo)

100 un x 24 (lote mais recente)

E como houve a venda de 60 un, no CMV teremos: 60 x 20 = 1.200

Logo, o estoque final será: $50 \text{ un} \times 20 = 1.000$

$100 \text{ un} \times 24 = 2.400$

Total = 3.400

Gabarito: C

26. Ao atualizar a escrituração das contas de resultado, que estavam contabilizadas de acordo com o regime contábil de caixa, a empresa MAVIFOR S/A verificou que havia:

- despesas pagas, mas não vencidas, no valor de R\$ 400,00;
- receitas recebidas, mas não vencidas, no valor de R\$ 380,00;
- despesas vencidas, mas não pagas, no valor de R\$ 250,00; e
- receitas vencidas, mas não recebidas, no valor de R\$ 530,00.

Ao ajustar o resultado aos ditames do princípio contábil de competência, o lucro do exercício, certamente, será aumentado em

- A) R\$ 100,00.
- B) R\$ 260,00.
- C) R\$ 280,00.
- D) R\$ 300,00.

Comentários: Concursos

Questão sobre regimes de escrituração. Temos que pensar em como pensa alguém que segue o regime de caixa, para podermos ajustar direitinho seguindo as regras do regime de competência:

1. “despesas pagas, mas não vencidas, no valor de R\$ 400,00”

Quem fez pelo regime de caixa considerou como despesa (por conta do ‘pagas’). Quem faz pelo regime de competência tem que anular o efeito dessa despesa indevida, pois não houve o fato gerador (‘não vencidas’) => soma 400

2. “receitas recebidas, mas não vencidas, no valor de R\$ 380,00”

Quem fez pelo regime de caixa considerou como receita (por conta do ‘recebidas’). Quem faz pelo regime de competência tem que anular o efeito dessa receita indevida, pois não houve o fato gerador (‘não vencidas’) => diminui 380

3. “despesas vencidas, mas não pagas, no valor de R\$ 250,00”

Quem fez pelo regime de caixa não considerou como despesa (por conta do ‘não pagas’). Quem faz pelo regime de competência tem que considerar essa despesa, pois houve o fato gerador (‘vencidas’) => diminui 250

4. “receitas vencidas, mas não recebidas, no valor de R\$ 530,00”

Quem fez pelo regime de caixa não considerou como receita (por conta do ‘não recebidas’). Quem faz pelo regime de competência tem que considerar essa receita, pois houve o fato gerador (‘vencidas’) => soma 530

Teremos, então, os seguintes ajustes ao lucro:

- + 400 despesa considerada indevidamente
- 380 receita considerada indevidamente
- 250 despesa não considerada
- + 530 receita não considerada
- + 300 aumento do lucro pós-ajustes

Gabarito: D

27. A empresa MAVIFOR S.A. apresentou, em 31 de dezembro de 2019, o total do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 100.000,00. Durante o ano de 2020, a empresa apresentou as seguintes movimentações no seu Patrimônio Líquido:

• Integralização de capital em dinheiro	R\$ 10.000,00
• Aumento de capital com reservas	R\$ 2.000,00
• Lucro Líquido do Período	R\$ 40.000,00
• Constituição de reserva legal	R\$ 2.000,00
• Reversão de reserva para contingência	R\$ 500,00
• Destinação do lucro para dividendos obrigatórios	R\$ 20.000,00
• Registro de dividendos adicionais propostos	R\$ 16.500,00
• Aquisição de ações em tesouraria	R\$ 5.000,00

O total do Patrimônio Líquido da empresa MAVIFOR S..A. em 31 de dezembro de 2020 foi de:

- A) R\$ 125.000,00.
- B) R\$ 135.000,00.
- C) R\$ 120.000,00.
- D) R\$ 130.000,00.

Comentários:

Questão clássica sobre identificação de fatos que alteram o valor do PL.

Temos que ficar espertos com os eventos que alteram o PL apenas qualitativamente, ou seja, não afetam seu valor total:

- Aumento de capital com reservas
- Constituição de reservas de lucros
- Reversão de reservas de lucros
- Dividendos adicionais propostos

Os itens que afetam o valor do PL que mais aparecem são:

A) Aumentando o PL

- Lucro líquido do exercício
- Aumento de capital em bens e direitos
- Ajuste de avaliação patrimonial credor
- Venda de ações em tesouraria

B) Diminuindo o PL

- Prejuízo do exercício
- Distribuição de dividendos obrigatórios
- Compra de ações em tesouraria
- Ajuste de avaliação patrimonial devedor

Resolvendo a questão, temos a seguinte movimentação no valor do PL:

Saldo inicial:	100.000,00
+ Integralização de capital em \$:	10.000,00
+ Lucro:	40.000,00
- Dividendos Obrigatórios:	(20.000,00)
- Compra Ações em Tesouraria:	(5.000,00)
Saldo final do PL:	125.000,00

Gabarito: A

28. A MAVIFOR tinha prejuízos acumulados de R\$ 20.000,00, mas durante o exercício social apurou lucro. Desse lucro, após destinar R\$ 40.000,00 para imposto de renda e CSLL, a empresa distribuiu 10% em participação de debenturistas, no valor de R\$ 2.000,00, 10% em participação de administradores, no valor de R\$ 1.620,00 e 10% em participação de empregados.

De acordo com as informações acima e com as normas em vigor, podemos dizer que a Cia. MAVIFOR, no final da Demonstração de Resultado do Exercício, vai indicar o lucro líquido do exercício no valor de

- A) R\$ 14.580,00.
- B) R\$ 34.580,00.
- C) R\$ 34.380,00.
- D) R\$ 20.000,00.

Comentários:

DRE na área, Ilustres. Especificamente, cálculo das participações estatutárias com prejuízos acumulados. Vamos lembrar duas disposições da Lei 6.404/76 sobre o cálculo das participações:

Art. 189. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda.

Art. 190. As participações estatutárias de empregados, administradores e partes beneficiárias serão determinadas, sucessivamente e nessa ordem, com base nos lucros que remanescerem depois de deduzida a participação anteriormente calculada.

Primeira coisa, devemos ter em mente a ordem de cálculo das participações. É preciso destacar que o artigo 190 da Lei 6.404/76 “engoliu” duas participações: debenturistas e fundos de assistência ou previdência de empregados.

As participações devem ser calculadas seguindo a seguinte ordem:

1. Debenturistas (“Dedicação”)
2. Empregados (“Exclusiva”)
3. Administradores (“Até”)
4. Partes Beneficiárias (“Prova”)
5. Fundos (“Fiscal”)

Não esqueçam: DEAPF - “dedicação exclusiva até a prova de fiscal”.

Segunda coisa: no cálculo de uma participação, diminuimos de sua base de cálculo o valor da participação calculada anteriormente.

Por fim: o prejuízo acumulado diminui a base de cálculo de todas as participações.

Vamos à DRE:

Resultado antes do IR/CSLL-----

(-) IR/CSLL-----

Resultado após IR/CSLL-----

(-) Debenturistas-----

(-) Empregados-----

(-) Administradores-----

= Lucro Líquido do Exercício-----

Geralmente, o resultado após o IR/CSLL é a base de cálculo da primeira participação. Quando há, no entanto, prejuízo acumulado, haverá uma diferença: temos que diminuir o resultado após o IR para chegar à base de cálculo da primeira participação.

De posse da estrutura, e ciente do que devemos fazer, vamos preencher nossa DRE inserindo alguns itens para fins didáticos.

Resultado após IR/CSLL-----

(-) Prejuízo Acumulado----- (20.000)

Base de Cálculo da 1ª Participação--- 20.000

(-) Debenturistas----- (2.000)

(-) Empregados-----

(-) Administradores----- (1.620)

= Lucro Líquido do Exercício-----

Vamos logo calcular a participação de empregados: 10% de $(20.000 - 2.000) = 10\%$ de $18.000 = 1.800$.

A partir daqui é comum a galera cometer o seguinte erro no cálculo do LLE:

Base de Cálculo da 1ª Participação--- 20.000

(-) Debenturistas----- (2.000)

(-) Empregados----- (1.800)

(-) Administradores----- (1.620)

= Lucro Líquido do Exercício----- 14.580

Olha a alternativa “A” aí, gente. Não caiam nessa! Prestem atenção: a base de cálculo da 1ª participação foi diminuída pelos prejuízos acumulados.

Resultado após IR/CSLL----- X

(-) Prejuízos Acumulados----- (20.000)

(=) Base de Cálculo da 1ª Participação--- 20.000

Sendo assim, Resultado após IR – $20.000 = 20.000$.

Logo, Resultado após IR = 40.000 .

Vamos “fechar o caixaõ” da DRE:

Resultado após IR/CSLL-----	40.000
(-) Debenturistas-----	(2.000)
(-) Empregados-----	(1.800)
(-) Administradores-----	(1.620)
= Lucro Líquido do Exercício-----	34.580

Perceba que o IR fornecido não interferiu em nada na questão.

Gabarito: B

29. A empresa MAVIFOR possuía as seguintes contas com os respectivos saldos em 30/12/2019: Duplicatas a Receber de Clientes: R\$ 300.000,00; Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa: R\$ 5.000,00; Caixa e Equivalentes de Caixa: R\$ 55.000,00; Contas a Pagar: R\$ 50.000,00 e Patrimônio Líquido: R\$ 300.000,00. No entanto, antes do encerramento do período, a empresa realizou as seguintes transações em 31/12/2019:

- Desconto de uma duplicata de R\$ 10.000,00, 30 dias antes do vencimento, com taxa de desconto comercial de 5% ao mês.
- Reconhecimento da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa. A empresa possui conhecimento de que 3% dos seus clientes nunca pagam suas dívidas.
- Recebimento de um adiantamento do cliente Pedro no valor de R\$ 7.000,00.
- Alienação de Bônus de Subscrição no valor de R\$ 6.000

Ao elaborar o balanço patrimonial de 31/12/2019, o total do patrimônio bruto e o valor do capital próprio da empresa MAVIFOR eram, respectivamente, em reais,

- A) 369.000,00 e 92.000,00.
- B) 363.500,00 e 297.000,00.
- C) 368.500,00 e 91.500,00.
- D) 368.500,00 e 302.000,00.

Comentários:

A questão pede o total do Ativo (patrimônio bruto) e do PL (capital próprio). Devemos, portanto, focar nesses dois pontos:

Inicialmente, temos a seguinte situação:

ATIVO

Caixa	55.000
Duplicatas a Receber	300.000
EPCLD	(5.000)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO 300.000

Vamos ao registro dos fatos ocorridos no último dia do ano.

“Desconto de uma duplicata de R\$ 10.000,00, 30 dias antes do vencimento, com taxa de desconto comercial de 5% ao mês”

- D- Banco conta Movimento-----9.500 (aumentando o ativo)
- D- Encargos a Vencer-----500
- C- Duplicatas Descontadas----10.000

“Reconhecimento da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa. A empresa possui conhecimento de que 3% dos seus clientes nunca pagam suas dívidas”

A empresa precisa de um saldo em EPCLD de 9.000 (3% de 300.000). Como ela já possui um saldo de 5.000 nessa conta, basta ela fazer uma complementação e lançar o valor de 4.000

- D- Despesa com Devedores Duvidosos ----- 4.000 (diminuindo o PL)
- C- EPCLD ----- 4.000 (diminuindo o ativo)

“Recebimento de um adiantamento do cliente Pedro no valor de R\$ 7.000,00”

- D- Banco conta Movimento-----7.000 (aumentando o ativo)
- C- Adiantamento de Clientes---7.000

“Alienação de Bônus de Subscrição no valor de R\$ 6.000”

- D- Banco conta Movimento ----- 6.000 (aumentando o ativo)
- C- Alienação de Bônus de Subscrição ----- 6.000 (aumentando o PL)

Chegamos, assim, a um ativo de 368.500 e um PL de 302.000.

Gabarito: D

30. Marque a alternativa incorreta:

- A) O lucro ou prejuízo apurado na Demonstração do Resultado do Exercício é também conhecido como lucro dos acionistas.
- B) A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos evidencia as origens de recursos que ampliam a folga financeira de curto prazo e as aplicações de recursos que consomem essa folga.
- C) O relatório da administração faz parte das demonstrações contábeis.
- D) A Demonstração do Valor Adicionado não faz parte das demonstrações obrigatórias previstas nas normas internacionais de contabilidade.

Comentários:

Comentários baseados no Manual de Contabilidade Societária (FIPECAFI):

A) Verdade, pois além dos itens normais, já se deduzem como despesa os tributos sobre o lucro (IR e CSLL) e as participações sobre os lucros a outros que não os acionistas (DEAPF), de forma que o lucro líquido demonstrado é o valor final pertencente aos acionistas.

B) Verdade. A DOAR, que era obrigatória mas não é mais, mostra as variações ocorridas no CCL de uma entidade. Lembrando, o CCL é o AC menos o PC, ou seja, mostra, sim, a folga financeira de uma empresa.

C) Falso. O relatório da administração não faz parte das demonstrações contábeis propriamente ditas, mas a lei exige a apresentação desse relatório, que deve evidenciar os negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no exercício, os investimentos em outras empresas e a política de distribuição de dividendos, dentre outras coisas.

D) Verdade! Essa pegou muita gente, tenho certeza. De acordo com as normas emitidas pelo IASB, a DVA não faz parte das demonstrações obrigatórias.

Gabarito: C

31. No ano de 2022, a sociedade MAVIFOR pagava mensalmente R\$ 10.800 a título de salários a seus empregados.

Em 01/08/2022, a sociedade informou que os salários seriam aumentados para R\$ 12.000, a partir da folha de pagamento de setembro, paga em outubro.

Assinale a opção que indica a despesa com 13º salário, contabilizada pela empresa.

- A) R\$ 1.000 em agosto.
- B) R\$ 1.000 em setembro.
- C) R\$ 2.200 em agosto.
- D) R\$ 1.800 em setembro.

Comentários:

Para atender ao regime de competência, a entidade deverá apropriar mensalmente uma despesa com 13º salário no valor de um doze avos do salário mensal. Sendo assim, de janeiro a agosto a empresa fez o seguinte lançamento a título de apropriação mensal do 13º salário:

D - Despesa com 13º Salário---- 900

C - 13º Salário a Pagar----- 900

E teria sido assim até dezembro caso não tivesse ocorrido o aumento. Acontece que, em setembro (regime de competência), houve um aumento dos salários para R\$ 12.000,00. Desse modo, em setembro a empresa terá que registrar, além do novo valor mensal de R\$ 1.000,00 (relativos a 1/12 de 12 mil), uma diferença referente aos valores registrados nos meses anteriores.

E de quanto será essa diferença? Perceba que foi registrado o montante de 900 por mês nos 8 meses anteriores (janeiro a agosto). Levando em consideração que o valor do 13º que será devido aos funcionários é calculado em cima do valor novo (R\$ 12.000,00), a apropriação mensal, pós-aumento, é de mil reais, sendo necessário reconhecer uma diferença de 100 reais por mês, de janeiro a agosto. Mas isso não é feito corrigindo os lançamentos anteriores de 900 para 1 mil. O ajuste é feito no mês em que dá o aumento de salário. Nesse dito mês (no caso, setembro) a empresa irá registrar um montante de R\$ 800,00 (8 meses x R\$ 100,00) reconhecendo a diferença. Além disso, claro, terá que registrar o novo valor mensal de R\$ 1.000,00. A partir daí, todo mês será apropriado esse novo valor mensal de R\$ 1.000,00.

Teremos, assim, os seguintes valores mensais apropriados a título de despesa com 13º salário:

JAN a AGO:	R\$ 900,00
SET:	R\$ 1.800,00 [1.000 do mês + 800 da diferença]
OUT a DEZ:	R\$ 1.000,00

Gabarito: D**32. No ano de 2019, aconteceram os seguintes fatos na empresa MAVIFOR:**

- **02/01:** compra de um veículo para ser utilizado nos negócios da empresa por R\$ 36.000 à vista. O veículo tinha vida útil fiscal de cinco anos. No entanto, a empresa esperava utilizá-lo durante seis anos e doá-lo. A empresa utiliza o método da linha reta para depreciar os seus ativos imobilizados.
- **01/10:** reconhecimento de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 8.000.
- **31/12:** Reconhecimento da receita de serviços do ano, no valor de R\$ 60.000. Os custos dos serviços prestados foram de R\$ 35.000. Todas as transações foram à vista.

Assinale a opção que indica o imposto sobre a renda corrente, em 31/12/2019, considerando a alíquota de 34%.

- A) R\$ 6.052,00.
- B) R\$ 6.460,00.
- C) R\$ 8.500,00.
- D) R\$ 8.908,00.

Comentários:

Cálculo do Lucro Real. Eis a fórmula:

Lucro Real = Lucro Antes do IR + Adições - Exclusões – Compensações.

- O lucro antes do IR vai servir de ponto de partida para o cálculo do IR de acordo com as regras tributárias, o chamado lucro real (“real” do ponto de vista do Governo)
- Adições: via de regra, as adições se referem a despesas indedutíveis, ou seja, despesas que, embora diminuam o lucro antes do IR lá na DRE, o Governo não permite que diminuam a base do IR pelo lucro real. São, por assim dizer, despesas para as quais o Governo “torce o nariz” por considerar “desnecessárias” ou “sem futuro” (adições permanentes), tais como despesas com brindes ou multas de trânsito ou por achar que não é o momento ainda de diminuir o lucro (adições temporárias), como a despesa com a constituição de perdas estimadas para devedores duvidosos, que o Fisco permite que a empresa deduza só quando o calote se confirmar.

- Exclusões: aqui temos as receitas não tributáveis (resultado positivo na equivalência patrimonial, por exemplo) e despesas que a empresa não considerou mas o Governo permite que sejam deduzidas do lucro.
- Compensações: o Governo permite que a empresa compense, em cada período, até 30% do lucro real ajustado (lucro antes do IR + adições – exclusões) caso possua saldo de prejuízo fiscal acumulado.

Resolvendo a questão, precisamos primeiro calcular o Lucro Antes do IR

Receitas-----	60.000,00
(-)CMV-----	(35.000,00)
Lucro Bruto-----	25.000,00
(-)Depreciação-----	(6.000,00)
(-) Desp com Créditos de Liquidação Duvidosa-----	(8.000,00)
Lucro Antes do IR-----	11.000,00

Vamos, agora, para o cálculo do Lucro Real, destacando que:

- 1) Vamos adicionar 8.000 da despesa com perda estimada com devedores duvidosos;
- 2) A depreciação calculada pela empresa foi de 6.000 (36.000 dividido pela vida útil de 6 anos), mas o governo permite que ela deduza 7.200 (36.000 dividido pela vida útil de 5 anos). Por isso, haverá uma exclusão de 1.200, para a empresa deduzir na integralidade os 7.200 da depreciação (na DRE já tinha deduzido 6.000);
- 3) Não há prejuízo acumulado para compensar.

$$\text{Lucro Real} = 11.000 + 8.000 - 1.200 = 17.800$$

$$\text{IR} = 34\% \text{ de } 17.800 = 6.052,00$$

Gabarito: A

33. O preço unitário de custo de aquisição das mercadorias revendidas pela Cia. MAVIFOR registrou uma constante redução durante todo o exercício de 2020. Logo, o lucro bruto com mercadorias terá escala ascendente se empregados, pela ordem, os sistemas de avaliação de estoques

- A) UEPS, Média Ponderada Móvel e PEPS.
- B) Média Ponderada Móvel, UEPS e PEPS.
- C) PEPS, Média Ponderada Móvel e UEPS.
- D) PEPS, UEPS e Média Ponderada Móvel.

Comentários:

Guardem o seguinte esqueminha:

Em uma economia inflacionária:

LB e EF PEPS > LB e EF Média > LB e EF UEPS

CMV PEPS < CMV Média < CMV UEPS

Em uma economia deflacionária será o contrário:

LB e EF PEPS < LB e EF Média < LB e EF UEPS

CMV PEPS > CMV Média > CMV UEPS

Com isso já dava para resolver a questão. Mas quero avançar um pouquinho.

Vamos imaginar um exemplo simples. Uma empresa efetuou 2 compras em uma economia onde os preços estejam caindo (economia deflacionária):

1ª compra: uma unidade no valor de R\$ 15

2ª compra: uma unidade no valor de R\$ 10

A questão compara o valor do lucro bruto com o uso do PEPS, UEPS e Média Móvel.

Vamos imaginar agora que houve a venda de uma unidade por R\$ 50,00:

Critério	Custo da un vendida	Valor que ficou no EF	Lucro Bruto
UEPS	10,0	15,0	$50,0 - 10,0 = 40,0$
Média	12,5	12,5	$50,0 - 12,5 = 37,5$
PEPS	15,0	10,0	$50,0 - 15,0 = 35,0$

Veja que o Lucro Bruto pelo PEPS será menor. Por seu turno, o Lucro Bruto calculado pelo UEPS será o maior de todos.

Gabarito: C

34. Em um balancete de verificação levantado no final do exercício, o departamento de contabilidade de uma companhia lançou, por engano, o saldo da conta perda estimada com créditos de liquidação duvidosa na coluna errada. Em consequência, a somatória dos saldos devedores totalizou R\$ 54.000,00 a mais do que a somatória dos saldos credores. A companhia lançou como valor dessa provisão o equivalente a exatamente 3% do valor dos créditos provenientes de vendas a prazo. Desse modo, no balanço patrimonial da companhia, referente a esse exercício, o montante bruto desses créditos correspondeu, em R\$, a

- A) 900.000,00.
- B) 1.020.000,00.
- C) 1.250.000,00.
- D) 1.800.000,00.

Comentários:

A conta perda estimada com créditos de liquidação duvidosa tem saldo credor, mas apareceu, no balancete de verificação, com saldo devedor. Observem que isso sempre causa uma dupla distorção no que diz respeito a valor. Vou dar um exemplo simples. Imaginem um balancete fechado com pouquinhos contas:

Contas	Saldo devedor	Saldo credor
Clientes	100	
PECLD		20
Capital		80
Total	100	100

Agora imaginem que, por equívoco, o saldo da perda estimada apareça na coluna de saldo devedor:

Contas	Saldo devedor	Saldo credor
Clientes	100	
PECLD	20	
Capital		80
Total	120	80

Percebam: um saldo de 20, classificado na coluna Errada, ocasiona uma diferença de 40. Isso acontece porque, além de não colocarmos na coluna correta (diferença de 20), ainda colocamos na coluna errada (diferença vai para 40).

Sendo assim, como o erro narrado na questão ocasionou uma diferença de R\$ 54.000, o saldo da perda estimada é de R\$ 27.000 (exatamente a metade).

Como a questão pede o valor das duplicatas a receber e como a perda estimada equivale a 3% dos créditos, fica fácil calcular: $3\% \times \text{Clientes} = 27.000$

Clientes = 900.000,00

Gabarito: A

35. Sobre a Estrutura Conceitual de Contabilidade, marque a alternativa incorreta.

- A) O relatório de informações financeiras impõe custos, e é importante que esses custos sejam justificados pelos benefícios de apresentar essas informações. Há vários tipos de custos e benefícios a serem considerados.
- B) A entidade que reporta pode ser uma única entidade ou parte da entidade ou pode compreender mais de uma entidade. Uma entidade que reporta é necessariamente uma entidade legal.
- C) Controle vincula um recurso econômico à entidade.
- D) Contrato executório é o contrato, ou parte de contrato, que é igualmente não cumprido – nenhuma das partes cumpriu qualquer de suas obrigações, ou ambas as partes cumpriram parcialmente suas obrigações em igual extensão.

Comentários:

Vamos analisar cada assertiva.

Certo. CPC 00 (R2), item 2.39

Errado. CPC 00 (R2), item 3.10

3.10 A entidade que reporta é a entidade que é obrigada a, ou decide, elaborar demonstrações contábeis. A entidade que reporta pode ser uma única entidade ou parte da entidade ou pode compreender mais de uma entidade. Uma entidade que reporta NÃO é necessariamente uma entidade legal.

Certo. CPC 00 (R2), item 4.19

Certo. CPC 00 (R2), item 4.56

Gabarito: B

36. Admita-se que a companhia CM tenha adquirido um instrumento financeiro para venda futura por R\$ 4.000,00, que após um mês renda juros de R\$ 600 e passe a ter valor de mercado de R\$ 5.000,00. Admitindo-se que a Cia CM venda o instrumento financeiro 30 dias após a compra por R\$ 5.000,00, os registros contábeis relativos à alienação serão os seguintes:

A) D- Disponibilidades

C- Instrumento Financeiro..... R\$ 5.000,00

D- Ajuste de Avaliação Patrimonial

C- Receita Financeira..... R\$ 400,00

B) D- Disponibilidades

C- Instrumento Financeiro..... R\$ 5.000,00

D- Ajuste de Avaliação Patrimonial

C- Receita Financeira..... R\$ 600,00

C) D- Disponibilidades

C- Instrumento Financeiro..... R\$ 5.000,00

D) D- Disponibilidades

C- Instrumento Financeiro..... R\$ 4.000,00

D- Disponibilidades

C- Receita Financeira..... R\$ 1.000,00

Comentários:

O instrumento financeiro para venda futura é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Vamos aos lançamentos completos:

Aquisição:

D- Instrumento Financeiro

C- Disponibilidades..... R\$ 4.000,00

Registro dos juros contratuais:

D- Instrumento Financeiro

C- Receita Financeira..... R\$ 600,00

Mensuração a valor justo ("marcação a mercado"):

D- Instrumento Financeiro

C- Ajuste de Avaliação Patrimonial..... R\$ 400,00

Venda do Instrumento Financeiro:

D- Disponibilidades	
C- Instrumento Financeiro.....	R\$ 5.000,00
D- Ajuste de Avaliação Patrimonial	
C- Receita Financeira.....	R\$ 400,00

Gabarito: A

37. O preço contratual de determinado produto é de R\$ 100.000,00 mas, em decorrência de descontos concedidos em função da qualidade do produto (mensurado quando do recebimento do produto), passa a existir variabilidade na contraprestação paga pelo cliente que o adquire. Com base no histórico e no reconhecimento sobre a qualidade da produção, a empresa POTENCIAL estimou que existem as seguintes probabilidades de recebimento: 20% de que receberá o valor de R\$ 80.000,00; 45% de que receberá R\$ 90.000,00; e 35% de que receberá 99.990,00. A estimativa da contraprestação será de:

- A) R\$ 40.500,00 pelo método do valor mais provável da contraprestação
- B) R\$ 91.496,50 pelo método do valor esperado da contraprestação.
- C) R\$ 90.000,00 pelo método do valor mais provável da contraprestação.
- D) R\$ 91.496,50 pelo método do valor mais provável da contraprestação.

Comentários:

No caso, o valor da contraprestação será calculado pelo método do valor esperado. Vamos ao cálculo:

Valor (R\$)	Probabilidade	Valor Ponderado
80.000,00	20%	16.000,00
90.000,00	45%	40.500,00
99.990,00	35%	34.996,50
Valor esperado =>		91.496,50

Gabarito: B

38. A empresa MACIMEMATH comercializa máquinas industriais e tem como política contábil efetuar suas vendas com prazo de 14 meses para pagamento, cobrando uma taxa de juros de 2% ao mês. Suponha que em 31/12/2023 a empresa MACIMEMATH efetuou uma venda de R\$ 200.000,00, cujo prazo de recebimento é 28/02/2025 e que a taxa de juros para o período de 14 meses é de 31,95%. Em 31/01/2024, a empresa deve reconhecer uma receita financeira comercial no valor aproximado de:

- A) R\$ 0,00
- B) R\$ 4.000,00
- C) R\$ 3.459,10
- D) R\$ 3.031,45

Comentários:

Em primeiro lugar, devemos encontrar o valor presente dos 200 mil. Eis a fórmula de cálculo:

Valor Presente = Valor Presente / (1 + taxa)ⁿ

Como a questão deu a taxa de juros acumulada no período, já temos o denominador: 1,3195.

Calculando o valor presente: $200.000 / 1,3195 = 151.572,57$

Os juros de janeiro de 2024 serão calculados em cima do valor que foi financiado (151.572,57) da seguinte forma:

$R\$ 151.572,57 \times 2\% = R\$ 3.031,45$.

Gabarito: D

39. Considerando o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, relacione os números às definições apresentadas e marque a sequência correta:

1. Benefícios de curto prazo a empregados
2. Benefícios pós-emprego
3. Outros benefícios de longo prazo
4. Benefícios rescisórios

() o fato gerador da obrigação é a rescisão do contrato de trabalho e não a prestação de serviço.

() os quais se espera sejam integralmente liquidados após 12 meses do fim do período de prestação de serviço pelos empregados.

() incluem benefícios de aposentadoria e pensão e outros pagáveis a partir do final do vínculo empregatício.

() são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis em que os empregados prestarem o respectivo serviço

- A) 1, 2, 3, 4
- B) 2, 1, 4, 3
- C) 4, 3, 2, 1
- D) 3, 1, 2, 4

Comentários:

Os 4 tipos de benefícios a empregados citados estão definidos no item 8 do CPC 33 (R1). Apesar de ser um assunto pouco abordado no dia a dia dos cursos de contabilidade, esse é um tema que vem ganhando força em provas da FGV (CPC 22 e CPC 24 também). Bom ficarem de olho.

Gabarito: C

40. Admita-se um saldo de R\$ 200.000 de Duplicatas a Receber, com valores e prazos, a vencer e já vencidos, conforme tabela abaixo:

	Não vencidas	A vencer em 30 dias	A vencer em 60 dias	A vencer em 90 dias	A vencer em 180 dias	A vencer em + de 180 dias	Total
Duplicatas a Receber	45.000	50.000	40.000	30.000	30.000	5.000	200.000
% de Perda Estimada	2%	5%	10%	20%	50%	100%	
PECLD							

O valor a ser constituído a título de Despesa com PECLD é de:

- A) zero;
- B) R\$ 16.700;
- C) R\$ 33.400;
- D) R\$ 28.400;

Comentários:

Eis o cálculo da Despesa com PECLD:

Duplicatas a Receber	45.000	50.000	40.000	30.000	30.000	5.000	200.000
% de Perda Estimada	2%	5%	10%	20%	50%	100%	
PECLD	900	2.500	4.000	6.000	15.000	5.000	33.400

Gabarito: C

41. A empresa CM possui três tipos de produtos diferentes em seu estoque, sendo que o custo de aquisição total é de R\$ 34.000, conforme evidenciado a seguir.

Produtos	Custo unitário	Quantidade	Custo total
A	20	500	10.000
B	50	360	18.000
C	30	200	6.000
Total		1.060	34.000

Segue, abaixo, valores unitários de venda e despesas de venda de cada um dos produtos:

Produtos	Valor de venda un	Despesas de venda total
A	25	1.250
B	55	5.800
C	35	1.500

Assinale o valor da Despesa com Estimativa de Perdas em Estoques:

- A) R\$ 0,00.
- B) R\$ 500,00.
- C) R\$ 3.250,00.
- D) R\$ 4.500,00.

Comentários:

Os estoques são mensurados pelo custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Para encontrar o valor realizável líquido diminuimos, do valor da venda, as despesas necessárias para realizar a alienação. Eis o cálculo da perda com estoque:

Prod	Custo un	Qtde	Custo total	Vr Venda Total	Despesas de venda	Vr Real. Líq	Diferença
A	20	500	10.000	12.500	1.250	11.250	1.250
B	50	360	18.000	19.800	5.800	14.000	(4.000)
C	30	200	6.000	7.000	1.500	5.500	(500)

Valor da Perda Estimada: $4.000 + 500 = 4.500$

Gabarito: D

42. Em 2023, a empresa MAVIFOR colocou à venda determinados ativos operacionais, além de dívidas relacionadas, que deverão ser assumidas pelo comprador. Tais ativos estão registrados na contabilidade pelo valor líquido de R\$ 3.000.000,00. Antes da reclassificação para ativo mantido para a venda, cada um dos ativos e passivos foi mensurado de acordo com as normas aplicáveis. Ao efetuar o teste de *impairment*, foi reconhecida uma perda de R\$ 300.000 para terrenos e edifícios.

	Valor	Ajuste - Impairment	Saldo contábil
Terrenos	2.000.000	(200.000)	1.800.000
Edifícios	1.600.000	(100.000)	1.500.000
Máquinas	400.000	-	400.000
Passivos Relacionados	(1.000.000)	-	(1.000.000)

O grupo de ativos líquidos mantido para venda deve ser apresentado no Balanço Patrimonial de 2023, pelo valor de:

- A) R\$ 1.500.000,00
- B) R\$ 2.000.000,00
- C) R\$ 2.700.000,00
- D) R\$ 3.000.000,00

Comentários:

Eis o cálculo:

	Valor	Ajuste - Impairment	Saldo contábil
Terrenos	2.000.000	(200.000)	1.800.000
Edifícios	1.600.000	(100.000)	1.500.000
Máquinas	400.000	-	400.000
Passivos Relacionados			(1.000.000)
Total			2.700.000

Gabarito: C

43. A empresa MACIMEMATH adquiriu, em 01/01/X0, 10% de participação na empresa MAVIFOR (empresa de capital fechado, cujo valor justo não pode ser mensurado com confiabilidade) e, com esse percentual, não exerce nem controle nem influência significativa sobre a MAVIFOR. Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido contábil da empresa MAVIFOR era de R\$ 200.000,00. Para adquirir 10% da empresa MAVIFOR a MACIMEMATH pagou exatamente R\$ 20.000,00, sendo este o valor registrado inicialmente na conta de Investimento.

Em X0, a investida apurou lucro de R\$ 30.000,00.

Durante o exercício de X1, a investida apurou lucro de R\$ 40.000,00 e distribuiu dividendos no valor de R\$ 20.000,00. Nos exercícios seguintes, os projetos operacionais da investida passaram a não dar certo e, como consequência, a empresa MAVIFOR passou a apurar prejuízos materiais nos anos subsequentes, conforme demonstrado abaixo:

Prejuízo em X2: 20.000

Prejuízo em X3: 50.000

Prejuízo em X4: 60.000

Não existe expectativa de que a MAVIFOR possa retomar os investimentos.

Considerando a situação exposta, a empresa investidora:

- A) Não irá efetuar qualquer registro após X1, já que o investimento é avaliado pelo custo de aquisição.
- B) Irá registrar uma Despesa com Perdas Prováveis em Investimentos no valor de 8.000,00.
- C) Irá registrar uma despesa com Equivalência Patrimonial de R\$ 13.000,00.
- D) Irá registrar uma diminuição na conta investimentos de R\$ 4.000,00.

Comentários:

O investimento será avaliado pelo custo de aquisição. Eis os lançamentos na Investidora em X1:

Aquisição:

D- Investimentos

C- Disponibilidades.....20.000,00

Dividendos a receber da investidora:

D- Dividendos a Receber

C- Receita de Dividendos....2.000,00 [10% de 20.000,00]

Veja que, por se tratar do método de custo, não há registro na investida relativo ao lucro obtido pela investidora em X0 e X1 e a distribuição de dividendos por parte da investida não afeta o valor do investimento na MACIMEMATH.

O PL da investida ao final de X4 tem o valor de R\$ 120.000,00, conforme detalhado abaixo:

PL em 01.01.X0	R\$ 200.000,00
+ Lucro de X0	R\$ 30.000,00
+ Lucro de X1	R\$ 40.000,00
- Distribuição Dividendos X1	(R\$ 20.000,00)
- Prejuízo de X2	(R\$ 20.000,00)
- Prejuízo de X3	(R\$ 50.000,00)
- Prejuízo de X4	(R\$ 60.000,00)
PL em 31.12.X4	R\$ 120.000,00

Comparando o saldo da conta Investimentos que a MACIMEMATH possui na MAVIFOR no montante de R\$ 20.000,00 com o seu percentual de participação sobre o atual PL da investida (10% de 120.000,00 = 12.000,00), verificamos que existe forte indício de que a investidora não conseguirá recuperar os R\$ 20.000,00, tendo em vista que o valor recuperável de tal investimento foi reduzido para apenas R\$ R\$ 12.000,00. Há, portanto, a necessidade de reconhecimento de uma estimativa de perda no valor de R\$ 8.000,00.

Eis o registro na investidora:

D- Despesas com Perdas Prováveis em Investimentos (Resultado)---	8.000,00
C- Perdas Estimadas (reduzora da Conta de Investimentos)----	8.000,00

Gabarito: B

44. Sobre Arrendamentos Mercantis, Aluguéis e Outros Direitos de Uso, marque a alternativa correta:

- A) Na data de início do arrendamento o arrendador deve reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento.
- B) O ativo de direito de uso é o que representa o direito de usar o ativo durante o prazo de arrendamento, e o passivo de arrendamento representa a obrigação do arrendador de pagar as prestações.
- C) O passivo de arrendamento deve ser mensurado inicialmente pelo valor justo do arrendamento.
- D) Se o arrendamento transferir a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra, o arrendatário deve depreciar o ativo de direito de uso desde a data de início até o fim da vida útil do ativo subjacente.

Comentários:

Vamos analisar cada assertiva.

- A) Errado. Cuidado com a pegadinha. Na data de início do arrendamento, o ARRENDATÁRIO deve reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento (CPC 06, item 22).
- B) Errado. Outra troca safadinha de palavras. O ativo de direito de uso é o que representa o direito de usar o ativo durante o prazo de arrendamento, e o passivo de arrendamento representa a obrigação do ARRENDATÁRIO de pagar as prestações.
- C) Errado. O passivo de arrendamento deve ser mensurado inicialmente pelo valor PRESENTE do arrendamento (CPC 06, item 26).
- D) Certo. É o que consta expressamente no CPC 06, item 32.

Gabarito: D**45. Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade, no que tange às características qualitativas da informação contábil-financeira útil, se a informação contábil é para ser útil ela precisa ser:**

- A) analisável e compreensível.
- B) verificável e tempestiva.
- C) razoável, exata, analítica e objetiva.
- D) relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar.

Comentários:

CPC 00 é questão certa no Exame do CFC. Dentre todos os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, o mais cobrado em provas é o CPC 00, que trata da Estrutura Conceitual.

A informação-financeira possui características qualitativas fundamentais (relevância e representação fidedigna), que bastam para tornar a informação útil; e possui também características qualitativas de melhoria, que melhoram a utilidade da informação (compreensibilidade, comparabilidade, tempestividade e capacidade de verificação). É o que está lá no item 2.4 do CPC 00:

“2.4 Se informações financeiras devem ser úteis, elas devem ser relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis.”

Gabarito: D

46. Em relação à escrituração contábil, é correto afirmar:

- A) a conta caixa aumenta através de crédito.
- B) todas as contas do patrimônio líquido têm saldo credor.
- C) as contas retificadoras do ativo diminuem através de débito.
- D) os débitos representam as origens de recursos.

Comentários:

Vamos analisar cada assertiva.

- A) Errado. As contas normais do ativo possuem natureza devedora. Sendo assim, aumentam através de débito e diminuem através de crédito.
- B) Errado. As contas retificadoras do PL (capital a integralizar e prejuízos acumulados, por exemplo) possuem natureza devedora.
- C) Certo. Se as contas normais do ativo possuem natureza devedora, suas contas retificadoras possuem natureza contrária, ou seja, credora. Desse modo, vão aumentar por créditos e diminuir por débitos.
- D) Errado. Os débitos representam as aplicações de recursos e os créditos representam as origens de recursos.

Gabarito: C

47. Marque a alternativa correta:

- A) o balancete de verificação pode ser elaborado em modelos de vão de 1 a 8 colunas.
- B) compra de mercadoria, com pagamento de parte à vista, é um fato registrado através de um lançamento de terceira fórmula.
- C) a equação $\text{Ativo} + \text{PL} = \text{Passivo}$ indica uma situação líquida favorável.
- D) o pagamento de uma duplicata com juros é um fato contábil misto diminutivo.

Comentários:

Vamos, de forma bem direta, analisar cada assertiva.

A) Falso. O balancete de verificação pode ser elaborado em modelos de 2, 4, 6 ou 8 colunas. Não existe balancete de 1 coluna.

B) Falso. Lançamento de 1ª fórmula tem um débito e um crédito ('11'); o de segunda fórmula tem um débito e mais de um crédito ('12'); o de terceira tem mais de um débito e apenas um crédito ('21'); e o de quarta fórmula tem mais de um débito e mais de um crédito ('22'). O fato descrito possui um débito (mercadorias) e dois créditos (caixa e fornecedores) sendo, portanto, de segunda fórmula.

C) Falso. A equação mostrada indica o estado patrimonial conhecido como 'passivo a descoberto', que ocorre quando as dívidas superam os bens e direitos. Percebam que se jogarmos o PL para o seu "local devido", que é o outro lado da equação (o lado das origens de recursos), ele ficará negativo ($A = P - \text{PL}$), e o passivo a descoberto é justamente isto: o estado patrimonial que indica uma situação líquida negativa.

D) Alternativa verdadeira. Eis o registro:

D - Despesa de Juros

D - Duplicatas a Pagar

C - Caixa.

O fato misto (também conhecido como composto ou permutativo-modificativo) é a junção do permutativo com o modificativo. Perceba que no registro houve, ao mesmo tempo, uma modificação na riqueza (débito de despesa) e uma permuta (conta patrimonial no débito e no crédito) caracterizando, assim, um fato misto diminutivo.

Gabarito: D

48. O Patrimônio Líquido da Cia MAVIFOR é o dobro do seu Passivo Exigível. Desse modo, o valor do Ativo será:

- A) o triplo do valor das obrigações com terceiros.
- B) o dobro do valor do patrimônio líquido.
- C) metade do valor do capital total à disposição da entidade.
- D) o triplo do valor do capital próprio.

Comentários:

Com as informações fornecidas, se o passivo exigível da companhia for, por exemplo, 100, o PL será 200 e o ativo total será 300. Logo, o ativo será três vezes superior ao total das dívidas. Alternativa A.

Gabarito: A

49. A companhia MAVIFOR Ltda comprou um equipamento pelo valor de R\$ 90.000,00 que, acrescido de despesas de frete, seguro e instalação, totaliza R\$ 107.500,00. A vida útil calculada para esse maquinário foi de 15 anos, e o valor residual do bem foi estimado em R\$ 7.500,00. A data da aquisição e instalação do equipamento foi em 1º de abril de 2020. A despesa de depreciação calculada e contabilizada, para efeito societário, no ano de 2020, considerando hipoteticamente a data de encerramento do exercício em 31/12, em reais, foi de:

- A) 3.333,33
- B) 5.000,00
- C) 5.500,00
- D) 6.666,66

Comentários:

O equipamento será ativado pelo montante de R\$ 107.500,00. Lembrem-se: não depreciamos o valor residual. Como o valor residual é R\$ 7.500,00, o depreciable será R\$ 100.000,00.

O equipamento tem vida útil de 180 meses (15 anos). A depreciação de 2020 será iniciada em abril. Desse modo, no referido ano, teremos uma depreciação relativa a 9 meses.

Cálculo da depreciação de 2020: $\frac{9}{180} \times 100.000 = 5.000$

Gabarito: B

50. Sobre o Patrimônio Líquido, analise as assertivas a seguir:

I. No caso das sociedades que não sejam por ações, podem existir lucros ainda não retidos ainda não destinados a reservas ou à distribuição aos sócios. Nesse caso, podem ficar sob a rubrica de Lucros Acumulados.

II. A subscrição do Capital Social é o ato através do qual o interessado formaliza sua vontade de adquirir um valor mobiliário.

III. A operação em que a companhia paga aos acionistas o valor de suas ações por razões de dissidência nos casos previstos na legislação societária é denominada resgate de ações.

IV. Quando o lucro a realizar é decorrente da receita de equivalência patrimonial, sua realização se dará apenas quando houver a baixa ou alienação de tais investimentos.

Marque a alternativa que contém todas as assertivas corretas:

- A) I e II
- B) I e III
- C) II, III e IV
- D) III e IV

Comentários:

Vamos analisar item a item.

I. Verdade. A Lei 6.404, com respectivas alterações, vale para as sociedades por ações. Uma LTDA pode ter saldo em lucros acumulados.

II. Verdade. Com a subscrição do capital, o sócio formaliza seu interesse em adquirir ações (que é um tipo de valor mobiliário).

III. Falso. A operação em que a companhia paga aos acionistas o valor de suas ações por razões de dissidência nos casos previstos na legislação societária é denominada reembolso de ações. O resgate se dá quando há o pagamento das ações para retirá-las definitivamente de circulação.

IV. Falso. Quando o lucro a realizar é decorrente da receita de equivalência patrimonial, sua realização também se dá quando a companhia recebe dividendos desses investimentos.

I e II ok. Alternativa A.

Gabarito: A

51. Dados extraídos da Demonstração de Lucros Acumulados da Cia. MAVIFOR, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2020 (em R\$):

Ajuste credor de períodos anteriores	20.000,00
Dividendos propostos pela administração	300.000,00
Constituição da Reserva Legal	40.000,00
Lucro líquido do Exercício	800.000,00
Reversão da Reserva para Contingências	140.000,00
Constituição de outras reservas de lucros	480.000,00
Saldo em 31/12/2020	0,00

O saldo inicial em 31/12/2019 correspondia a um prejuízo acumulado, em R\$, de

- A) 60.000,00.
- B) 100.000,00.
- C) 140.000,00.
- D) 130.000,00.

Comentários:

Questão sobre DLPA, ou seja, sobre o entendimento dos fatos que ocasionam aumento ou diminuição na conta lucros ou prejuízos acumulados.

A questão pede o saldo inicial da conta prejuízos acumulados, o qual trataremos como X. Percebam, de cara, que o saldo da conta no final do ano foi zero, ou seja, o prejuízo não aumentou, pelo contrário, fez foi diminuir.

Vamos aos eventos que alteraram o saldo da referida conta.

1. Itens que aumentam o saldo de lucro acumulado (ou diminuem o saldo de prejuízo acumulado)

- LLE de 800.000: com a chegada do lucro de 800 mil, o prejuízo acumulado se transformou em lucro acumulado. Foi a partir daí que foi possível constituir reservas de lucros e distribuir dividendos.
- Ajuste credor de exercícios anteriores: imaginem que em 2019 era para a empresa ter lançado uma receita recebida no ato de, por exemplo, 45 mil, mas lançou, por equívoco, o valor de R\$ 25 mil (20 mil a menos). Descoberto o erro em 2020, a empresa fez o seguinte lançamento:

D- Caixa-----20.000

C- Lucros Acumulados—20.000

Nesse lançamento a empresa não poderia creditar uma conta de receita, pois isso desrespeitaria o regime de competência, já que esse complemento da receita (20 mil) se refere a 2019 e não a 2020.

- Reversão da reserva para contingências: a reversão de uma reserva de lucros aumenta o saldo de lucros acumulados.

D- Reserva para contingências—140.000

C- Lucros Acumulados----- 140.000

2. Itens que diminuem o saldo de lucro acumulado (ou aumentam o saldo de prejuízo acumulado):

- Distribuição de dividendos obrigatórios

D- Lucros acumulados—300.000

C- Dividendos a pagar---300.000

- Constituição de reservas de lucros: sabemos que a constituição de qualquer reserva de lucros diminui o saldo de lucros acumulados.

D- Lucros acumulados-----520.000

C- Reserva legal----- 40.000

C- Outras reservas de lucros-----480.000

Resolvendo a questão, temos a seguinte movimentação no valor do PL:

Saldo inicial: X

+ LLE: 800.000,00

+ Ajuste credor de exercício anterior: 20.000,00

+ Reversão da reserva para contingências: 140.000,00

- Reserva Legal: (20.000,00)

- Dividendos Obrigatórios: (300.000,00)

- Outras reservas de lucros: (480.000,00)

Saldo final do PL: 0

Ficamos com a seguinte equação:

$$X + 800.000 + 20.000 + 140.000 - 20.000 - 300.000 - 480.000 = 0$$

$$X = -140.000.$$

Sendo assim, o saldo de prejuízo acumulado no final de 2019 era 140 mil.

Gabarito: C

52. Sobre a Lei 6.404/1976, marque a alternativa correta.

- A) No ativo circulante teremos as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.
- B) Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração diferente do exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.
- C) Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior que possam ser atribuídos a fatos subsequentes.
- D) O valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação pode ser o valor justo de instrumentos financeiros.

Comentários:

Não tem para onde correr, pessoal, todos têm que conhecer, “de cor e salteado”, os artigos 175 a 205 da Lei 6.404/76. Vamos às assertivas.

a) Falso. Foi engolida a palavra “subsequente” e isso faz uma diferença danada. Um direito realizado no curso do exercício não existirá mais na data do balanço, logo, não será classificado em nenhum local.

Art. 179, I – “No ativo circulante teremos as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.”

b) Falso. Se o ciclo operacional for menor do que o exercício social, a classificação entre circulante e não circulante continuará seguindo a duração do exercício social (1 ano). Portanto, não é questão de o prazo ser diferente, mas sim de ser maior.

Art. 179, único - “Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.”

c) Falso. Se um erro puder ser atribuído a fato subsequente, na prática não será erro. Não será caso de ajuste de exercícios anteriores.

“Art. 186, § 1º - Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.”

d) Correto. Nem sempre é simples encontrar o valor justo de um instrumento financeiro. A própria lei deixa isso claro ao estabelecer diversas possibilidades para se achar o valor justo de tais itens. Uma das possibilidades é o valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação.

“Art. 183 - No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

(...)

§ 1º Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se valor justo: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

(...)

d) dos instrumentos financeiros, o valor que pode se obter em um mercado ativo, decorrente de transação não compulsória realizada entre partes independentes; e, na ausência de um mercado ativo para um determinado instrumento financeiro:

- 1) o valor que se pode obter em um mercado ativo com a negociação de outro instrumento financeiro de natureza, prazo e risco similares;
- 2) o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros para instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares; ou
- 3) o valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação de instrumentos financeiros.”

Gabarito: D

53. Considere as seguintes informações sobre cinco ativos adquiridos pela companhia MAVIFOR:

I. A Cia. fez uma aplicação financeira em um fundo de investimento que rende 1% am, com resgate em 180 dias

II. A Cia. adquiriu ações da Cia. C e as classificou como para negociação.

III. A Cia. adquiriu da Cia. D um conjunto de máquinas especiais para revendê-los.

IV. A Cia. adquiriu títulos para manter até o vencimento, sendo este em dois anos.

V. A Cia. tem um terreno, que não está sendo usado nem alugado, onde ela pretende construir futuramente uma filial.

A correta classificação dos ativos no balanço patrimonial, seguindo a ordem apresentada será:

- A)** investimento, circulante, imobilizado, investimento e imobilizado.
- B)** circulante, circulante, imobilizado, realizável a longo prazo e imobilizado.
- C)** circulante, circulante, circulante, realizável a longo prazo e investimento.
- D)** realizável a longo prazo, investimento, circulante, circulante e investimento.

Comentários:

- I. A aplicação financeira será resgatada no curto prazo. Ativo Circulante.
- II. Quem compra ações para negociar não está fazendo um investimento permanente. Devemos assumir que referida negociação se dará no curto prazo. Ativo Circulante.
- III. Não interessa se são máquinas. Muito menos se são especiais. O importante aqui é que a empresa está comprando algo para revender: Estoques – Ativo Circulante.
- IV. A Cia. vai passar dois anos com os títulos até que ocorra a realização. Será, portanto, ativo não circulante realizável a longo prazo.
- V. Um imóvel para futura expansão fica classificado como “demais investimentos” lá no grupo investimentos.

Gabarito: C

54. O valor registrado no Patrimônio Líquido da empresa MAVIFOR S.A. era, em determinada data, R\$ 1.000.000,00. A empresa Sorvetes S.A. adquiriu, nessa data, 60% das ações com direito a voto da MAVIFOR S.A. pagando o preço total de R\$ 1.300.000,00 e passando a deter o seu controle. O valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da MAVIFOR S.A. era, nessa mesma data, R\$ 1.200.000,00.

O valor reconhecido no grupo Investimentos do balanço individual da empresa Sorvetes S.A. na data da aquisição foi, em reais,

- A) 600.000,00.
- B) 1.300.000,00.
- C) 1.000.000,00.
- D) 1.200.000,00.

Comentários:

Questão sobre o registro inicial de um investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial. O examinador pede o valor reconhecido no grupo Investimentos. É importante destacar que o Investimento vai ser lançado com separação em subcontas, mas todas elas fazem parte do grupo.

Vamos a uma receitinha de bolo:

- Em Ações da “empresa tal”: aplicamos o percentual sobre o valor contábil do PL da investida;
- Em ‘Mais-Valia’: aplicamos o percentual sobre quanto o valor justo supera o valor contábil;
- Goodwill: é quanto pagamos acima do valor justo da participação.

Vamos ao lançamento:

- D- Ações de Controladas---600.000 (60% de 1.000.000)
 D- Mais-Valia-----120.000 (60% de 200.000)
 D- Goodwill-----580.000* (valor que faz bater origens e aplicações)
 C- Disponibilidades-----1.300.000

Se fôssemos pagar o valor justo da participação, teríamos que aplicar os 60% sobre o valor justo de toda a riqueza da investida (ou seja, 60% do valor justo do PL): $60\% \text{ de } 1.200.000 = 720.000$.

Ora, pagamos bem acima disso. Esse valor pago acima do valor justo ($1.300.000 - 720.000 = 580.000$) é justamente o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (temos que ter uma expectativa muito boa para aceitar pagar acima do justo).

Tudo o que foi debitado no lançamento vai para o Ativo Não Circulante Investimento.

Gabarito: B

55. A empresa Comércio Industrial Ltda. comprou 10 latas de tinta pelo valor de R\$ 100,00, tributadas com IPI de 5% e ICMS de 12%. Pagou entrada de 20% e aceitou duas duplicatas mensais de igual valor. Após efetuar o competente lançamento contábil, é correto afirmar que, com essa operação, os estoques da empresa sofreram aumento no valor de

- A) R\$ 880,00
 B) R\$ 1.000,00
 C) R\$ 1.050,00
 D) R\$ 1.120,00

Comentários:

Molezinha. A indústria irá recuperar ICMS e IPI. Já sabemos que se um tributo é recuperável, ele não irá fazer parte do valor do estoque adquirido.

Vamos entender o valor da nota para efetuar a contabilização correta:

Compra-----10 x 100 = 1.000 (dentro dos mil tem 120 de ICMS)

IPI (tributo por fora)-----50

Total da Nota Fiscal-----1.050

Eis o lançamento da compra:

D- Estoques-----880,00

D- ICMS a Recuperar---120,00

D- IPI a Recuperar----- 50,00

C- Caixa-----210,00

C- Fornecedores-----840,00

Gabarito: A

56. Apresentamos as contas e saldos constantes do balancete de verificação da Cia. MAVIFOR, em 31.12.24:

Adiantamento de Clientes	R\$ 160,00
Adiantamento a Diretores	R\$ 180,00
Adiantamento a Fornecedores	R\$ 200,00
Aluguéis Ativos a Receber	R\$ 100,00
Duplicatas Descontadas	R\$ 120,00
Caixa	R\$ 220,00
Capital Social	R\$ 1.200,00
Clientes	R\$ 460,00
Depreciação Acumulada	R\$ 150,00
Fornecedores	R\$ 500,00
Móveis e Utensílios	R\$ 1.000,00
Prejuízos Acumulados	R\$ 120,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	R\$ 1.500,00

Com as contas listadas, a Cia. MAVIFOR elaborou o Balanço Patrimonial, com um Passivo Exigível no valor de

- A) R\$ 780,00
- B) R\$ 660,00
- C) R\$ 900,00
- D) R\$ 620,00

Comentários:

Vamos, de modo prático, somar as contas que representam dívidas (passivo exigível):

Adiantamento de Clientes	R\$ 160,00
Duplicatas Descontadas	R\$ 120,00
Fornecedores	R\$ 500,00
Total:	R\$ 780,00

Gabarito: A

57. No sistema contábil abaixo apresentado, só faltou anotar as receitas do período. Todavia, considerando as regras do método das partidas dobradas, podemos calcular o valor dessas receitas.

Componentes	Valores
Capital	R\$ 130,00
Despesas	R\$ 100,00
Dívidas	R\$ 180,00
Dinheiro	R\$ 110,00
Clientes	R\$ 120,00
Fornecedores	R\$ 135,00
Prejuízos Anteriores	R\$ 40,00
Máquinas	R\$ 195,00

Com base nos elementos apresentados, pode-se afirmar que o valor das receitas foi

- A) R\$ 20,00
- B) R\$ 120,00
- C) R\$ 100,00
- D) R\$ 110,00

Comentários:

O ativo totaliza 425,00 (dinheiro, clientes e máquinas). O passivo exigível, por seu turno, é 315,00 (dívidas e fornecedores). Ora, faça chuva ou faça sol, o PL será 110.

Analisando as contas do PL, temos um Capital de 130,00 e um Prejuízo Acumulado de 40,00, ou seja, um total de 90. Sendo assim, é preciso que o resultado seja um lucro de 20 para que o PL aumente para 110. Como há despesas de 100, as receitas totalizam o valor de 120,00.

Gabarito: B

58. Da leitura atenta dos balanços gerais da Cia. CAFÉ COM CONTABILIDADE, levantados em 31.12.24 para publicação, e dos relatórios que os acompanham, podemos observar informações corretas que indicam a existência de:

Capital de Giro no valor de R\$ 200,00

Capital Social no valor de R\$ 500,00

Capital Alheio no valor de R\$ 500,00

Capital Autorizado no valor de R\$ 550,00

Capital a Realizar no valor de R\$ 150,00

Patrimônio Bruto no valor de R\$ 800,00

Capital Integralizado no valor de R\$ 350,00

Reservas de Lucros no valor de R\$ 50,00

Prejuízo Líquido do Exercício no valor de R\$ 100,00

A partir das observações acima, podemos dizer que o valor do Patrimônio Líquido da Cia. CAFÉ COM CONTABILIDADE é de

- A) R\$ 300,00
- B) R\$ 350,00
- C) R\$ 400,00
- D) R\$ 500,00

Comentários:

Questão simples. Eis a composição do PL:

Capital Social	R\$ 500,00
Capital a Realizar	(R\$ 150,00)
Reservas de Lucros	R\$ 50,00
Prejuízo Acumulado	(R\$ 100,00)
Total	R\$ 300,00

Na prática o prejuízo acumulado será compensado parcialmente pelas reservas de lucros, de modo a restar a seguinte configuração:

Capital Social	R\$ 500,00
Capital a Realizar	(R\$ 150,00)
Prejuízo Acumulado	(R\$ 50,00)
Total	R\$ 300,00

Muito cuidado com as pegadinhas:

- ▶ Capital de Giro é sinônimo de ativo circulante.
- ▶ Capital Alheio é sinônimo de passivo exigível.
- ▶ Capital Autorizado é uma cláusula no estatuto autorizando aumento no capital com menos burocracia.
- ▶ Patrimônio Bruto é sinônimo de ativo.
- ▶ Capital Integralizado equivale ao capital social menos o capital a realizar, ou seja, é uma informação que aparece duplicada na questão.

Gabarito: A

59. Sobre o tema Escrituração Contábil, marque a alternativa incorreta.

- A) O nível de detalhamento da escrituração contábil deve estar alinhado às necessidades de informação de seus usuários.
- B) O registro contábil deve conter o número de identificação do lançamento em ordem sequencial relacionado ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos contábeis.
- C) Os livros contábeis obrigatórios, entre eles o Livro Diário e o Livro Razão, em forma digital, devem revestir-se de formalidades intrínsecas, tais como, serem assinados digitalmente pela entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado e serem autenticados no registro público competente.
- D) As demonstrações contábeis devem ser transcritas no Livro Diário, completando-se com as assinaturas do titular ou de representante legal da entidade e do profissional da contabilidade legalmente habilitado.

Comentários:

Vamos novamente analisar cada alternativa.

- A) Verdade. Resolução CFC 1.330/11, item 4.
- B) Verdade. Resolução CFC 1.330/11, item 7.
- C) Falso. As formalidades citadas são formalidades EXTRÍNSECAS. Resolução CFC 1.330/11, item 10.
- D) Verdade. CFC 1.330/11, item 13.

Gabarito: C

60. Sobre Sistema de Contas e Plano de Contas, marque V para verdadeiro ou F para falso.

() O rol de contas é um dos elementos do plano de contas, um conjunto de normas destinadas a amparar os registros contábeis de uma instituição.

() O plano de contas deve reunir os elementos necessários para o registro das operações desenvolvidas, as quais podem sofrer variações significativas de uma empresa para outra.

() Elenco de contas e plano de contas são termos sinônimos e constituem a relação de todas as contas utilizadas pela entidade no registro contábil das suas operações.

A sequência está correta em

- A) F, F, V.
- B) V, V, F.
- C) V, V, V.
- D) F, V, V.

Comentários:

Primeira Assertiva: Certa. O rol de contas, ou elenco de contas, faz parte do plano de contas, contendo o nome e o código de todas as contas passíveis de serem utilizadas pela entidade.

Segunda Assertiva: Certa. No plano de contas, além da relação das contas que serão utilizadas pela entidade, temos a função e o funcionamento de cada conta.

Terceira Assertiva: Errada. O elenco de contas integra o plano de contas. Plano de contas é mais abrangente que o elenco, pois inclui a função e o funcionamento das contas.

Gabarito: B

61. Marque a alternativa correta.

- A) O pagamento de uma duplicata com desconto é um fato contábil modificativo aumentativo.
- B) O lançamento de segunda fórmula possui mais de uma conta debitada e apenas uma conta creditada.
- C) A equação fundamental do patrimônio indicada por $\text{Ativo} + \text{PL} = \text{Passivo}$ indica uma situação líquida negativa.
- D) Uma conta retificadora do PL diminui através de débitos.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa.

A) Errado. O pagamento de uma duplicata com desconto é um fato misto aumentativo, pois envolve, ao mesmo tempo, uma modificação (registro da receita com desconto obtido) e uma permuta (caracterizada por conta patrimonial no débito e no crédito). Eis o lançamento:

D- Duplicatas a Pagar

C- Caixa

C- Desconto Obtido

Vale destacar que todo e qualquer fato que trate de pagamento de duplicatas com juros ou desconto ou recebimento de duplicata com juros ou desconto será misto.

B) Errado. O lançamento de segunda fórmula possui apenas um débito e mais de um crédito.

C) Verdade. Na situação líquida negativa, também conhecida como 'passivo a descoberto', as dívidas superam os bens e direitos. Com o PL negativo, a equação fundamental do patrimônio fica assim: $A = P - PL$. Ora, passando o PL para o outro lado da equação, temos $A + PL = P$.

D) Errado. As contas normais do PL possuem natureza credora. Sendo assim, as contas retificadoras do PL possuem natureza devedora, ou seja, aumentam através de débitos e diminuem através de créditos.

Gabarito: C

62. Uma empresa contraiu um empréstimo de R\$ 1.000,00. Na transação houve custos de transação de 50,00. No registro da obtenção do empréstimo,

A) O ativo aumentou R\$ 1.000,00.

B) O passivo aumentou R\$ 1.000,00.

C) O PL diminuiu R\$ 50,00.

D) O resultado do exercício não foi afetado.

Comentários:

O registro da contratação do empréstimo será:

D- Banco conta movimento----- 950,00 (aumentando o ativo circulante)

C- Encargos a Transcorrer----- 50,00 (diminuindo o passivo circulante)

C- Empréstimos Obtidos-----1.000,00(aumentando o passivo circulante)

No ato da contratação, não haverá conta de resultado. Tanto o ativo como o passivo aumentaram em 950,00. A conta encargos a transcorrer é retificadora do passivo. Somente com o passar do tempo haverá a transferência de 'encargos a transcorrer' para despesa.

Gabarito: D

63. A empresa Desenrola S.A. realizou, em 01/12/2019, as seguintes vendas de mercadorias:

– Venda à vista: R\$ 400.000,00

– Venda para receber no longo prazo (15 meses) no valor nominal: R\$ 394.435,00

Se a venda efetuada a prazo tivesse sido realizada à vista o valor total das vendas seria R\$ 750.000,00. Sabendo-se que a taxa de juros praticada pela empresa nas vendas a prazo é 0,8% ao mês, a empresa Desenrola S.A. reconheceu na Demonstração do Resultado de 2019, especificamente com relação às vendas efetuadas em 01/12/2019,

- A) Receita de Vendas = R\$ 794.435,06.
- B) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00, apenas.
- C) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00 e Receita Financeira = R\$ 12.000,00.
- D) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00 e Receita Financeira = R\$ 2.800,00.

Comentários:

Questão sobre Ajuste a Valor Presente.

Primeira coisa: vai para receita de vendas o valor de à vista, ou seja, se a venda tivesse sido recebida toda à vista. No caso, de cara temos uma receita de vendas de R\$ 750.000,00, pois o valor recebido no ato foi 400 mil, e se a parcela que ficou para ser recebida a prazo tivesse sido recebida no ato, o valor teria sido 350.000,00. Ora, somando 400 mil com 350 mil temos um total de 750 mil.

Descartamos, assim, a letra A.

A venda ocorreu no início de dezembro e ele pede a receita no final do mês. Sendo assim, também teremos receita de juros relativa a um mês. Podemos descartar a B.

Falta apenas calcular essa receita financeira de dezembro.

Muito fácil. Basta aplicar a taxa mensal de juros sobre o valor financiado, que foi R\$ 350.000 (não pagamos tudo no ato por não possuímos esses 350 mil).

Fica assim: $0,8\% \times 350.000 = 2.800$

Gabarito: D

64. Em outubro de 2020, uma indústria adquiriu um equipamento para o ativo imobilizado pelo valor hipotético de R\$ 350.000,00. O pagamento desse ativo foi:

- 30% à vista;
- 20% em uma parcela ao final de 12 meses; e
- 50% em 36 parcelas mensais consecutivas.

Adicionalmente, verificou-se que a empresa recebeu, de um cliente, 70% de um valor total de R\$ 70.000,00, que se encontrava atrasado. Aproveitando essa oportunidade, pagou uma duplicata de um fornecedor no valor de R\$ 25.000,00.

Considerando apenas as operações contábeis descritas no mês de outubro de 2020, é correto afirmar:

- A) Não houve alteração no total do ativo e passivo da empresa.
- B) O ativo da empresa aumentou em R\$ 220.000,00.
- C) O ativo da empresa aumentou em R\$ 269.000,00.
- D) O passivo da empresa aumentou em R\$ 350.000,00.

Comentários:

1. Lançamento da compra do equipamento:

D- Equipamentos-----350.000
C- Caixa-----105.000 (30% de 350 mil)
C- Contas a Pagar----- 70.000 (20% de 350 mil)
C- Contas a Pagar LP-----175.000 (50% de 350 mil)

2. Lançamento do recebimento de clientes:

D- Caixa----- 49.000
C- Clientes----- 49.000

3. Lançamento do pagamento da duplicata:

D- Duplicatas a Pagar----- 25.000
C- Caixa----- 25.000

Repercussão no Ativo: + 350.000 – 105.000 + 49.000 - 49.000 – 25.000 = + 220.000.

Repercussão no Passivo: + 70.000 + 175.000 – 25.000 = + 220.000.

Repercussão no PL = nenhuma.

Gabarito: B

65. A empresa W, ré nos processos trabalhistas X, Y e Z, que discutem a mesma matéria, mas correm em varas trabalhistas distintas, será provavelmente condenada a pagar as indenizações reclamadas. A tabela a seguir refere-se aos processos trabalhistas desfavoráveis à empresa W.

Processos	Desembolso (em R\$ mil)	Probabilidade de ocorrência
X	300	70%
Y	180	60%
Z	40	80%

Na situação hipotética apresentada, o montante de provisão a ser reconhecido é de, em R\$ mil:

- A) R\$ 40.
- B) R\$ 180.
- C) R\$ 300.
- D) R\$ 350.

Comentários: Concursos

Questão traiçoeira. O grande lance é verificar se é provável a perda dos três processos. Não está em jogo aqui se será ou não provisão, mas sim o valor da provisão.

O cálculo é feito com o item 39 do CPC 25, o tal do “valor esperado”.

“39. As incertezas que rodeiam o valor a ser reconhecido como provisão são tratadas por vários meios de acordo com as circunstâncias. Quando a provisão a ser mensurada envolve uma grande população de itens, a obrigação deve ser estimada ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. O nome para esse método estatístico de estimativa é “valor esperado”. Portanto, a provisão será diferente dependendo de a probabilidade da perda de um dado valor ser, por exemplo, de 60 por cento ou de 90 por cento. Quando houver uma escala contínua de desfechos possíveis, e cada ponto nessa escala é tão provável como qualquer outro, é usado o ponto médio da escala.”

Fica assim:

$$300.000 \times 70\% = 210.000$$

$$180.000 \times 60\% = 108.000$$

$$40.000 \times 80\% = \underline{32.000}$$

$$\text{Total} \quad = 350.000$$

Gabarito: D

66. A Cia. MAVIFOR inicia em setembro de 2020 uma pesquisa para desenvolvimento do produto X o qual, quando concluído, será patenteado pela empresa. Até o dia 15 de novembro de 2020, a empresa já havia efetuado diversos gastos com pesquisa no valor de R\$ 100.000,00. Após essa data, com o avanço do processo, foi possível definir um critério confiável de controle, acumulação, identificação e registro do Ativo Intangível. No final de 2020, os gastos da empresa com pesquisa e desenvolvimento do produto X totalizaram R\$ 180.000,00 e o valor recuperável do intangível incorporado foi de R\$ 100.000,00. Com base nas informações fornecidas, o registro contábil desse evento é:

- A) Ativo Intangível 180.000
a Disponibilidades 180.000
- B) Despesas 180.000
a Disponibilidades 180.000
- C) Ativo Intangível 80.000
Despesas 100.000
a Disponibilidades 180.000
- D) Despesas 80.000
Ativo Intangível 100.000
a Disponibilidades 180.000

Comentários:

Sabemos que os gastos com pesquisa sempre são classificados como despesa. Os gastos com desenvolvimento, no entanto, podem afetar o resultado (despesa) ou ir para o intangível. Os gastos com desenvolvimento serão ativados no intangível apenas quando tais gastos atenderem aos critérios de reconhecimento estabelecidos no item 57 do CPC 04:

“57. Um ativo intangível resultante de desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento de projeto interno) deve ser reconhecido somente se a entidade puder demonstrar todos os aspectos a seguir enumerados:

(a) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;

(b) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;

(c) capacidade para usar ou vender o ativo intangível;

(d) forma como o ativo intangível deve gerar benefícios econômicos futuros. Entre outros aspectos, a entidade deve demonstrar a existência de mercado para os produtos do ativo intangível ou para o próprio ativo intangível ou, caso este se destine ao uso interno, a sua utilidade;

(e) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e

(f) capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. “

Sendo assim, os R\$ 100.000,00 gastos com pesquisa irão para despesa. Somente a partir daí, foram atendidos os critérios para reconhecimento de um intangível; por isso, os R\$ 80.000,00 restantes vão para o intangível.

Como o valor recuperável é superior ao valor contábil, não haverá lançamento de perda estimada por desvalorização do intangível.

Gabarito: C

MATEMÁTICA FINANCEIRA/ESTATÍSTICA

CARLOS HENRIQUE

A tabela identifica a distribuição do número de colaboradores de uma instituição pelos respectivos salários que recebem:

DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES PELOS SEUS RESPECTIVOS SALÁRIOS

SALÁRIO RECEBIDO	NÚMERO DE COLABORADORES
R\$ 3.600,00	20
R\$ 4.200,00	15
R\$ 5.000,00	10
R\$ 6.000,00	5

67. Dentre os colaboradores que recebem mais de R\$ 4.000,00, qual o percentual dos que recebem menos de R\$ 5.000,00.

- A) 70%
- B) 50%
- C) 90%
- D) 30%

Comentários:

Os colaboradores que recebem mais de R\$ 4.000,00 são $15 + 10 + 5 = 30$. Dentre estes os que recebem menos de R\$ 5.000,00 são os 15 que recebem R\$ 4.000,00. Assim, a porcentagem pedida é igual a

$$P = 15/30 = \frac{1}{2} = 50\%$$

Gabarito: B

68. Sabendo-se que no próximo mês está previsto um aumento de 20% em todos os salários pagos, e que não haverá admissão de novos colaboradores, tampouco, demissão, assinale a alternativa que contém a soma da média aritmética simples, da mediana e da moda dos salários que essa instituição pagará aos seus colaboradores, após o aumento previsto:

- A) R\$ 14.520,00
- B) R\$ 14.400,00
- C) R\$ 14.360,00
- D) R\$ 14.240,00

Comentários:

Inicialmente, iremos calcular a soma pedida na tabela acima e, posteriormente, aplicaremos o aumento de 20%.

DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES PELOS SEUS RESPECTIVOS SALÁRIOS

SALÁRIO RECEBIDO (x)	NÚMERO DE COLABORADORES (f)	xf
R\$ 3.600,00	20	72.000
R\$ 4.200,00	15	63.000
R\$ 5.000,00	10	50.000
R\$ 6.000,00	5	30.000
TOTAL	50	215.000

A média aritmética é dada por $= 215.000/50 = 4.300$

A moda é o valor que apresenta a maior frequência, ou seja, é igual a R\$ 3.600,00 (20 colaboradores).

Há 50 colaboradores, a mediana é a média entre o vigésimo quinto e o vigésimo sexto valores.

Mediana = $(4200 + 4200)/2 = 4.200$

Logo, a soma das três medidas de posição é igual a $4.300 + 3.600 + 4.200 = 12.100$

Finalmente, aplicaremos o aumento de 20%. Portanto, o valor final será igual a $1,2 \times 12,100 = 14.520$.

Gabarito: A

69. Bernardete passou na prova do CFC (estudando no Estratégia Concursos, obviamente!) e, para comemorar, resolveu aplicar um certo capital a juros simples. O capital produz o montante de R\$ 14.400,00 em cinco meses e, em oito meses, esse montante passa a valer R\$ 15.360,00.

Nessas condições, pode-se concluir que a taxa de juros aplicada ao capital de Bernardete é:

- A) 2,10% a.m.
- B) 2,22% a.m.
- C) 2,40% a.m.
- D) 2,50% a.m.

Comentários:

Se fizermos a diferença entre os montantes, teremos: R\$ 15.360,00 – R\$ 14.400,00 = R\$ 960,00.

Esse valor corresponde aos juros de 3 meses (8 meses – 5 meses = 3 meses).

Assim, os juros mensais são iguais a R\$ 960,00/3 = R\$ 320,00.

Logo, os juros referentes a 5 meses são iguais a R\$ 320,00 x 5 = R\$ 1.600,00.

Agora sabemos os juros de 5 meses e o montante em 5 meses. Assim, podemos calcular o capital inicial.

$$M = C + j$$

$$M - j = C$$

$$14.400 - 1600 = C$$

$$12.800 = C.$$

Para descobrirmos a taxa mensal, basta compararmos os juros de 1 mês com o capital inicial.

$$J_1/C = 320/12800 = 0,025 \text{ a.m.} = 2,5\% \text{ a.m.}$$

Gabarito: D

70. Maria Bu almoça diariamente no restaurante ESTRATÉGIA FOOD. A comida é feita de forma aleatória por um dos três cozinheiros que lá trabalham:

- 1) 40% das vezes a sopa é feita por Silvio Sande;
- 2) 40% das vezes por Carlos Henrique
- 3) 20% das vezes por Renato da Costa
- 4) Silvio Sande salga demais a comida 10% das vezes,
- 5) Carlos Henrique o faz em 5% das vezes
- 6) Renato da Costa 20% das vezes.

Como de costume, um dia qualquer Maria Bu pede o almoço e, ao experimentá-lo, verifica que está salgado demais. A probabilidade de que esse almoço tenha sido feito por Carlos Henrique é igual a

- A) 0,15.
- B) 0,20.
- C) 0,30.
- D) 0,25.

Comentários:

Em primeiro lugar, aconselho fortemente que você assista à solução em vídeo também.

$$P(\text{Silvio Sande fazer o almoço e salgá-lo}) = 0,4 \times 0,1 = 0,04$$

$$P(\text{Carlos Henrique fazer o almoço e salgá-lo}) = 0,4 \times 0,05 = 0,02$$

$$P(\text{Renato da Costa fazer o almoço e salgá-lo}) = 0,2 \times 0,2 = 0,04$$

$$P = \frac{0,02}{0,04+0,02+0,04} = 0,02/0,10 = 0,2$$

Gabarito: D

71. Ao descontar em um banco, 2 meses antes de seu vencimento, um título de valor nominal igual a R\$ 30.000,00, uma empresa recebe na data da operação de desconto comercial simples o valor de R\$ 28.500,00. Utilizando a mesma taxa de desconto anterior e ainda a operação de desconto comercial simples, descontando um título de valor nominal de R\$ 24.000,00, 3 meses antes de seu vencimento, receberá

- A) R\$ 20.000,00
- B) R\$ 21.000,00
- C) R\$ 22.000,00
- D) R\$ 22.200,00

Comentários:

O desconto é igual a $30000 - 28500 = 1500$. Para acharmos a taxa de desconto usaremos a relação

$$D = N \cdot i \cdot n$$

$$1500 = 30000 \cdot i \cdot 2$$

$$1500 = 60.000 \cdot i$$

$$1500/60000 = i$$

$$0,025 = i$$

$$2,5\% \text{ a.m.} = i$$

No segundo desconto, teremos

$$D = N \cdot i \cdot n$$

$$D = 24000 \cdot (2,5/100) \cdot 3$$

$$D = 1800$$

$$A = N - D$$

$$A = 24000 - 1800$$

$$A = 22200$$

Gabarito: D

72. Na empresa NOSFERATU, uma das atribuições da supervisora de vendas é o oferecimento do produto Stradivarius aos seus clientes. A probabilidade de a supervisora efetuar a venda do produto Stradivarius em cada reunião com um cliente é 0,40. Em 20% dos dias de trabalho, essa supervisora não se reúne com nenhum cliente; em 30% dos dias de trabalho, ela se reúne com apenas 1 cliente; e em 50% dos dias de trabalho, ela se reúne, separadamente, com exatos 2 clientes.

Em um determinado dia de trabalho, a probabilidade de essa supervisora efetuar pelo menos uma venda presencial do produto Stradivarius é

- A) 36%
- B) 44%
- C) 25%
- D) 56%

Comentários:

Como a supervisora pode efetuar uma venda? Ela pode se encontrar com apenas 1 cliente e conseguir fechar a venda OU ela pode se encontrar com dois clientes e fechar UMA DAS DUAS VENDAS.

Como a supervisora pode efetuar duas vendas? Necessariamente ela tem que se encontrar com dois clientes e conseguir fechar as duas vendas.

Vamos calcular cada probabilidade separadamente e depois somamos tudo.

1) A supervisora encontra um cliente e consegue fechar a venda

Segundo o enunciado, a supervisora encontra um cliente em 30% dos dias e possui 40% de probabilidade de fechar uma venda quando encontra um cliente.

Assim, a probabilidade é

$$0,3 \times 0,4 = 0,12 = 12\%$$

2) A supervisora encontra dois clientes e consegue fechar a venda com apenas um

Segundo o enunciado, a supervisora encontra 2 clientes em 50% dos dias e possui 40% de probabilidade de fechar uma venda quando encontra um cliente e, obviamente, 60% de probabilidade de não fechar uma venda quando encontra um cliente.

Ao encontrar 2 clientes, ela pode fechar uma venda com o primeiro e não fechar com o segundo ou VICE-VERSA.

Assim, a probabilidade é

$$0,5 \times 0,4 \times 0,6 + 0,5 \times 0,6 \times 0,4 = 0,24 = 24\%$$

3) A supervisora encontra 2 clientes e consegue fechar as duas vendas

Segundo o enunciado, a supervisora encontra 2 clientes em 50% dos dias e possui 40% de probabilidade de fechar uma venda quando encontra um cliente.

Assim, a probabilidade é

$$0,5 \times 0,4 \times 0,4 = 0,08 = 8\%$$

Assim, a probabilidade pedida no enunciado é:

$$12\% + 24\% + 8\% = 44\%$$

Gabarito: B

73. Em 01/01/2022 a empresa S2 S.A. comprou um terreno pelo valor de R\$ 1.000.000 para pagamento no longo prazo, mas, se a compra fosse feita com pagamento à vista, o valor seria R\$ 900.000. A empresa incorreu, adicionalmente, em custos para formalização da compra no valor de R\$ 20.000. O imóvel será destinado para obtenção de renda por meio do aluguel. No final do ano de 2022, o valor justo desse terreno era de R\$ 1.040.000.

Com base nas informações apresentadas, o tratamento contábil para o terreno adquirido deve ser classificado como

- A) Propriedade Para Investimento (PPI) e reconhecida inicialmente pelo valor de R\$ 1.020.000. Na mensuração subsequente, a empresa pode optar por mensurar a propriedade ao valor justo (R\$ 1.040.000) ou manter ao custo de aquisição (R\$ 1.020.000).
- B) imobilizado e reconhecido inicialmente pelo valor de R\$ 920.000. Na mensuração subsequente, a empresa deve manter a propriedade ao custo de aquisição (R\$ 920.000).
- C) Propriedade Para Investimento (PPI) e reconhecida inicialmente pelo valor de R\$ 920.000. Na mensuração subsequente, a empresa deve manter a propriedade ao valor justo (R\$ 1.040.000).
- D) Propriedade Para Investimento (PPI) e reconhecida inicialmente pelo valor de R\$ 920.000. Na mensuração subsequente, a empresa pode optar por mensurar a propriedade ao valor justo (R\$ 1.040.000) ou manter ao custo de aquisição (R\$ 920.000).

Comentários:

De acordo com o **CPC 28 - Propriedade para Investimento**,

Propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário como ativo de direito de uso) **para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas e, não, para:**

(a) uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou

(b) venda no curso ordinário do negócio

RECONHECIMENTO INICIAL

21. O custo de uma propriedade para investimento comprada compreende o seu preço de compra **e qualquer dispêndio diretamente atribuível**. Os dispêndios diretamente atribuíveis incluem, por exemplo, as remunerações profissionais de serviços legais, impostos de transferência de propriedade e outros custos de transação.

24. Se o pagamento de uma propriedade para investimento for a prazo, **o seu custo é o equivalente ao valor à vista**. A diferença entre esta quantia e os pagamentos totais é reconhecida como despesa financeira durante o período do crédito.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

A entidade pode:

(a) **escolher o método do valor justo ou o método do custo** para todas as propriedades para investimento que suportem passivos que pagam retorno diretamente associado ao valor justo de, ou aos retornos de ativos especificados incluindo essa propriedade para investimento; e

(b) **escolher o método do valor justo ou o método do custo** para todas as restantes propriedades para investimento, independentemente da escolha feita na alínea (a).

LOGO, será reconhecida como propriedade para investimento e reconhecida inicialmente por 920.000,00 (valor à vista mais o custo de transação) e na mensuração subsequente pode ser adotado o valor justo(1.040.000,00) ou o método de custo(920.000)

Gabarito: D

74. A empresa SS possuía uma máquina que estava reconhecida no Balanço Patrimonial em 30/04/2022 com os seguintes valores:

- Máquina: R\$ 220.000,00; e,
- Depreciação acumulada: R\$ 30.000,00.

Tendo em vista que a empresa vai desativar essa linha de negócios, ela resolveu colocar a máquina à venda, classificando como ativo não circulante mantido para venda de acordo com a NBC TG 31. A Máquina está disponível para venda nas condições em que se encontra, sendo que a venda é tida como altamente provável e espera-se que ocorra em até seis meses. Sabe-se que a estimativa de valor de venda desta máquina é de R\$ 180.000,00. As despesas estimadas para se vender a máquina são de R\$ 4.000,00. Considerando exclusivamente tais informações e a NBC TG 31 (R3) – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, informe a conta e o valor que tal ativo deve ser reconhecido em 30/04/2022.

- A) Ativo não circulante mantido para venda (AC) R\$ 176.000,00
- B) Ativo não circulante mantido para a venda (AñC) R\$ 186.000,00
- C) Máquina mantida para venda (AC) R\$ 180.000,00
- D) Máquina mantida para venda (AñC) R\$ 190.000,00

Comentários:

De acordo com o CPC 31, o ativo não circulante mantido para venda deve ser mensurado pelo MENOR valor entre o valor contábil e o valor justo menos das despesas com venda.

Valor contábil = R\$ 180.000,00

Valor justo menos as despesas com venda = R\$ 176.000,00

Logo, será classificado no ativo circulante, como ativo não circulante mantido para venda, pelo valor de R\$ 176.000,00.

Gabarito: A

75. Uma empresa comercial adquiriu mercadorias para o seu estoque, a prazo, no valor de R\$ 100.000, com tributos recuperáveis de R\$ 20.000 e ajuste a valor presente de fornecedores a pagar de R\$ 10.000. Assinale a alternativa com a contabilização correta dessa operação.

- A) Débito: Estoques, R\$ 80.000; Débito: Tributos a recuperar, R\$ 20.000; Crédito: Ajuste a valor presente de fornecedores, R\$ 10.000; Crédito: Fornecedores a pagar, R\$ 90.000.
- B) Débito: Estoques, R\$ 90.000; Débito: Ajuste a valor presente de fornecedores, R\$ 10.000; Crédito: Fornecedores a pagar, R\$ 100.000.
- C) Débito: Estoques, R\$ 70.000; Débito: Tributos a recuperar, R\$ 20.000; Débito: Ajuste a valor presente de fornecedores, R\$ 10.000; Crédito: Fornecedores a pagar, R\$ 100.000.
- D) Débito: Estoques, \$ 100.000; Débito: Despesa financeira de fornecedores, R\$ 10.000, Crédito: Fornecedores a pagar, R\$ 90.000; Crédito: Receita com tributos recuperáveis, R\$ 20.000.

Comentários:

O estoque deve ser registrado pelo valor correspondente à vista deduzidos dos tributos a recuperar.

D: Estoques, \$ 70.000;

D: Tributos a recuperar, \$ 20.000;

D: Ajuste a valor presente de fornecedores, \$ 10.000;

C: Fornecedores a pagar, \$ 100.000

Gabarito: C

76. Uma empresa celebrou um contrato com um cliente para construir um navio por R\$ 1.000.000. ao término da construção, haverá uma inspeção realizada por empresa especializada e independente e se os parâmetros de qualidade estabelecidos no contrato forem atingidos ou superados, a empresa que construiu o navio terá direito a bônus adicional de 30% sobre o preço definido no contrato. Levando em consideração seus controles de qualidade no processo produtivo, essa entidade estima que a probabilidade de atingir ou superar a meta é de 70%.

Assim, o valor da contraprestação fixa mais a variável é de:

- A) R\$ 950.000;
- B) R\$ 1.210.000;
- C) R\$ 1.300.000;
- D) R\$ 1.500.000;

Comentários:

Nessa situação, o valor da contraprestação será com base no valor mais provável. Como a probabilidade de atingir a meta é de 70%, logo é provável que aconteça e o adicional deve ser considerado.

Logo, $1.000.000 + 300.000 = 1.300.000$

Gabarito: C

77. A Companhia A possui 90% do patrimônio líquido da Companhia B e, portanto, tem influência significativa para definir sua estratégia de gestão.

Sabe-se que, em 31/12/2017, o Balanço Patrimonial individual da Companhia A apresentou um saldo com investimentos permanentes na Companhia B, no valor de R\$ 1.560.000,00.

Em 2018, a Companhia B obteve um lucro líquido no valor de R\$ 600.000,00. Sabe-se que a Assembleia de Acionistas da Companhia B decidiu por distribuir, após a constituição da reserva legal, 35% dos lucros auferidos no período.

Considerando as informações apresentadas no texto, a Demonstração de Resultado do Exercício individual da Companhia A, no exercício de 2018, apresentou

- A) receita de dividendos, no valor de R\$ 513.000,00.
- B) receita de dividendos, no valor de R\$ 540.000,00.
- C) receita de equivalência patrimonial, no valor de R\$ 513.000,00.
- D) receita de equivalência patrimonial, no valor de R\$ 540.000,00.

Comentários:

Lucro da CIA B: R\$ 600.000,00

Dividendos declarados (35% após a constituição da reserva legal): R\$ 199.500,00

Percentual de participação da CIA A: 90%

Equivalência Patrimonial: R\$ 540.000,00

Dividendos a receber: R\$ 179.550,00

Fique atento que não existe RECEITA DE DIVIDENDOS no MEP.

Gabarito: D

78. Em 31/12/X0 a Cia. Bahia tinha 60% de participação da Cia. Vitória. Os balanços patrimoniais da Cia. Bahia e da Cia. Vitória, em 31/12/X0, eram os seguintes:

	Cia Bahia	Cia Vitória
Caixa	500	100
Investimentos	600	
Terrenos		1000
Ativo Total	1.100	1.100
Financiamentos		100
Capital Social	1.100	1.000
Passivo + PL	1.100	1.100

No ano X1 a Cia. Beta vendeu o terreno para a Cia. Alfa por R\$ 1.500,00, a prazo.

Assinale a opção que indica o valor total do Patrimônio Líquido Consolidado, em 31/12/X1, considerando apenas essa operação.

- A) R\$ 1.100,00.
- B) R\$ 1.500,00.
- C) R\$ 1.700,00.
- D) R\$ 2.100,00.

Comentários:

PL consolidado = PL Controladora + Participação dos acionistas minoritários

PL consolidado = 1.100 + 400 = 1.500

Alternativamente poderia ser calculado pelo Ativo Consolidado – Passivo consolidado.

PL consolidado = 1.600 - 100 = 1.500

Gabarito: B

79. No processo de apresentação de transações em moeda estrangeira na moeda funcional, de acordo com o CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, os itens monetários em moeda estrangeira e os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira, ao término de cada período de reporte, devem ser convertidos usando-se, respectivamente,

- A) a taxa de câmbio de fechamento e a de fechamento.
- B) a taxa de câmbio vigente na data de transação e a vigente na data de transação.
- C) a taxa de câmbio de fechamento e a vigente na data de transação.
- D) a taxa de câmbio vigente na data de transação e a de fechamento.

Comentários:

(a) os **itens monetários em moeda estrangeira** devem ser convertidos, usando-se a **taxa de câmbio de fechamento**;

(b) os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação; e

(c) os **itens não monetários que são mensurados pelo valor justo** em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se as **taxas de câmbio vigentes nas datas em que o valor justo tiver sido mensurado**

Gabarito: C

80. Um financiamento no valor de R\$ 360.000,00 deve ser pago em 180 prestações mensais, pelo Sistema de Amortizações Constantes - SAC, a uma taxa nominal de 12% ao ano, vencendo a primeira prestação ao fim do primeiro mês, a segunda ao fim do segundo mês e assim sucessivamente. Calcule o valor mais próximo da décima prestação.

- A) R\$ 5.600,00
- B) R\$ 5.420,00
- C) R\$ 5.400,00
- D) R\$ 5.380,00

Comentários:

A taxa efetiva de juros será igual a $12\%/12 = 1\%$ ao mês.

O valor da amortização será $360.000/180 = 2.000$ e ele será constante.

Até a nona prestação, foram amortizados $9 \times 2.000 = 18.000$, logo, o saldo devedor será igual a $360.000 - 18.000 = 342.000$.

Portanto, os juros da décima prestação são iguais a $1\% \times 342.000 = 3420$.

Como a prestação é a soma dos juros com a amortização, deduzimos que a décima prestação será igual a

$$P = 3420 + 2000 = 5420$$

Gabarito: B

81. Para quitar uma dívida que apresenta na data de hoje o valor de R\$ 77.000,00, um empresário deverá efetuar um pagamento de P reais daqui a um ano e outro de 2P reais daqui a 2 anos. Considerando o critério do desconto racional composto a uma taxa de 8% ao ano, obtém-se que P é igual a

- A) R\$ 27.000,00
- B) R\$ 29.160,00
- C) R\$ 30.326,40
- D) R\$ 31.492,80

Comentários:

Inicialmente devemos escolher uma data focal para igualarmos os pagamentos com a dívida. Escolherei a data focal 2. Jogaremos a dívida e os pagamentos para a data focal 2.

Pagamentos = dívida

$$2P + 1,08 P = 77000 \cdot 1,08^2$$

$$3,08 P = 77000 \cdot 1,1664$$

$$3,08 P = 89 812,80$$

$$P = 89 812,80/3,08$$

$$P = 29 160$$

Gabarito: B

82. Um órgão público possui 15 servidores: 2 atuam no setor X, 4 no setor Y e 9 no setor Z. O salário mensal de cada servidor do setor Z é igual a R\$ 4.000,00; o de cada servidor do setor Y, R\$ 7.000,00; e o salário mensal de cada empregado do setor X é igual a R\$ 10.000,00.

A partir dessas informações, julgue o item a seguir.

Se 6 servidores desse órgão são torcedores do Flamengo, então o salário médio dos torcedores do Flamengo que nele trabalham possuem os valores MÍNIMO e MÁXIMO de:

- A) R\$ 1.000,00 e R\$ 5.000,00
- B) R\$ 2.000,00 e R\$ 6.000,00
- C) R\$ 3.000,00 e R\$ 7.000,00
- D) R\$ 4.000,00 e R\$ 8.000,00

Comentários:

Na pior das hipóteses, os 6 servidores torcedores do Flamengo serão do setor Z e, portanto, ganham R\$ 4.000,00 cada um. Nesse caso, como todos recebem o mesmo salário, a média salarial dos 6 servidores é igual a R\$ 4.000,00. Na melhor das hipóteses, os 6 servidores torcedores do Flamengo serão dos setores X e Y, sendo que 2 deles recebem R\$ 10.000,00 e 4 recebem R\$ 7.000,00.

Assim a média será igual a $\frac{2 \times R\$ 10.000,00 + 4 \times R\$ 7.000,00}{6} = R\$ 8.000,00$

Portanto, a média está entre R\$ 4.000,00 e R\$ 8.000,00

Gabarito: D

83. Maria Bu passou no exame do CFC (estudando no Estratégia Concursos, nem precisava dizer, né?) e, ao conseguir o seu primeiro emprego e receber o seu primeiro salário, resolveu aplicar um certo capital a juros simples. O capital produz o montante de R\$ 28.800,00 em cinco meses e, em oito meses, esse montante passa a valer R\$ 30.720,00.

Nessas condições, pode-se concluir que a taxa de juros aplicada ao capital de Maria Bu é:

- A) 2,50% a.m.;
- B) 2,60% a.m.;
- C) 2,70% a.m.;
- D) 2,80% a.m.;

Comentários:

Se fizermos a diferença entre os montantes, teremos: R\$ 30.720,00 – R\$ 28.800,00 = R\$ 1.920,00.

Esse valor corresponde aos juros de 3 meses (8 meses – 5 meses = 3 meses).

Assim, os juros mensais são iguais a R\$ 1.920,00/3 = R\$ 640,00.

Logo, os juros referentes a 5 meses são iguais a R\$ 640,00 x 5 = R\$ 3.200,00.

Agora sabemos os juros de 5 meses e o montante em 5 meses. Assim, podemos calcular o capital inicial.

$$M = C + j$$

$$M - j = C$$

$$28.800 - 3200 = C$$

$$25.600 = C.$$

Para descobrirmos a taxa mensal, basta compararmos os juros de 1 mês com o capital inicial.

$$J_1/C = 640/25600 = 0,025 \text{ a.m.} = 2,5\% \text{ a.m.}$$

Gabarito: A

84. Maria Bu, ao assumir seu cargo contábil em uma investidora, aplicou um capital no valor de R\$ 18.000,00, durante 8 meses, a juros simples, com uma taxa de 18% ao ano. No final do período, o montante é resgatado por Maria Bu e aplicado a juros compostos, durante um ano, a uma taxa de 5% ao semestre. A soma dos juros das duas aplicações, obtido por Maria Bu, é igual a

- A) R\$ 4.012,30.
- B) R\$ 4.026,40.
- C) R\$ 4.176,00.
- D) R\$ 4.226,40.

Comentários:

Na primeira capitalização, como é simples, a taxa equivale a $18\%/12 = 1,5\%$ ao mês.

$$1,5\% \times 8 \text{ meses} = 12\%$$

Portanto, o montante da primeira aplicação é igual a $18000 \times 1,12 = 20.160$

A segunda aplicação é de juros compostos a uma taxa de 5% ao mês, durante dois meses. Assim, o novo montante será

$$20160 \times 1,05^2 = 20160 \times 1,1025 = 22.226,40$$

Portanto, a soma dos juros das duas aplicações será igual a $22.226,40 - 18.000 = 4.226,40$

Gabarito: D

85. Um coach do Estratégia Concursos elaborou 10 questões diferentes para um simulado, das quais 2 são fáceis, 5 são de dificuldade média, e 3 são difíceis. Em um primeiro momento, o coach está na fase de montagem do simulado. O objetivo da montagem da prova do simulado é a ordem segundo a qual as 10 questões serão organizadas para os alunos. O coach estabeleceu o seguinte critério de distribuição das dificuldades das questões, para ser seguido na montagem da prova:

Questão	Dificuldade
1	Fácil
2	Fácil
3	Média
4	Média
5	Média
6	Média
7	Média
8	Difícil
9	Difícil
10	Difícil

De quantas formas diferentes o simulado pode ser montado pelo coach segundo os critérios acima?

- A) 2880
- B) 288
- C) 1440
- D) 720

Comentários:

Há duas questões fáceis que devem iniciar a prova; porém, podemos permutar a posição das duas questões. Assim, podemos colocá-las de $2! = 2 \times 1 = 2$ maneiras distintas.

Há 5 questões médias que devem ficar no meio da prova; porém, podemos permutar a posição das questões. Assim, podemos colocá-las de $5! = 5 \times 4 \times 3 \times 2 \times 1 = 120$ maneiras distintas.

Há 3 questões difíceis que devem ficar no final da prova; porém, podemos permutar a posição das questões. Assim, podemos colocá-las de $3! = 3 \times 2 \times 1 = 6$ maneiras distintas.

Logo o total de possibilidades será

$$2 \times 120 \times 6 = 1440 \text{ maneiras}$$

Gabarito: C

86. Maria adquiriu uma moto a ser paga pelo Sistema Price de Amortização. Ao final do 12º mês ele ainda deve R\$ 14.696,13. Sabendo-se que a taxa de juros do empréstimo é de 2% ao mês e que a prestação tem o valor de R\$ 777,00, o saldo devedor, após o pagamento da próxima prestação, será de:

- A) R\$ 14.000,00.
- B) R\$ 14.147,53.
- C) R\$ 14.198,84.
- D) R\$ 14.213,05.

Comentários:

Os juros da próxima prestação serão iguais a $(2/100) \times 14.696,13 = 293,92$.

Portanto a Amortização é dada por

Amortização = Prestação – juros

Amortização = 777 – 293,92

Amortização = 483,08

Logo, o próximo saldo devedor será igual a $14.696,13 - 483,08 = 14.213,05$

Gabarito: D

87. Uma dívida decorrente de um empréstimo deverá ser liquidada por meio de 120 prestações mensais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data do empréstimo. Considerando que foi utilizado o Sistema de Amortização Constante (SAC) a uma taxa de 2% ao mês, verifica-se que o valor da última prestação é igual a R\$ 1.275,00. A prestação da 50ª prestação, é

- A) R\$ 3.100,00
- B) R\$ 3.050,00
- C) R\$ 3.025,00
- D) R\$ 3.000,00

Comentários:

Na última prestação, os juros valem 2% da amortização (teoria). Chamando a amortização de A, teremos

$P = J + A$

$1275 = 0,02 A + A$

$$1275 = 1,02 A$$

$$1275/1,02 = A$$

$$1250 = A$$

Assim, o valor original da dívida é dado por $120 \times 1250 = 150.000$.

Para calcularmos os juros da quinquagésima prestação, precisamos saber o saldo devedor após a quadragésima nona prestação.

$$SD(49) = 120.000 - 49 \times 1250 = 88750$$

Assim, o juros da quinquagésima prestação é igual a $(2/100) \times 88750 = 1.775$

Logo a quinquagésima prestação será

$$P = J + A$$

$$P = 1775 + 1250$$

$$P = 3025$$

Gabarito: C

88. Em uma espaço amostral S , A e B são eventos aleatórios tais que $A \subset S$, $B \subset S$, $P(B|A) = 2 P(A|B)$ e $2 P(A \cup B) = 5 P(A)$. Pode-se afirmar que $P(B|A)$ é igual a:

- A) 0,3
- B) 0,4
- C) 0,5
- D) 0,6

Comentários:

$$P(B|A) = 2 P(A|B)$$

$$\frac{P(B \cap A)}{P(A)} = 2 \frac{P(A \cap B)}{P(B)}$$

$$\frac{1}{P(A)} = 2 \frac{1}{P(B)}$$

$$P(B) = 2 P(A)$$

Além disso,

$$2 P(A \cup B) = 5 P(A)$$

$$P(A \cup B) = (5/2) P(A)$$

$$P(A \cup B) = 2,5 P(A)$$

$$P(A) + P(B) - P(A \cap B) = 2,5 P(A)$$

Lembremos que $P(B) = 2 P(A)$

$$P(A) + 2 P(A) - P(A \cap B) = 2,5 P(A)$$

$$3 P(A) - 2,5 P(A) = P(A \cap B)$$

$$0,5 P(A) = P(A \cap B)$$

Assim

$$P(B|A) = \frac{P(A \cap B)}{P(A)}$$

$$P(B|A) = \frac{0,5 P(A)}{P(A)}$$

$$P(B|A) = 0,5$$

Gabarito: C

89. Ao descontar em um banco, 2 meses antes de seu vencimento, um título de valor nominal igual a R\$ 30.000,00, uma empresa recebe na data da operação de desconto comercial simples o valor de R\$ 28.500,00. Utilizando a mesma taxa de desconto anterior e ainda a operação de desconto comercial simples, descontando um título de valor nominal de R\$ 24.000,00, 3 meses antes de seu vencimento, receberá

- A) R\$ 20.000,00
- B) R\$ 21.000,00
- C) R\$ 22.000,00
- D) R\$ 22.200,00

Comentários:

O desconto é igual a $30000 - 28500 = 1500$. Para acharmos a taxa de desconto usaremos a relação

$$D = N \cdot i \cdot n$$

$$1500 = 30000 \cdot i \cdot 2$$

$$1500 = 60.000 i$$

$$1500/60000 = i$$

$$0,025 = i$$

$$2,5\% \text{ a.m.} = i$$

No segundo desconto, teremos

$$D = N \cdot i \cdot n$$

$$D = 24000 \cdot (2,5/100) \cdot 3$$

$$D = 1800$$

$$A = N - D$$

$$A = 24000 - 1800$$

$$A = 22200$$

Gabarito: D

Na Strategy Land, a probabilidade p de um professor engordar é igual a 0,25. Essa estimativa foi obtida com base em um levantamento por amostragem aleatória simples de 1.875 professores.

90. Em um grupo formado aleatoriamente por 5 professores, com reposição, estima-se que a probabilidade de que apenas um deles engorde é igual a

A) $405/1024$

B) $407/1024$

C) $409/1024$

D) $411/1024$

Comentários:

É uma questão típica de distribuição binomial. A probabilidade de um professor engordar é $0,25 = \frac{1}{4}$ e a probabilidade de um professor NÃO engordar é $0,75 = \frac{3}{4}$.

A probabilidade de, em um grupo de 5 professores, apenas um engorde e, obviamente, os outros 4 não engordem é:

$$C(5,1) \times (1/4) \times (3/4) \times (3/4) \times (3/4) \times (3/4) = 5 \times (1/4) \times (3/4) \times (3/4) \times (3/4) \times (3/4) = 405/1024$$

Gabarito: A

91. Se X seguir uma distribuição binomial com parâmetros $n = 500$ e probabilidade de sucesso p , calcule a estimativa da variância.

- A) 91,25
- B) 92,75
- C) 93,75
- D) 94,65

Comentários:

A variância em uma distribuição binomial é dada pela relação

$$\sigma^2 = np(1-p)$$

Onde $p = 0,25$ e $1 - p = 0,75$

$$\sigma^2 = 500 \times 0,25 \times 0,75$$

$$\sigma^2 = 93,75$$

Gabarito: C

CONTABILIDADE DE CUSTOS

92. Em relação ao Custeio por Absorção, assinale a afirmativa correta.

- A) Consiste em alocar aos produtos apenas os custos variáveis, enquanto os custos fixos são considerados diretamente no resultado.
- B) Atende às exigências societárias e fiscais.
- C) O lucro líquido não é afetado por mudanças de diminuição de inventários.
- D) Baseia-se na análise das atividades significativas desenvolvidas na empresa.

Comentários:

O Custeio por Absorção é o método resultante da aplicação dos Princípios de Contabilidade. Consiste na apropriação de todos os custos incorridos, sejam fixos, variáveis, diretos ou indiretos, aos produtos fabricados.

Principais características do Custeio por Absorção:

- Atende aos princípios de contabilidade.
- Apropria todos os custos incorridos, sejam fixos, variáveis, diretos ou indiretos, aos produtos fabricados.

Vamos analisar as alternativas:

- a) Consiste em alocar aos produtos apenas os custos variáveis, enquanto os custos fixos são considerados diretamente no resultado. **Errado**, pelo Custeio por Absorção todos os CUSTOS são apropriados aos produtos, sejam eles fixos ou variáveis, diretos ou indiretos.
- b) Atende às exigências societárias e fiscais. **Correto**, pois atendo aos Princípios da Contabilidade, especialmente ao Princípio da Competência.
- c) O lucro líquido não é afetado por mudanças de diminuição de inventários. Errado, item “inusitado”, rsrs. Mudanças nos inventários afetam o custo dos produtos vendidos e, por consequência, afetam, sim, o lucro líquido do período. Item falso.
- d) Baseia-se na análise das atividades significativas desenvolvidas na empresa. **Errado**, o Custeio por Atividades – ABC que é baseado nas atividades desenvolvidas pela entidade.

Gabarito: B

93. A Cia. Coruja CFC produz três tipos de fechaduras: Azul, Branca e Dourada. As informações referentes a cada fechadura são apresentadas a seguir:

(valores em R\$)

Produtos	Azul	Branca	Dourada
Preço líquido de venda (por unidade)	90	80	100
Custos variáveis (por unidade)	20	15	30
Custos fixos (por unidade)	20	12	16
Despesas variáveis (por unidade)	4	2	6
Despesas fixas (por unidade)	6	3	9

Os custos e despesas fixos são comuns aos três tipos de fechaduras, sendo que os custos fixos são alocados aos produtos com base nos volumes produzidos e as despesas fixas em função das despesas variáveis unitárias. A empresa só produz o que é vendido em cada mês, ou seja, não há formação de estoques de produtos acabados ou em elaboração e, no caso de descontinuidade da produção de qualquer um dos produtos, não há eliminação de custos fixos e despesas fixas.

Se a Cia. Coruja CFC deseja descontinuar a produção de um produto de cada vez até a sua completa paralisação, a ordem de paralisação da produção dos tipos de fechaduras, considerando a maximização do lucro operacional enquanto estiver em operação, é

- A) Branca, Azul e Dourada.
- B) Branca, Dourada e Azul.
- C) Dourada, Azul e Branca.
- D) Azul, Dourada e Branca

Comentários:

A empresa deve paralisar inicialmente os produtos com a menor Margem de Contribuição.

A Margem de Contribuição unitária (MCU) é o preço de venda unitária menos os custos variáveis unitários e as despesas variáveis unitárias.

$MCU = \text{Preço de venda} - (\text{custos variáveis} + \text{despesas variáveis})$

Vamos calcular:

Produtos	Azul	Branca	Dourada
Preço líquido de venda (por unidade)	90	80	100
Custos variáveis (por unidade)	-20	-15	-30
Despesas variáveis (por unidade)	-4	-2	-6
Margem de Contribuição	66	63	64

A ordem em que os produtos devem ser descontinuados é: Branca; Dourada; e Azul.

Gabarito: B

94. A Cia. Coruja Beta S/A, ao analisar o processo de produção e venda de seu único produto em um determinado mês, obteve as seguintes informações:

- Custos fixos: R\$ 330.000,00.
- Custos variáveis:
 - Matéria-prima: R\$ 13,00 por unidade.
 - Mão de obra direta: R\$ 7,00 por unidade.
- Despesas fixas: R\$ 150.000,00.
- Despesas variáveis: R\$ 30,00 por unidade.
- Preço bruto de venda: R\$ 200,00 por unidade.
- Comissões de venda: 5% da receita bruta de venda.
- Impostos sobre a venda: 10% da receita bruta de vendas.

Considerando os gastos incorridos pela Cia. Coruja Beta S/A no processo de produção de seu único produto e que a empresa adota o custeio por absorção, o ponto de equilíbrio contábil da Cia., em quantidade, é

- A) 2.200.
- B) 3.200.
- C) 2.750.
- D) 4.000.

Comentários:

Ponto de Equilíbrio Contábil = (Custos fixos + despesas fixas) / margem de contribuição unitária

Margem de Contribuição Unitária = Preço de venda unitário menos os custos variáveis unitários e as despesas variáveis unitárias.

Preço de venda	200
Custos variáveis (MP e MOD)	-20
Despesas variáveis	-30
Comissão de vendas (5% x 200)	-10
Impostos s/ venda (10% x 200)	-20
Margem de Contribuição	120

Custos + despesas fixas = \$ 330.000 + \$ 150.000 = \$ 480.000

Ponto de equilíbrio Contábil = (Custos fixos + despesas Fixas) / MCU

PEC = \$ 480.000 / \$ 120 = 4.000 unidades

Gabarito: D

95. A Cia. Cardozo X incorreu nos seguintes custos durante o mês de janeiro de 2025:

Matéria-prima consumida: R\$40.000;

Mão de obra direta incorrida: R\$30.000;

Mão de obra indireta incorrida: R\$22.000;

Despesa de Depreciação das máquinas da fábrica: R\$15.000;

Despesa de Vendas: R\$33.000.

Qual é o custo de transformação do período?

- A) R\$92.000.
- B) R\$140.000.
- C) R\$107.000.
- D) R\$67.000.

Comentários:

O que são os “Custos de Transformação”? Vejamos a definição:

Custos de Transformação: soma de todos os Custos de Produção, exceto os relativos a matérias-primas e outros eventuais adquiridos e empregados sem nenhuma modificação pela empresa (componentes adquiridos prontos, embalagens compradas, etc.). (Eliseu Martins, “Contabilidade de Custos”.)

O Custo de Transformação representa o valor do esforço da empresa na elaboração de determinado produto (mão de obra direta e indireta, energia, depreciação, etc). Vamos resolver:

Mão de obra direta incorrida: R\$30.000;

Mão de obra indireta incorrida: R\$22.000;

Despesa de Depreciação das máquinas da fábrica: R\$15.000

Soma: R\$67.000

A matéria-prima compõe o custo do produto, mas não entra no custo de transformação.

Gabarito: D

96. Considere os dados a seguir.

Período de 2024 sem estoques anteriores

- Custos diretos e indiretos da produção do período: R\$ 5.000,00.
- Unidades produzidas no período: 3.000 unidades (iniciadas e acabadas no período).

Período de 2025

- Custos diretos e indiretos da produção do 2º período: R\$ 5.500,00
- Unidades iniciadas no período: 2.600.
- Unidades acabadas no período: 2.000.
- Unidades em elaboração no final do segundo período: 600.
- As unidades “semiacabadas” receberam 1/3 de todo o processamento necessário.
- A empresa utiliza o custeio por processo.

Utilizando-se o critério de “Equivalente de Produção”, o custo unitário das unidades acabadas produzidas em 2025 foi, em R\$,

- A) 1,67.
- B) 2,10.
- C) 2,12.
- D) 2,50.

Comentários: Concursos

A questão pede o custo unitário da produção do segundo período.

O custo total da produção do 2º período é de R\$ 5.500,00.

Vejamos a quantidade.

A empresa iniciou 2.600 unidades, terminou 2.000 e restou 600 unidades semiacabadas com 1/3 do processamento.

Equivalente de produção: $600 \text{ unidades} \times \frac{1}{3} = 200 \text{ unidades}$

Total da produção equivalente: $2.000 + 200 = 2.200 \text{ unidades}$

Custo unitário da produção acabada = $\frac{R\$ 5.500}{2.200 \text{ unid.}} = R\$ 2,50$

Gabarito: D

97. Com relação ao método de gestão de custos denominado Custeio Variável, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

() É um método de custeio utilizado para fins gerenciais, não sendo admitido o seu uso para efeito contábil e fiscal.

() Os custos fixos são tratados como custos do período e não como custos do produto, sendo alocados ao DRE.

() A desvantagem do método é que não permite à empresa conhecer a margem de contribuição dos seus produtos.

As afirmativas são, respectivamente,

A) F – V – V.

B) V – F – F.

C) V – V – F.

D) V – F – V.

Comentários:

No método de custeio variável ou direto, **apenas os custos variáveis são atribuídos aos produtos. Os custos fixos são tratados como despesas do período**, sendo lançados diretamente na demonstração do resultado do exercício. O Custeio Variável ou Direto pode ser usado para fins gerenciais, mas não na contabilidade oficial, pois fere o princípio da Competência, especialmente na parte referente ao confronto das receitas e despesas.

Vamos analisar cada alternativa:

() É um método de custeio utilizado para fins gerenciais, não sendo admitido o seu uso para efeito contábil e fiscal. **Verdadeiro**, pois esse método só pode ser utilizado para fins gerenciais, pois não está de acordo com os Princípios de Contabilidade. **Não pode ser utilizado para fins fiscais e societários.**

() Os custos fixos são tratados como custos do período e não como custos do produto, sendo alocados ao DRE. **Verdadeiro**, custos do período é a mesma coisa que despesas. Pelo Método do Custeio Variável ou direto, os custos fixos não são apropriados aos produtos. Apenas custos variáveis.

() A desvantagem do método é que não permite à empresa conhecer a margem de contribuição dos seus produtos. **Falso**, na verdade essa seria uma VANTAGEM do método do custeio variável: permitir o uso da Margem de Contribuição, que seria **o preço de venda menos os custos variáveis e as despesas variáveis.**

Gabarito: C

98. A empresa Alfa Beta produz e vende bolas de futebol. Em 01/01/X0, o valor do estoque inicial de bolas era de R\$ 15.000. No ano de X1, foram reconhecidos os seguintes custos na produção das bolas:

- ✓ Matéria-prima: R\$ 127.000
- ✓ Mão de obra direta: R\$ 120.000
- ✓ Mão de obra indireta: R\$ 80.000
- ✓ Aluguel da fábrica: R\$ 36.000
- ✓ Depreciação da máquina: R\$ 23.000
- ✓ Energia: R\$ 30.000

Assinale a opção que indica os custos de transformação, considerando que em 31/12/X1, o valor do estoque de bolas era de R\$ 5.000.

- A) R\$ 209.000.
- B) R\$ 253.000.
- C) R\$ 289.000.
- D) R\$ 416.000

Comentários:

Conforme definição de Eliseu Martins, Custos de Transformação representa a soma **de todos os Custos de Produção, exceto os relativos a matérias-primas e outros eventuais adquiridos e empregados sem nenhuma modificação pela empresa** (componentes adquiridos prontos, embalagens compradas, etc.).

Fica assim:

- (+) Mão de obra direta: R\$ 120.000
 - (+) Mão de obra indireta: R\$ 80.000
 - (+) Aluguel da fábrica: R\$ 36.000
 - (+) Depreciação da máquina: R\$ 23.000
 - (+) Energia: R\$ 30.000
- = R\$ 289.000

Gabarito: C

99. Uma fábrica possui uma máquina que é utilizada na produção de 10 produtos diferentes. A máquina tem vida útil estimada em dez anos e é depreciada com base no método das quotas constantes. Assinale a opção que indica a classificação da depreciação da máquina.

- A) Despesa variável e direta.
- B) Custo variável e direto.
- C) Custo fixo e direto.
- D) Custo fixo e indireto.

Comentários:

Podemos diferenciar Custos e Despesa considerando o seguinte: o que acontece na fábrica é custo. O que acontece no escritório é despesa.

Como a entidade utiliza a máquina para a produção, então devemos apropriar sua depreciação ao custo dos produtos. Ou seja, Depreciação da máquina é um custo. Assim, já eliminamos o item A.

Agora precisamos verificar as demais classificações:

- **Fixo ou Variável?**

A divisão dos custos em fixos e variáveis ocorre em função da variação do custo devido à variação do volume de produção. Os custos que variam de acordo com o volume de produção são os custos variáveis. Já aqueles que não sofrem variação em função da quantidade produzida são os custos fixos.

Dado que a depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, ela será um custo fixo.

Por outro lado, se a entidade utilizasse o método das unidades produzidas, ela seria um custo variável. **Devemos ficar atentos ao método de depreciação.**

- **Direto ou Indireto?**

A classificação em custo direto ou custo indireto refere-se à identificação do custo com o produto elaborado. Os custos que podem ser atribuídos diretamente a um produto são os custos diretos. Já aqueles que necessitam de um critério de rateio para serem alocados aos produtos são os custos indiretos.

Foi informado que a entidade utiliza a mesma máquina para produzir 10 produtos diferentes. Consequentemente, será custo indireto.

Em síntese, se a máquina for usada para fabricação de apenas um produto, será custo direto. Se for usada para vários produtos, será custo indireto.

Gabarito: D

100. Uma sociedade empresária produz e vende shampoos. Em janeiro de X0, ela reconheceu os seguintes gastos:

Matéria-prima consumida: R\$40.000.

Salários: R\$130.000, sendo R\$50.000 no pessoal da fábrica e R\$80.000 do pessoal administrativo.

Depreciação: R\$60.000, sendo R\$35.000 das máquinas e R\$25.000 dos móveis e equipamentos do escritório.

Custos e Despesas Gerais: R\$60.000, sendo R\$32.000 da fábrica e R\$28.000 do escritório.

Despesas de venda dos shampoos: R\$30.000, sendo R\$20.000 de comissão dos vendedores e R\$10.000 de gastos com a entrega.

Assinale a opção que indica os custos contabilizados, em janeiro de X0.

- A) R\$85.000.
- B) R\$125.000.
- C) R\$135.000.
- D) R\$157.000.

Comentários:

Podemos diferenciar Custos e Despesa considerando o seguinte: o que acontece na fábrica é custo. O que acontece no escritório é despesa. Vamos aos cálculos:

- **Custos:**

Matéria-prima consumida: R\$40.000.

Salários do pessoal da fábrica: R\$50.000

Depreciação das máquinas: R\$35.000.

Custos Gerais da fábrica: R\$32.000

O total dos custos da entidade = R\$ 40.000 + R\$ 50.000 + R\$ 35.000 + R\$ 32.000 = R\$ 157.000

- **Despesas**

Salários do pessoal administrativo: R\$80.000

Depreciação dos móveis e equipamentos do escritório: R\$25.000 dos móveis e equipamentos do escritório.

Despesas Gerais do escritório: R\$28.000

Despesas de venda dos shampoos (tanto comissão de vendas quanto gastos com a entrega): R\$30.000

O total das despesas da entidade = R\$ 80.000 + R\$ 25.000 + R\$ 28.000 + R\$30.000 = R\$ 163.000

Gabarito: D

101. Uma entidade trabalha com produção por ordem. Ela produz e vende o produto “Beta”, cuja produção é concluída ao final de quatro anos. Em 01/01/X1, ela recebeu uma encomenda de “Beta”, no valor de R\$ 1.000.000. Os custos estimados em todo o processo são de R\$ 800.000. Em X1, a entidade incorreu em custos de R\$ 320.000.

Assinale a opção que indica o resultado contabilizado em 31/12/X1.

- A) – R\$ 70.000.
- B) Zero.
- C) R\$ 80.000.
- D) R\$ 200.000.

Comentários:

Na situação descrita, a apropriação do resultado deve ser reconhecida proporcionalmente à produção executada. Ou seja, uma parte da receita é reconhecida em cada período, com a respectiva apropriação dos custos, ainda que a ordem não esteja concluída.

Aqui o quesito utilizou o critério da Proporcionalidade do Custo Total. Assim, a receita deve ser apropriada proporcionalmente ao custo. Portanto, temos:

Custo incorrido: R\$ 320.000 / custo total R\$ 800.000 = 0,40

Receita total: R\$ 1.000.000 x 0,40 = R\$ 400.000

Receita R\$ 400.000

(-) Custo R\$ 320.000

(=) Lucro Bruto R\$ 80.000

Gabarito: C

102. Uma indústria produz e vende camisas. No ano de X5, foram vendidas 45.000 camisas. Nesse ano, a Receita Líquida de Vendas foi de R\$ 900.000, enquanto os custos e as despesas fixas foram, respectivamente, de R\$ 330.000 e R\$ 120.000. Ainda, os custos variáveis totais foram de R\$ 360.000.

Assinale a opção que indica a margem de segurança da indústria em X5.

- A) 16,67%.
- B) 20,00%.
- C) 36,40%.
- D) 38,89%.

Comentários:

A margem de segurança representa quanto a empresa está operando acima do ponto de equilíbrio contábil, ou seja, em qual quantidade as vendas podem cair e a empresa não entrará em prejuízo.

O primeiro passo é encontrar o ponto de equilíbrio contábil da empresa:

$$PEC = (\text{Despesas Fixas} + \text{Custos Fixos}) / \text{Margem de Contribuição}$$

$$MCU = PV - \text{Custos Variáveis}$$

$$PV = 900.000 / 45.000 = R\$ 20,00$$

$$\text{Custo Variável Unitário} = 360.000 / 45.000 = 8$$

$$MCU = 20 - 8 = 12$$

$$PEC = (330.000 + 120.000) / 12 = 37.500$$

Ou seja, o ponto de equilíbrio contábil da empresa é 37.500 canecas e, atualmente, ela está vendendo 45.000.

Portanto, a margem de segurança da empresa é de $(45.000 - 37.500) / 45.000 = 16,67\%$

Gabarito: A

103. O custo de uma entidade é um gasto que deve ser reconhecido como custo no momento de

- A) utilização dos fatores de produção.
- B) pagamento do montante devido por ele.
- C) transferência dos custos e dos benefícios.
- D) venda do ativo produzido com ele.

Comentários:

Segundo Eliseu Martins, o custo é também um gasto, só que reconhecido como tal, isto é, como custo, no **momento da utilização dos fatores de produção** (bens e serviços), para a fabricação de um produto ou execução de um serviço. Exemplos: a matéria-prima foi um gasto na sua aquisição que imediatamente se tornou investimento, e assim ficou durante o tempo de sua estocagem, sem que aparecesse nenhum Custo associado a ela. No momento de sua utilização na fabricação de um bem, surge o Custo da matéria-prima como parte integrante do bem elaborado. Este, por sua vez, é de novo um investimento, já que fica ativado até sua venda.

Gabarito: A

104. Em contabilidade de custos, a unidade mínima administrativa, geralmente representada por pessoas e máquinas, em que se desenvolvem atividades homogêneas é denominada

- A) centro de custos.
- B) direcionador de custos.
- C) equivalente de produção.
- D) departamento.

Comentários:

Departamento é uma unidade administrativa, representada por pessoas e máquinas que desenvolvem determinada atividade.

Geralmente, um Departamento é um Centro de Custos, pois nele são acumulados os Custos Indiretos para posterior alocação aos produtos (no caso de Departamentos de Produção) ou a outros Departamentos (no caso de Departamentos de Serviços).

Mas pode ocorrer que exista vários Centros de Custos dentro de um Departamento.

Conforme Eliseu Martins: **“O Centro de Custos é a unidade mínima de acumulação de Custos Indiretos. Mas não é necessariamente uma unidade administrativa, só ocorrendo quando coincide com o próprio departamento.**

Vamos, daqui para a frente, sempre falar em departamentos, partindo da hipótese simplificadora de que a cada departamento corresponde um único Centro de Custos, Lembremo-nos, porém, de que essa simplificação pode não ocorrer na prática em todas as empresas. (...)

Para que possa ser caracterizado como tal, um centro de custos deveria:

Ter uma estrutura homogênea;

Estar concentrado num único local; e

Oferecer condições de coleta de dados de custos.” (Eliseu Martins, “Contabilidade de Custos”, 10ª Edição, Editora Atlas)

Gabarito: D

Instruções: Considerem as informações, a seguir, para responder às questões de números 105 e 106.

A empresa Industrial produz um único produto e para produzir integralmente 1.000 unidades deste produto incorreu nos seguintes gastos durante o mês de junho de 2024:

Custos fixos: R\$ 21.000,00/mês

Custos variáveis:

Matéria-prima: R\$ 9,00/unidade

Mão de obra direta: R\$ 4,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 5.000,00/mês

Despesas variáveis: R\$ 2,00/unidade

Comissões sobre venda: 10% do preço de venda

Informações adicionais:

Preço de venda: R\$ 100,00/unidade

Impostos sobre a venda: 10% da receita de vendas

Quantidade vendida: 700 unidades

Preço de venda unitário	R\$ 100,00
Custos variáveis	-R\$ 13,00
Despesas variáveis	-R\$ 2,00
Comissões de vendas (10% x 100)	-R\$ 10,00
Impostos sobre a venda (10% x 100)	-R\$ 10,00
Margem de Contribuição Unitária	R\$ 65,00

105. Sabendo que a empresa Industrial utiliza o Custeio por Absorção, o custo unitário da produção do período foi

- A) R\$ 51,00.
- B) R\$ 13,00.
- C) R\$ 15,00.
- D) R\$ 34,00.

Comentários:

Vamos calcular:

Custo fixo total / quantidade produzida = custo fixo unitário

\$21.000 / 1.000 unidades = R\$ 21,00 custo fixo unitário

Custo variável unitário:

Matéria-prima: R\$ 9,00/unidade

+ Mão de obra direta: R\$ 4,00/unidade

Custo variável unitário = \$13,00

Custo unitário total = \$13,00 + \$21,00 = \$34,00

Gabarito: D

106. Em junho de 2024, o ponto de equilíbrio contábil da empresa Industrial, em quantidade, foi

- A) 347.
- B) 323.
- C) 400.
- D) 280.

Comentários:

Vejamos, inicialmente, a Margem de Contribuição Unitária (MCU):

MCU = Preço unitário – Custos variáveis e despesas variáveis unitárias.

Custos Variáveis unitários: \$ 13,00

Despesas variáveis: R\$ 2,00/unidade

Comissões: 10% do preço de vendas = \$100,00 x 10% = \$10,00

Impostos = \$100 x 10% = \$10,00

Assim, temos como Margem de contribuição unitária:

Ponto de Equilíbrio Contábil: (Custos fixos + despesas fixas) / MCU

Ponto de Equilíbrio Contábil: (\$21.000 + \$5.000) / \$65,00

Ponto de Equilíbrio Contábil = 400 unidades

Gabarito: C

107. Entre os métodos de custeio industrial atuais, o conceito de custeio que procura reduzir sensivelmente as distorções provocadas pelo rateio arbitrário dos custos indiretos é conhecido:

- A) custeio por absorção.
- B) custeio padrão.
- C) custeio RKW.
- D) custeio ABC.

Comentários:

O Custeio Baseado em Atividades (Activity Based Costing – ABC) é um **método de custeio que procura reduzir a arbitrariedade do rateio dos custos indiretos**, pois os custos são inicialmente atribuídos às atividades e depois aos produtos.

Fiquem atentos! O método ABC reduz, e não elimina, as distorções causadas pelo processo de rateio dos custos indiretos.

Gabarito: D

108.A Indústria Estratégia CFC produz 500 unidades por mês do produto Beta. Os gastos totais da empresa são:

- Materiais diretos = R\$ 100.000,00
- Mão de obra = R\$ 150.000,00
- Custos indiretos de produção = R\$ 250.000,00
- Despesas = R\$ 300.000,00

Sabendo-se que a empresa utiliza o Custeio Pleno ou RKW (Reichskuratorium für Wirtschaftlichkeit), qual é o custo pleno unitário?

- A) R\$ 500,00
- B) R\$ 800,00
- C) R\$ 1000,00
- D) R\$ 1.600,00

Comentários:

O RKW consiste em apropriar todos os custos e despesas ao produto, sejam custos ou despesas, fixos ou variáveis, diretos ou indiretos.

Neste caso, portanto, basta pegar todos os valores e dividir pela quantidade produzida.

Materiais-diretos	R\$ 100.000,00
Mão de obra	R\$ 150.000,00
Custos indiretos de produção	R\$ 250.000,00
Despesas	R\$ 300.000,00
Total	R\$ 800.000,00
Custos unitário (800.000/500)	R\$ 1.600,00

Gabarito: D

109. A empresa industrial Julio Cardozo S/A apresentou uma margem de contribuição percentual de 20% no ano de 2022. Os gastos fixos da entidade totalizam, em média, R\$ 456.780,00 no mesmo período. Sabendo-se que a entidade industrial produz um único produto e o vende por R\$ 300,00, pode-se afirmar que ela precisa vender, por período, em média

- A) 10 000 unidades.
- B) 7 613 unidades.
- C) 6 667 unidades.
- D) 1 828 unidades.

Comentários:

Agora, o Ponto de Equilíbrio Contábil (PEC), que é a divisão dos custos e despesas fixas pela Margem de Contribuição Unitária.

Ponto de equilíbrio Contábil = (Custos fixos + despesas Fixas) / MCU

Foi informado que Custos e Despesas Fixas = R\$ 456.780 e Margem de contribuição = R\$ 60 (20% de R\$ 300).

Substituindo na fórmula, temos:

$$\text{Ponto de Equilíbrio Contábil} = \frac{456.780}{300 \times 20\%} = \frac{456.780}{60} = 7.613 \text{ unidades}$$

Gabarito: B

110. A Controladoria da Indústria Dream Contábil Ltda. apresentou os seguintes dados da produção industrial do último mês:

	Produto S	Produto P
Quantidade produzida (em unidades)	10.000	8.000
Quantidade vendida (em unidades)	8.500	7.000
Capacidade de produção (em unidades)	15.000	10.000
Mão de obra por unidade (em R\$)	2,00	2,50
Material direto por unidade (em R\$)	3,50	9,00
Custos Indiretos de Fabricação por unidade - Fixo (em R\$)	10,00	10,00
Preço de venda por unidade (em R\$)	22,00	45,00

O custo unitário pelo custeio por absorção, em R\$, dos produtos S e P são, respectivamente:

- A) 11,50 e 5,50.
- B) 5,50 e 11,50.
- C) 10,00 e 10,00.
- D) 15,50 e 21,50.

Comentários:

O **Custeio por absorção** consiste na apropriação de todos os custos incorridos, sejam fixos, variáveis, diretos ou indiretos, aos produtos fabricados.

Vamos calcular:

	Produto S	Produto P
Mão de obra por unidade (em R\$)	2,00	2,50
Material direto por unidade (em R\$)	3,50	9,00
Custo Variável Unitário (I)	5,5	11,50
Custos Indiretos de Fabricação por unidade - Fixo (em R\$)	10,00	10,00
Custo Fixo Unitário (II)	10,00	10,00
Custo Unitário Total (I + II)	15,50	21,50

Gabarito: D

111. O custeio por absorção é um método de apropriação de custos que permite

- A) abranger a todos os custos e demais despesas do período.
- B) separar criteriosamente os custos diretos dos indiretos.
- C) apropriar todos os custos de produção do período ao produto.
- D) identificar falhas produtivas e ineficiências.

Comentários:

O Custeio por Absorção consiste na apropriação de todos os custos incorridos, sejam fixos, variáveis, diretos ou indiretos, aos produtos fabricados. Gabarito letra C.

Vejamos as outras assertivas:

- A) abranger a todos os custos e demais despesas do período. Errado, as despesas não entram.
- B) separar criteriosamente os custos diretos dos indiretos. Errado. Não há essa separação no custeio por absorção.
- D) identificar falhas produtivas e ineficiências. Errado. A eliminação de ineficiências está mais ligada ao Custeio por Atividades.

Gabarito: C

112. A Cia. Estratégia CFC fabrica os produtos Alfa, Beta e Charlie utilizando um único departamento. Ao analisar a produção ocorrida no mês de abril de 2024, a Cia. obteve as seguintes informações.

Os custos indiretos totais incorridos no mês de abril de 2024 foram R\$ 200.000,00 e são alocados aos produtos em função da quantidade de horas de mão de obra direta total utilizada, tendo em vista que a Cia. Estratégia CFC utiliza o método de custeio por absorção. Com base nessas informações e sabendo que não havia estoques iniciais e finais de produtos em processo, os custos unitários de produção do mês de abril de 2024 para os produtos Alfa, Beta e Charlie foram, respectivamente, em reais,

- A) 290,00; 340,00 e 390,00
- B) 250,00; 300,00 e 350,00
- C) 300,00; 350,00 e 400,00
- D) 290,00; 364,00 e 406,00

Comentários:

Vamos calcular o custo indireto unitário. Para isso, vamos ratear o custo indireto no valor de \$200.000 para os três produtos, seguindo o critério de rateio estabelecido pela questão, ou seja, o total de Horas de Mão de Obra Direta:

Produto	Horas MOD	Quantidade produzida	Total	%	Custo indireto	Custo ind. Unitário
Alfa	1	2000	2.000	40,0%	80.000	40 (80.000/2.000)
Beta	1,6	1000	1.600	32,0%	64.000	64 (64.000/1.000)
Charlie	1,4	1000	1.400	28,0%	56.000	56 (56.000/1.000)
Total			5.000		200.000	

Agora, é só somar os custos unitários:

Produto	Mat. Prima	MOD	Custo ind. Unitário	Total
Alfa	100	150	40	290
Beta	200	100	64	364
Charlie	300	50	56	406

O custo unitário dos produtos Alfa, Beta e Charlie são, respectivamente, de 290; 364; e 406.

Gabarito: D

113. Segundo a doutrina prevista na Contabilidade de Custos, os coprodutos

- A) possuem pouquíssima relevância dentro do faturamento global da empresa.
- B) não têm valor de venda ou condições de negociabilidade boas.
- C) não são objetos de custeio pelas empresas.
- D) têm os custos apurados com o uso de critérios de apropriação de custos conjuntos.

Comentários:

Primeiro, vamos relembrar os conceitos:

Coprodutos são os próprios produtos principais, só que assim chamados porque nascidos de uma mesma matéria-prima. São os que respondem pelo faturamento da empresa. São considerados como qualquer outro produto da empresa, recebem custos, ficam no estoque, etc.

Subprodutos são aqueles itens que surgem de forma normal durante o processo de produção e possuem mercado de venda relativamente estável, tanto no que diz respeito à existência de compradores como quanto ao preço. São itens que têm comercialização tão normal quanto os produtos da empresa, mas que representam porção ínfima do faturamento total. Os subprodutos não recebem custos. A receita originária da sua venda é considerada uma redução do custo do período.

Sucatas são aqueles itens cuja venda é esporádica e realizada por valor não previsível na data em que surgem na produção. Por isso, não recebem custos e não aparecem como estoque na empresa, mesmo que existam em quantidade razoável. Quando ocorrer a venda, têm sua receita considerada como “Outras Receitas Operacionais”.

Agora, vamos analisar as alternativas:

A) possuem pouquíssima relevância dentro do faturamento global da empresa.

Errado. Os coprodutos são os próprios produtos principais. Os subprodutos possuem pouca relevância dentro do faturamento.

B) não têm valor de venda ou condições de negociabilidade boas.

Errado. Isso se aplica às sucatas, e não aos coprodutos.

C) não são objetos de custeio pelas empresas.

Errado. Os subprodutos e as sucatas não são objetos de custeio. Os coprodutos recebem custos normalmente.

D) têm os custos apurados com o uso de critérios de apropriação de custos conjuntos.

Certo. É o nosso gabarito. Os coprodutos são os produtos principais que nascem da mesma matéria-prima, portanto têm os custos apurados de acordo com os critérios de apropriação dos custos conjuntos.

Gabarito: D

114. Um grupo de alunos da universidade Estratégia Academy decidiu organizar uma festa para angariar fundos em prol de uma causa social. O comitê responsável pelo evento estimou os custos para a realização do evento conforme a tabela apresentada a seguir. O comitê organizador pretende cobrar ingresso de R\$ 50,00 por pessoa e estima a adesão de pelo menos quinhentas pessoas ao evento.

	valor em R\$
jantar (por pessoa)	22,00
convites com o programa do evento (por pessoa)	3,00
panfletos para a divulgação do evento	500,00
atração musical	1.100,00
aluguel de espaço em um clube local	900,00
garçons e pessoal de apoio (limpeza segurança)	1.600,00
decoreação do local	900,00

Nessa situação hipotética, a margem de contribuição unitária e a quantidade de ingressos que o comitê organizador deve vender para cobrir todos os gastos previstos para a realização da festa são, respectivamente,

- A) R\$ 15 e 200 ingressos.
- B) R\$ 15 e 500 ingressos.
- C) R\$ 25 e 100 ingressos.
- D) R\$ 25 e 200 ingressos.

Comentários:

A Margem de Contribuição é o preço de venda menos os custos variáveis e as despesas variáveis.

Desse modo, a Margem de Contribuição de um produto é o que resta após diminuir os custos variáveis e as despesas variáveis. É a quantia com a qual o produto contribui para amortizar os custos fixos mais as despesas fixas, e para formar o lucro.

Preço de venda (-) custos variáveis e despesas variáveis = margem de contribuição

MCU = R\$ 50,00 – R\$ 22,00 - R\$ 3,00 = R\$ 25,00

Para sabermos quantos ingressos os alunos precisam vender para conseguir cobrir todos os custos, basta encontrarmos o ponto de equilíbrio contábil:

Sabemos que:

$$\text{Ponto de Equilíbrio} = \frac{\text{Custos} + \text{Despesas Fixas}}{\text{MCU}}$$

Ponto de Equilíbrio = $(500 + 1.100 + 900 + 1.600 + 900) / 25 = 5000/25 = 200$ unidades.

Gabarito: D

TEORIA DA CONTABILIDADE

115. A determinação do limite da entidade que reporta é orientada pelas necessidades de informações dos principais usuários das demonstrações contábeis da entidade que reporta. Esses usuários precisam de informações relevantes que representem fidedignamente o que pretendem representar. A representação fidedigna, segundo a NBC TG 00 – Estrutura Conceitual, exige que:

I – o limite da entidade que reporta não contenha conjunto arbitrário ou incompleto de atividades econômicas.

II – incluir esse conjunto de atividades econômicas dentro do limite da entidade que reporta resulte em informações neutras.

III – seja fornecida uma descrição de como o limite da entidade que reporta foi determinado e no que consiste a entidade que reporta.

Está(ão) correta(s):

- A) II, apenas
- B) I, apenas
- C) II e III, apenas
- D) I, II e III.

Comentários:

Segundo a NBC TG 00,

3.13 Determinar o limite apropriado da entidade que reporta pode ser difícil se a entidade que reporta: (a) não é entidade legal; e (b) não compreende somente entidades legais vinculadas pelo relacionamento controladora-controlada.

3.14 Nesses casos, a determinação do limite da entidade que reporta é orientada pelas necessidades de informações dos principais usuários das demonstrações contábeis da entidade que reporta. Esses usuários precisam de informações relevantes que representem fidedignamente o que pretendem representar. A representação fidedigna exige que:

- (a) o limite da entidade que reporta não contenha conjunto arbitrário ou incompleto de atividades econômicas;*
- (b) incluir esse conjunto de atividades econômicas dentro do limite da entidade que reporta resulte em informações neutras; e*
- (c) seja fornecida uma descrição de como o limite da entidade que reporta foi determinado e no que consiste a entidade que reporta.*

Gabarito: D

116. Conforme a NBC TG 00 – Estrutura Conceitual, _____ é o preço que seria recebido pela venda de ativo ou que seria pago pela transferência de passivo em transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Assinale a opção que completa corretamente a lacuna:

- A) Valor em Uso
- B) Valor Justo
- C) Valor Presente
- D) Valor de Mercado

Comentários:

Segundo a NBC TG 00,

6.12 **Valor justo** é o preço que seria recebido pela venda de ativo ou que seria pago pela transferência de passivo em transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Gabarito: B

117. Acerca da NBC TG 00 (R1) - Estrutura Conceitual, julgue as assertivas a seguir:

I - As demonstrações contábeis fornecem informações sobre transações e outros eventos observados do ponto de vista dos usuários da entidade, tais como investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes ou potenciais.

II - As demonstrações contábeis são normalmente elaboradas com base na suposição de que a entidade que reporta está em continuidade operacional e continuará em operação no futuro previsível.

III – Uma entidade que reporta não é necessariamente uma entidade legal.

Está(ão) correta(s):

- A) II, apenas
- B) I, apenas
- C) II e III, apenas
- D) I, II e III.

Comentários:

I – **Errado.** Segundo a NBC TG 00,

*3.8 As demonstrações contábeis fornecem informações sobre transações e outros eventos observados do **ponto de vista da entidade que reporta como um todo e, não, do ponto de vista de qualquer grupo específico de investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes ou potenciais, da entidade.***

II – **Certo.** Segundo a NBC TG 00,

3.9 As demonstrações contábeis são normalmente elaboradas com base na suposição de que a entidade que reporta está em continuidade operacional e continuará em operação no futuro previsível. Assim, presume-se que a entidade não tem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação ou deixar de negociar. Se existe essa intenção ou necessidade, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em base diferente. Em caso afirmativo, as demonstrações contábeis descrevem a base utilizada.

III – **Certo.** Segundo a NBC TG 00,

3.10 A entidade que reporta é a entidade que é obrigada a, ou decide, elaborar demonstrações contábeis. A entidade que reporta pode ser uma única entidade ou parte da entidade ou pode compreender mais de uma entidade. Uma entidade que reporta não é necessariamente uma entidade legal.

Gabarito: C

118. Segundo a NBC TG 00 – Estrutura Conceitual, “Muitos _____ não podem exigir que as entidades que reportam forneçam informações diretamente a eles, devendo se basear em relatórios financeiros para fins gerais para muitas das informações financeiras de que necessitam. Consequentemente, eles são os _____ aos quais se destinam relatórios financeiros para fins gerais”.

Assinale a opção que preenche correta e sequencialmente as lacunas acima:

- A) investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais; usuários secundários
- B) investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais; principais usuários
- C) analistas e investidores; principais usuários
- D) analistas e investidores; usuários secundários

Comentários:

Segundo a NBC TG 00,

Muitos ***investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais***, não podem exigir que as entidades que reportam forneçam informações diretamente a eles, devendo se basear em relatórios financeiros para fins gerais para muitas das informações financeiras de que necessitam. Consequentemente, eles são os ***principais usuários*** aos quais se destinam relatórios financeiros para fins gerais.

Gabarito: B

119. Segundo a NBC TG 00 – Estrutura Conceitual, a determinação do limite da entidade que reporta é orientada pelas necessidades de informações dos principais usuários das demonstrações contábeis da entidade que reporta. Esses usuários precisam de informações relevantes que representem fidedignamente o que pretendem representar. Nesse contexto, a representação fidedigna exige que:

- I - o limite da entidade que reporta não contenha conjunto arbitrário ou incompleto de atividades econômicas.
- II - incluir esse conjunto de atividades econômicas dentro do limite da entidade que reporta resulte em informações neutras.
- III - seja fornecida uma descrição de como o limite da entidade que reporta foi determinado e no que consiste a entidade que reporta.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas
- B) II e III, apenas
- C) I e II, apenas
- D) I, II e III.

Comentários:

Segundo a NBC TG 00,

3.14 Nesses casos, a determinação do limite da entidade que reporta é orientada pelas necessidades de informações dos principais usuários das demonstrações contábeis da entidade que reporta. Esses usuários precisam de informações relevantes que representam fidedignamente o que pretendem representar. A representação fidedigna exige que:

- (a) o limite da entidade que reporta não contenha conjunto arbitrário ou incompleto de atividades econômicas;
- (b) incluir esse conjunto de atividades econômicas dentro do limite da entidade que reporta resulte em informações neutras; e
- (c) seja fornecida uma descrição de como o limite da entidade que reporta foi determinado e no que consiste a entidade que reporta.

Gabarito: D

120. Segundo a NBC TG 00, para que exista passivo, três critérios devem ser satisfeitos. As opções a seguir indicam esses critérios, à exceção de uma. Assinale-a:

- A) a entidade tem uma obrigação
- B) a obrigação é de transferir um recurso econômico
- C) a obrigação é uma obrigação futura
- D) a obrigação é resultado de eventos passados

Comentários:

Segundo a NBC TG 00,

Para que exista passivo, três critérios devem ser satisfeitos:

- (a) a entidade tem uma obrigação;*
- (b) a obrigação é de transferir um recurso econômico; e*
- (c) a obrigação é uma **obrigação presente** que existe como resultado de eventos passados.*

Gabarito: C

121. Segundo a NBC TG 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, julgue as assertivas a seguir:

I – A capacidade de verificação é uma característica qualitativa de melhoria que ajuda a garantir aos usuários que as informações representem de forma fidedigna os fenômenos econômicos que pretendem representar.

II – Ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

III – Para que exista passivo, três critérios devem obrigatoriamente ser satisfeitos: a entidade tem uma obrigação; a obrigação é de transferir um recurso econômico; e a obrigação é uma obrigação passada que existe como resultado de eventos futuros.

Está(ão) correto(s):

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III.

Comentários:

I – Certo. Segundo a NBC TG 00 (R2),

2.23 Comparabilidade, **capacidade de verificação**, tempestividade e compreensibilidade são **características qualitativas que melhoram** a utilidade de informações que sejam tanto relevantes como forneçam representação fidedigna do que pretendem representar. As características qualitativas de melhoria podem também ajudar a determinar qual de duas formas deve ser utilizada para representar o fenômeno caso se considere que ambas fornecem informações igualmente relevantes e representação igualmente fidedigna desse fenômeno.

2.30 **A capacidade de verificação ajuda a garantir aos usuários que as informações representem de forma fidedigna os fenômenos econômicos que pretendem representar.** Capacidade de verificação significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna. Informações quantificadas não precisam ser uma estimativa de valor único para que sejam verificáveis. Uma faixa de valores possíveis e as respectivas probabilidades também podem ser verificadas.

II – **Certo.** Segundo a NBC TG 00 (R2),

4.3 Ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

4.4 Recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos.

III – **Errado.** Segundo a NBC TG 00 (R2),

4.26 Passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

4.27 Para que exista passivo, três critérios devem ser satisfeitos:

(a) a entidade tem uma obrigação;

(b) a obrigação é de transferir um recurso econômico; e

(c) a obrigação é uma obrigação **presente** que existe como resultado de eventos **passados**.

Gabarito: B

122.A NBC TG 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro estabelece, entre outros assuntos, aspectos sobre o reconhecimento e desconhecimento dos elementos patrimoniais e de resultado. Sobre o assunto, julgue os itens a seguir:

I – Somente itens que atendem à definição de receitas ou despesas devem ser reconhecidos na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.

II – Nem todos os itens que atendem à definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido devem ser reconhecidos no balanço patrimonial.

III – Para o ativo, o desconhecimento normalmente ocorre quando a entidade perde o controle da totalidade ou de parte do ativo reconhecido.

Está(ão) correto(s):

- A) III, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, apenas.
- D) I, II e III.

Comentários:

I – Certo. Segundo a NBC TG 00 (R2),

*5.6 Somente itens que atendem à definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido devem ser reconhecidos no balanço patrimonial. Similarmente, **somente itens que atendem à definição de receitas ou despesas devem ser reconhecidos na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.** Contudo, nem todos os itens que atendem à definição de um desses elementos devem ser reconhecidos.*

II – Certo. Segundo a NBC TG 00 (R2),

*5.6 **Somente itens que atendem à definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido devem ser reconhecidos no balanço patrimonial.** Similarmente, somente itens que atendem à definição de receitas ou despesas devem ser reconhecidos na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente. Contudo, nem todos os itens que atendem à definição de um desses elementos devem ser reconhecidos.*

III – Certo. Segundo a NBC TG 00 (R2),

5.26 Desreconhecimento é a retirada de parte ou da totalidade de ativo ou passivo reconhecido do balanço patrimonial da entidade. O desreconhecimento normalmente ocorre quando esse item não atende mais à definição de ativo ou passivo:

- (a) para o ativo, o desreconhecimento normalmente ocorre quando a entidade perde o controle da totalidade ou de parte do ativo reconhecido; e*
- (b) para o passivo, o desreconhecimento normalmente ocorre quando a entidade não possui mais uma obrigação presente pela totalidade ou parte do passivo reconhecido.*

Gabarito: D

123. Acerca da NBC TG 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro estabelece, analise os itens a seguir:

I – A NBC TG 00 (R2) divide as bases de mensuração em dois grupos: custo histórico e valor atual, essa por sua vez, subdividida em: valor justo, valor em uso de ativos e valor de cumprimento de passivos e custo corrente.

II – O custo histórico de ativo quando é adquirido ou criado é o valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo menos custos de transação.

III – O valor justo não reflete os custos de transação que seriam incorridos na alienação final do ativo ou na transferência ou liquidação do passivo.

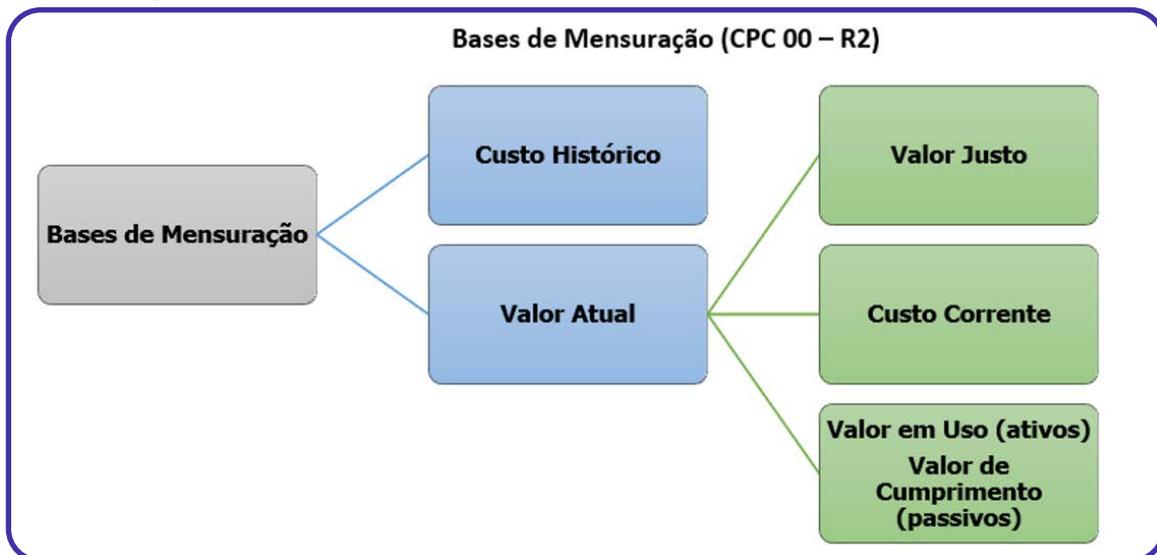
Está(ão) correto(s):

- A) III, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I, II e III.

Comentários:

I – Certo. Observa-se que a NBC TG 00 (R2) dividiu as bases de mensuração em dois grupos: custo histórico e valor atual, essa, por sua vez, subdividida em: valor justo, valor em uso de ativos e valor de cumprimento de passivos e custo corrente.

Bases de Mensuração (CPC 00 – R2)



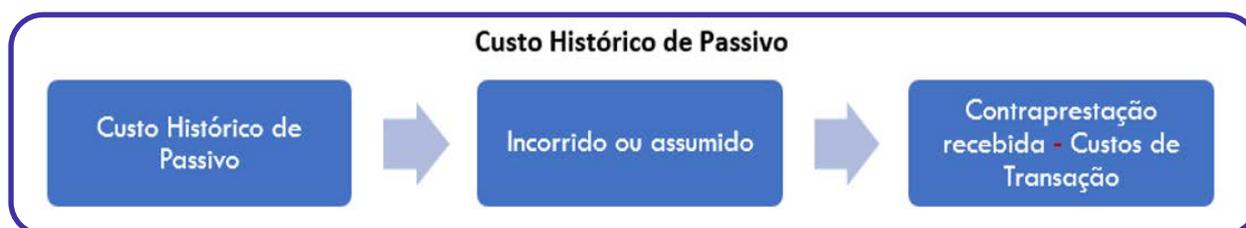
II – **Errado**. Segundo a NBC TG 00 (R2), o **custo histórico de ativo** quando é adquirido ou criado é o valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo **mais** custos de transação.

Custo Histórico de Ativo



O **custo histórico de passivo** quando é incorrido ou assumido é o valor da contraprestação recebida para incorrer ou assumir o passivo menos custos de transação.

Custo Histórico de Passivo



III – **Certo**. Segundo a NBC TG 00 (R2), valor justo é o preço que seria recebido pela venda de ativo ou que seria pago pela transferência de passivo em transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.



*Como o valor justo não é derivado, mesmo em parte, do preço da transação ou de outro evento que deu origem ao ativo ou passivo, o valor justo **não** é aumentado pelos custos de transação incorridos ao adquirir o ativo e não é diminuído pelos custos de transação incorridos quando o passivo é incorrido ou assumido.*

Além disso, o **valor justo não reflete os custos de transação** que seriam incorridos na alienação final do ativo ou na transferência ou liquidação do passivo.

Gabarito: B

124. Segundo a NBC TG 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, julgue as assertivas a seguir:

I – Capacidade de verificação significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna.

II – Excluir informações sobre fenômenos complexos dos relatórios financeiros pode tornar mais fácil a compreensão das informações contidas nesses relatórios financeiros. Contudo, esses relatórios seriam incompletos e, portanto, possivelmente distorcidos.

III – Comparabilidade refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades.

Está(ão) correto(s):

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III.

Comentários:

I – **Certo.** Segundo a NBC TG 00 (R2),

*A capacidade de verificação ajuda a garantir aos usuários que as informações representem de forma fidedigna os fenômenos econômicos que pretendem representar. Capacidade de verificação significa que **diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, embora não a acordo necessariamente completo**, de que a representação específica é representação fidedigna. Informações quantificadas não precisam ser uma estimativa de valor único para que sejam verificáveis. Uma faixa de valores possíveis e as respectivas probabilidades também podem ser verificadas.*

II – **Certo.** Segundo a NBC TG 00 (R2),

Classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso as torna compreensíveis.

Alguns fenômenos são inerentemente complexos e pode não ser possível tornar a sua compreensão fácil.

Excluir informações sobre esses fenômenos dos relatórios financeiros pode tornar mais fácil a compreensão das informações contidas nesses relatórios financeiros. Contudo, esses relatórios seriam incompletos e, portanto, possivelmente distorcidos.

III – **Errado.** Segundo a NBC TG 00 (R2),

Consistência, embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo.

Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades.

Comparabilidade é a meta; a consistência ajuda a atingir essa meta.

Gabarito: B

125. Segundo a NBC TG 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, julgue as assertivas a seguir:

I – A aplicação das características qualitativas de melhoria é um processo iterativo que não segue uma ordem prescrita

II – A neutralidade é apoiada pelo exercício da prudência. O exercício de prudência não permite a subavaliação de ativos ou receitas ou a superavaliação de passivos ou despesas.

III – A informação é relevante e possui fidedignidade se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar, razoavelmente, as decisões que os principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais tomam com base nesses relatórios, que fornecem informações financeiras sobre entidade específica que reporta.

Está(ão) correto(s):

- A) II, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I, II e III.

Comentários:

I – **Certo.** Segundo a NBC TG 00 (R2),

2.38 A aplicação das características qualitativas de melhoria é um processo iterativo que não segue uma ordem prescrita. Algumas vezes, a característica qualitativa de melhoria pode ter de ser diminuída para maximizar outra característica qualitativa de melhoria. Por exemplo, a redução temporária na comparabilidade como resultado da aplicação prospectiva de novo pronunciamento pode ser vantajosa para aumentar a relevância ou a representação fidedigna em longo prazo. Divulgações apropriadas podem compensar parcialmente a não comparabilidade.

II – **Certo**. Segundo a NBC TG 00 (R2),

2.16 A neutralidade é apoiada pelo exercício da prudência. Prudência é o exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza. O exercício de prudência significa que ativos e receitas não estão superavaliados e passivos e despesas não estão subavaliados. Da mesma forma, o exercício de prudência não permite a subavaliação de ativos ou receitas ou a superavaliação de passivos ou despesas. Essas divulgações distorcidas podem levar à superavaliação ou subavaliação de receitas ou despesas em períodos futuros.

III – **Errado**. Segundo a NBC TG 00 (R2),

*2.11 A informação é **material** se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar, razoavelmente, as decisões que os principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais (ver item 1.5) tomam com base nesses relatórios, que fornecem informações financeiras sobre entidade específica que reporta.*

Gabarito: B

126.A NBC TG 00 (R2) estabelece, entre outros assuntos, aspectos sobre as bases de mensuração dos elementos patrimoniais e de resultado. Sobre o assunto, julgue os itens a seguir:

I – O custo histórico de ativo quando é adquirido ou criado é o valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo mais custos de transação.

II – Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa, ou outros benefícios econômicos, que a entidade espera obter do uso de ativo e de sua alienação final.

III – Valor de cumprimento é o valor presente do caixa, ou de outros recursos econômicos, que a entidade espera ser obrigada a transferir para cumprir a obrigação.

Está(ão) correto(s):

- A) III, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, apenas.
- D) I, II e III.

Comentários:

I – Certo. Segundo a NBC TG 00 (R2),

6.5 O custo histórico de ativo quando é adquirido ou criado é o valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo mais custos de transação. O custo histórico de passivo quando é incorrido ou assumido é o valor da contraprestação recebida para incorrer ou assumir o passivo menos custos de transação.

II – Certo. Segundo a NBC TG 00 (R2),

6.17 Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa, ou outros benefícios econômicos, que a entidade espera obter do uso de ativo e de sua alienação final. Valor de cumprimento é o valor presente do caixa, ou de outros recursos econômicos, que a entidade espera ser obrigada a transferir para cumprir a obrigação. Esses valores de caixa ou outros recursos econômicos incluem não somente os valores a serem transferidos à contraparte do passivo, mas também os valores que a entidade espera ser obrigada a transferir a outras partes de modo a permitir que ela cumpra a obrigação.

III – Certo. Segundo a NBC TG 00 (R2),

6.17 Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa, ou outros benefícios econômicos, que a entidade espera obter do uso de ativo e de sua alienação final. Valor de cumprimento é o valor presente do caixa, ou de outros recursos econômicos, que a entidade espera ser obrigada a transferir para cumprir a obrigação. Esses valores de caixa ou outros recursos econômicos incluem não somente os valores a serem transferidos à contraparte do passivo, mas também os valores que a entidade espera ser obrigada a transferir a outras partes de modo a permitir que ela cumpra a obrigação.

Gabarito: D

127. Acerca da NBC TG 00 - Estrutura Conceitual pode-se afirmar, exceto:

- A) Para que uma obrigação, formalizada ou presumida, atenda ao requisito de “obrigação presente” no contexto da definição de passivo é condição suficiente que a obrigação já exista e que, em pelo menos uma circunstância, exigirá que a entidade transfira um recurso econômico.
- B) Os Relatórios Financeiros não fornecem nem podem fornecer todas as informações de que necessitam os usuários da informação contábil.
- C) Entre as características qualitativas de melhoria está a comparabilidade, a qual refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades.
- D) O custo histórico de ativo quando é adquirido ou criado é o valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo mais custos de transação.

Comentários:

a. **Certo.** A obrigação pode ser legal (formalizada) ou não formalizada (presumida).

Obrigação legal (formalizada): são estabelecidas por contrato, legislação ou meios similares e são legalmente exigíveis pela parte (ou partes) para quem são devidas.

Obrigação não legalmente formalizada (presumida): resultam de práticas usuais, políticas publicadas ou declarações específicas da entidade (quando a entidade não possui alternativa a não ser cumprir com essas obrigações).

Segundo o CPC 00 (R2), a obrigação deve ter o **potencial de exigir** que a entidade transfira um recurso econômico para outra parte (ou partes). Nesse sentido, a Estrutura Conceitual destaca que é necessário somente que a obrigação já exista e que, em pelo menos uma circunstância, exigirá que a entidade transfira um recurso econômico.

b. **Certo.** A EC ressalta que relatórios financeiros para fins gerais **não fornecem nem podem fornecer todas as informações** de que necessitam investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais. Esses usuários precisam considerar informações pertinentes de outras fontes, como, por exemplo, condições e expectativas econômicas gerais, eventos políticos e ambiente político e perspectivas do setor e da empresa.

c. **Errado.** **Comparabilidade é a característica qualitativa que permite aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens.** Diferentemente das outras características qualitativas, a comparabilidade não se refere a um único item. A comparação exige, no mínimo, dois itens.

SE LIGA!

Consistência, embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo.

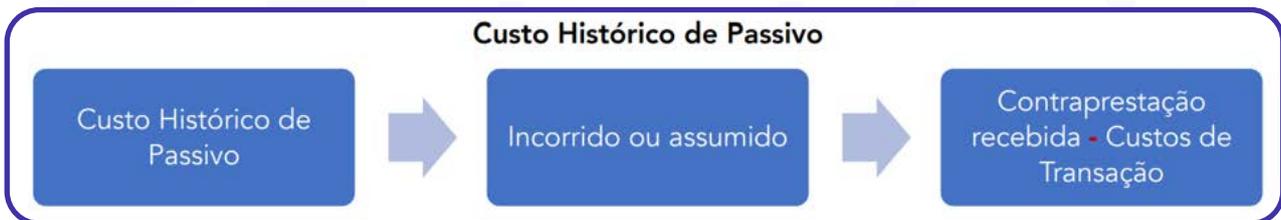
Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades.

Comparabilidade é a meta; a consistência ajuda a atingir essa meta.

d. Certo. O custo histórico de **ativo** quando é adquirido ou criado é o valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo mais custos de transação.



Cabe lembrar que o custo histórico de **passivo** quando é incorrido ou assumido é o valor da contraprestação recebida para incorrer ou assumir o passivo menos custos de transação.



Gabarito: C

128. À luz da NBC TG 00 – Estrutura Conceitual, uma informação representa fidedignamente o fenômeno que se propõe a representar quando:

- A) for capaz de fazer a diferença nas decisões dos usuários.
- B) for completa, neutra e livre de erros.
- C) apresentar uma mensuração confiável.
- D) for material e relevante.

Comentários:

Para ser representação perfeitamente fidedigna, a representação tem três características. Ela é **completa, neutra e isenta de erros.**

A **representação completa** inclui todas as informações necessárias para que o usuário compreenda os fenômenos que estão sendo representados, inclusive todas as descrições e explicações necessárias. Por exemplo, a representação completa de grupo de ativos inclui, no mínimo, a descrição da natureza dos ativos do grupo, a representação numérica de todos os ativos do grupo e a descrição daquilo que a representação numérica retrata (por exemplo, custo histórico ou valor justo). Para alguns itens, uma representação completa pode envolver também explicações de fatos significativos sobre a qualidade e natureza do item, fatores e circunstâncias que podem afetar sua qualidade e natureza e o processo utilizado para determinar a representação numérica.

A **representação neutra** não é tendenciosa na seleção ou na apresentação de informações financeiras. A representação neutra não possui inclinações, não é parcial, não é enfatizada ou deixa de ser enfatizada, nem é, de outro modo, manipulada para aumentar a probabilidade de que as informações financeiras sejam recebidas de forma favorável ou desfavorável pelos usuários. Informações neutras não significam informações sem nenhum propósito ou sem nenhuma influência sobre o comportamento. Ao contrário, informações financeiras relevantes são, por definição, capazes de fazer diferença nas decisões dos usuários.

Representação fidedigna não significa representação precisa em todos os aspectos. **Livre de erros** significa que não há erros ou omissões na descrição do fenômeno e que o processo utilizado para produzir as informações apresentadas foi selecionado e aplicado sem erros no processo. Nesse contexto, livre de erros não significa perfeitamente precisa em todos os aspectos. Por exemplo, a estimativa de preço ou valor não observável não pode ser determinada como precisa ou imprecisa. Contudo, a representação dessa estimativa pode ser fidedigna se o valor for descrito de forma clara e precisa como sendo a estimativa, se a natureza e as limitações do processo de estimativa forem explicadas e se nenhum erro tiver sido cometido na escolha e na aplicação do processo apropriado para o desenvolvimento da estimativa.

Gabarito: B

129.A NBC TG 00 (R2) estabelece, entre outros assuntos, aspectos sobre o reconhecimento e desconhecimento dos elementos patrimoniais e de resultado. Sobre o assunto, julgue os itens a seguir:

I – Somente itens que atendem à definição de receitas ou despesas devem ser reconhecidos na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.

II – Nem todos os itens que atendem à definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido devem ser reconhecidos no balanço patrimonial.

III – Para o ativo, o desconhecimento normalmente ocorre quando a entidade perde o controle da totalidade ou de parte do ativo reconhecido.

Está(ão) correto(s):

- A) III, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, apenas.
- D) I, II e III.

Comentários:

I – Certo. Segundo a NBC TG 00 (R2),

*5.6 Somente itens que atendem à definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido devem ser reconhecidos no balanço patrimonial. Similarmente, **somente itens que atendem à definição de receitas ou despesas devem ser reconhecidos na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.** Contudo, nem todos os itens que atendem à definição de um desses elementos devem ser reconhecidos.*

II – Certo. Segundo a NBC TG 00 (R2),

*5.6 **Somente itens que atendem à definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido devem ser reconhecidos no balanço patrimonial.** Similarmente, somente itens que atendem à definição de receitas ou despesas devem ser reconhecidos na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente. Contudo, nem todos os itens que atendem à definição de um desses elementos devem ser reconhecidos.*

III – Certo. Segundo a NBC TG 00 (R2),

5.26 Desreconhecimento é a retirada de parte ou da totalidade de ativo ou passivo reconhecido do balanço patrimonial da entidade. O desreconhecimento normalmente ocorre quando esse item não atende mais à definição de ativo ou passivo:

(a) para o ativo, o desreconhecimento normalmente ocorre quando a entidade perde o controle da totalidade ou de parte do ativo reconhecido; e

(b) para o passivo, o desreconhecimento normalmente ocorre quando a entidade não possui mais uma obrigação presente pela totalidade ou parte do passivo reconhecido.

Gabarito: D

130.A Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Estrutura Conceitual) descreve o objetivo do, e os conceitos para, relatório financeiro para fins gerais. Acerca da NBC TG 00 - Estrutura Conceitual pode-se afirmar, exceto:

- A) Mesmo um elevado nível de incerteza na mensuração não impede necessariamente essa estimativa de fornecer informações úteis
- B) Nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante nem a representação não fidedigna de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomar boas decisões.
- C) O custo histórico de passivo quando é incorrido ou assumido é o valor da contraprestação recebida para incorrer ou assumir o passivo mais os custos de transação.
- D) O valor justo não é aumentado pelos custos de transação incorridos ao adquirir o ativo e não é diminuído pelos custos de transação incorridos quando o passivo é incorrido ou assumido.

Comentários:

a. **Certo.** Segundo a Estrutura Conceitual,

*Quando valores monetários em relatórios financeiros não puderem ser observados diretamente e, em vez disso, devem ser estimados, surge incerteza na mensuração. O uso de estimativas razoáveis é parte essencial da elaboração de informações financeiras e não prejudica a utilidade das informações se as estimativas são descritas e explicadas de forma clara e precisa. **Mesmo um elevado nível de incerteza na mensuração não impede necessariamente essa estimativa de fornecer informações úteis.***

b. **Certo.** Segundo a Estrutura Conceitual,

*As informações devem tanto ser relevantes como fornecer representação fidedigna do que pretendem representar para serem úteis. **Nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante nem a representação não fidedigna***

de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomar boas decisões.

c. **Errado.** Segundo a Estrutura Conceitual,

O custo histórico de ativo quando é adquirido ou criado é o valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo mais custos de transação. O custo histórico de passivo quando é incorrido ou assumido é o valor da contraprestação recebida para incorrer ou assumir o passivo menos custos de transação.

d. **Certo.** Segundo a Estrutura Conceitual,

Como o valor justo não é derivado, mesmo em parte, do preço da transação ou de outro evento que deu origem ao ativo ou passivo, o valor justo não é aumentado pelos custos de transação incorridos ao adquirir o ativo e não é diminuído pelos custos de transação incorridos quando o passivo é incorrido ou assumido. Além disso, o valor justo não reflete os custos de transação que seriam incorridos na alienação final do ativo ou na transferência ou liquidação do passivo.

Gabarito: C

131.A NBC TG 00 – Estrutura Conceitual descreve algumas bases de mensuração que podem ser usadas nas demonstrações financeiras. Assinale a opção correta sobre essas bases:

- A) O valor justo é utilizado sempre que há incerteza sobre o valor de ativos e passivos.
- B) O custo histórico é a base de mensuração preferida para passivos, pois reflete melhor os fluxos de caixa futuros.
- C) O valor em uso de um ativo é calculado com base nos fluxos de caixa futuros descontados associados a seu uso contínuo.
- D) O custo de reposição é adequado para medir passivos a serem liquidados em prazo curto.

Comentários:

- a. **Errado.** O valor justo é uma base de mensuração específica, mas não é uma solução geral para a incerteza.
- b. **Errado.** O custo histórico pode ser usado, mas não é considerado a base ideal para mensurar fluxos de caixa futuros.
- c. **Certo.** A Estrutura Conceitual define o valor em uso como o valor presente dos fluxos de caixa futuros de um ativo em uso.
- d. **Errado.** O custo de reposição é uma base para ativos.

Gabarito: C

132.A NBC TG 00 (R2) estabelece, entre outros assuntos, aspectos sobre apresentação e divulgação. Sobre o assunto, julgue os itens a seguir:

I – Compensação classifica diferentes itens em conjunto e, portanto, geralmente não é adequado.

II – Compensar ativos e passivos é tratar um conjunto de direitos e obrigações como uma única unidade de conta.

III – A demonstração do resultado fornece uma representação detalhada do desempenho financeiro da entidade para o período.

Está(ão) correto(s):

- A) III, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, apenas.
- D) I, II e III.

Comentários:

I – **Certo.** Segundo a NBC TG 00 (R2),

*Compensação ocorre quando a entidade reconhece e mensura tanto ativo como passivo como unidades de conta separadas, mas as agrupa em um único valor líquido no balanço patrimonial. **Compensação classifica diferentes itens em conjunto e, portanto, geralmente não é adequado.***

II – **Errado.** Segundo a NBC TG 00 (R2),

*Compensar ativos e passivos **é diferente** de tratar um conjunto de direitos e obrigações como uma única unidade de conta*

III – **Errado.** Segundo a NBC TG 00 (R2),

*A demonstração do resultado é a fonte principal de informações sobre o desempenho financeiro da entidade para o período de relatório. Essa demonstração contém um total para o resultado (lucro ou prejuízo) que **fornece uma representação altamente resumida do desempenho financeiro da entidade para o período.***

Gabarito: C

DIREITO CIVIL/EMPRESARIAL

133. As leis são criadas para criar imperatividade e normas a serem seguidas pela sociedade que as cria e se submete a elas. Assim, criada uma lei e entrando em vigor, essa lei será aplicável, até que perca a sua vigência. A respeito das situações que dão fim a uma lei, marque a opção correta:

- A) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique, revogue ou caia em desuso.
- B) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível, mas não quando regular inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- C) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga ou modifica a lei anterior.
- D) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

Comentários:

As regras aqui tratadas estão previstas na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro.

Letra a: errada. O desuso não é motivo de encerrar vigência de uma lei.

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

Letra b: errada. É uma maneira de revogar quando uma lei nova trata da matéria inteiramente da lei anterior.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

Letra c: errada. Na verdade, uma lei nova especial ou geral não revoga e nem modifica a anterior que seja especial ou geral, a revogação só ocorrerá nos casos acima apresentados.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Letra d: errada. Essa situação se chama de reprivatização, e que não é a regra do direito brasileiro.

§ 3º Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

Gabarito: D

134. As sociedades possuem regras gerais previstas na legislação, a luz do que está no Código Civil sobre as sociedades, marque a opção correta:

- A) É nulo contrato social que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.
- B) A distribuição de lucros ilícitos ou fictícios acarreta responsabilidade solidária dos administradores que a realizarem, mas não recai sobre os sócios.
- C) O sócio, cuja contribuição consista em serviços, não pode, salvo convenção em contrário, empregar-se em atividade estranha à sociedade, sob pena de ser privado de seus lucros e dela excluído.
- D) Salvo estipulação em contrário, o sócio participa dos lucros e das perdas, na proporção das respectivas quotas, mas aquele, cuja contribuição consiste em serviços, somente participa dos lucros na proporção dos maiores valores das quotas.

Comentários:

Letra a: errada. O contrato não é nulo, mas a cláusula que prevê isso é que é nula.

Art. 1.008. É nula a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.

Letra b: errada. Os sócios também respondem por esse recebimento de lucros ilícitos e fictícios.

Art. 1.009. A distribuição de lucros ilícitos ou fictícios acarreta responsabilidade solidária dos administradores que a realizarem e dos sócios que os receberem, conhecendo ou devendo conhecer-lhes a ilegitimidade.

Letra c: correta. Esta está de acordo com a regra legal.

Art. 1.006. O sócio, cuja contribuição consista em serviços, não pode, salvo convenção em contrário, empregar-se em atividade estranha à sociedade, sob pena de ser privado de seus lucros e dela excluído.

Letra d: errada. O sócio que contribui com serviço participa dos lucros na proporção da média do valor das quotas.

Art. 1.007. Salvo estipulação em contrário, o sócio participa dos lucros e das perdas, na proporção das respectivas quotas, mas aquele, cuja contribuição consiste em serviços, somente participa dos lucros na proporção da média do valor das quotas.

Gabarito: C

135. As ações podem ser classificadas quanto aos direitos e vantagens que conferem aos seus titulares em ordinárias, preferenciais, ou de fruição. As preferências podem ser do tipo:

I - em prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo;

II - em prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele;

III - na acumulação das preferências e vantagens que são em prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo e em prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele.

Os itens estão corretos:

- A) I, II e III.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I e III.

Comentários:

De acordo com as vantagens elencadas no artigo 17 da Lei 6.404, os três itens estão corretos.

Art. 17. As preferências ou vantagens das ações preferenciais podem consistir:

I - em prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo;

II - em prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele;

III - na acumulação das preferências e vantagens de que tratam os incisos I e II.

Gabarito: A

136. A respeito das regras aplicáveis aos empresários, marque a opção correta:

- A) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil ou se não forem legalmente impedidos.
- B) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário não responderá pelas obrigações contraídas.
- C) Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.
- D) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, independentemente do regime de bens do casamento.

Comentários:

Letra a: errada. Para poder ser empresário tem que estar em pleno gozo da capacidade E não pode ser um impedido legal. A questão disse um OU outro.

Art. 972. Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.

Letra b: errada. Se for impedido e exercer a atividade, responde pelas obrigações contraídas.

Art. 973. A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.

Letra c: correta. Esta é a regra sobre o exercício de atividade empresarial por incapaz, poderá ele continuar a atividade.

Art. 974. Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.

Letra d: errada. Esta regra depende, sim, da análise do regime de bens do casamento.

Art. 977. Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.

Gabarito: C

137. Não é considerada um tipo de pessoa jurídica de direito privado:

- A) sociedade.
- B) partido político.
- C) fundação.
- D) autarquia.

Comentários:

O artigo 44 elenca os tipos de pessoas jurídicas de direito privado, são elas as sociedades, associações, fundações, organizações religiosas, partidos políticos e os empreendimentos de economia solidária. Já as autarquias são pessoas jurídicas de público interno.

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:

I - as associações;

II - as sociedades;

III - as fundações.

IV - as organizações religiosas;

V - os partidos políticos.

VII - os empreendimentos de economia solidária.

Gabarito: D

138. A respeito das regras que envolvem as sociedades anônimas, marque a opção correta:

- A) O capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro, mas não pode formar com bens.
- B) O capital social somente poderá ser modificado com observância dos preceitos da lei, do estatuto social, dos administradores ou do sócio majoritário.
- C) Para os efeitos da lei, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.
- D) A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas, exceto em relação ao que falta ser integralizado.

Comentários:

Letra a: errada. Pode formar capital social com bens.

Art. 7º O capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.

Letra b: errada. Os administradores não têm permissão para alterar o capital social diretamente, nem o sócio majoritário.

Art. 6º O capital social somente poderá ser modificado com observância dos preceitos desta Lei e do estatuto social (artigos 166 a 174).

Letra c: correta. Esta define o conceito de sociedade anônima aberta ou fechada.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.

Letra d: errada. Não há essa exceção sobre a integralização.

Art. 1º A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

Gabarito: C

139. Em relação à sociedade em comum, marque a opção que está de acordo com a previsão legal:

- A) Enquanto não inscritos os atos constitutivos, reger-se-á a sociedade, exceto por ações em organização, pelo disposto nas regras contidas no Código Civil, observadas, subsidiariamente e no que com ele forem compatíveis, as normas da sociedade em comandita.
- B) Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, podem provar a existência da sociedade por escrito ou com base em testemunhos, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.
- C) Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum, sendo que esses bens respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, mesmo com pacto expreso limitativo de poderes, que terá eficácia contra todos.
- D) Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem aquele que contratou pela sociedade.

Comentários:

Letra a: errada. As regras subsidiárias a serem aplicadas às sociedades em comum são as das sociedades simples.

Art. 986. Enquanto não inscritos os atos constitutivos, rege-se-á a sociedade, exceto por ações em organização, pelo disposto neste Capítulo, observadas, subsidiariamente e no que com ele forem compatíveis, as normas da sociedade simples.

Letra b: errada. Sócio só pode provar a existência da sociedade em comum por escrito.

Art. 987. Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.

Letra c: errada. O pacto expresso limitado de poder pode, sim, ser uma exceção à responsabilidade pelos atos de gestão e só tem eficácia contra terceiro que conhece ou deva conhecer.

Art. 988. Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.

Art. 989. Os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expresso limitativo de poderes, que somente terá eficácia contra o terceiro que o conheça ou deva conhecer.

Letra d: certa. Esta está perfeita, pois a lei atribui a responsabilidade ilimitada e solidária a todos os sócios da sociedade em comum, sendo que o sócio que contratou fica de fora do benefício de ordem.

Art. 990. Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem, previsto no art. 1.024, aquele que contratou pela sociedade.

Gabarito: D

140.A respeito das ações de uma sociedade anônima e conforme legislação em vigor, marque a opção correta:

- A) O estatuto fixará o número das ações em que se divide o capital social e estabelecerá se as ações terão, ou não, valor nominal.
- B) Na companhia com ações sem valor nominal, o estatuto não poderá criar classes de ações preferenciais com valor nominal.
- C) O valor nominal será o mesmo para todas as ações ordinárias da companhia, podendo ser diferentes para as ações preferenciais.
- D) O valor nominal das ações de companhia aberta não poderá ser superior ao máximo fixado pela Comissão de Valores Mobiliários.

Comentários:

Letra a: certa. O capital social de uma sociedade anônima será definido, sim, pelo estatuto, e a divisão sempre será em ações. Esse mesmo estatuto pode prever se as ações terão ou não valor nominal.

Lei 6.404 - Art. 11. O estatuto fixará o número das ações em que se divide o capital social e estabelecerá se as ações terão, ou não, valor nominal.

Letra b: errada. Vai, sim, poder criar uma ou mais classes de ações preferenciais se a ação for sem valor nominal.

§ 1º Na companhia com ações sem valor nominal, o estatuto poderá criar uma ou mais classes de ações preferenciais com valor nominal.

Letra c: errada. Não há na lei a diferenciação para essa situação entre ações ordinárias e preferenciais. Se a companhia tiver ações com valor nominal, esse valor deverá ser o mesmo para todas as ações.

§ 2º O valor nominal será o mesmo para todas as ações da companhia.

Letra d: errada. Na verdade, a lei diz que o valor nominal das abertas não poderá ser inferior ao mínimo fixado pela CVM.

§ 3º O valor nominal das ações de companhia aberta não poderá ser inferior ao mínimo fixado pela Comissão de Valores Mobiliários.

Gabarito: A

141. Carlos resolve iniciar um empreendimento, por experiências passadas não tem mais vontade de ter que fazer isso por meio de algum tipo societário que o faça responder de maneira ilimitada pelas dívidas da sociedade. Sendo assim, resolve instituir uma sociedade limitada. A respeito das regras legais estipuladas para esse tipo societário, marque a opção que está correta:

- A) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, podendo ser constituída por uma ou mais pessoas.
- B) O capital social divide-se em quotas, sempre iguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio e pela exata estimação de bens conferidos ao capital social respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de cinco anos da data do registro da sociedade.
- C) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas sempre designadas no contrato social.
- D) A reunião ou a assembleia não poderá ser realizada de forma digital, porém o sócio poderá participar e votar a distância em reunião ou em assembleia, nos termos do regulamento do órgão competente do Poder Executivo federal.

Comentários:

A) **Certa** - Esta alternativa apresenta o conceito legal sobre a responsabilidade atribuída a um sócio de sociedade limitada e a opção de que essa sociedade seja feita com apenas um único sócio.

Art. 1.052. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 1º A sociedade limitada pode ser constituída por 1 (uma) ou mais pessoas.

B) **Errada** - As cotas de uma sociedade limitada podem, sim, ser desiguais.

Art. 1.055. O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.

§ 1º Pela exata estimação de bens conferidos ao capital social respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de cinco anos da data do registro da sociedade.

C) **Errada** - Existe a possibilidade de que a designação de administrador seja feita em ato separado.

Art. 1.060. A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas

no contrato social ou em ato separado.

D) Errada - Pode, sim, a reunião ou assembleia ser feita de forma digital.

Art. 1.080-A. O sócio poderá participar e votar a distância em reunião ou em assembleia, nos termos do regulamento do órgão competente do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. A reunião ou a assembleia poderá ser realizada de forma digital, respeitados os direitos legalmente previstos de participação e de manifestação dos sócios e os demais requisitos regulamentares.

Gabarito: A

142. Existem grandes empreendimentos, muitos deles são feitos por meio de altos investimentos com muitos recursos. A lei prevê a possibilidade de que esse tipo de atividade seja exercido por sociedades anônimas. As sociedades anônimas são tipos de sociedades admitidas em nosso ordenamento e com legislação própria. Acerca da previsão contida nos comandos normativos previstos na Lei nº 6.404/1976, marque a opção correta:

- A) A sociedade será designada por denominação acompanhada das expressões "companhia" ou "sociedade anônima", expressas por extenso ou abreviadamente mas vedada a utilização da primeira ao final, não se pode colocar o nome do fundador, a não ser que ele tenha falecido.
- B) O capital social da sociedade anônima não poderá ser modificado, podendo ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.
- C) A companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.
- D) As ações, conforme a natureza dos direitos ou votos que confirmam a seus titulares, são ordinárias, preferenciais, ou de fruição.

Comentários:

A) Errada - Pode, sim, colocar o nome do fundador no nome empresarial da sociedade anônima, e não há necessidade de que ele tenha morrido para isso.

Art. 3º A sociedade será designada por denominação acompanhada das expressões "companhia" ou "sociedade anônima", expressas por extenso ou abreviadamente mas vedada a utilização da primeira ao final.

§ 1º O nome do fundador, acionista, ou pessoa que por qualquer outro modo tenha concorrido para o êxito da empresa, poderá figurar na denominação.

B) Errada - Há, sim, a previsão legal que permite a modificação do capital social, desde que cumpridos os preceitos legais.

Art. 6º O capital social somente poderá ser modificado com observância dos preceitos desta Lei e do estatuto social (artigos 166 a 174).

Art. 7º O capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.

C) **Certa** - Perfeita, é exatamente isso que qualifica uma sociedade anônima como aberta ou fechada.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.

D) Errada - O teor desse tipo de classificação das ações não é quanto aos votos, e sim quanto aos direitos e vantagens.

Art. 15. As ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares, são ordinárias, preferenciais, ou de fruição.

Gabarito: C

143. A respeito das regras legais que versam sobre as sociedades anônimas, marque a opção que está de acordo com a legislação atualmente em vigor:

- A) A companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.
- B) O estatuto da companhia fixará o valor do capital social, expresso em moeda nacional, sendo que esse capital social não poderá ser modificado.
- C) O capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro ou em serviços.
- D) O estatuto fixará o número das ações em que se divide o capital social e estabelecerá se as ações terão, ou não, valor nominal, sendo que a emissão de ações por preço inferior ao seu valor nominal será admitida apenas nas companhias abertas.

Comentários:

Letra a: correta. Este é o critério usado pela legislação para distinguir uma sociedade anônima aberta da fechada. Se os valores mobiliários estão no mercado, é uma companhia aberta, se não estão, é fechada.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.

Letra b: errada. Existe, sim, previsão de que o capital social seja modificado, dentre os parâmetros exigidos pela lei.

Art. 5º O estatuto da companhia fixará o valor do capital social, expresso em moeda nacional.

Art. 6º O capital social somente poderá ser modificado com observância dos preceitos desta Lei e do estatuto social (artigos 166 a 174).

Letra c: errada. Tudo bem que não há previsão expressa proibindo contribuição em serviços na S.A, mas, ao mesmo tempo, não há nenhuma previsão expressa permitindo e nem faria sentido. Então, a alternativa destoa da previsão legal que só admite expressamente dinheiro e bens.

Art. 7º O capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.

Letra d: errada. Em nenhuma companhia pode haver preço de emissão inferior ao valor nominal das ações.

Art. 11. O estatuto fixará o número das ações em que se divide o capital social e estabelecerá se as ações terão, ou não, valor nominal.

Art. 13. É vedada a emissão de ações por preço inferior ao seu valor nominal.

Gabarito: A

144. Vários são os tipos de sociedades que podem ser constituídas em função de previsão legal sobre a esse respeito. A lei prevê que são sociedades personificadas as sociedades simples, em nome coletivo, em comandita por ações, em comandita simples, limitada, cooperativa e sociedade anônima. Especificamente sobre as sociedades limitadas, marque a opção correta:

- A) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas apenas o sócio remisso responde pela integralização do capital social, podendo ser constituída por uma ou mais pessoas.
- B) O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio e pela exata estimação de bens conferidos ao capital social responde apenas o sócio que contribuiu, até o prazo de cinco anos da data do registro da sociedade.
- C) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas sempre no contrato social, a administração atribuída no contrato a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
- D) As deliberações infringentes do contrato ou da lei tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente as aprovaram, admite-se que o sócio possa participar e votar a distância em reunião ou em assembleia, nos termos do regulamento do órgão competente do Poder Executivo federal.

Comentários:

Letra a: errada. Na sociedade limitada, todos os sócios respondem pela integralização do capital social. Sócio remisso é aquele que não faz a integralização ao capital social. A limitada pode, sim, ser constituída com um único sócio.

Art. 1.052. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 1º A sociedade limitada pode ser constituída por 1 (uma) ou mais pessoas.

Letra b: errada. Na verdade, todos os sócios respondem solidariamente pela estimação dos bens que compõem o capital social.

Art. 1.055. O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.

§ 1º Pela exata estimação de bens conferidos ao capital social respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de cinco anos da data do registro da sociedade.

Letra c: errada. Pode, sim, designar administrador em ato separado.

Art. 1.060. A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado.

Parágrafo único. A administração atribuída no contrato a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.

Letra d: correta. Esta alternativa está de acordo com a lei sobre as deliberações sociais das limitadas.

Art. 1.080. As deliberações infringentes do contrato ou da lei tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente as aprovaram.

Art. 1.080-A. O sócio poderá participar e votar a distância em reunião ou em assembleia, nos termos do regulamento do órgão competente do Poder Executivo federal.

Gabarito: D

145. As sociedades previstas no Código Civil podem ser classificadas em personificadas e não personificadas.

A respeito das sociedades não personificadas, marque a opção correta:

- A) Nas sociedades em comum, os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.
- B) Todos os sócios respondem subsidiária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, nas sociedades em comum, excluído do benefício de ordem, aquele que contratou pela sociedade.
- C) A constituição da sociedade em conta de participação depende de elaboração do contrato e pode provar-se por todos os meios de direito.
- D) Obriga-se perante terceiro o sócio ostensivo e o sócio participante, nos termos do contrato social.

Comentários:

Letra a: correta. Esta é uma correta descrição da maneira de se provar a existência da sociedade em comum.

Art. 987. Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.

Letra b: errada. A responsabilidade dos sócios nas sociedades em comum é solidária e ilimitada.

Art. 990. Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem, previsto no art. 1.024, aquele que contratou pela sociedade.

Letra c: errada. A sociedade em conta de participação independe de qualquer formalidade.

Art. 992. A constituição da sociedade em conta de participação independe de qualquer formalidade e pode provar-se por todos os meios de direito.

Letra d: errada. Existe uma diferença de responsabilidade entre o sócio ostensivo e participante na sociedade em conta de participação.

Art. 991 - Parágrafo único. Obriga-se perante terceiro tão-somente o sócio ostensivo; e, exclusivamente perante este, o sócio participante, nos termos do contrato social.

Gabarito: A

146. Um tipo de peculiar de sociedade admitida na nossa legislação é a sociedade em comandita simples. A respeito desse tipo societário, marque a única opção que está de acordo com a legislação em vigor:

- A) a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- B) somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
- C) tomam parte sócios de duas categorias: os comanditários, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditados, obrigados somente pelo valor de sua quota.
- D) aplicam-se à sociedade as normas da sociedade em nome coletivo, no que forem compatíveis e aos comanditados cabem os mesmos direitos e obrigações dos sócios da sociedade em nome coletivo.

Comentários:

Letra a: errada. Esta regra de responsabilidade é aplicável às sociedades limitadas.

Art. 1.052. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Letra b: errada. Já esta regra é aplicável às sociedades em nome coletivo.

Art. 1.039. Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.

Letra c: errada. Houve a troca das características de cada tipo de sócio nesta alternativa.

Art. 1.045. Na sociedade em comandita simples tomam parte sócios de duas categorias: os comanditados, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota.

Letra d: correta. Esta alternativa está de acordo com o art. 1.046.

Art. 1.046. Aplicam-se à sociedade em comandita simples as normas da sociedade em nome coletivo, no que forem compatíveis com as deste Capítulo.
Parágrafo único. Aos comanditados cabem os mesmos direitos e obrigações dos sócios da sociedade em nome coletivo.

Gabarito: D

CONTABILIDADE PÚBLICA

147. Acerca da NBC TSP – Estrutura Conceitual, julgue as assertivas a seguir:

I - Considerando-se o objetivo principal da maioria das entidades do setor público, o desempenho dessas entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa.

II - O recurso ou a obrigação que não satisfaça a definição de elemento definido na Estrutura Conceitual em nenhuma hipótese pode ser reconhecido nas demonstrações contábeis, haja vista que o atendimento à definição de elemento é um critério a ser observado no reconhecimento contábil.

III - A comparabilidade da informação nos RCPGs é aprimorada ao se fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes, assim como ao fazer com que coisas semelhantes pareçam distintas.

Está(ão) correta(s):

- A) I, apenas
- B) III, apenas
- C) I e II, apenas
- D) I, II e III, apenas

Comentários:

I – Certo. Segundo o MCASP, o objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Esses serviços incluem, por exemplo: programas e políticas de bem-estar, educação pública, segurança nacional e defesa nacional. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa.

II – Errado. Segundo a Estrutura Conceitual, em alguns casos, ao se desenvolver ou revisar uma NBC TSP, pode-se determinar que, para alcançar os objetivos da informação contábil, o recurso ou a obrigação que não satisfaça a definição de elemento definido na Estrutura Conceitual precise ser reconhecido nas demonstrações contábeis. Nesses casos, as NBCs TSP podem exigir ou permitir que esses recursos ou obrigações sejam reconhecidos como **outros recursos ou outras obrigações**, os quais são itens adicionais aos seis elementos definidos na Estrutura Conceitual.

III – Errado. Segundo a Estrutura Conceitual, a comparabilidade da informação nos RCPGs **não é** aprimorada ao se fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes, assim como ao fazer com que coisas semelhantes pareçam distintas.

Gabarito: A

148. Acerca do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), julgue as assertivas a seguir:

I - O PCASP apresenta uma metodologia, estrutura, regras, conceitos e funcionalidades que possibilitam a obtenção de dados que atendam aos diversos usuários da informação contábil.

II - Entre os registros contábeis típicos do setor público está a fixação da despesa orçamentária. Para a correta escrituração desse estágio da despesa orçamentária haverá apenas registro no âmbito da natureza orçamentária, movimentando-se contas das classes 5 e 6.

III – O PCASP é uma ferramenta para a consolidação das contas nacionais e instrumento para a adoção das normas internacionais de contabilidade

Está(ão) correta(s):

- A) I, apenas
- B) III, apenas
- C) I e II, apenas
- D) I, II e III, apenas

Comentários:

I – **Certo**. Segundo o MCASP, a necessidade de evidenciar com qualidade os fenômenos patrimoniais e a busca por um tratamento contábil padronizado dos atos e fatos administrativos no âmbito do setor público tornou imprescindível a elaboração de um plano de contas com abrangência nacional. Esse plano apresenta uma metodologia, estrutura, regras, conceitos e funcionalidades que possibilitam a obtenção de dados que atendam aos diversos usuários da informação contábil.

II – **Certo**. Na fixação da despesa, temos o seguinte registro:

FIXAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
1 Ativo	2 Passivo
3 Variação Patrimonial Diminutiva	4 Variação Patrimonial Aumentativa
5 Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	6 Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
5.2 Orçamento Aprovado	6.2 Execução do Orçamento
5.2.2 Fixação da Despesa	6.2.2 Execução da Despesa
5.2.2.1 Dotação Orçamentária	6.2.2.1 Disponibilidades de Crédito
5.2.2.1.1 Dotação Inicial D	6.2.2.1.1 Crédito Disponível C
7 Controles Devedores	8 Controles Credores

- D 5.2.2.1.1.xx.xx **Dotação Inicial**
C 6.2.2.1.1.xx.xx **Crédito Disponível**

III – **Certo**. Segundo o MCASP,

O PCASP representa uma das maiores conquistas da contabilidade aplicada ao setor público. Além de ser uma ferramenta para a consolidação das contas nacionais e instrumento para a adoção das normas internacionais de contabilidade, o PCASP permitiu diversas inovações [...]

Gabarito: D

149. Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), julgue as assertivas a seguir:

I - A discriminação por fonte/destinação de recursos no âmbito da Demonstração dos Fluxos de Caixa permite evidenciar a origem e a aplicação dos recursos financeiros referentes à receita e despesa orçamentárias.

II - Uma entidade do setor público apresentou em seu balanço orçamentário não consolidado desequilíbrio e déficit orçamentário. Tal situação configura irregularidade e afronta aos princípios orçamentários previstos na legislação aplicável ao setor público.

III – Algumas operações podem interferir na elaboração do balanço financeiro e sempre que a utilização de um procedimento afetar o resultado financeiro apurado neste demonstrativo, tal procedimento deverá ser evidenciado em notas explicativas.

Está(ão) correta(s):

- A) I, apenas
B) III, apenas
C) II e III, apenas
D) I, II e III, apenas

Comentários:

I – **Errado**. A discriminação por fonte/destinação de recursos se dá no âmbito do Balanço Financeiro.

II – **Errado**. Os balanços orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício.

III – **Certo**. Segundo o MCASP,

Algumas operações podem interferir na elaboração do Balanço Financeiro. Sempre que a utilização de um

procedimento afetar o resultado financeiro apurado neste demonstrativo, tal procedimento deverá ser evidenciado em notas explicativas.

Gabarito: B

150. Segundo a Lei n. 4.320/64, a dívida flutuante compreende:

- A) as provisões
- B) os débitos de tesouraria
- C) a dívida ativa
- D) os passivos contingentes

Comentários:

Segundo o art. 92 da Lei n. 4.320/64:

Art. 92. A dívida flutuante compreende:
I - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
II - os serviços da dívida a pagar;
III - os depósitos;
IV - os débitos de tesouraria.

Gabarito: B

151. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) de uma entidade do setor público evidencia os valores decorrentes

- A) das receitas correntes arrecadadas no exercício
- B) dos recebimentos de caixa provenientes dos financiamentos da entidade
- C) da exploração de bens
- D) das despesas correntes empenhadas no exercício

Comentários:

Na estrutura da DVP, são evidenciadas as VPAs e VPDs. Entre as VPDs está o “transferências e delegações recebidas”:

<ENTE DA FEDERAÇÃO> DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
			Exercício: 20XX
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Patrimoniais Aumentativas			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Contribuições			
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos			
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Transferências e Delegações Recebidas			
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos			
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		_____	_____
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)			
Variações Patrimoniais Diminutivas			
Pessoal e Encargos			
Benefícios Previdenciários e Assistenciais			
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo			
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			
Transferências e Delegações Concedidas			
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos			
Tributárias			
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados			
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		_____	_____
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)			
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)			

As receitas correntes arrecadadas no exercício (opção “a”) e as despesas correntes empenhadas no exercício (opção “d”) são evidenciadas na estrutura do balanço orçamentário (e no balanço financeiro). Os recebimentos de caixa provenientes dos financiamentos da entidade são evidenciados na Demonstração dos Fluxos de Caixa (e no balanço financeiro).

Gabarito: C

152. Acerca da estrutura da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e respectivas informações evidenciadas, conforme NBC TSP 12, assinale a opção correta:

- A) A amortização de empréstimos e financiamentos concedidos é evidenciada como fluxo das atividades de financiamentos.
- B) A Integralização do capital social de empresas dependentes é evidenciada como fluxo das atividades de investimentos.

- C) A remuneração das disponibilidades é evidenciada como fluxo das atividades operacionais.
- D) Os Juros e encargos da dívida são evidenciados como fluxo das atividades de financiamento.

Comentários:

- a. **Errado.** Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos = fluxo dos investimentos.
- b. **Errado.** Integralização do capital social de empresas dependentes = fluxo dos financiamentos.
- c. **Certo.** De fato, a remuneração das disponibilidades, conforme estrutura da DFC apresentada no MCASP, é evidenciada no fluxo das operações.
- d. **Errado.** Os Juros e encargos da dívida são evidenciados como fluxo das atividades operacionais.

Gabarito: C

153. O Estado de Audazes do Sul realizou uma doação de um terreno para o Município Corujas dos Pampas, sem qualquer restrição atrelada. Nesse sentido, o prefeito municipal de Corujas dos Pampas determinou ao setor de contabilidade destinar o terreno para valorização de capital, até a tomada de decisão definitiva. Com base nesse contexto, para a correta escrituração, a equipe contábil do município deverá

- A) classificar o terreno no ativo imobilizado e mensurá-lo pelo valor justo na data da aquisição.
- B) classificar o terreno no ativo imobilizado e mensurá-lo pelo valor em uso de ativos semelhantes.
- C) classificar o terreno como Propriedade para Investimento e mensurá-lo pelo valor justo na data da aquisição.
- D) usar contas de natureza de controle apropriadas, conforme seu plano de contas, e, após a decisão definitiva, efetuar a devida reclassificação.

Comentários:

Como se trata de uma doação sem condições atreladas, estamos diante de uma transação sem contraprestação. Além disso, como a intenção inicial é de valorização de capital, o terreno deverá ser classificado como “Propriedade para Investimento”. Segundo a NBC TSP 06,

27. Quando a propriedade para investimento é adquirida por meio de transação sem contraprestação, seu custo deve ser mensurado pelo seu valor justo na data da aquisição.

Gabarito: C

154. Entre os registros típicos do setor público no âmbito do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) está a fixação da despesa orçamentária. Na correta escrituração desse estágio da despesa orçamentária temos:

- A) um registro de natureza orçamentária, sem prejuízo dos registros no âmbito da natureza patrimonial e de controle.
- B) apenas registro no âmbito da natureza orçamentária, movimentando-se contas das classes 5 e 6.
- C) um registro de natureza orçamentária e outro de natureza de controle, sem registro na natureza patrimonial.
- D) apenas registro no âmbito da natureza orçamentária, movimentando-se contas da classe 6.

Comentários:

Na fixação da despesa, temos o seguinte registro:

FIXAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
1 Ativo	2 Passivo
3 Variação Patrimonial Diminutiva	4 Variação Patrimonial Aumentativa
5 Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	6 Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
5.2 Orçamento Aprovado	6.2 Execução do Orçamento
5.2.2 Fixação da Despesa	6.2.2 Execução da Despesa
5.2.2.1 Dotação Orçamentária	6.2.2.1 Disponibilidades de Crédito
5.2.2.1.1 Dotação Inicial D	6.2.2.1.1 Crédito Disponível C
7 Controles Devedores	8 Controles Credores

D 5.2.2.1.1.xx.xx	Dotação Inicial
C 6.2.2.1.1.xx.xx	Crédito Disponível

Gabarito: B

155. Acerca do balanço patrimonial, assinale a opção correta:

- A) A Lei nº 4.320/1964 confere viés financeiro ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, “financeiro” e “permanente”, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.
- B) As informações constantes do balanço patrimonial permitem calcular o resultado patrimonial do exercício.

- C) O Quadro Principal do Balanço Patrimonial é elaborado utilizando-se as classes 1, 2, 3 e 4 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- D) No quadro principal do balanço patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis.

Comentários:

- a. **Errado.** A Lei nº 4.320/1964 confere viés **orçamentário** ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.
- b. **Errado.** É por meio das informações constantes na Demonstração das Variações Patrimoniais que conseguimos calcular o resultado patrimonial.
- c. **Errado.** O Quadro Principal do Balanço Patrimonial é elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- d. **Certo.** A opção está de acordo com o previsto no MCASP.

Gabarito: D

156. O Setor de Contabilidade do Município Audazes dos Pampas obteve informações do Setor Jurídico sobre uma ação judicial trabalhista na qual o município figura no polo passivo da ação. O Jurídico informou que a ação pode ser classificada como uma obrigação possível, por não haver indícios de que será provável uma saída de recursos econômicos ou que seja exigido potenciais de serviços para extinção da obrigação. Nesse caso, o Setor de Contabilidade do município deve:

- A) Reconhecer uma provisão, registrar o fato em contas de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e divulgar em notas explicativas.
- B) Não reconhecer em contas patrimoniais, não reconhecer o fato em contas do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e apenas divulgar em notas explicativas.
- C) Reconhecer um Passivo Contingente, não registrar em contas de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e divulgar em notas explicativas.
- D) Não reconhecer em contas patrimoniais, registrar em contas de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e divulgar em notas explicativas.

Comentários:

Ao analisar a situação exposta no comando da questão, observa-se que se trata de um passivo contingente. Conforme a NBC TSP 03, o Passivo Contingente é:

- a) uma **obrigação possível** que resulta de eventos passados, e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, (...); ou
- b) uma obrigação presente que decorre de eventos passados, mas não é reconhecida porque:
- i) **é improvável que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos** ou potencial de serviços seja exigida para liquidar a obrigação; [...]

Quanto ao reconhecimento, a Norma informa que:

Os passivos contingentes **não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais. No entanto, deverão ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgados em notas explicativas.** A divulgação só é dispensada nos casos em que a saída de recursos for considerada remota.

Gabarito: D

157. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. De acordo com a doutrina, são Princípios Orçamentários integrantes do Setor Público, EXCETO:

- A) Unidade.
- B) Integridade.
- C) Publicidade.
- D) Orçamento bruto.

Comentários:

Segundo o MCASP, são estes os princípios orçamentários:

Unidade:

Universalidade;

Orçamento Bruto:

Anualidade;

Não afetação das receitas;

Publicidade:

Discriminação (Especialização);

Exclusividade;

Equilíbrio;

Clareza;

Programação;
Legalidade;
Sinceridade (Exatidão).

Gabarito: B

158. Acerca dos procedimentos adotados na NBC TSP – Estrutura Conceitual, julgue as assertivas, subsequentes.

I – Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) envolvem as demonstrações contábeis, bem como as notas explicativas. Além disso, englobam diversos relatórios, aprimorando, complementando e suplementando as demonstrações.

II – As características qualitativas acrescentam todas as informações, financeiras ou não, incluindo as históricas, prospectivas e explicativas.

III – O preço presumido configura-se no valor em que a entidade concorda na permuta pela aceitação de um passivo existente.

Estão corretos os itens.

- A) I e III, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I, II e III.
- D) II e III, apenas.

Comentários:

Segundo a NBC TSP – Estrutura Conceitual,

1.6 [...]. *Os RCPGs abrangem as demonstrações contábeis, incluindo as suas notas explicativas* (doravante referido como demonstrações contábeis, a menos que especificado em contrário). Os RCPGs *abrangem também a apresentação de informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.*

3.5 As características qualitativas *se aplicam a todas as informações financeiras e não financeiras apresentadas nos RCPGs, inclusive às informações histórica e prospectiva,* além da informação *explicativa.*

7.87 O preço presumido é o termo utilizado no contexto dos passivos para se referir ao mesmo conceito do custo de reposição para os ativos. Do mesmo modo que o custo de reposição representa o montante que a entidade pagaria racionalmente para adquirir o ativo, *o preço presumido representa o montante que a entidade racionalmente aceitaria na troca pela assunção do passivo existente.*

Logo, observa-se que todas as assertivas estão corretas.

Gabarito: C

159. Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, conforme normatização em vigor, analise as assertivas a seguir:

I – A Demonstração do Resultado é uma demonstração contábil aplicável ao setor público, conforme previsto na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

II – A NBC TSP 11 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

III – O balanço patrimonial, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público é composto de um quadro principal que atende ao disposto na NBC TSP 11 e três quadros anexos, para fins de atendimento ao disposto na Lei n. 4.320/64.

Está(ão) correto(s):

- A) I, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I, II e III.

Comentários:

I – **Certo**. Entre as demonstrações contábeis previstas pela NBC TSP 11 está a Demonstração do Resultado. É a Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme nomenclatura da Lei 4.320/64.

II – **Errado**. Segundo o MCASP,

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

III – **Certo**. Segundo o MCASP,

A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012.

Assim, de modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o Balanço Patrimonial é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c. Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- d. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

O quadro principal está estruturado de acordo com as disposições da NBC TSP 11. Já os quadros anexos foram previstos para atender às disposições da Lei n. 4.320/64.

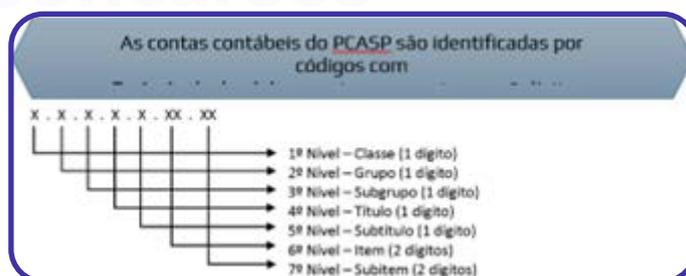
Gabarito: B

160. Acerca do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), assinale a opção correta:

- A) As contas contábeis são divididas em 8 níveis de desdobramento, sendo o primeiro nível a classe de contas.
- B) O PCASP está estruturado nas seguintes naturezas de informações: orçamentária, financeira e patrimonial.
- C) Para fins de consolidação, há utilização do 5º nível (Subtítulo) das classes de natureza orçamentária e patrimonial do PCASP.
- D) A classe 2 do PCASP, divide-se em três grupos: passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido.

Comentários:

a. **Errado.** Segundo o MCASP, as contas contábeis do PCASP são identificadas por códigos com **7 níveis de desdobramento**, compostos por **9 dígitos**, de acordo com a seguinte estrutura:



b. **Errado.** O PCASP está estruturado de acordo com as seguintes naturezas das informações contábeis:

- **Natureza de Informação Orçamentária:** registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
- **Natureza de Informação Patrimonial:** registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.
- **Natureza de Informação de Controle:** registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.

c. **Errado.** Segundo o MCASP, a fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, com a adequada elaboração das DCASP e do BSPN, foi criado no PCASP um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação. Esse mecanismo consiste na utilização do 5º nível (Subtítulo) **das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP (contas de natureza patrimonial).**

d. **Certo.** Exatamente! A classe 2 tem 3 grupos de contas:

2.1. Passivo Circulante

2.2. Passivo Não Circulante

2.3. Patrimônio Líquido

Gabarito: D

161. Acerca das Demonstrações Consolidadas, conforme disposto na NBC TSP 17 – Demonstrações Consolidadas, está correto o que se afirma nas opções a seguir, exceto:

- A) A entidade deve incluir as receitas e as despesas da controlada nas demonstrações contábeis consolidadas desde a data em que adquire o controle até a data em que deixe de controlá-la.
- B) As demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas devem ser de mesma data.
- C) Demonstrações contábeis consolidadas combinam o valor contábil do investimento da controladora em cada controlada e a parcela do patrimônio líquido de cada controlada.
- D) A controladora deve apresentar as participações de não controladores no balanço patrimonial consolidado, dentro do patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da controladora.

Comentários:

a. **Certo.** Segundo a NBC TSP 17,

A entidade deve incluir as receitas e as despesas da controlada nas demonstrações contábeis consolidadas desde a data em que adquire o controle até a data em que deixe de controlá-la. As receitas e as despesas das controladas se baseiam nos valores dos ativos e dos passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas na data de aquisição. Por exemplo, a despesa de depreciação reconhecida na demonstração do resultado consolidada após a data de aquisição é baseada nos valores dos correspondentes ativos depreciáveis reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas na referida data.

b. **Certo.** Segundo a NBC TSP 17,

As demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas devem ser de mesma data. Quando o final do período a que se referem as demonstrações contábeis da controladora for diferente do da controlada, a controladora deve:

(a) obter, para fins de consolidação, informação contábil adicional de mesma data das demonstrações contábeis da controladora; ou

(b) utilizar as demonstrações contábeis mais recentes da controlada, ajustadas para refletir os efeitos de transações ou eventos significativos ocorridos entre a data dessas demonstrações contábeis e a data das demonstrações contábeis consolidadas.

c. **Errado.** Segundo a NBC TSP 17,

40. Demonstrações contábeis consolidadas:

(a) combinam itens similares de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa do controlador com os das controladas;

(b) compensam (eliminam) o valor contábil do investimento da controladora em cada controlada e a parcela do patrimônio líquido de cada controlada. A entidade deve aplicar a NBC TSP 21 para contabilizar qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill);

(c) eliminam integralmente ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados a transações entre entidades da mesma entidade econômica (superávits ou déficits resultantes de transações como ativos, tais como estoque e ativos fixos, são eliminados integralmente). As perdas entre entidades da entidade econômica podem indicar perda por redução ao valor recuperável que requer reconhecimento nas demonstrações contábeis consolidadas.

d. **Certo.** Segundo a NBC TSP 17,

A controladora deve apresentar as participações de não controladores no balanço patrimonial consolidado, dentro do patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da controladora.

Gabarito: C

162. Acerca do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), analise as assertivas a seguir:

I – Entre os objetivos do PCASP está o de permitir a elaboração de relatórios nos padrões adotados por organismos internacionais.

II – Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) criar, alterar, excluir, codificar, especificar, desdobrar e detalhar as contas contábeis.

III – A utilização do PCASP é obrigatória para todos os órgãos e entidades da administração direta e da administração indireta dos entes da Federação, incluindo seus fundos, autarquias, inclusive especiais, fundações, e empresas estatais dependentes.

Está(ão) correto(s):

- A) I, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I, II e III.

Comentários:

I – **Certo.** Segundo o MCASP, entre os objetivos do PCASP, temos:

Permitir a adequada prestação de contas, o levantamento das estatísticas de finanças públicas, a elaboração de relatórios nos padrões adotados por organismos internacionais – a exemplo do Government Finance Statistics Manual (GFSM) do Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como o levantamento de outros relatórios úteis à gestão;

II – **Certo.** Segundo o MCASP, a competência para a edição de normas gerais para consolidação das contas públicas foi atribuída pela LRF à STN, enquanto órgão central de contabilidade da União. Dessa forma, cabe à STN criar, alterar, excluir, codificar, especificar, desdobrar e detalhar as contas contábeis.

III – **Certo.** Segundo o MCASP,

A utilização do PCASP é obrigatória para todos os órgãos e entidades da administração direta e da administração indireta dos entes da Federação, incluindo seus fundos, autarquias, inclusive especiais, fundações, e empresas estatais dependentes.

A utilização do PCASP é facultativa para as demais entidades.

Gabarito: D

163. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), uma entidade do setor público deverá registrar uma provisão para reestruturação quando for provável uma saída de recursos decorrentes deste processo. As opções a seguir indicam exemplos de eventos que podem se enquadrar na definição de reestruturação, à exceção de uma. Assinale-a:

- A) O fim de uma atividade ou serviço.
- B) A eliminação de um nível de gerência.
- C) Reorganizações fundamentais, independente do efeito na natureza e no foco das operações da entidade.
- D) Realocação de atividades de uma região para outra.

Comentários:

Segundo o MCASP,

São exemplos de eventos que podem se enquadrar na definição de reestruturação:

- a. O fim de uma atividade ou serviço;*
- b. O fechamento de uma sucursal ou o encerramento das atividades de uma agência governamental em um lugar ou região específico, ou a realocação de atividades de uma região para outra;*
- c. Alterações na estrutura de gestão como, por exemplo, a eliminação de um nível de gerência;*
- d. Reorganizações fundamentais que têm um efeito material na natureza e no foco das operações da entidade.*

Gabarito: C

164. À luz do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), em conformidade com a NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados, os benefícios a empregados podem ser classificados segundo os tipos: Benefícios de curto prazo a empregados; Benefícios pós-emprego; Outros benefícios de longo prazo a empregados; e Benefícios rescisórios. Assinale a opção que indica um exemplo de benefícios pós-emprego:

- A) seguros de vida
- B) pró-labore
- C) diárias
- D) bolsa família

Comentários:

Segundo o MCASP,

Benefícios Pós-emprego

São benefícios a empregados (outros que não os benefícios rescisórios nem os benefícios de curto prazo) que são devidos após a conclusão do tempo de serviço dos empregados (período de emprego). São exemplos de benefícios pós-emprego: pagamentos de aposentadorias e pensões de servidores civis e militares; **seguros de vida**; atendimentos médicos; auxílio saúde.

Gabarito: A

LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL

165. Segundo a NBC PG 12 (R4) – Educação Profissional Continuada, considera-se aquisição de conhecimento as atividades realizadas, incluindo autoestudo, estudo dirigido, a distância e equivalentes. As opções a seguir indicam exemplos de atividades de aquisição de conhecimento, à exceção de uma. Assinale-a:

- A) cursos credenciados
- B) participação em atividades como instrutor
- C) conclusão de disciplinas de cursos oferecidos por IES credenciadas pelo MEC
- D) eventos credenciados

Comentários:

Segundo a NBC PG 12,

20. Considera-se aquisição de conhecimento as atividades realizadas, incluindo autoestudo, estudo dirigido, a distância e equivalentes, por meio de:

(a) cursos credenciados;

(b) eventos credenciados;

(c) conclusão de disciplinas de cursos oferecidos por IES credenciadas pelo MEC: (i) graduação – limitada a 10 (dez) pontos por disciplina concluída; (ii) pós-graduação lato sensu; e (iii) pós-graduação stricto sensu.

A participação em atividades como instrutor é exemplo de atividades de docência, e não de aquisição de conhecimento. Segundo a NBC PG 12,

21. Docência em:

(a) disciplinas ministradas em cursos de graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu oferecidos por IES credenciadas pelo MEC;

(b) participação em atividades relacionadas ao PEPC, como conferencista, palestrante, painalista, instrutor, avaliador, moderador ou em funções equivalentes às citadas, em eventos nacionais credenciados;

(c) orientador de tese, dissertação, monografia, trabalho de conclusão de curso e artigo científico.

Gabarito: B

166. Conforme a NBC PG 01 - Código de Ética Profissional do Contador, no exercício de sua profissão, é vedado ao contador:

- A) publicar trabalho, científico ou técnico, assinado e sob sua responsabilidade.
- B) transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, com a anuência do cliente, sempre por escrito.
- C) auferir qualquer provento em função do exercício profissional que não decorra exclusivamente de sua prática lícita.
- D) transferir, parcialmente, a execução dos serviços a seu cargo a outro profissional, mantendo sempre como sua a responsabilidade técnica.

Comentários:

Segundo a NBC PG 01,

5. No desempenho de suas funções, é vedado ao contador: [...] (b) auferir qualquer provento em função do exercício profissional que não decorra exclusivamente de sua prática lícita;

[...]

6. O contador pode:

- (a) publicar trabalho, científico ou técnico, assinado e sob sua responsabilidade;*
- (b) transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, com a anuência do cliente, sempre por escrito;*
- (c) transferir, parcialmente, a execução dos serviços a seu cargo a outro profissional, mantendo sempre como sua a responsabilidade técnica; e*
- (d) indicar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e a relação de clientes, esta quando autorizada por estes.*

Gabarito: C

167. Acerca da NBC PG 100 (R1) - Cumprimento do Código, dos Princípios Fundamentais e da Estrutura Conceitual, julgue as assertivas a seguir:

I - Pode haver circunstâncias incomuns ou excepcionais nas quais um profissional da contabilidade acredite que o cumprimento de um requisito ou requisitos das normas pode não ser estar de acordo com o interesse público ou levar a um resultado desproporcional.

II - Se houver circunstâncias em que leis ou regulamentos impeçam um profissional da contabilidade de cumprir certas partes das normas, essas leis e regulamentos prevalecerão, e o contador deverá cumprir todas as outras partes das normas.

III – Existem cinco princípios fundamentais de ética para os profissionais da contabilidade.

Está(ão) correta(s):

- A) II, apenas
- B) III, apenas
- C) I e II, apenas
- D) I, II e III.

Comentários:

I – **Certo.** Segundo a NBC PG 100,

*A conformidade com os requisitos das normas não significa que os profissionais da contabilidade sempre cumprirão sua responsabilidade de agir de acordo com o interesse público. **Pode haver circunstâncias incomuns ou excepcionais nas quais um profissional da contabilidade acredite que o cumprimento de um requisito ou requisitos das normas pode não ser estar de acordo com o interesse público ou levar a um resultado desproporcional.** Nessas circunstâncias, o profissional da contabilidade é incentivado a consultar um órgão apropriado, como um órgão profissional ou regulador.*

II – **Certo.** Segundo a NBC PG 100,

Se houver circunstâncias em que leis ou regulamentos impeçam um profissional da contabilidade de cumprir certas partes das normas, essas leis e regulamentos prevalecerão, e o contador deverá cumprir todas as outras partes das normas.

III – Certo. Segundo a NBC PG 100,

Existem cinco princípios fundamentais de ética para os profissionais da contabilidade:

(a) Integridade – ser direto e honesto em todas as relações profissionais e comerciais.

(b) Objetividade – exercer julgamentos profissional ou comercial sem que seja comprometido por: (i) comportamento tendencioso; (ii) conflito de interesses; (iii) ou influência indevida de, ou confiança indevida, em pessoas, organizações, tecnologia ou outros fatores.

(c) Competência profissional e devido zelo – para: (i) obter e manter conhecimento profissional e habilidade no nível necessário para assegurar que o cliente ou a organização empregadora receba serviço (ii) profissional competente, com base em padrões técnicos e profissionais atuais e legislação relevante; e atuar de forma diligente e de acordo com os padrões técnicos e profissionais aplicáveis.

(d) Confidencialidade – respeitar a confidencialidade das informações obtidas em decorrência de relações profissionais e comerciais.

(e) Comportamento profissional – Para: (i) cumprir com as leis e os regulamentos pertinentes relevantes. (ii) comportar-se de maneira consistente com a responsabilidade da profissão para agir de acordo com o interesse público em todas as atividades profissionais; e (iii) evitar qualquer conduta da qual o profissional da contabilidade tenha conhecimento ou deva ter conhecimento que possa desacreditar a profissão.

Gabarito: D

168. Conforme a NBC PG 01 – Código de Ética do Contador, os valores dos serviços devem ser estabelecidos nas propostas de prestação de serviços profissionais pelo contador, considerando alguns elementos. As opções a seguir indicam elementos previstos pela norma, à exceção de um. Assinale-o:

- A) a dificuldade do serviço a executar.
- B) o local em que o serviço será prestado.
- C) o tempo consumido para a realização do trabalho.
- D) o resultado ilícito favorável decorrente do serviço prestado.

Comentários:

Segundo a NBC PG 01,

O contador **deve** estabelecer, por **escrito**, o valor dos serviços em suas propostas de prestação de serviços profissionais, considerando os seguintes elementos:

- (a) a relevância, o vulto, a complexidade, os custos e a dificuldade do serviço a executar;
- (b) o tempo que será consumido para a realização do trabalho;
- (c) a possibilidade de ficar impedido da realização de outros serviços;
- (d) o resultado **lícito** favorável que, para o contratante, advirá com o serviço prestado;
- (e) a peculiaridade de tratar-se de cliente eventual, habitual ou permanente; e
- (f) o local em que o serviço será prestado.

Gabarito: D

169. Acerca da Resolução CFC n. 1612/2021 – Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, pode-se afirmar corretamente que:

- A) Os Conselhos de Contabilidade são organizados e dirigidos pelos próprios profissionais da contabilidade e mantidos por estes e pelas organizações contábeis, com independência e autonomia, apesar do vínculo técnico junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.
- B) Os Conselhos de Contabilidade gozam de imunidade tributária total em relação aos seus bens e serviços e parcial em relação às suas rendas.
- C) Constituem receitas do CFC 1/5 da receita bruta de cada CRC, incluindo-se os legados, doações, subvenções, receitas patrimoniais, indenizações, restituições e outros, quando justificados.
- D) É vedado aos CRCs realizar operação de crédito de qualquer natureza nas entidades do Sistema Financeiro Nacional.

Comentários:

a. **Errado.** Segundo a Resolução CFC n. 1612/2021,

Art. 3º Os Conselhos de Contabilidade são organizados e dirigidos pelos próprios profissionais da contabilidade e mantidos por estes e pelas organizações contábeis, com independência e autonomia, sem qualquer vínculo funcional, técnico, administrativo ou hierárquico com qualquer órgão da administração pública direta ou indireta.

b. **Errado.** Segundo a Resolução CFC n. 1612/2021,

Art. 5º Os Conselhos de Contabilidade gozam de imunidade tributária total em relação aos seus bens, rendas e serviços.

c. **Errado.** Segundo a Resolução CFC n. 1612/2021,

Art. 19. As receitas dos Conselhos de Contabilidade serão aplicadas na realização de suas finalidades institucionais, nos termos das decisões de seus Plenários e deste Regulamento Geral.

§ 1º Constituem receitas do CFC:

I - 1/5 da receita bruta de cada CRC, excetuados os legados, doações, subvenções, receitas patrimoniais, indenizações, restituições e outros, quando justificados;

II - legados, doações e subvenções;

III - rendas patrimoniais; e

IV - outras receitas.

§ 2º Constituem receitas dos CRCs:

I - 4/5 do valor da arrecadação de anuidades, taxas, multas e juros;

II - legados, doações e subvenções;

III - rendas patrimoniais; e

IV - outras receitas.

d. **Certo.** Segundo a Resolução CFC n. 1612/2021,

Art. 20. Fica vedado aos CRCs realizar operação de crédito de qualquer natureza nas entidades do Sistema Financeiro Nacional.

Gabarito: D

170. Tendo como base a NBC PG 100 (R1) – Cumprimento do Código, dos Princípios Fundamentais e da Estrutura Conceitual, relacione os princípios éticos elencados na primeira coluna às respectivas descrições na segunda coluna e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

(1) Integridade

(2) Objetividade

(3) Comportamento Profissional

() Ser direto e honesto em todas as relações profissionais e comerciais.

() Não comprometer julgamentos profissionais ou comerciais devido a comportamento tendencioso, a conflito de interesses ou à influência indevida de outros.

() Cumprir com as leis e os regulamentos pertinentes e evitar qualquer conduta da qual o profissional da contabilidade tenha conhecimento ou deva ter conhecimento que possa desacreditar a profissão.

A sequência CORRETA é:

A) 1, 2, 3.

B) 2, 1, 3.

C) 2, 3, 1.

D) 3, 2, 1.

Comentários:

Segundo a NBC PG 100, o profissional da contabilidade deve cumprir os seguintes princípios éticos:

Integridade – ser direto e honesto em todas as relações profissionais e comerciais.

Objetividade – não comprometer julgamentos profissionais ou comerciais devido a comportamento tendencioso, a conflito de interesses ou à influência indevida de outros.

Competência profissional e devido zelo – para:

I. obter e manter conhecimento profissional e habilidade no nível necessário para assegurar que o cliente ou a organização empregadora receba serviço profissional competente, com base em padrões técnicos e profissionais atuais e legislação relevante; e

II. atuar de forma diligente e de acordo com os padrões técnicos e profissionais aplicáveis.

Confidencialidade – respeitar a confidencialidade das informações obtidas em decorrência de relações profissionais e comerciais.

Comportamento profissional – cumprir com as leis e os regulamentos pertinentes e evitar qualquer conduta da qual o profissional da contabilidade tenha conhecimento ou deva ter conhecimento que possa desacreditar a profissão.

Relacionando os princípios à descrição, temos:

(1 - **Integridade**) Ser direto e honesto em todas as relações profissionais e comerciais

(2 - **Objetividade**)

(3 - **Comportamento Profissional**) Cumprir com as leis e os regulamentos pertinentes e evitar qualquer conduta da qual o profissional da contabilidade tenha conhecimento ou deva ter conhecimento que possa desacreditar a profissão.

Logo, a sequência correta é 1, 2, 3.

Gabarito: A

171. Tendo como base a NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador, julgue as assertivas abaixo:

I – O contador deve guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes.

II – O contador deve comunicar, desde logo, ao cliente ou ao empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa gerar riscos e ameaças ou influir na decisão daqueles que são usuários dos relatórios e serviços contábeis como um todo.

III – O contador pode transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, com a anuência do cliente, sempre por escrito.

Está(ão) correto(s):

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I, II e III.

Comentários:

I – **Certo**. Segundo a NBC PG 01,

4. São deveres do contador: (c) guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.

II – Certo. Segundo a NBC PG 01,

4. São deveres do contador: (i) comunicar, desde logo, ao cliente ou ao empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa gerar riscos e ameaças ou influir na decisão daqueles que são usuários dos relatórios e serviços contábeis como um todo.

III – Certo. Segundo a NBC PG 01,

6. O contador pode: (b) transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, com a anuência do cliente, sempre por escrito.

Gabarito: D

172. Acerca das disposições previstas na NBC PG 12 (R3) – Educação Profissional Continuada, julgue as assertivas a seguir.

I – O campo de aplicação da Educação Profissional Continuada inclui todos os profissionais da contabilidade que estejam inscritos no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do CFC, exercendo, ou não, a atividade de auditoria independente.

II – O profissional que atua no exterior também deve comprovar o cumprimento da Educação Profissional Continuada.

III – Entre as instituições que podem ser capacitadoras estão os Serviços Sociais Autônomos.

Está(ão) correto(s):

- A) II, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I, II e III.

Comentários:

I – Certo. Segundo a NBC PG 12,

4. A EPC é obrigatória para todos os profissionais da contabilidade que:
(a) estejam inscritos no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do CFC, exercendo, ou não, a atividade de auditoria independente;
(b) estejam registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), inclusive sócios, exercendo, ou não, atividade de auditoria independente, responsáveis técnicos e

demais profissionais que exerçam cargos de direção ou gerência técnica, nas firmas de auditoria registradas na CVM;

(c) exercem atividades de auditoria independente nas instituições financeiras e nas demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), na função de responsável técnico, diretor, gerente, supervisor e qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria;

(d) exercem atividades de auditoria independente nas sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização, nas entidades abertas de previdência complementar reguladas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) na função de responsável técnico, diretor, gerente, supervisor e qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria;

(e) exercem atividades de auditoria independente de entidades não mencionadas nas alíneas (b), (c) e (d), como sócio, responsável técnico ou em cargo de direção ou gerência técnica de firmas de auditoria e de organizações contábeis. Estão incluídas nessa obrigação as organizações contábeis que tenham explicitamente em seu objeto social a previsão de atividade de auditoria independente;

II – Certo. Segundo a NBC PG 12,

18. O profissional que atua no exterior também deve comprovar o cumprimento da Educação Profissional Continuada.

III – Certo. Segundo a NBC PG 12,

34. Podem ser capacitadoras:

(a) Conselho Federal de Contabilidade (CFC);

(b) Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs);

(c) Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC);

(d) Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) e as respectivas Academias Estaduais ou regionais;

(e) IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil;

(f) Instituições de Ensino Superior (IES), credenciadas pelo MEC;

(g) Entidades de Especialização ou Desenvolvimento Profissional que ofereçam cursos ao público em geral;

(h) Federações, Sindicatos e Associações da classe contábil e empresariais

(i) Firms de Auditoria Independente;

(j) Organizações Contábeis (escritórios contábeis e empresas de perícia contábil);

(k) Órgãos Reguladores.

(l) Empresas de grande porte, representadas pelos seus Departamentos de Treinamento, Universidades Corporativas e/ou outra designação;

(m) Universidades e Institutos Corporativos que tenham personalidade jurídica própria; e

(n) Serviços Sociais autônomos; e

(o) Entes da administração pública tais como Tribunais de Contas, Procuradorias, Secretaria do Tesouro, entre outros.

Gabarito: D

173.A NBC PG 100 (R1) – Cumprimento do Código, dos Princípios Fundamentais e da Estrutura Conceitual descrevem as categorias de ameaça ao cumprimento dos princípios fundamentais de ética. As opções a seguir descrevem essas categorias de ameaças, à exceção de uma. Assinale-a:

- A) ameaça de interesse próprio
- B) ameaça de defesa de interesse do credor
- C) ameaça de autorrevisão
- D) ameaça de familiaridade

Comentários:

Segundo a NBC PG 100,

As ameaças ao cumprimento dos princípios fundamentais se enquadram em uma ou mais das seguintes categorias:

*(a) **ameaça de interesse próprio** – a ameaça de que interesse financeiro ou outro interesse influenciará, de forma inadequada, o julgamento ou o comportamento do profissional da contabilidade;*

*(b) **ameaça de autorrevisão** – a ameaça de que o profissional da contabilidade não avaliará adequadamente os resultados de julgamento feito anteriormente ou de atividade desenvolvida pelo profissional da contabilidade ou por outra pessoa da firma ou organização empregadora do profissional da contabilidade nos quais o profissional da contabilidade confiará para formar um julgamento como parte do desenvolvimento da atividade atual;*

*(c) **ameaça de defesa de interesse do cliente** – a ameaça de que o profissional da contabilidade promoverá ou defenderá uma posição de cliente ou da organização empregadora a ponto em que sua objetividade fique comprometida;*

*(d) **ameaça de familiaridade** – a ameaça de que, devido ao relacionamento longo ou próximo com o cliente ou a organização empregadora, o profissional da contabilidade torne-se solidário aos interesses deles ou aceitar seu trabalho sem muito questionamento; e*

*(e) **ameaça de intimidação** – a ameaça de que o profissional da contabilidade será dissuadido de agir de forma objetiva devido a pressões reais ou aparentes, incluindo tentativas de exercer influência indevida sobre o profissional da contabilidade.*

Gabarito: B

174. Segundo a NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador, no desempenho das suas funções, é vedado ao contador:

I – exercer a profissão, quando impedido, inclusive quando for procurador de seu cliente, mesmo que com poderes específicos, dentro das prerrogativas profissionais;

II – reter abusivamente livros, papéis ou documentos, inclusive arquivos eletrônicos, comprovadamente confiados à sua guarda, inclusive com a finalidade de forçar o contratante a cumprir suas obrigações contratuais com o profissional da contabilidade, ou pelo não atendimento de notificação do contratante.

III – facilitar, por qualquer meio, o exercício da profissão aos não habilitados ou impedidos;

Está(ão) correto(s):

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I, II e III.

Comentários:

I – **Certo**. Entre as vedações expressamente descritas na NBC PG 01, está a vedação de **exercer a profissão, quando impedido**, inclusive quando for procurador de seu cliente, mesmo que com poderes específicos, dentro das prerrogativas profissionais.

II – **Certo**. Entre as vedações expressamente descritas na NBC PG 01, está a vedação de **reter abusivamente livros, papéis ou documentos, inclusive arquivos eletrônicos, comprovadamente confiados à sua guarda, inclusive com a finalidade de forçar o contratante a cumprir suas obrigações contratuais com o profissional da contabilidade, ou pelo não atendimento de notificação do contratante**.

III – **Certo**. Entre as vedações expressamente descritas na NBC PG 01, está a vedação de **facilitar, por qualquer meio, o exercício da profissão aos não habilitados ou impedidos**.

Gabarito: D

175. Sobre as disposições da NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador, julgue as assertivas abaixo:

I – O contador deve renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador e vice-versa, a quem deve notificar por escrito, respeitando o prazo máximo de 30 (trinta) dias.

II – O Contador deve manifestar, imediatamente, em qualquer tempo, a existência de impedimento para o exercício da profissão.

III – O contador deve comunicar imediatamente ao CFC a mudança de seu domicílio ou endereço, inclusive eletrônico, e da organização contábil de sua responsabilidade, bem como informar a ocorrência de outros fatos necessários ao controle e fiscalização profissional.

Está(ão) correto(s):

- A) II, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I, II e III.

Comentários:

I – **Errado**. Segundo a NBC PG 01, entre os deveres do Contador está o de **renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador e vice-versa**, a quem deve notificar por escrito, respeitando os prazos estabelecidos em contrato;

Observe que o prazo é o estabelecido em contrato! No Código antigo, o prazo era de trinta dias.

II – **Certo**. Segundo a NBC PG 01, entre os deveres do Contador está o de **manifestar**, imediatamente, em qualquer tempo, a **existência de impedimento** para o exercício da profissão.

III – **Errado**. Segundo a NBC PG 01, entre os deveres do Contador está o de **comunicar imediatamente ao CRC a mudança de seu domicílio ou endereço**, inclusive eletrônico, e da organização contábil de sua responsabilidade, bem como informar a ocorrência de outros fatos necessários ao controle e fiscalização profissional.

Observe que é o CFC, e não o CRC!

Gabarito: A

176. Tendo como base a NBC PG 100 (R1) – Cumprimento do Código, dos Princípios Fundamentais e da Estrutura Conceitual, relacione os princípios éticos elencados na primeira coluna às respectivas descrições na segunda coluna e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

(1) Integridade

(2) Competência Profissional e Devido Zelo

(3) Comportamento Profissional

() Ser direto e honesto em todas as relações profissionais e comerciais.

() Atuar de forma diligente e de acordo com os padrões técnicos e profissionais aplicáveis.

() Cumprir com as leis e os regulamentos pertinentes e evitar qualquer conduta da qual o profissional da contabilidade tenha conhecimento ou deva ter conhecimento que possa desacreditar a profissão.

A sequência CORRETA é:

A) 1, 2, 3.

B) 2, 1, 3.

C) 2, 3, 1.

D) d) 3, 2, 1.

Comentários:

Segundo a NBC PG 100, o profissional da contabilidade deve cumprir os seguintes princípios éticos:

Integridade – ser direto e honesto em todas as relações profissionais e comerciais.

Objetividade – não comprometer julgamentos profissionais ou comerciais devido a comportamento tendencioso, a conflito de interesses ou à influência indevida de outros.

Competência profissional e devido zelo – para:

I. obter e manter conhecimento profissional e habilidade no nível necessário para assegurar que o cliente ou a organização empregadora receba serviço profissional competente, com base em padrões técnicos e profissionais atuais e legislação relevante; e

II. atuar de forma diligente e de acordo com os padrões técnicos e profissionais aplicáveis.

Confidencialidade – respeitar a confidencialidade das informações obtidas em decorrência de relações profissionais e comerciais.

Comportamento profissional – cumprir com as leis e os regulamentos pertinentes e evitar qualquer conduta da qual o profissional da contabilidade tenha conhecimento ou deva ter conhecimento que possa desacreditar a profissão.

Relacionando os princípios à descrição, temos:

(1 - **Integridade**) Ser direto e honesto em todas as relações profissionais e comerciais

(2 - **Competência Profissional e Devido Zelo**) Atuar de forma diligente e de acordo com os padrões técnicos e profissionais aplicáveis.

(3 - **Comportamento Profissional**) Cumprir com as leis e os regulamentos pertinentes e evitar qualquer conduta da qual o profissional da contabilidade tenha conhecimento ou deva ter conhecimento que possa desacreditar a profissão.

Logo, a sequência correta é 1, 2, 3.

Gabarito: A

177. Sobre as disposições da NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador, julgue as assertivas abaixo:

I – O contador tem o dever de informar a quem de direito, obrigatoriamente, fatos que conheça e que considere em condições de exercer efeito sobre o objeto do trabalho, respeitadas as disposições sobre o sigilo profissional.

II – O profissional deve observar, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor, e a Lei de Propriedade Industrial.

III – A penalidade de advertência pública é mais branda que a penalidade de censura pública.

Está(ão) correto(s):

- A) II, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I, II e III.

Comentários:

I – Certo. Segundo a NBC PG 01,

4. São deveres do contador: [...]

(c) guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade;

(d) informar a quem de direito, obrigatoriamente, fatos que conheça e que considere em condições de exercer efeito sobre o objeto do trabalho, respeitado o disposto na alínea (c) deste item;

II – Certo. Segundo a NBC PG 01,

14. O profissional deve observar, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor, especialmente no que concerne à informação adequada e clara sobre os serviços a serem prestados, e a Lei de Propriedade Industrial que dispõe sobre crimes de concorrência desleal.

III – Errado. Segundo a NBC PG 01,

20. A transgressão de preceito desta Norma constitui infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de uma das seguintes penalidades:

- a) advertência reservada;*
- b) censura reservada; ou*
- c) censura pública.*

Observe que não existe penalidade de advertência pública.

Gabarito: B

178. Segundo a NBC PG 01, o contador deve, em relação aos colegas, observar as seguintes normas de conduta, à exceção de uma. Assinale-a:

- A)** abster-se de fazer referências prejudiciais ou de qualquer modo desabonadoras.
- B)** abster-se da aceitação de encargo profissional em substituição a colega que dele tenha desistido para preservar a dignidade ou os interesses da profissão ou da classe, desde que permaneçam as mesmas condições que ditaram o referido procedimento.
- C)** jamais se apropriar de trabalhos, iniciativas ou de soluções encontradas por colegas, que deles não tenha participado, apresentando-os como próprios.
- D)** prestar sua cooperação moral, intelectual e material, salvo circunstâncias especiais que justifiquem a sua recusa.

Comentários:

Segundo a NBC PG 01,

18. O contador deve, em relação aos colegas, observar as seguintes normas de conduta:

- (a) abster-se de fazer referências prejudiciais ou de qualquer modo desabonadoras;*

(b) abster-se da aceitação de encargo profissional em substituição a colega que dele tenha desistido para preservar a dignidade ou os interesses da profissão ou da classe, desde que permaneçam as mesmas condições que ditaram o referido procedimento;

(c) jamais se apropriar de trabalhos, iniciativas ou de soluções encontradas por colegas, que deles não tenha participado, apresentando-os como próprios; e

(d) evitar desentendimentos com o colega que substituir ou com o seu substituto no exercício profissional.

19. O contador deve, com relação à classe, observar as seguintes normas de conduta:

(a) prestar sua cooperação moral, intelectual e material, salvo circunstâncias especiais que justifiquem a sua recusa;

(b) zelar pelo cumprimento desta Norma, pelo prestígio da classe, pela dignidade profissional e pelo aperfeiçoamento de suas instituições;

(c) aceitar o desempenho de cargo de dirigente nas entidades de classe, admitindo-se a justa recusa;

(d) acatar as decisões aprovadas pela classe contábil;

(e) não formular juízos depreciativos sobre a classe contábil;

Gabarito: D

179. Acerca dos princípios fundamentais de ética para os profissionais da contabilidade previstos na NBC PG 100 – Cumprimento do Código, dos Princípios Fundamentais e da Estrutura Conceitual, assinale a opção correta:

- A)** o princípio da integridade requer que o profissional da contabilidade seja direto e honesto em todas as relações profissionais e comerciais.
- B)** o princípio do comportamento profissional requer que o profissional da contabilidade não comprometa seu julgamento profissional ou comercial devido a comportamento tendencioso, a conflito de interesses ou à influência indevida de outros.
- C)** o princípio da objetividade requer que o profissional da contabilidade cumpra com as leis e os regulamentos pertinentes e evite qualquer conduta da qual tenha conhecimento ou deva ter conhecimento que possa desacreditar a profissão.
- D)** o princípio da competência profissional e devido zelo requer que o profissional da contabilidade respeite a confidencialidade das informações obtidas em decorrência de relações profissionais e comerciais.

Comentários:

- a. **Certo.** Trata-se da correta abordagem relacionada ao Princípio da Integridade.
- b. **Errado.** A opção se refere ao Princípio da Objetividade.
- c. **Errado.** A opção se refere ao Princípio do Comportamento Profissional.
- d. **Errado.** A opção se refere ao princípio da confidencialidade. O princípio da competência profissional e devido zelo requer que o profissional da contabilidade obtenha e mantenha conhecimento profissional e habilidade no nível necessário para assegurar que o cliente ou a organização empregadora receba serviço profissional competente, com base em padrões técnicos e profissionais atuais e legislação relevante; e atue de forma diligente e de acordo com os padrões técnicos e profissionais aplicáveis.

Gabarito: A

180. Sobre as disposições da NBC PG 12 – Educação Profissional Continuada, julgue as assertivas abaixo:

I – A norma exige, no mínimo, 40 (quarenta) pontos de Educação Profissional Continuada por ano-calendário.

II – O profissional deve cumprir a Educação Profissional Continuada a partir do ano subsequente ao de seu enquadramento na norma.

III – A Educação Profissional Continuada é obrigatória para todos os profissionais da contabilidade que atuam no Brasil como professores e coordenadores de cursos de Ciências Contábeis e áreas correlatas.

Está(ão) correto(s):

- A) II, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I, II e III.

Comentários:

I – **Certo.** Segundo a NBC PG 12,

A norma exige, no mínimo, 40 (quarenta) pontos de Educação Profissional Continuada por ano-calendário. Por deliberação da Câmara de Desenvolvimento Profissional do CFC, a pontuação exigida, excepcionalmente e de modo fundamentado, poderá ser reduzida para determinado ano-calendário, cabendo ao Plenário do Conselho Federal de Contabilidade homologar a nova pontuação a ser exigida para o período em questão.

II – Certo. Segundo a NBC PG 12,

O profissional deve cumprir a EPC a partir do ano subsequente ao de seu enquadramento nesta Norma.

III – Errado. Segundo a NBC PG 12, a Educação Profissional Continuada é obrigatória para todos os profissionais da contabilidade que atuam no Brasil como auditores independentes (registrados no CNAI), peritos contábeis (registrados no CNPC) e responsáveis técnicos.

Os professores e coordenadores de cursos de Ciências Contábeis e áreas correlatas estão dentro do rol de profissionais facultativos previsto pela Norma.

Gabarito: B

181. Segundo a NBC PG 01, o contador deve, em relação à classe, observar as seguintes normas de conduta, à exceção de uma. Assinale-a:

- A) abster-se de fazer referências prejudiciais ou de qualquer modo desabonadoras.
- B) zelar pela dignidade profissional e pelo aperfeiçoamento de suas instituições.
- C) não formular juízos depreciativos sobre a classe contábil.
- D) prestar sua cooperação moral, intelectual e material, salvo circunstâncias especiais que justifiquem a sua recusa.

Comentários:

Segundo a NBC PG 01,

18. O contador deve, em relação aos colegas, observar as seguintes normas de conduta:

- (a) **abster-se de fazer referências prejudiciais ou de qualquer modo desabonadoras;**
- (b) **abster-se da aceitação de encargo profissional em substituição a colega que dele tenha desistido para preservar a dignidade ou os interesses da profissão ou da classe, desde que permaneçam as mesmas condições que ditaram o referido procedimento;**
- (c) **jamais se apropriar de trabalhos, iniciativas ou de soluções encontradas por colegas, que deles não tenha participado, apresentando-os como próprios; e**
- (d) **evitar desentendimentos com o colega que substituir ou com o seu substituto no exercício profissional.**

19. O contador deve, com relação à classe, observar as seguintes normas de conduta:

- (a) prestar sua cooperação moral, intelectual e material, salvo circunstâncias especiais que justifiquem a sua recusa;
- (b) zelar pelo cumprimento desta Norma, pelo prestígio da classe, pela dignidade profissional e pelo aperfeiçoamento de suas instituições;
- (c) aceitar o desempenho de cargo de dirigente nas entidades de classe, admitindo-se a justa recusa;
- (d) acatar as decisões aprovadas pela classe contábil;
- (e) não formular juízos depreciativos sobre a classe contábil;

Gabarito: A

182. “ _____ é o profissional com conhecimento, habilidades, experiência e autoridade necessários para revisar, de forma objetiva, o trabalho executado ou serviço prestado relevante. Essa pessoa _____ ser profissional da contabilidade”.

À luz da NBC PG 300, que dispõe sobre contadores que prestam serviços (contadores externos), assinale a opção que preenche respectivamente as lacunas acima:

- A) Perito; deve
- B) Revisor Adequado; pode
- C) Auditor; pode
- D) Terceiro independente; deve

Comentários:

Segundo a NBC PG 300,

Revisor adequado é o profissional com conhecimento, habilidades, experiência e autoridade necessários para revisar, de forma objetiva, o trabalho executado ou serviço prestado relevante. Essa pessoa **pode** ser profissional da contabilidade.

Gabarito: B

PERÍCIA CONTÁBIL

183. Acerca do planejamento da perícia, assinale a opção INCORRETA.

- A) O planejamento da perícia é a etapa do trabalho pericial, na qual o perito estabelece as diretrizes e a metodologia a serem aplicadas.
- B) O planejamento deve ser realizado pelo perito nomeado ainda que o trabalho venha a ser realizado de forma conjunta.
- C) O planejamento não poderá ser modificado no decorrer da perícia.
- D) O planejamento da perícia deve ser mantido por qualquer meio de registro que facilite o entendimento dos procedimentos a serem aplicados e sirva de orientação adequada à execução do trabalho.

Comentários:

Percebam, pessoal, que alertamos nas aulas sobre a importância de conhecermos a literalidade dessa norma. Conforme a NBC TP 01 (R1) – PERÍCIA CONTÁBIL:

PLANEJAMENTO

6. O planejamento da perícia é a etapa do trabalho pericial, na qual o perito estabelece as diretrizes e a metodologia a serem aplicadas.

Objetivos

7. Os objetivos do planejamento da perícia são:

- (a) conhecer o objeto e a finalidade da perícia para permitir a escolha de diretrizes e procedimentos a serem adotados para a elaboração do trabalho pericial;
- (b) desenvolver plano de trabalho onde são especificadas as diretrizes e procedimentos a serem adotados na perícia;
- (c) estabelecer condições para que o plano de trabalho seja cumprido no prazo estabelecido;
- (d) identificar potenciais problemas e riscos que possam vir a ocorrer no andamento da perícia;
- (e) identificar fatos importantes para a solução da demanda, de forma que não passem despercebidos ou não recebam a atenção necessária;
- (f) identificar a legislação aplicável ao objeto da perícia;
- (g) estabelecer como ocorrerá a divisão das tarefas entre os membros da equipe de trabalho, sempre que o perito necessitar de auxiliares.

Desenvolvimento

8. Elaborado o plano de trabalho pericial, o perito pode convidar os assistentes técnicos para uma reunião de trabalho, presencial ou por meio eletrônico, para dar conhecimento do planejamento da execução do trabalho pericial.
9. Ao identificar na etapa de elaboração do planejamento, as diligências necessárias desde que não haja preclusão de prova documental, é necessário considerar a legislação aplicável, documentos, registros, livros contábeis, fiscais e societários, laudos e pareceres já realizados e outras informações pertinentes para determinar a natureza do trabalho a ser executado.
10. **O planejamento deve ser realizado pelo perito nomeado ainda que o trabalho venha a ser realizado de forma conjunta.**
11. **O planejamento da perícia deve ser mantido por qualquer meio de registro que facilite o entendimento dos procedimentos a serem aplicados e sirva de orientação adequada à execução do trabalho.**
12. **O planejamento deve ser revisado e atualizado sempre que fatos novos surjam no decorrer da perícia.**

Gabarito: C

184. À luz da NBC TP 01 (R1) – Perícia Contábil, analise a seguinte situação:

O contador Cardozo foi nomeado para elaborar os cálculos de liquidação para apuração do valor devido na reclamação trabalhista, visto que a prova do fato dependia de conhecimento técnico-científico. Para fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil, o contador Cardozo precisou analisar os registros de transações e documentos. O procedimento pericial contábil utilizado foi:

- A) vistoria;
- B) certificação;
- C) exame;
- D) investigação.

Comentários:

Percebam, pessoal, que alertamos nas aulas sobre a importância de conhecermos a literalidade dessa norma. Vejamos o texto da NBC TP 01 (R1) são:

Os procedimentos periciais contábeis visam fundamentar o laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação, certificação e testabilidade. Esses procedimentos são assim definidos:

- (a) **exame é a análise de livros, registros de transações e documentos;**
- (b) vistoria é a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial;
- (c) indagação é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia;
- (d) investigação é a pesquisa que busca constatar o que está oculto por quaisquer circunstâncias;
- (e) arbitramento é a determinação de valores, quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico;
- (f) mensuração é o ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações;
- (g) avaliação é o ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas;
- (h) certificação é o ato de atestar a informação obtida na formação da prova pericial;
- (i) testabilidade é a verificação dos elementos probantes juntados aos autos e o confronto com as premissas estabelecidas.

Gabarito: C

185.A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação. A perícia não poderá ser deferida quando

- A) o perito designado encontrar-se de licença.
- B) a prova do fato depender de conhecimento especial.
- C) o local da perícia for fora da cidade Sede do Conselho.
- D) for desnecessária em vista de outras provas produzidas.

Comentários:

De acordo com o Código de Processo Civil, art. 464, § 1º, temos que a prova pericial será indeferida quando:

- I - a prova do fato **não depender de conhecimento especial** de técnico;
- II - for **desnecessária** em vista de outras provas produzidas;
- III - a verificação for **impraticável**.

Gabarito: D

186.A sociedade empresária Coruja CFC apresentava o seguinte quadro de participação societária: sócios Alberto – 25%; sócio Bruno – 25%; sócio Diogo – 40%; sócio Giuliano – 10%. Em setembro de 2025, os sócios Alberto, Bruno e Diogo decidiram excluir o sócio Giuliano da sociedade e, para demonstrar ao mesmo sua parte nos haveres, os demais sócios solicitaram ao contador que elaborasse o Balanço Patrimonial em 30 de setembro de 2025, que apresentou o Patrimônio Líquido com a seguinte composição:

Capital Social – R\$ 300.000,00;

Reservas de Lucros – R\$ 50.000,00;

Prejuízos Acumulados – R\$ 60.000,00.

O sócio Giuliano questionou judicialmente os valores e, para tanto, foi nomeado o perito contador Julio Cardozo pelo juiz para a elaboração do Balanço Especial. Examinando a documentação contábil, o perito constatou que:

(a) em 31/12/2024 havia obrigações e contingências que não haviam sido contabilizadas e geraram uma redução de R\$ 12.000,00 no Patrimônio Líquido;

(b) até a data de levantamento do Balanço Especial havia um lucro apurado de R\$ 20.000,00.

Considerando as informações, os haveres do Giuliano em 30/09/2025 correspondem a:

- A) R\$ 29.000,00.
- B) R\$ 29.800,00.
- C) R\$ 32.200,00.
- D) R\$ 41.800,00.

Comentários:

O primeiro passo é encontrarmos o Balanço Patrimonial Ajustado e, em seguida, aplicarmos o percentual de participação:

Capital Subscrito = R\$300.000,00

Reservas de Lucro = R\$50.000,00

Prejuízos Acumulados = (R\$60.000,00)

Lucro apurado até 31.12.2018 = R\$20.000,00

Redução do Patrimônio Líquido = (R\$ 12.000)

Total Patrimônio Líquido =298.000,00

Haveres de Giuliano = 10% x R\$ 298.000,00= R\$ 29.800,00

Gabarito: B

187. Acerca do planejamento da perícia, assinale a opção INCORRETA.

- A) O planejamento da perícia é a etapa do trabalho pericial, na qual o perito estabelece as diretrizes e a metodologia a serem aplicadas.
- B) O planejamento deve ser realizado pelo perito nomeado ainda que o trabalho venha a ser realizado de forma conjunta.
- C) O planejamento não poderá ser modificado no decorrer da perícia.
- D) O planejamento da perícia deve ser mantido por qualquer meio de registro que facilite o entendimento dos procedimentos a serem aplicados e sirva de orientação adequada à execução do trabalho.

Comentários:

Percebam, pessoal, que alertamos nas aulas sobre a importância de conhecermos a literalidade dessa norma. Conforme a NBC TP 01 (R1) – PERÍCIA CONTÁBIL:

PLANEJAMENTO

6. O planejamento da perícia é a etapa do trabalho pericial, na qual o perito estabelece as diretrizes e a metodologia a serem aplicadas.

Objetivos

7. Os objetivos do planejamento da perícia são:

- (a) conhecer o objeto e a finalidade da perícia para permitir a escolha de diretrizes e procedimentos a serem adotados para a elaboração do trabalho pericial;
- (b) desenvolver plano de trabalho onde são especificadas as diretrizes e procedimentos a serem adotados na perícia;
- (c) estabelecer condições para que o plano de trabalho seja cumprido no prazo estabelecido;
- (d) identificar potenciais problemas e riscos que possam vir a ocorrer no andamento da perícia;
- (e) identificar fatos importantes para a solução da demanda, de forma que não passem despercebidos ou não recebam a atenção necessária;
- (f) identificar a legislação aplicável ao objeto da perícia;
- (g) estabelecer como ocorrerá a divisão das tarefas entre os membros da equipe de trabalho, sempre que o perito necessitar de auxiliares.

Desenvolvimento

8. Elaborado o plano de trabalho pericial, o perito pode convidar os assistentes técnicos para uma reunião de trabalho, presencial ou por meio eletrônico, para dar conhecimento do planejamento da execução do trabalho pericial.

9. Ao identificar na etapa de elaboração do planejamento, as diligências necessárias desde que não haja preclusão

de prova documental, é necessário considerar a legislação aplicável, documentos, registros, livros contábeis, fiscais e societários, laudos e pareceres já realizados e outras informações pertinentes para determinar a natureza do trabalho a ser executado.

10. O planejamento deve ser realizado pelo perito nomeado ainda que o trabalho venha a ser realizado de forma conjunta.
11. O planejamento da perícia deve ser mantido por qualquer meio de registro que facilite o entendimento dos procedimentos a serem aplicados e sirva de orientação adequada à execução do trabalho.
12. O planejamento deve ser revisado e atualizado sempre que fatos novos surjam no decorrer da perícia.

Gabarito: C

À luz da NBC PP 01 (R1) – Perito Contábil, analise a seguinte situação:

188. Quando julgar necessário para o custeio antes do início dos trabalhos, o perito nomeado pode requerer a liberação dos honorários depositados em até:

- A) 20%
- B) 30%
- C) 40%
- D) 50%

Comentários:

Percebam, pessoal, que alertamos nas aulas sobre a importância de conhecermos a literalidade dessa norma. Vejamos o texto da NBC PP 01 (R1) são:

Levantamento dos honorários

35. O perito nomeado pode requerer a liberação de até 50% dos honorários depositados, quando julgar necessário para o custeio antes do início dos trabalhos, sendo defeso o perito receber honorários diretamente dos litigantes ou de seus procuradores ou prepostos, salvo disposição em contrário determinada pela autoridade competente.

Gabarito: D

189. O perito contábil Julio Cardozo não conseguiu entregar o laudo no período solicitado. Conforme o novo CPC, o juiz:

- A) não poderá conceder ao perito uma prorrogação do prazo inicial, ainda que haja motivo justificado.
- B) poderá conceder ao perito uma prorrogação igual ao prazo inicialmente dado, com a necessidade de justificativa do atraso por parte do perito.
- C) poderá conceder ao perito uma prorrogação de 20 dias, com a necessidade de justificativa do atraso por parte do perito.
- D) poderá conceder ao perito uma prorrogação de metade do prazo inicialmente dado, com a necessidade de justificativa do atraso por parte do perito.

Comentários:

Caso um perito, por motivo justificado, não puder apresentar o laudo dentro do prazo, o juiz poderá conceder-lhe, por uma vez, prorrogação pela metade do prazo originalmente fixado, conforme estabelece o art. 476 do CPC.

Art. 476. Se o perito, por motivo justificado, não puder apresentar o laudo dentro do prazo, o juiz poderá conceder-lhe, por uma vez, prorrogação pela metade do prazo originalmente fixado.

Gabarito: D

190. De acordo com o estabelecido na NBC TP 01 (R1), a perícia extrajudicial é exercida no âmbito:

- A) estatal, operacional ou voluntária
- B) administrativo, arbitral ou operacional
- C) arbitral, estatal ou voluntária
- D) administrativo, arbitral ou estatal

Comentários:

NBC TP 01 (R1):

5. A perícia judicial é exercida sob a tutela do Poder Judiciário. A perícia extrajudicial é exercida no âmbito arbitral, estatal ou voluntária. A perícia arbitral é exercida sob

o controle da lei de arbitragem e pelos regulamentos das Câmaras de Arbitragem. Perícias oficial e estatal são executadas sob o controle de órgãos de Estado. Perícia voluntária é contratada, espontaneamente, pelo interessado ou de comum acordo entre as partes.

Gabarito: C

191. Acerca do planejamento da perícia, assinale a opção INCORRETA.

- A) O planejamento da perícia é a etapa do trabalho pericial, na qual o perito estabelece as diretrizes e a metodologia a serem aplicadas.
- B) O planejamento deve ser realizado pelo perito nomeado ainda que o trabalho venha a ser realizado de forma conjunta.
- C) O planejamento não poderá ser modificado no decorrer da perícia.
- D) O planejamento da perícia deve ser mantido por qualquer meio de registro que facilite o entendimento dos procedimentos a serem aplicados e sirva de orientação adequada à execução do trabalho.

Comentários:

Percebam, pessoal, que alertamos nas aulas sobre a importância de conhecermos a literalidade dessa norma. Conforme a NBC TP 01 (R1) – PERÍCIA CONTÁBIL:

PLANEJAMENTO

6. O planejamento da perícia é a etapa do trabalho pericial, na qual o perito estabelece as diretrizes e a metodologia a serem aplicadas.

Objetivos

7. Os objetivos do planejamento da perícia são:

- (a) conhecer o objeto e a finalidade da perícia para permitir a escolha de diretrizes e procedimentos a serem adotados para a elaboração do trabalho pericial;
- (b) desenvolver plano de trabalho onde são especificadas as diretrizes e procedimentos a serem adotados na perícia;
- (c) estabelecer condições para que o plano de trabalho seja cumprido no prazo estabelecido;
- (d) identificar potenciais problemas e riscos que possam vir a ocorrer no andamento da perícia;
- (e) identificar fatos importantes para a solução da demanda, de forma que não passem despercebidos ou não recebam a atenção necessária;
- (f) identificar a legislação aplicável ao objeto da perícia;

(g) estabelecer como ocorrerá a divisão das tarefas entre os membros da equipe de trabalho, sempre que o perito necessitar de auxiliares.

Desenvolvimento

8. Elaborado o plano de trabalho pericial, o perito pode convidar os assistentes técnicos para uma reunião de trabalho, presencial ou por meio eletrônico, para dar conhecimento do planejamento da execução do trabalho pericial.

9. Ao identificar na etapa de elaboração do planejamento, as diligências necessárias desde que não haja preclusão de prova documental, é necessário considerar a legislação aplicável, documentos, registros, livros contábeis, fiscais e societários, laudos e pareceres já realizados e outras informações pertinentes para determinar a natureza do trabalho a ser executado.

10. **O planejamento deve ser realizado pelo perito nomeado ainda que o trabalho venha a ser realizado de forma conjunta.**

11. **O planejamento da perícia deve ser mantido por qualquer meio de registro que facilite o entendimento dos procedimentos a serem aplicados e sirva de orientação adequada à execução do trabalho.**

12. **O planejamento deve ser revisado e atualizado sempre que fatos novos surjam no decorrer da perícia.**

Gabarito: C

À luz da NBC TP 01 (R1) – Perícia Contábil, analise a seguinte situação:

192. O contador Cardozo foi nomeado para elaborar os cálculos de liquidação para apuração do valor devido na reclamação trabalhista, visto que a prova do fato dependia de conhecimento técnico-científico. Para fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil, o contador Cardozo precisou analisar os registros de transações e documentos. O procedimento pericial contábil utilizado foi:

- A) vistoria;
- B) certificação;
- C) exame;
- D) investigação.

Comentários:

Percebam, pessoal, que alertamos nas aulas sobre a importância de conhecermos a literalidade dessa norma. Vejamos o texto da NBC TP 01 (R1) são:

Procedimentos

32. Os procedimentos periciais contábeis visam fundamentar o laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil

e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação, certificação e testabilidade. Esses procedimentos são assim definidos:

- (a) **exame é a análise de livros, registros de transações e documentos;**
- (b) vistoria é a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial;
- (c) indagação é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia;
- (d) investigação é a pesquisa que busca constatar o que está oculto por quaisquer circunstâncias;
- (e) arbitramento é a determinação de valores, quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico;
- (f) mensuração é o ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações;
- (g) avaliação é o ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas;
- (h) certificação é o ato de atestar a informação obtida na formação da prova pericial;
- (i) testabilidade é a verificação dos elementos probantes juntados aos autos e o confronto com as premissas estabelecidas.

Gabarito: C

193. Na realização dos trabalhos de auditoria, o auditor deve considerar os diferentes riscos que possam afetar qualitativamente o resultado de seu trabalho. Nesse sentido, associe os tipos de risco listados a seguir aos seus respectivos conceitos,

1. Risco de Auditoria.

2. Risco de Controle

3. Risco Inerente.

() É a suscetibilidade de uma afirmação a respeito de uma transação, saldo contábil ou divulgação, a uma distorção e que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto, com outras distorções, antes da consideração de quaisquer controles relacionados.

() É o risco de que uma distorção que possa ocorrer em uma afirmação sobre uma classe de transação, saldo contábil ou divulgação e que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto, com outras distorções, não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade

() É o risco de o auditor expressar uma opinião inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.

Assinale a opção que apresenta a relação correta, na ordem apresentada.

- A) 1 – 2 – 3.
- B) 2 – 3 – 1.
- C) 3 – 2 – 1.
- D) 1 – 3 – 2.

Comentários:

A questão apresenta, respectivamente, os conceitos de risco inerente, de controle e de auditoria.

Gabarito: C

194. Em uma auditoria contábil, a equipe de auditores utilizou uma técnica de amostragem consistente em dividir a população em subpopulações, cada uma sendo um grupo de unidades de amostragem com características semelhantes.

O procedimento adotado pela equipe de auditoria é denominado

- A) estratificação.
- B) divisão de amostra.
- C) amostragem de unidades semelhantes.
- D) amostragem por conglomerados.

Comentários:

O enunciado traz o conceito da estratificação.

Gabarito: A

195. De acordo com a NBC TA 500 (R1) – Evidência de Auditoria, a evidência de auditoria é necessária para fundamentar a opinião e o relatório do auditor. Ela tem natureza cumulativa e é obtida principalmente a partir dos procedimentos de auditoria realizados durante o curso do trabalho, mas também de outras fontes.

Em relação a elas, analise as afirmações a seguir:

- I. registros contábeis e outras fontes internas e externas da entidade;
- II. informações de auditorias anteriores, que permanecem relevantes e confiáveis; e
- III. ausência de informações, como a recusa da administração em fornecer uma representação solicitada.

Pode representar evidência de auditoria o que se afirma em:

- A) I, somente.
- B) I e II, somente.
- C) I e III, somente.
- D) I, II e III.

Comentários:

Todos os exemplos acima são fontes de evidências ou situações que podem caracterizar evidência de auditoria.

Gabarito: D

196. O perito contábil Julio Cardozo, nomeado para uma perícia judicial, sentindo-se ofendido por termos considerados injuriosos, escritos pelos advogados das partes, requereu ao juízo que tais termos fossem riscados dos autos, considerando que eram altamente ofensivos. Nos restritos termos da NBC PP 01 (R1), esse requerimento do perito judicial, pleiteando que os termos injuriosos sejam retirados do processo, indica que

- A) nenhuma outra medida, envolvendo esses termos, pode ser adotada pelo perito.
- B) com essa reparação o perito concorda em ficar silente sobre essas injúrias.
- C) outras medidas podem ser pleiteadas pelo perito, limitadas, entretanto, à ordem civil.
- D) o requerimento do perito não impede outras medidas na área administrativa, civil ou criminal.

Comentários:

Conforme previsão da NBC PP 01 (R1), temos que:

TERMOS OFENSIVOS

40. Palavras e termos ofensivos: o perito que se sentir ofendido por expressões injuriosas, de forma escrita ou verbal, pode tomar as seguintes providências:

- (a) sendo a ofensa escrita ou verbal, por qualquer das partes, peritos ou advogados, o perito ofendido pode requerer da autoridade competente que mande riscar os termos ofensivos dos autos ou cassada a palavra;
- (b) as providências adotadas, na forma prevista na alínea (a), não impedem outras medidas de ordem administrativa, civil ou criminal;
- (c) quando a perícia ocorrer no âmbito extrajudicial e houver ofensas entre peritos contábeis, o fato pode ser comunicado pelo ofendido ao Conselho Regional de Contabilidade para as providências cabíveis, independente de outras medidas de ordem administrativa, civil ou criminal.

Vamos analisar as alternativas:

- a) nenhuma outra medida, envolvendo esses termos, pode ser adotada pelo perito. **Errado**, as medidas adotadas não impedem que outras providências sejam tomadas em outras esferas.
- b) com essa reparação o perito concorda em ficar silente sobre essas injúrias. **Errado**, outras medidas podem ser tomadas para a reparação do dano.
- c) outras medidas podem ser pleiteadas pelo perito, limitadas, entretanto, à ordem civil. **Errado**, as medidas podem ser tomadas nas esferas civil, administrativa e, até mesmo, criminal.
- d) o requerimento do perito não impede outras medidas na área administrativa, civil ou criminal. **Correto**, este é o nosso gabarito.

Gabarito: D

197.A NBC TP 01 (R1)/2020, que dá nova redação à NBC TP 01, estabelece que os procedimentos periciais contábeis objetivam fundamentar o laudo pericial. Dentre esses procedimentos, aquele que busca constatar o que está oculto por quaisquer circunstâncias é o da

- A) avaliação
- B) indagação
- C) investigação
- D) mensuração

Comentários:

A questão apresentou o conceito de investigação, previsto na NBC TP 01 (R1). Vejam:

32. Os procedimentos periciais contábeis visam fundamentar o laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação, certificação e testabilidade. Esses procedimentos são assim definidos:

(a) exame é a análise de livros, registros de transações e documentos;

(b) vistoria é a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial;

(c) indagação é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia;

(d) investigação é a pesquisa que busca constatar o que está oculto por quaisquer circunstâncias;

(e) arbitramento é a determinação de valores, quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico;

(f) mensuração é o ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações;

(g) avaliação é o ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas;

(h) certificação é o ato de atestar a informação obtida na formação da prova pericial;

(i) testabilidade é a verificação dos elementos probantes juntados aos autos e o confronto com as premissas estabelecidas.

Gabarito: C

AUDITORIA CONTÁBIL/CONTROLADORIA

198. De acordo com a NBC TA 500 (R1) – Evidência de Auditoria, ao estabelecer e executar procedimentos de auditoria, o auditor deve considerar as seguintes características das informações a serem utilizadas como evidência de auditoria, incluindo informações obtidas de fonte de informações externa:

- A) relevância e confiabilidade.
- B) verificabilidade e relevância.
- C) tempestividade e verificabilidade.
- D) compreensibilidade e oportunidade.

Comentários:

Conforme a NBC TA 500 (R1):

*7. Ao estabelecer e executar procedimentos de auditoria, o auditor deve considerar a **relevância e a confiabilidade** das informações a serem utilizadas como evidência de auditoria, incluindo informações obtidas de fonte de informações externa..*

Gabarito: A

199. Avalie se os riscos não resultantes da amostragem, incluem:

- I. uso de procedimentos de auditoria não apropriados.
- II. interpretação errônea da evidência de auditoria.
- III. não reconhecimento de uma distorção ou de um desvio.

Está correto o que se indica em

- A) I, somente.
- B) I e II, somente.
- C) I e III, somente.
- D) I, II e III.

Comentários:

Risco não resultante da amostragem é o risco de que o auditor chegue a uma conclusão errônea por qualquer outra razão que não seja relacionada ao risco de amostragem

Segundo a NBC TA 530:

A1. Os exemplos de risco não resultante da amostragem incluem o uso de procedimentos de auditoria não apropriados ou a interpretação errônea da evidência de auditoria e o não reconhecimento de uma distorção ou de um desvio.

Gabarito: D

200. Após finalizar os procedimentos planejados, revisar e analisar os papéis de trabalho e a matriz de achados de auditoria de um trabalho de auditoria financeira para o qual fora contratado, um auditor concluiu que as demonstrações contábeis apresentavam distorções relevantes. Além disso, no julgamento do auditor, os efeitos dessas distorções sobre as demonstrações contábeis eram relevantes e generalizados. De acordo com as normas de auditoria, diante dessa situação, o auditor:

- A) deve emitir uma opinião adversa;
- B) pode se abster de emitir opinião;
- C) deve emitir uma opinião com ressalva;
- D) pode emitir uma opinião não modificada;

Comentários:

Distorção relevante + efeito generalizado + evidência = Opinião adversa.

Gabarito: A

201. Durante a auditoria das demonstrações contábeis de uma entidade, o auditor supervisor identificou que um colega de equipe incluiu na documentação versões superadas de papéis de trabalho, notas que refletiam entendimento incompleto ou preliminar, além de cópias anteriores de documentos corrigidos em decorrência de erros tipográficos. De acordo com a NBC TA 230, tal inclusão é:

- A) Necessária, dado que o auditor deve documentar tudo aquilo que é relevante para a auditoria.
- B) Necessária apenas em relação às versões superadas de papéis de trabalho.
- C) Desnecessária, dado que o auditor não precisa incluir esse tipo de registro na documentação de auditoria.
- D) Desnecessária apenas no que diz respeito às cópias anteriores de documentos corrigidos em decorrência de erros tipográficos.

Comentários:

A NBC TA 230 prevê que "o auditor não precisa incluir na documentação de auditoria versões superadas de papéis de trabalho e demonstrações contábeis, notas que reflitam entendimento incompleto ou preliminar, cópias anteriores de documentos corrigidos em decorrência de erros tipográficos ou de outro tipo de documentos em duplicata." Logo, o gabarito é a letra C.

Gabarito: C

202. Um auditor externo está conduzindo um trabalho e decidiu planejar procedimentos para detectar distorções relevantes no nível de afirmações. Assinale a alternativa que traz o nome que se dá a esse tipo de procedimento e que tipos de testes eles incluem.

- A) Procedimentos substantivos - inspeção e observação.
- B) Testes de controle - inspeção e observação.
- C) Procedimentos analíticos - testes de detalhes e procedimentos substantivos.
- D) Procedimentos substantivos - testes de detalhes e procedimentos analíticos substantivos.

Comentários:

A NBC TA 330 nos apresenta as seguintes definições:

"(a) Procedimento substantivo é o procedimento de auditoria planejado para detectar distorções relevantes no nível de afirmações. Os procedimentos substantivos incluem:

- (i) testes de detalhes (de classes de transações, de saldos de contas e de divulgações); e
- (ii) procedimentos analíticos substantivos.

(b) Teste de controle é o procedimento de auditoria planejado para avaliar a efetividade operacional dos controles na prevenção ou detecção e correção de distorções relevantes no nível de afirmações."

Logo, o gabarito é a letra D.

Gabarito: D

203. No planejamento de auditoria de uma grande empresa, o auditor decide empregar a amostragem estatística para avaliar a conformidade dos registros contábeis. De acordo com a NBC TA 530, um fator que impacta diretamente o tamanho da amostra é:

- A) O prazo disponível para a conclusão dos testes de auditoria.
- B) O nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar.
- C) A experiência do auditor na realização de testes estatísticos.
- D) O volume de transações realizadas pela entidade ao longo do exercício.

Comentários:

Segundo a NBC TA 530, o risco de amostragem impacta diretamente o tamanho da amostra, pois quanto menor o risco aceito, maior deve ser a amostra. O volume de transações (alternativa D) pode influenciar a decisão do auditor, mas não é um fator determinante como o risco de amostragem. As demais opções não têm impacto direto no tamanho da amostra.

Gabarito: B

204. De acordo com a NBC TA 500 (R1) – Evidência de Auditoria, ao estabelecer e executar procedimentos de auditoria, o auditor deve considerar as seguintes características das informações a serem utilizadas como evidência de auditoria, incluindo informações obtidas de fonte de informações externa:

- A) relevância e confiabilidade.
- B) verificabilidade e relevância.
- C) tempestividade e verificabilidade.
- D) compreensibilidade e oportunidade.

Comentários:

Conforme a NBC TA 500 (R1):

*7. Ao estabelecer e executar procedimentos de auditoria, o auditor deve considerar a **relevância e a confiabilidade** das informações a serem utilizadas como evidência de auditoria, incluindo informações obtidas de fonte de informações externa.*

Gabarito: A

205. Ao elaborar o relatório de auditoria, a equipe de auditores comunicou que não foi possível responder a uma questão de auditoria porque, embora tenham empregado diversas técnicas investigativas, as fontes de informação disponíveis não eram suficientes. Nessa circunstância, o relato dos auditores constitui:

- A) Risco de auditoria.
- B) Limitação de auditoria.
- C) Opinião adversa.
- D) Abstenção de opinião.

Comentários:

Limitação da auditoria fontes de informação disponíveis não eram suficientes.

Gabarito: B

206. Avalie se os riscos não resultantes da amostragem, incluem:

- I. uso de procedimentos de auditoria não apropriados.
- II. interpretação errônea da evidência de auditoria.
- III. não reconhecimento de uma distorção ou de um desvio.

Está correto o que se indica em

- A) I, somente.
- B) I e II, somente.
- C) I e III, somente.
- D) I, II e III.

Comentários:

Risco não resultante da amostragem é o risco de que o auditor chegue a uma conclusão errônea por qualquer outra razão que não seja relacionada ao risco de amostragem.

Segundo a NBC TA 530:

A1. Os exemplos de risco não resultante da amostragem incluem o uso de procedimentos de auditoria não apropriados ou a interpretação errônea da evidência de auditoria e o não reconhecimento de uma distorção ou de um desvio.

Gabarito: D

207. Assinale a afirmativa INCORRETA:

- A) O auditor deve selecionar itens para a amostragem de forma que cada unidade de amostragem da população tenha a mesma chance de ser selecionada.
- B) Risco de amostragem é o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, pudesse ser diferente se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria.
- C) Os exemplos de risco de amostragem incluem o uso de procedimentos de auditoria não apropriados ou a interpretação errônea da evidência de auditoria e o não reconhecimento de uma distorção ou de um desvio.
- D) O auditor deve determinar o tamanho de amostra suficiente para reduzir o risco de amostragem a um nível mínimo aceitável

Comentários:

A letra C, nosso gabarito, traz exemplos do chamado risco não resultante da amostragem, que é o risco de que o auditor chegue a uma conclusão errônea por qualquer outra razão que não seja relacionada ao risco de amostragem. Todas as demais estão nos termos exatos da NBC TA 530.

Gabarito: C**208. Analise os itens a seguir:**

I. Um dos objetivos gerais do auditor é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários.

II. Como base para a opinião do auditor, as NBCs TA exigem que ele obtenha garantia de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.

III. Em geral, as distorções, inclusive as omissões, são consideradas relevantes se for razoável esperar que influenciem as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis.

Estão corretos:

- A) Apenas I
- B) Apenas II
- C) I e II
- D) Apenas III

Comentários:

Questão maldosa, extraída da NBC TA 200. Os itens I e II apresentam erros “sutis”. Vejamos:

O item I está incorreto, pois traz o objetivo da AUDITORIA (e não do AUDITOR). Apesar de, na prática, o objetivo da AUDITORIA estar alinhado ao objetivo do AUDITOR, em provas temos que nos atentar a essa diferença literal. O item II está incorreto pelo uso da expressão “**garantia**”. Diferentemente, o auditor deve obter “**segurança razoável**” de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.

O item III está correto, conforme previsão da NBC TA 200.

Gabarito: D

209. De acordo com as normas de auditoria, assinale a opção que indica o posicionamento relacionado à apresentação, no relatório do Auditor Independente, da auditoria relacionada à Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nas entidades auditadas.

- A) Deve ser referenciada em parágrafo de “Ênfase”, junto com o resumo das principais políticas contábeis adotadas.
- B) Deve ser tratada em parágrafo de “Outros Assuntos”, uma vez que a DVA é obrigatória para as companhias abertas, segundo a legislação societária brasileira, enquanto de acordo com as IFRS, deve ser considerada uma informação suplementar.
- C) Não deve ser apresentada, uma vez que, segundo a legislação societária brasileira, é obrigatória apenas para as companhias abertas, enquanto não é obrigatória de acordo com as normas internacionais.
- D) Deve ser tratada em parágrafo de “Outros assuntos”, por não ser uma demonstração obrigatória no conjunto de demonstrações contábeis e, sim, uma informação complementar para as companhias abertas, segundo a legislação societária brasileira.

Comentários:

A demonstração do valor adicionado (DVA) é obrigatória, segundo a legislação societária brasileira, somente para as companhias abertas, enquanto que de acordo com as IFRS, por não ser uma demonstração obrigatória no conjunto de demonstrações contábeis, deve ser considerada uma informação suplementar. Para simplificar a redação e o entendimento do relatório do auditor independente, a DVA deve ser tratada em parágrafo de outros assuntos, após o parágrafo da opinião, observando os exemplos apresentados nos Anexos II e III. Para manter a uniformidade dos relatórios de auditoria, a referência à DVA deve seguir essa disposição para todas as entidades.

Gabarito: B

CONTABILIDADE GERENCIAL (ANÁLISE DCS)

210. O analista Julio Cardozo deseja elaborar um documento com a situação contábil de diferentes entidades do mesmo setor. Para isso, ele analisou suas demonstrações contábeis referentes aos anos de 2023, 2024 e 2025. Para facilitar o seu trabalho, o analista não levou em consideração a atualização dos componentes das demonstrações contábeis pela inflação. Os resultados mais impactados pela não correção pela inflação diziam respeito, principalmente, à análise:

- A) horizontal;
- B) vertical;
- C) dos indicadores de liquidez geral;
- D) dos indicadores de liquidez imediata;

Comentários:

O objetivo da Análise Horizontal é demonstrar o comportamento de itens do Balanço e da Demonstração do Resultado através do tempo.

Na sua elaboração, consideramos o primeiro período como base 100, e apuramos o percentual de evolução dos períodos seguintes.

A análise horizontal pode ser feita por qualquer período de tempo: Ano, trimestres, meses, etc.

Normalmente, o símbolo % é omitido na análise Horizontal.

A análise horizontal pode ser do tipo “base fixa” ou “base móvel”.

Na “base fixa”, todos os percentuais se referem ao primeiro ano. Exemplo:

Análise Horizontal	X1 \$	%	X2 \$	%	X3 \$	%
Receita Líquida	40000	100	42800	107	45200	113

Calculando X3, temos:

$$X3 = \frac{45.200}{40.000} = 1,13 = 113\%$$

Na “base móvel”, o percentual se refere ao ano anterior:

Análise Horizontal	X1 \$	%	X2 \$	%	X3 \$	%
Receita Líquida	40000	100	42800	107	45200	106

Calculando X3, temos:

$$X3 = \frac{45.200}{42.800} = 1,06 = 106\%.$$

A análise **Horizontal** indica a **EVOLUÇÃO**, isto é, o comportamento de itens do balanço e da demonstração do resultado através do tempo. Assim, por meio dela, ficará evidente os itens impactados pela não correção pela inflação.

Gabarito: A

211. A empresa Coruja CFC S/A observou uma diminuição no índice de retorno sobre o patrimônio líquido em determinado período. Assinale a opção que indica uma possível causa para a diminuição, mantendo-se os outros fatores.

- A) Compra de ativo imobilizado, à vista.
- B) Compra de estoque, a prazo.
- C) Aumento do capital social, em dinheiro.
- D) Recebimento de um adiantamento para realizar um serviço no exercício seguinte.

Comentários:

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido (também conhecido como Retorno sobre o Capital Próprio) indica a rentabilidade do capital próprio aplicado na empresa. Deve ser comparado com outras alternativas de investimentos e com o retorno obtido por outras empresas do mesmo setor, para que se possa avaliar o desempenho da empresa sob análise. A fórmula é a seguinte:

$$RPL = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Patrimônio líquido}}$$

A Compra de ativo imobilizado, à vista.

Lançamento:

D – Imobilizado (+Ativo)

C – Disponibilidades (-Ativo)

Não houve alteração do PL nem do LL, apenas troca de saldos entre contas do ativo.

B Compra de estoque, a prazo.

Lançamento:

D – Estoque (+Ativo)

C – Fornecedores (+Passivo)

Não houve alteração do PL nem do LL, apenas troca de saldos entre contas do ativo e passivo.

C Aumento do capital social, em dinheiro.

Lançamento:

D – Disponibilidades (+Ativo)

C – Capital Social (+PL)

Houve aumento do PL. Isso provoca um denominador “Patrimônio Líquido” maior:

$$RPL \downarrow = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Patrimônio líquido} \uparrow}$$

Como resultado, o Retorno sobre o PL diminui. Este é o nosso gabarito.

D Recebimento de um adiantamento para realizar um serviço no exercício seguinte.

Lançamento:

D – Disponibilidades (+Ativo)

C – Adiantamento de Clientes (+Passivo)

Não houve alteração do PL nem do LL, apenas troca de saldos entre contas do ativo e passivo.

Gabarito: C

212. Analise as seguintes informações apresentadas pela Cia. Estratégia CFC no ano de 2025:

Solvência Geral	= 2,6
Ativo Circulante	= R\$ 10.000,00
Passivo Circulante	= R\$ 7.000,00
Índice de Liquidez Corrente (ILC)	= 1,6
Índice de Liquidez Seca (ILS)	= 1,3
Índice de Liquidez Imediata (ILI)	= 0,3
Índice de Liquidez Geral (ILG)	= 1,4

Considerando as informações mencionadas, é correto afirmar que o valor de estoque da Cia. Estratégia CFC é de

- A) R\$ 500,00.
- B) R\$ 900,00.
- C) R\$ 600,00.
- D) R\$ 700,00.

Comentários:

Vamos utilizar a fórmula da liquidez seca para obter o valor dos estoques:

A fórmula é a seguinte:

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Foi informado que:

Ativo Circulante = R\$ 10.000,00

Passivo Circulante = R\$ 7.000,00

Índice de Liquidez Seca (ILS) = 1,3

Substituindo, temos:

$$1,3 = \frac{10.000 - \text{Estoques}}{7.000}$$

$1,3 \times 7.000 = 10.000 - \text{Estoques}$

$9.100 = 10.000 - \text{Estoques}$

$\text{Estoques} = 10.000 - 9.100$

$\text{Estoques} = 900$

Gabarito: B

213. A tabela a seguir apresenta os prazos operacionais de uma empresa ao longo do ano de 2025.

Prazo médio de estocagem de matérias primas	15 dias
Prazo médio de fabricação	10 dias
Prazo médio de venda	20 dias
Prazo médio de cobrança	10 dias
Prazo médio de pagamento aos fornecedores	30 dias

Nessa empresa, o ciclo operacional e o ciclo financeiro são, respectivamente,

- A) 45 dias e 40 dias.
- B) 55 dias e 25 dias.
- C) 55 dias e 85 dias.
- D) 85 dias e 55 dias.

Comentários:

O **Ciclo Operacional** é o período que a empresa leva para comprar estoque, vender e receber. Normalmente, o Ciclo Operacional é menor nas empresas comerciais que nas empresas industriais.

As empresas comerciais normalmente possuem apenas o estoque de mercadorias. Mas as empresas industriais possuem estoques de matéria-prima, de produtos em elaboração e de produtos acabados. Dessa forma, para calcularmos o Ciclo Operacional de uma indústria, temos que calcular o PMRE de matéria-prima, de produtos em elaboração e de produtos acabados. A soma do prazo médio de rotação desses três tipos de estoque, mais o prazo médio de rotação das duplicatas a receber, indica o Ciclo Operacional das empresas industriais.

Nesta questão, ficaria assim:

Ciclo Operacional = PMRE + PMRDR = (15+10+20) dias + 10 dias = 45 dias + 10 dias = 55 dias

Vejamos agora o Ciclo Financeiro ou Ciclo de Caixa:

O **Ciclo Financeiro ou Ciclo de Caixa** é calculado da seguinte forma:

Ciclo Financeiro = Ciclo Operacional – Prazo Médio de Rotação dos Fornecedores

CF = COP – PMRF = 55 dias – 30 dias = 25 dias

Gabarito: B

214. Ao determinar o tamanho da amostra para os testes de detalhes, o auditor pode levar em consideração alguns fatores que influenciam na escolha do tamanho da amostra.

Nesse contexto, analise os fatores a seguir.

- I. Aumento na avaliação do risco de distorção relevante do auditor.**
- II. Aumento no uso de outros procedimentos substantivos direcionados à mesma afirmação.**
- III. Aumento no valor da distorção que o auditor espera encontrar na população.**
- IV. Aumento na distorção tolerável.**

De acordo com a NBC TA 530, assinale a opção que indica os fatores que têm como efeito uma redução no tamanho da amostra.

- A) I e IV, apenas.**
- B) II e IV, apenas.**
- C) I e III, apenas.**
- D) II e III, apenas.**

Comentários:

Conforme o Apêndice 3 da NBC TA 530, o aumento no uso de outros procedimentos substantivos direcionados à mesma afirmação e o aumento na distorção tolerável têm como efeito uma redução no tamanho da amostra. São fatores, portanto, que têm relação inversa com o tamanho da amostra. Já os itens I e III são fatores que possuem relação direta, ou seja, quando aumentam, o tamanho da amostra também deve aumentar.

Gabarito: B

215. No decorrer da realização de um trabalho de auditoria, um auditor estava analisando o saldo de contas a pagar da entidade auditada.

Diante da necessidade de confirmar a existência de um crédito com um fornecedor, o auditor deve

- A) aplicar procedimentos de conciliação bancária com contas a pagar.**
- B) examinar evidências internas da firma.**
- C) solicitar confirmação positiva para obter evidência de melhor qualidade**
- D) examinar os registros contábeis e a documentação hábil.**

Comentários:

O procedimento de confirmação externa serve especialmente para confirmar certos saldos contábeis, como é o caso do saldo de contas a receber, contas a pagar, estoque custodiado em poder de terceiros, saldo de dinheiro em conta corrente bancária, entre outros. Veja que esses saldos sempre se relacionam com terceiros (clientes, fornecedores, depósito/armazém, banco...). Pelo exposto, o procedimento mais aplicável ao caso em tela é a confirmação positiva (ou solicitação de confirmação positiva), uma vez que esse tipo de procedimento fornece, geralmente, evidência de auditoria mais persuasiva (ou de melhor qualidade) do que a solicitação de confirmação do tipo negativa.

Gabarito: C

216. Entre os objetivos do auditor está o de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro. Em relação ao risco de não se detectar distorções relevantes decorrentes de fraude ou de erro, assinale a afirmativa CORRETA.

- A) O risco é maior quando resultante de erro, uma vez que pode indicar uma deficiência significativa de controles internos da entidade.
- B) O risco é maior quando resultante de erro, uma vez que o erro pode indicar que os responsáveis pela direção estratégica da entidade não estão exercendo seu papel com diligência.
- C) O risco é o mesmo, independente se a distorção é decorrente de fraude ou de erro, uma vez que ambos indicam que as demonstrações contábeis não estão refletindo o que se propõe a apresentar.
- D) O risco é maior quando resultante de fraude, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou transgressão dos controles internos.

Comentários:

Segundo a NBC TA 240, o risco de não ser detectada uma distorção relevante decorrente de fraude é mais alto do que o risco de não ser detectada uma fraude decorrente de erro (*há uma evidente impropriedade nessa sentença - presente no corpo da NBC TA 240 -, fruto da tradução do inglês para o português. O que se quer dizer é que o risco de não se detectar uma distorção decorrente de FRAUDE é mais alto que o risco de não se detectar uma distorção decorrente de ERRO*).

Isso ocorre porque a fraude pode envolver esquemas sofisticados e cuidadosamente organizados, destinados a ocultá-la, tais como falsificação, omissão deliberada no registro de operações ou prestação intencional de falsas representações ao auditor. Tais tentativas de ocultação podem ser ainda mais difíceis de detectar quando associadas a um conluio.

Gabarito: D

Instruções: Para responder às questões de números 217 e 218, considere os dados, a seguir:

No exercício social encerrado em 31/12/2023 estas duas entidades apresentaram os seguintes saldos em seus respectivos Balanços Patrimoniais individuais:

Descrição	CARDOZO SA	ROSA SA	Descrição	CARDOZO SA	ROSA SA
Ativo Total	2.420.000,00	3.000.000,00	Passivo Total	2.420.000	3.000.000
Ativo Circulante	750.000,00	1.000.000,00	Passivo Circulante	120.000	100.000
Caixa e Equivalentes de Caixa	500.000,00	500.000,00	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.000	16.000
Contas a receber	175.000,00	400.000,00	Fornecedores	85.000	80.000
Estoque de Mercadorias	75.000,00	100.000,00	Obrigações Fiscais	25.000	4.000
Ativo Não Circulante	1.670.000,00	2.000.000,00	Passivo Não Circulante	400.000	0
Ativo Realizável a Longo Prazo	495.000,00	0,00	Outras Obrigações	400.000	0
Investimentos	725.000,00	0,00	Patrimônio Líquido	1.900.000	2.900.000
Imobilizado	400.000,00	2.000.000,00	Capital Social Realizado	1.500.000	2.400.000
Intangível	50.000,00	0,00	Reservas	400.000	500.000

217. Considerando apenas os dados apresentados, assinale a alternativa correta.

- A) O Capital de Giro da entidade ROSA SA é de R\$ 900.000.
- B) O Capital de Giro da entidade Cardozo SA é de R\$ 750.000.
- C) O Capital de Giro da entidade Cardozo SA superou em R\$ 250.000 o Capital de Giro da entidade ROSA SA.
- D) O Capital de Giro da entidade ROSA SA superou em R\$ 270.000 o Capital de Giro da entidade ROSA SA.

Comentários:

Capital De Giro: também chamado de Capital Circulante. É o Ativo Circulante.

Vamos calculá-los:

- Capital de Giro:

Capital De Giro = Ativo Circulante

Capital De Giro_{CARDOZO SA} = R\$ 750.000,00

Capital De Giro_{ROSA SA} = R\$ 1.000.000,00

Diferença = Capital De Giro_{ROSA SA} - Capital De Giro_{CARDOZO SA}

Diferença = R\$ 1.000.000,00 - R\$ 750.000,00 = R\$ 250.000,00

Vamos analisar cada uma das alternativas:

a) O Capital de Giro da entidade ROSA SA é de R\$ 900.000.

Errado, pois o Capital De Giro _{ROSA SA} é de R\$ 1.000.000,00.

b) O Capital de Giro da entidade Cardozo SA é de R\$ 750.000.

Esse é o nosso gabarito!

c) O Capital de Giro da entidade Cardozo SA superou em R\$ 250.000 o Capital de Giro da entidade ROSA SA.

d) O Capital de Giro da entidade ROSA SA superou em R\$ 270.000 o Capital de Giro da entidade ROSA SA.

Errados, dado que o Capital de Giro da entidade ROSA SA superou em 250.000 o Capital de Giro da entidade Cardozo SA.

Gabarito: B

218. Considerando apenas as informações apresentadas, pode-se afirmar que o Índice de Liquidez Corrente da entidade Cardozo SA é de, aproximadamente:

A) 10.

B) 1,44.

C) 5,62.

D) 6,25

Comentários:

O Índice de Liquidez Corrente mede a capacidade de a empresa pagar suas dívidas de curto prazo (passivo circulante) com os recursos de curto prazo (ativo circulante). É um índice muito utilizado e considerado como o melhor indicador da situação de liquidez da empresa.

O índice de liquidez corrente (também chamado de "Liquidez Comum") é calculado assim:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$
$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{750.000}{120.000} = 6,25 \text{ ou } 625\%$$

Gabarito: D

219.A sociedade empresária Estratégia Concursos reconheceu R\$ 500.000, a título de dividendos do período, para serem pagos no exercício seguinte. Assinale a opção que indica o impacto nos indicadores de rentabilidade do ativo e do patrimônio líquido, respectivamente.

- A) Diminuição / diminuição.
- B) Não há impacto / aumento.
- C) Não há impacto / diminuição.
- D) Aumento / não há impacto.

Comentários:

Lançamento:

D – Lucros Acumulados (-PL)

C – Dividendos a pagar (+Passivo)

Retorno sobre o Ativo

$$\text{Retorno sobre o Ativo} = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Ativo médio}}$$

Não houve alteração do ativo, apenas troca de saldos entre contas do ativo.

Retorno sobre o Patrimônio Líquido

$$RPL = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Patrimônio líquido}}$$

Houve diminuição do PL. Acarretando um denominador “Patrimônio Líquido” menor. Consequentemente, o Retorno sobre o PL aumenta.

$$RPL \uparrow = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Patrimônio líquido} \downarrow}$$

Gabarito: B

220. Uma entidade apresentava, em 31/12/2024, a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício:

DRE- 31/12/2024	800.000
Receita de Vendas	
Custo das Mercadorias Vendidas	<u>- 600.000</u>
Resultado Bruto	200.000
Despesas Operacionais	<u>- 100.000</u>
LAIR	100.000
Imposto de Renda e contribuição social	<u>- 34.000</u>
Lucro Líquido	66.000

Sobre os índices de margem bruta e de margem líquida da entidade, assinale a opção correta.

- A) A margem bruta é 8,25%, enquanto a margem líquida é 25%.
- B) A margem bruta é 12,5%, enquanto a margem líquida é 25%.
- C) A margem bruta é 25%, enquanto a margem líquida é 8,25%.
- D) A margem bruta é 25%, enquanto a margem líquida é 33%.

Comentários:

Margem Bruta:

$$MB = \frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Vendas Líquidas}} = \frac{200.000}{800.000} = 25\%$$

Margem Líquida:

$$ML = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} = \frac{66.000}{800.000} = 8,25\%$$

Assim, nota-se que a margem bruta é 25%, enquanto a margem líquida é 8,25%.

Instruções: Para responder às questões de números 221 e 222, considere os dados a seguir:

Uma determinada empresa apresentou o seguinte Balanço Patrimonial:

Balanço Patrimonial			
Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	400.000,00	Passivo Circulante	94.000,00
Ativo Não Circulante	700.000,00	Passivo Não Circulante	172.000,00
		Patrimônio Líquido	834.000,00
Total do Ativo	1.100.000,00	Total do Passivo	1.100.000,00

Gabarito: C

221. Considerando apenas as informações apresentadas, pode-se afirmar que o Índice de Endividamento Geral da entidade é de, aproximadamente:

- A) 0,24.
- B) 0,35.
- C) 0,32.
- D) 4,13.

Comentários:

O Índice de Endividamento Geral indica a porcentagem que o endividamento representa sobre os recursos totais. Significa também qual a porcentagem do ativo total financiada com recursos de terceiros.

Indica a participação das dívidas de curto prazo em relação ao endividamento total.

O índice de endividamento geral (também conhecido como Endividamento Total) é calculado assim:

$$EG = \frac{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})}{\text{Ativo total}} = \frac{94.000 + 172.000}{1.100.000} = \frac{266.000}{1.100.000} = 0,24$$

Gabarito: A

222. Se a empresa adquirir R\$ 90.000,00 de máquinas para uso à vista, o Capital Circulante Líquido será de:

- A) R\$ 400.000,00.
- B) R\$ 306.000,00.
- C) R\$ 216.000,00.
- D) R\$ 266.000,00.

Comentários:

A contabilização da aquisição de imobilizado à vista é a seguinte:

D – Máquinas (Ativo Não Circulante)	R\$ 90.000
C – Caixa (Ativo Circulante)	R\$ 90.000

O Balanço Patrimonial, após a contabilização, fica assim:

Balanço Patrimonial			
Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	310.000,00	Passivo Circulante	94.000,00
Ativo Não Circulante	790.000,00	Passivo Não Circulante	172.000,00
		Patrimônio Líquido	834.000,00
Total do Ativo	1.100.000,00	Total do Passivo	1.100.000,00

Capital Circulante Líquido = Ativo Circulante - Passivo Circulante

Capital Circulante Líquido = R\$ 310.000 - R\$ 94.000

Capital Circulante Líquido = R\$ 216.000

Gabarito: C

PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

223. O processo contábil é responsável pelo registro e controle de todos os dados monetários da empresa, o que exige a centralização de todas as informações importantes para as tomadas de decisão. Conforme CPC 26 (R1) item 9: “As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição _____, _____ e _____ da entidade.”

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- A) Interna, externa, atuária
- B) Pericial, auditoria, controle
- C) Formativa, gestora, administradora
- D) Patrimonial, financeira, desempenho

Comentários:

De acordo com o CPC 26, as demonstrações contábeis são uma representação estruturada da **posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade**. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas.

Gabarito: D

224.A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é um relatório contábil destinado a evidenciar a composição do resultado formado em um determinado período de operações da empresa. Sobre a DRE, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A entidade deve apresentar rubricas ou itens de receitas ou despesas como itens extraordinários na DRE.
- B) Quando os itens de receitas e despesas são materiais, sua natureza e montantes devem ser divulgados separadamente.
- C) As entidades que classificarem, na DRE, os gastos por função devem divulgar informação adicional sobre a natureza das despesas.
- D) A entidade deve apresentar, na DRE, uma análise das despesas utilizando uma classificação baseada na sua natureza ou na sua função dentro da entidade.

Comentários:

- a) INCORRETA - A entidade **não deve apresentar rubricas ou itens de receitas ou despesas como itens extraordinários**, quer na demonstração do resultado abrangente, quer na demonstração do resultado do período, quer nas notas explicativas.
- b) CORRETA - Quando os itens de receitas e despesas são materiais, sua natureza e montantes devem ser divulgados separadamente.
- c) CORRETA - As entidades que classificarem os gastos por função devem divulgar informação adicional sobre a natureza das despesas, incluindo as despesas de depreciação e de amortização e as despesas com benefícios aos empregados.
- d) CORRETA - A entidade deve apresentar uma análise das despesas utilizando uma classificação baseada na sua natureza, se permitida legalmente, ou na sua função dentro da entidade, devendo eleger o critério que proporcionar informação confiável e mais relevante, obedecidas as determinações legais.

Gabarito: A

225. De acordo com a NBC TG 16 (R1) – ESTOQUES, na determinação do Valor Realizável Líquido, o valor estimado das comissões da equipe de vendas necessárias para se concretizar a venda dos itens estocados deve ser tratado como:

- A) adição ao Custo.
- B) não relacionada ao Valor Realizável Líquido.
- C) redução do Custo.
- D) redução do Valor Realizável Líquido.

Comentários:

Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios **deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda.**

Gabarito: D

226. Considere:

- I. O valor anormal de desperdício de materiais, mão de obra ou outros insumos de produção.
 - II. Gastos com armazenamento de produtos em fase de processo, aguardando próxima etapa.
 - III. Despesas de comercialização, incluindo a venda e a entrega dos bens e serviços aos clientes.
- Deve compor os estoques das empresas o que consta em**

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I, apenas.

Comentários:

Exemplos de itens não incluídos no custo dos estoques e reconhecidos como despesa do período em que são incorridos:

- (a) valor anormal de desperdício de materiais, mão de obra ou outros insumos de produção;
- (b) gastos com armazenamento, a menos que sejam necessários ao processo produtivo entre uma e outra fase de produção;

- (c) despesas administrativas que não contribuem para trazer o estoque ao seu local e condição atuais; e
(d) despesas de comercialização, incluindo a venda e a entrega dos bens e serviços aos clientes.

Observe que os gastos com armazenamento do Item II da questão são entre uma fase e outra do processo produtivo, logo incorpora aos custos do estoque.

Gabarito: B

227. Uma empresa comercial adquiriu uma máquina, em 01/01/2024, por R\$ 200.000,00. Outros custos foram necessários para deixá-la no local e nas condições de funcionamento pretendidos pela administração, custando R\$ 20.000,00. O valor residual da máquina é de R\$ 40.000,00. A empresa planeja, como gestão de seus ativos, utilizá-la por oito anos, e o fabricante da máquina afirma que a vida útil média é de dez anos. Considerando as informações apresentadas, e sabendo que o contador utiliza o método linear, a despesa de depreciação anual será de:

- A) R\$ 18.000,00;
B) R\$ 22.500,00.
C) R\$ 20.000,00;
D) R\$ 22.000,00;

Comentários:

Depreciação = Valor depreciável/vida útil

Valor depreciável = Valor de aquisição – Valor residual

Valor depreciável = (200.000 + 20.000) – 40.000 = 180.000

A vida útil é o tempo que a empresa espera utilizar o bem, portanto 8 anos.

Depreciação = 180.000/8 = 22.500

Gabarito: B

228. Uma entidade possuía, em 31/12/2023, dois terrenos, que estavam contabilizados em seu ativo imobilizado, por R\$ 1.000.000 e R\$ 1.300.000.

Em 2024 a entidade transferiu os dois terrenos para a conta Propriedade para Investimento, pois a intenção passou a ser valorização do capital.

Na data da transferência, o valor justo de cada um dos terrenos era de R\$ 1.100.000.

Assinale a opção que indica o efeito da contrapartida do reconhecimento do valor justo dos dois terrenos.

- A) Diminuição de R\$ 100.000 em ajustes de avaliação patrimonial.
- B) Aumento de R\$ 100.000 em resultado do exercício.
- C) Diminuição de R\$ 200.000 em resultado do exercício.
- D) Aumento de R\$ 100.000 em ajustes de avaliação patrimonial e diminuição de R\$ 200.000 no resultado do exercício.

Comentários:

Na **Transferência de Ativo Imobilizado para Propriedade para Investimento** que passe a ser avaliada pelo valor justo, a diferença acumulada até a transferência deve ser registrada:

Se negativa -> RESULTADO

Se positiva -> AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Terreno 1 – 1.000.000 para 1.100.000 – AUMENTOU - logo a diferença de 100.00 será em AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Terreno 2 – 1.300.000 para 1.100.000 – REDUZIU – logo a diferença de 200.000 será reconhecida no RESULTADO.

Gabarito: D

229. Uma sociedade empresária tinha 80% de participação na Cia. X. Em 30/12/X0, a sociedade empresária apresentava o seguinte balanço patrimonial:

Ativo Circulante	30.000	Patrimônio Líquido	78.000
Caixa	30.000		
Ativo não Circulante	48.000		
Investimentos			
Investimentos (Cia X)	48.000		
Ativo Total	78.000	PL Total	78.000

No ano de X0, a Cia. X auferiu lucro de R\$ 10.000 e distribuiu dividendos no total de R\$ 2.000.

Assinale a opção que indica o saldo da conta “Investimentos” no balanço patrimonial da sociedade empresária em 31/12/X0, após a apuração do lucro e o reconhecimento dos dividendos pela Cia X.

- A) R\$ 54.000.
- B) R\$ 54.400.
- C) R\$ 56.000.
- D) R\$ 57.600.

Comentários:

Reconhecimento do Lucro na Investidora

$$MEP = \text{Resultado investida} \times \% \text{ de Participação} \quad MEP = R\$ 10.000 \times 80\% = R\$ 8.000$$

D – Investimentos R\$ 8.000 (↑ ANC)

C – Resultado de Equiv. Patrimonial R\$ 8.000 (↑ Resultado)

Reconhecimento dos dividendos

D – Dividendos a Receber R\$ 1.600

C – Investimentos R\$ 1.600

O investimento que tinha um saldo inicial de R\$ 48.000 aumentou em R\$ 8.000 por conta dos lucros na investida e diminuiu em R\$ 1.600 por conta do reconhecimento dos dividendos, portanto saldo final de R\$ 54.400 (48.000 + 8.000 – 1.600).

Gabarito: B

230.A companhia Mercúrio tem como atividade principal a fabricação e comercialização de placas para painéis solares. Em 31/12/2020, adquiriu, à vista, 30% das ações da companhia Vênus, sua fornecedora de mercadorias, pelo valor de R\$ 5.000.000 e passou a ter influência significativa na sua administração. Na data da aquisição, o valor do patrimônio líquido evidenciado no balanço patrimonial da companhia Vênus era de R\$ 12.000.000 e o valor justo líquido dos ativos, deduzidos os valores justos dos passivos, era de R\$ 13.500.000. Essa diferença é decorrente de uma patente, criada pela própria companhia Vênus, e que, por isso, não estava contabilizada no ativo, mas que pode ser negociada no mercado por R\$ 1.500.000.

Na demonstração do resultado do exercício do período de 01/01/2021 a 31/12/2021, a companhia Vênus apurou lucro líquido de R\$ 500.000. Sabe-se que, no ano de 2021, a companhia Vênus realizou vendas de mercadorias no valor de R\$ 140.000 (que lhe geraram um lucro líquido de R\$ 26.400) para a companhia Mercúrio. Em 31/12/2021, as mercadorias compradas da companhia Vênus ainda estavam no estoque da companhia Mercúrio.

Em 31/12/2020, o valor da mais-valia e o valor do ágio por rentabilidade futura (goodwill) que a companhia Mercúrio registrou em razão do investimento na companhia Vênus foram, respectivamente, de:

- A) R\$ 450.000 e R\$ 950.000.
- B) R\$ 450.000 e R\$ 1.400.000.
- C) R\$ 1.400.000 e R\$ 950.000.
- D) R\$ 3.600.000 e R\$ 1.400.000.

Comentários:

MAIS-VALIA

Diferença do valor contábil para o valor justo. Como a aquisição foi de 30%, vamos ver quanto é essa diferença.

$$\text{R\$ } 12.000.000,00 \times 0,30 = \text{R\$ } 3.600.000,00$$

$$\text{R\$ } 13.500.000,00 \times 0,30 = \text{R\$ } 4.050.000,00$$

$$\text{Diferença} = \text{R\$ } 450.000,00$$

GOODWILL

Valor que é pago a maior na aquisição do investimento com expectativa de rentabilidade futura. Diferença entre o valor justo do investimento e o valor pago.

$$\text{R\$ } 13.500.000,00 \times 0,30 = \text{R\$ } 4.050.000,00$$

$$\text{Valor pago} = \text{R\$ } 5.000.000,00$$

$$\text{Diferença} = \text{R\$ } 950.000,00$$

Gabarito: A

231. A empresa SS Ltda. compra e vende relógios. Em determinado mês, a loja comprou 100 relógios de um modelo para revenda por R\$ 100,00 cada. O frete para a entrega, no montante de R\$ 600,00, foi arcado pela empresa compradora. Além disso, a empresa gastou R\$ 1.500,00 com a publicidade dos relógios. Cada relógio foi colocado à venda por R\$ 160,00. Considerando somente as informações apresentadas, qual é o valor do custo unitário do relógio até então apurado pela empresa?

- A) R\$ 100,00.
- B) R\$ 106,00.
- C) R\$ 121,00.
- D) R\$ 160,00.

Comentários:

Preço de compra: R\$ 100,00 por unidade

Frete: R\$ 600,00 no total

O gasto com publicidade (R\$ 1.500,00) não é considerado como custo do produto, mas sim como despesa do período, pois não está diretamente relacionado à aquisição dos relógios.

Cálculo do custo total:

- Custo de compra: $100 \times R\$ 100,00 = R\$ 10.000,00$
- Frete: R\$ 600,00
- Custo total: R\$ 10.600,00

Para encontrar o custo unitário, dividimos o custo total pela quantidade adquirida: $R\$ 10.600,00 \div 100 \text{ unidades} = R\$ 106,00$ por unidade, portanto, o custo unitário do relógio apurado pela empresa é de R\$ 106,00.

Gabarito: B

232. De acordo com a legislação contábil brasileira, para avaliação dos estoques que não são avaliados pelo método do preço específico deve(m) ser usado(s) o(s) método(s):

- A) PEPS (primeiro a entrar, primeiro a sair) ou UEPS (último a entrar, primeiro a sair).
- B) UEPS (último a entrar, primeiro a sair) ou média ponderada.
- C) PEPS (primeiro a entrar, primeiro a sair) ou média ponderada.
- D) Média ponderada fixa, apenas.

Comentários:

De acordo com o CPC 16 que trata dos estoques,

23. O custo dos estoques de itens que não são normalmente intercambiáveis e de bens ou serviços produzidos e segregados para projetos específicos deve ser atribuído pelo uso da identificação específica dos seus custos individuais.

24. A identificação específica do custo significa que são atribuídos custos específicos a itens identificados do estoque. Este é o tratamento apropriado para itens que sejam segregados para um projeto específico, independentemente de eles terem sido comprados ou produzidos. Porém, quando há grandes quantidades de itens de estoque que sejam geralmente intercambiáveis, a identificação específica de custos não é apropriada. Em tais circunstâncias, um critério de valoração dos itens que permanecem nos estoques deve ser usado.

25. O custo dos estoques, que não sejam os tratados nos itens 23 e 24, **deve ser atribuído pelo uso do critério Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS) ou pelo critério do custo médio ponderado**. A entidade deve usar o mesmo critério de custeio para todos os estoques que tenham natureza e uso semelhantes para a entidade. Para os estoques que tenham outra natureza ou uso, podem justificar-se diferentes critérios de valoração.

Gabarito: C

233. A empresa Coruja está adquirindo uma nova máquina em suas instalações de produção. Essa nova aquisição custou:

1. Custo de aquisição \$ 2.500.000.
2. Entrega inicial e custos de manuseio de \$ 200.000.
3. Gastos com preparação do local \$ 600.000.
4. Consultores utilizados para aconselhamento sobre a aquisição \$ 700.000.
5. Custos estimados de desmantelamento a serem incorridos após 7 anos \$ 300.000.
6. Perdas operacionais antes da produção comercial \$ 400.000.

Assinale a alternativa que totaliza os custos que podem ser capitalizados de acordo com o CPC 27.

- A) \$ 3.300.000.
- B) \$ 3.800.000.
- C) \$ 4.000.000.
- D) \$ 4.300.000.

Comentários:

16. O custo de um item do ativo imobilizado compreende:

(a) seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos; **(item 1)**

(b) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração;

(c) a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período. **(item 5)**

Exemplos de custos diretamente atribuíveis são:

(a) custos de benefícios aos empregados (tal como definidos no Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados) decorrentes diretamente da construção ou aquisição de item do ativo imobilizado;

(b) custos de preparação do local; **(item 3)**

(c) custos de frete e de manuseio (para recebimento e instalação); **(item 2)**

(d) custos de instalação e montagem;

(e) custos com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente, após dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido enquanto se coloca o ativo nesse local e condição (tais como amostras produzidas quando se testa o equipamento); e

(f) honorários profissionais. **(item 4)**

Portanto o único item que não integra o custo do imobilizado é o item 06 - Perdas operacionais antes da produção comercial \$ 400.000.

Logo,

1. Custo de aquisição \$ 2.500.000.

2. Entrega inicial e custos de manuseio de \$ 200.000.

3. Gastos com preparação do local \$ 600.000.

4. Consultores utilizados para aconselhamento sobre a aquisição \$ 700.000.

5. Custos estimados de desmantelamento a serem incorridos após 7 anos \$ 300.000.

TOTAL: R\$ 4.300.000,00

Gabarito: D

234. Analise as afirmativas a seguir relativas ao grupo Ativo Intangível do Balanço Patrimonial, tomando por base os preceitos da NBC TG04 e da Lei nº 6.404/1976.

I. No grupo Ativo Intangível, devem ser classificados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

II. Um ativo é identificado como Ativo Intangível quando for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independentemente da intenção de uso pela entidade.

III. Um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se for provável que os benefícios econômicos futuros esperados, atribuíveis ao ativo, serão gerados em favor da entidade; e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III.

Comentários:

I. No grupo Ativo Intangível, devem ser classificados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

CERTA. Lei 6.404/76, Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido

II. Um ativo é identificado como Ativo Intangível quando for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independentemente da intenção de uso pela entidade.

CERTA. CPC04, 12. Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível, quando: (a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade;

III. Um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se for provável que os benefícios econômicos futuros esperados, atribuíveis ao ativo, serão gerados em favor da entidade; e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

CERTA. CPC04, 21. Um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se: (a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade;

Gabarito: D

235. Uma organização vende seus produtos com garantia de custos de reparação para qualquer defeito de fabricação pelo prazo de 1 ano. A organização calcula que, se todos os produtos vendidos apresentarem defeitos mais complexos, irá incorrer em custos de reparação de R\$ 40.000,00, mas, se forem detectados defeitos menos complexos em todos os produtos vendidos, irá incorrer em custos de reparação de R\$ 10.000,00. A experiência passada e as expectativas futuras indicam que, para o ano de 2023, do total de produtos vendidos, 70% não apresentarão defeitos, 25% apresentarão defeitos menos complexos e 5% terão defeitos mais complexos.

Considerando somente as informações apresentadas, a organização deverá

- A) divulgar um passivo contingente de R\$ 500,00.
- B) reconhecer uma provisão passiva de R\$ 4.500,00.
- C) divulgar um passivo contingente de R\$ 10.500,00.
- D) reconhecer uma provisão passiva de R\$ 50.000,00.

Comentários:

O valor da provisão deve refletir a melhor estimativa da saída de recursos.

Provisão = $(25\% \times 10.000) + (5\% \times 40.000) = 4.500,00$.

Gabarito: B

236. Conforme a NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos, o fato de o arrendamento ser arrendamento financeiro ou arrendamento operacional depende da essência da transação, em vez da forma do contrato. Considerando esse tema, NÃO levaria o arrendamento a ser classificado como arrendamento financeiro:

- A) O arrendamento transfere a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao final do prazo do arrendamento.
- B) O arrendamento que não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente.
- C) O prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente, mesmo se a propriedade não for transferida.
- D) O arrendatário tem a opção de comprar o ativo subjacente a preço que se espera que seja suficientemente mais baixo do que o valor justo na data em que a opção se tornar exercível, para que seja razoavelmente certo, na data de celebração do arrendamento, que a opção será exercida.

Comentários:

Arrendamento financeiro transfere substancialmente todos os riscos e benefícios, enquanto o operacional não transfere.

Gabarito: B

237. A empresa Beta recebeu da prefeitura do município Gama, em 1º de janeiro de 2011, um terreno avaliado em R\$ 600.000,00, assumindo o compromisso de instalar nessa propriedade um parque fabril no valor de R\$ 4.000.000,00, com vida útil estimada de 10 anos.

Considerando essa situação, o registro contábil da doação é feito por meio de qual lançamento?

- A) Imobilizado – Terrenos
a Receita de Doação a Apropriar – R\$ 600.000,00
- B) Imobilizado – Terrenos
a Outras Receitas – R\$ 600.000,00
- C) Intangível – Terrenos
a Receitas de doação a apropriar – R\$ 600.000,00
- D) Imobilizado – Terrenos
a Ativo Diferido (AÑC) – R\$ 600.000,00

Comentários:

A subvenção recebida enquanto não atendidas todas as condições para recebimento fica em conta de passivo.

Gabarito: A

238.A Cia. CFC detém 20% das ações da Cia. CRC, o suficiente para assegurar-lhe influência significativa no processo decisório da investida. Sabe-se que no exercício de 2024, a Cia. CRC obteve Lucro Líquido de R\$ 200.000,00, tendo proposto dividendos de 20% deste valor. Diante disso, na Cia. CFC, os lançamentos contábeis referentes ao reconhecimento dos dividendos propostos pela Cia. CRC será:

- A) D – Dividendos a Receber
C– Receitas Financeiras.....8.000,00
- B) D – Dividendos a Receber
C– Investimentos em Coligadas... 8.000,00
- C) D – Investimentos em Coligadas
C– Receita de Dividendos..... 8.000,00
- D) D – Investimentos em Controladas
C- Receita de Dividendos..... 8.000,00

Comentários:

Os dividendos **recebidos da investida reduzem o valor contábil do investimento**.

Os dividendos recebidos geram o seguinte lançamento:

- D - Dividendos a receber $200.000 \times 20\% \times 20\% = 8.000,00$
- **C - Investimentos** (reduzindo o investimento pois o PL da empresa controlada irá reduzir) 8.000,00

Gabarito: B

239. A empresa JLS, que adota o sistema de inventário permanente, comprou mercadorias com objetivo de revenda, pagas 80% em dinheiro e o restante por meio de aceite de duplicatas. O valor total da nota fiscal é de R\$ 115.000,00, com a alíquota de IPI em 15% e ICMS destacado na nota fiscal com alíquota de 20%. Desta maneira, assinale a alternativa em que o lançamento contábil desta operação se apresenta **CORRETAMENTE**:

- A) D - Estoque de mercadorias R\$ 80.000,00
D - ICMS a recuperar R\$ 18.000,00
D - IPI a recuperar R\$ 15.000,00
C - Caixa R\$ 92.000,00
C - Duplicatas a pagar R\$ 23.000,00
- B) D - ICMS a recuperar R\$ 20.000,00
D - IPI a recuperar R\$ 15.000,00
C - Caixa R\$ 12.800,00
C - Duplicatas a pagar R\$ 3.200,00
- C) D - Compras R\$ 95.000,00
D - ICMS a recuperar R\$ 20.000,00
C - Caixa R\$ 92.000,00
C - Duplicatas a pagar R\$ 23.000,00
- D) D - Estoque de mercadorias R\$ 95.000,00
D - ICMS a recuperar R\$ 20.000,00
C - Caixa R\$ 92.000,00
C - Duplicatas a pagar R\$ 23.000,00

Comentários:

Quando uma empresa comercial adquire mercadorias para revender, ela recupera o ICMS e não recupera o IPI. Entretanto foi fornecido o valor da Nota Fiscal que está com IPI e precisamos encontrar a base de cálculo do ICMS que é o valor da mercadoria.

VM. = x

(+) IPI 15% X

= 215.

$X + 0,15X = 115.000$

$X = 100.000$

Valor das mercadorias = 100.000

IPI 15.000

Valor da NF 115.000

ICMS destacado 20% 100.000 = 20.000

Estoque = 100.000 + 15.000 – 20.000 = 95.000

Como a empresa adota o sistema de inventário permanente, deve ser lançado na conta estoques, e não na conta Compras (Inventário periódico).

Pagamento dessa aquisição

- 80% à vista **C - Caixa R\$ 92.000,00**
- 20% a prazo **C - Duplicatas a pagar R\$ 23.000,00**

Logo,

D – Estoques.	95.000	
D – ICMS a recuperar		20.000
C – Caixa		92.000
C- Fornecedores	23.000	

Gabarito: D

240. Em 01 de janeiro de 2023, uma empresa comprou um computador para utilizar em seus negócios por R\$ 5.000,00, sendo que o pagamento foi realizado em 5 parcelas semestrais de R\$ 1.000,00, a partir de fevereiro de 2023. Para o pagamento à vista, o valor a pagar seria de R\$ 4.600,00. O computador vinha com garantia de 1 ano e a empresa adquiriu garantia de mais 2 anos por R\$ 400,00. Além disso, o frete da entrega do computador foi de R\$ 100,00. A empresa ainda adquiriu por R\$ 200 programas básicos de computador, fundamentais para a sua operação, e R\$ 50,00 em um programa antivírus com validade de 1 ano. Em 01 de janeiro de 2023, o computador foi reconhecido no balanço patrimonial da empresa por

- A) R\$ 4.600,00.
- B) R\$ 4.900,00.
- C) R\$ 4.950,00.
- D) R\$ 5.300,00.

Comentários:

A Aquisição se deu por 5 parcelas de R\$ 1.000,00 cada, totalizando R\$ 5.000,00. Se fosse adquirido à vista, seu custo seria de R\$ 4.600,00. Devemos considerar esse último como o custo do imobilizado, visto que os juros pagos na aquisição de imobilizado só são contabilizados quando tivermos um ativo qualificado. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendida. O CUSTO É O VALOR CORRESPONDENTE À AQUISIÇÃO À VISTA.

Dessa forma, o *software* é parte integrante do imobilizado.

A aquisição de programa antivírus segue a mesma sistemática da garantia estendida, sendo classificada como intangível, devendo ser amortizada pelo período correspondente. Não deve ser contabilizado como custo do computador.

O custo do computador será composto por: Valor à vista do computador + preço dos programas adquiridos + frete: $4.600 + 200 + 100 \Rightarrow \text{R\$ } 4.900,00$

Gabarito: B

241. Uma loja vende notebooks pelo preço de R\$ 5.000,00.

Em julho de 2021, a loja vendeu trinta notebooks, sendo metade à vista e o restante no cartão de crédito, cujo recebimento será em agosto. A loja oferece garantia de um ano sobre os aparelhos vendidos. Além disso, estima que cada notebooks que apresentar defeitos maiores terá custo de reparação de R\$ 1.000,00, enquanto o que apresentar defeitos menores terá custo de R\$ 500,00 cada.

A loja possui o seguinte histórico: 10% dos notebooks têm defeitos maiores, 30% têm defeitos menores e 40% não apresentam defeitos. Em 31/07/2014, a loja deve reconhecer provisão para garantias no valor de

- A) R\$ 1.500,00.
- B) R\$ 4.200,00.
- C) R\$ 7.500,00.
- D) R\$ 10.000,00.

Comentários:

A provisão deve refletir a melhor estimativa da saída de recurso.

Caso todos os notebooks dessem defeitos maiores, a empresa gastaria 30.000(30 x 1000); como normalmente só 10% dão defeitos maiores, deve ser feita uma provisão de 10% 30.000 = 3.000,00.

Caso todos os notebooks dessem defeitos menores, a empresa gastaria 15.000(30 x 500); como normalmente só 10% dão defeitos menores, deve ser feita uma provisão de 30% 15.000 = 4.500,00.

Gabarito: C

242. Em 02/01/2019, uma empresa contratou garantia estendida por 2 anos, no valor de R\$ 400,00. Essa garantia é um direito que a empresa tem contra a fabricante contra defeitos de fabricação. Será considerado como intangível e deve ser amortizado pelo período de 2 anos e deve começar sua amortização depois de decorrido o período inicial de garantia de 1 ano. Nesse caso, não deve ser contabilizado como custo do computador.

Frete, no valor de R\$ 100,00 é custo do ativo imobilizado, uma vez que é custo incorrido para que o computador esteja na condição de uso. CUSTO

Aquisição de softwares, no valor de R\$ 200,00, os quais são fundamentais para o funcionamento do computador. Como o computador não funcionará sem esses programas, eles são contabilizados como parte do ativo imobilizado uma indústria adquiriu uma máquina por 100.000,00, que pretendia usar por 5 anos e depois doar.

Em 31/12/2019, a empresa fez um estudo e constatou que o valor gerado pelo uso da máquina seria 60.000,00 e caso vendesse obteria 70.000,00 sendo que para efetuar a venda teria um custo de 15.000.

No ano de 2020, houve uma procura muito grande por esse tipo de máquina e a empresa conseguiria, em 31/12/2020, vender por 85.000 e teria um custo com a venda de 15.000.

Assinale a opção que indica o valor contábil da máquina, em 31/12/2020, considerando que a instituição utiliza o método da linha reta para depreciar os seus ativos.

- A) R\$ 60.000.
- B) R\$ 65.000.
- C) R\$ 75.000.
- D) R\$ 85.000.

Comentários:

2019 ANTES DO TESTE

VA = 100.000

(-) DA (20.000)

VC= 80.000,00

2019 APÓS O TESTE

VA = 100.000

(-) DA (20.000)

(-) PA (20.000)

VC= 60.000,00

2020

DEPRECIACÃO = $60.000/4 = 15.000$

SITUAÇÃO ANTES DO TESTE

VA = 100.000

(-) DA (35.000)

(-) PA (20.000)

VC= 45.000,00

Foi constatado que houve uma valorização e seriam recuperados 70.000 (85.000 – 15.000), sendo esse o valor recuperável.

SITUAÇÃO APÓS O TESTE

VA = 100.000

(-) DA (35.000)

(-) PA (5.000)

VC= 60.000,00

Não foi possível reverter toda a perda, pois a reversão não pode fazer com que o valor contábil seja maior do que a situação de que nenhuma perda tenha sido reconhecida. Caso nenhuma perda tivesse sido reconhecida, teríamos o seguinte valor contábil:

Va = 100.000

(-) DA(40.000)

Vc = 60.000,00

Logo, a reversão da perda não poderia proporcionar um valor contábil maior que R\$ 60.000, sendo esse o limite do valor contábil.

Gabarito: A

243. A empresa Coruja S.A. adquiriu 80% das ações com direito a voto da Cia. Viver bem S.A. O preço pago pela aquisição foi R\$ 80.000.000,00 e a Coruja S.A. passou a deter o controle da Cia. Viver bem S.A. Sabe-se que o valor registrado no Patrimônio Líquido da Cia. Viver bem S.A. era, na data da aquisição, R\$ 80.000.000,00 e que o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era, nesta data, R\$ 90.000.000,00.

Os valores totais reconhecidos no grupo Investimentos do balanço individual da empresa Coruja S.A e a parcela correspondente ao ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, na data da aquisição, foram, respectivamente, em reais,

- A) 64.000.000,00 e 16.000.000,00.
- B) 80.000.000,00 e 8.000.000,00.
- C) 64.000.000,00 e 8.000.000,00.
- D) 64.000.000,00 e 0,00 (zero).

Comentários:

V. Pago = 80.000.000

V. Pat. = 64.000.000 (80% x PL= 80.000.000)

V. Justo = 72.000.000 (80% x Valor Justo = 90.000.000)

Mais-valia = VALOR JUSTO – VLR PATRIMONIAL

MV = 72.000.000 - 64.000.000

MV= 8.000.000

Goodwill = VLR PAGO - VLR JUSTO

GW= 80.000.000 - 72.000.000

GW= 8.000.000

Gabarito: B

244. Em 31/12/2022, uma sociedade empresária apresentava o seguinte balanço patrimonial:

Ativo		Patrimônio Líquido	
Caixa	200.000	Capital Social	180.000
Máquinas	100.000	Reserva de Lucros.	120.000
Ativo Total	300.000	PL Total	140.000

A máquina possui vida útil de 10 anos e valor residual R\$ 30.000.

A sociedade empresária construiu, de 01/01/2022 a 30/06/2022, uma máquina para utilizar em seus negócios.

A sociedade empresária incorreu nos seguintes custos na produção:

- materiais: R\$ 120.000;
- mão de obra: R\$ 200.000, sendo R\$ 140.000 com funcionários próprios, e R\$ 60.000, com funcionários terceirizados.

Além disso, utilizou a máquina que a empresa possuía durante o processo de produção. Ainda, contraiu um financiamento de longo prazo em um banco, no valor de R\$ 100.000, para pagamento em 2 anos, com juros de 10% ao semestre, para a construção da máquina.

Assinale a opção que indica o valor adicionado a distribuir da sociedade empresária, considerando apenas esses fatos.

- A) R\$ 150.000.
- B) R\$ 160.000.
- C) R\$ 220.000.
- D) R\$ 215.000.

Comentários:

Receita de construção de ativo	
Materiais	120.000
Mão de obra	200.000
Juros do empréstimo para constr. da máquina	10.000
Deprec. da máquina para constr. da máquina	8.500
insumos de 3º	
(-) Materiais	(120.000)
(-) Mão de obra de 3º	(60.000)
(=) valor adicionado bruto	158.500
(-) Depreciação	(8.5000)
(=) valor adicional líquido	150.000
(=) valor adicionado a distribuir	150.000

Gabarito: A

245. Uma empresa apresentou a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício, em 31/12/X0.

Receita de Vendas	200.000
Custo das Mercadorias Vendidas	<u>80.000</u>
Lucro Bruto	120.000
Despesas operacionais:	
Salários	- 30.000
Depreciação	- 20.000
perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	- 4.000
aluguel	- 12.000
Resultado de equivalência patrimonial	18.000
Outras receitas e despesas operacionais	
Prejuízo na venda de máquina	<u>- 20.000</u>
LAIR	40.000
IRCS	<u>- 13.600</u>
Lucro Líquido	38.400

Assinale a opção que indica o Lucro Ajustado, evidenciado na Atividade Operacional da Demonstração dos Fluxos de Caixa, pelo método indireto.

- A) R\$ 60.400
- B) R\$ 64.400
- C) R\$ 66.400
- D) R\$ 72.400

Comentários:

Lucro líquido	38.400	
+ Depreciação	20.000	
+ PECLD	4.000	
Resultado de equivalência patrimonial		(18.000)
Prejuízo venda máquina	20.000	
Lucro Ajustado	64.400	

Gabarito: B

246.A Companhia S2 S.A. está fechando seu exercício social de 2021, e recebeu algumas informações do departamento fiscal:

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social: R\$ 600.000,00

Adições Temporárias: R\$ 60.000,00

Adições Definitivas: R\$ 40.000,00

Exclusões Temporárias: R\$ 20.000,00

Exclusões Definitivas: R\$ 100.000,00

Sabe-se que a alíquota do IRPJ/CSLL é de 34%. Sabe-se também que a entidade tem o direito legal de compensar os saldos de Ativo Fiscal e Passivo Fiscal Correntes, e os saldos de Ativo Fiscal e Passivo Fiscal Diferidos, conforme orientações do Pronunciamento Técnico CPC 32.

Sendo assim, qual é o total, em reais, a ser registrado como IR corrente e IR diferido, respectivamente, na Demonstração do Resultado apresentada pela Companhia?

- A) 183.600,00 e 20.400,00
- B) 183.600,00 e 6.800,00
- C) 197.200,00 e 6.800,00
- D) 197.200,00 e 13.600,00

Comentários:

RESULTADO FISCAL:

LUCRO ANTES DO IR = 600.000

+ ADIÇÕES = 100.000

(-) EXCLUSÕES. (120.000)

LUCRO FISCAL. 580.000

IR corrente $580.000 \times 34\% = 197.200$

O imposto de Renda Diferido é decorrente das diferenças temporárias

Adições temporárias = 60.000

Exclusões temporárias = (20.000)

Diferença $40.000 \times 34\% = 13.600$

Gabarito: D

247. De acordo com as orientações da NBC TG 31 (R4) - Ativo não Circulante Mantido para a Venda e Operações Descontinuadas, a entidade deve “mensurar o ativo não circulante mantido para venda” pelo

- A) valor em uso ou o valor ajustado a valor presente mais o valor residual.
- B) valor contábil ajustado pelo valor residual menos as despesas estimadas para sua manutenção.
- C) menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.
- D) maior entre seu valor contábil e seu valor justo diminuído das despesas de distribuição.

Comentários:

De acordo com a NBC TG 31 (R4) - Ativo não Circulante Mantido para a Venda e Operações Descontinuadas, a entidade deve mensurar o ativo ou o grupo de ativos não circulantes classificado como mantido para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

Gabarito: C

248. A variação positiva do valor justo de uma Propriedade para Investimento mensurada de acordo com o modelo de valor justo deve ser contabilizado:

- A) No Passivo Circulante.
- B) No Resultado do Exercício.
- C) Na reserva de capital dentro do PL.
- D) Na conta de ajuste de avaliação patrimonial no PL.

Comentários:

De acordo com o CPC 28 – Propriedades para investimentos,

O ganho ou a perda proveniente de alteração no valor justo de propriedade para investimento deve ser reconhecido no resultado do período em que ocorre.

Gabarito: B

249. Qual é a definição de moeda estrangeira?

- A) Qualquer moeda diferente da moeda funcional da entidade.
- B) Qualquer moeda diferente da moeda de apresentação da entidade.
- C) Qualquer moeda diferente das moedas funcional e de apresentação da entidade.
- D) Qualquer moeda diferente da moeda utilizada no país sede da entidade.

Comentários:

De acordo com o CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis: Moeda estrangeira é qualquer moeda diferente da moeda funcional da entidade.

Gabarito: A**250. Um arrendatário pode optar por não aplicar os requisitos estabelecidos na NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos, quando contratar operação de arrendamento em que o ativo subjacente é de baixo valor ou em operação de arrendamento**

- A) financeiro.
- B) de curto prazo.
- C) operacional.
- D) de longo prazo.

Comentários:

Conforme NBC TG 06 (R3):

5. O arrendatário pode decidir não aplicar os requisitos dos itens 22 a 49 a:

(a) **arrendamentos de curto prazo; e**

(b) arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor

Gabarito: B

251. Com relação às provisões no contexto da Contabilidade, assinale a alternativa correta.

- A) Provisão é um passivo de prazo ou de valor certos.
- B) Ativo contingente deve ser reconhecido.
- C) Passivo contingente deve ser reconhecido.
- D) O valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação passada na data do balanço.

Comentários:

a) Provisão é um passivo de prazo ou de valor certos.

ERRADO. Em DESACORDO com o disposto no CPC 25:

*Provisão é um passivo de prazo ou de valor **incertos**.*

b) Ativo contingente ~~deve ser reconhecido~~.

ERRADO. Em DESACORDO com o disposto no CPC 25:

*31. A entidade **não deve reconhecer um ativo contingente**.*

c) Passivo contingente ~~deve ser reconhecido~~.

ERRADO. Em DESACORDO com o disposto no CPC 25:

*27. A entidade **não deve reconhecer um passivo contingente**.*

d) O valor reconhecido como provisão deve ser a ~~maior~~ estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação passada na data do balanço.

CERTO. DE ACORDO com o disposto no CPC 25:

*36. O valor reconhecido como provisão deve ser a **melhor** estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.*

Gabarito: D

252. São gastos diretamente atribuíveis ao custo de um ativo imobilizado:

- A) de frete e de manuseio para recebimento e instalação
- B) da transferência das atividades para novo local
- C) administrativos e outros indiretos
- D) de abertura de nova instalação

Comentários:

Exemplos de custos diretamente atribuíveis são:

- (a) custos de benefícios aos empregados;
- (b) custos de preparação do local;
- (c) custos de frete e de manuseio (para recebimento e instalação);
- (d) custos de instalação e montagem;
- (e) custos com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente (ou seja, avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é capaz de ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel a terceiros ou para fins administrativos);
- (f) honorários profissionais.

Gabarito: A

253.No ano de 2023, a empresa SS S.A. fez um investimento na empresa S2 Ltda., pelo método da equivalência patrimonial.

O valor do investimento inicial correspondeu a R\$ 600.000,00, equivalente a 50% do Patrimônio Líquido da Investida.

Ao final do ano de 2024, a S2 Ltda. gerou lucro no valor de R\$ 400.000,00, e o valor do seu novo patrimônio líquido aumentou para R\$ 1.600.000,00. O valor do investimento, ao final do exercício na empresa SS S.A. será, em reais, igual a

- A) 800.000.
- B) 700.000.
- C) 600.000.
- D) 1.600.00

Comentários:

PL da S2: R\$ 1.600.000,00

Como a SS S.A. tem 50%, o valor do investimento será de R\$ 800.000,00.

Gabarito: A

254. A empresa Sande controlada de Cardoso vendeu, em 30/04/2023, mercadorias para revenda para a controladora por R\$ 800.000,00, apurando um lucro na operação de R\$ 300.000,00. Em 31/12/2024, a controladora informou que, das mercadorias adquiridas, 30% ainda se encontravam em seus estoques. Com base nas informações apresentadas, em 31/12/2024, o Ajuste referente a “Lucros não Realizados” para fins de exclusão na Consolidação de forma a permitir o cálculo da Equivalência Patrimonial na controlada foi de:

- A) R\$ 300.000,00
- B) R\$ 210.000,00
- C) R\$ 90.000,00
- D) R\$ 24.000,00

Comentários:

Valor de venda: R\$ 800.000,00

Valor de custo: R\$ 500.000,00

Lucro da operação: R\$ 300.000,00

Percentual de estoques ainda em poder da controladora: 30%

Lucro não realizado: R\$ 30% x 300.000,00 = 90.000,00

Gabarito: C

255. Com relação aos Intangíveis, analise os itens a seguir:

I. Ativos Intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos ao teste de recuperabilidade.

II. Ativos Intangíveis com vida útil definida estão sujeitos ao teste de recuperabilidade anualmente.

III. O Goodwill (ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura) gerado internamente deve ser reconhecido como um ativo.

Assinale a opção correta.

- A) I e III, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) Nenhuma proposição está correta.

Comentários:

I) Falso - Ativos intangíveis com vida útil definida e indefinida estão sujeitos ao teste de recuperabilidade.

II – Falso – Ativos Intangíveis com vida útil indefinida serão submetidos ao teste de recuperabilidade somente quando houver indícios de desvalorização.

III – Falso – O Goodwill só deve ser reconhecido quando de uma compra, não deve ser reconhecido quando gerado internamente.

Gabarito: D

256. Uma sociedade anônima (ABC) adquiriu 100% de uma outra companhia (FGH) em janeiro de 2020 por 1.700.000,00. Sabe-se que o valor contábil do ativo da empresa adquirida era de R\$ 2.350.000,00 e dos seus passivos R\$ 980.000,00. Em virtude do processo de avaliação, verificou-se que um terreno da empresa adquirida registrado contabilmente por R\$ 150.000,00 possuía valor de mercado estimado em R\$ 450.000,00.

Considerando essas informações, assinale a alternativa correta sobre o reconhecimento e a mensuração da operação na adquirente (ABC).

- A) Será reconhecido um prejuízo no resultado da Cia ABC de R\$ 30.000 em virtude de ela ter pagado um valor pela FGH maior que o valor de mercado.
- B) Será reconhecido um goodwill no valor de R\$ 30.000,00 em virtude do investimento na Cia FGH.
- C) Será reconhecido um ágio na expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 330.000,00.
- D) Será reconhecida uma mais-valia por diferença de valor de mercado no valor de R\$ 330.000,00.

Comentários:

O ÁGIO MAIS VALIA representa a diferença entre a participação nos ativos líquidos identificáveis e a participação no patrimônio líquido.

O GOODWILL representa a diferença a maior entre o valor pago a participação nos ativos líquidos identificáveis.

Se por acaso o valor pago for menor do que a participação nos ativos líquidos identificáveis, tem-se a COMPRA VANTAJOSA, com registro no resultado.

Na operação em tela, temos os seguintes valores do Patrimônio Líquido:

- Valor pago: R\$ 1.700.000,00
- Valor justo: R\$ 1.670.000,00 (com adição dos 300.000 de diferença pela avaliação do valor de mercado do terreno em relação ao contábil)

- Valor contábil: R\$ 1.370.000,00 (Diferença entre o ativo e passivo)

Mais valia = 1.670.000,00 – 1.370.000,00 = 300.000,00

Goodwill = 1.700.000,00 – 1.670.000,00 = 30.000,00

Gabarito: B

257. De acordo com a NBC TG 26 (R3) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, o ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios, EXCETO:

- A) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- B) Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço.
- C) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo financeiro da entidade.
- D) É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Comentários:

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

*(a) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do **ciclo operacional** da entidade; (Item "C")*

(b) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (Item "A")

(c) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou (Item "B")

(d) é caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço (Item "D")

Observem que a realização deve se dar dentro do **ciclo OPERACIONAL** da entidade, e **não no ciclo financeiro** como propôs a banca.

Gabarito: B

258. Com base no tratamento contábil para os ativos imobilizados, relacione a Coluna 1 à Coluna 2, associando os termos às respectivas definições.

Coluna 1

1. Valor contábil.
2. Valor recuperável.
3. Valor justo.
4. Valor depreciável.

Coluna 2

- () Custo de um ativo ou outro valor que substitua o custo, menos o seu valor residual.
- () Preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
- () Valor pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas.
- () Maior valor entre o valor justo, menos os custos de venda de um ativo e seu valor em uso.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 4 – 3 – 1 – 2.
- B) 4 – 3 – 2 – 1.
- C) 3 – 4 – 1 – 2.
- D) 3 – 4 – 2 – 1.

Comentários:

(4) Custo de um ativo ou outro valor que substitua o custo, menos o seu valor residual.

Trata-se do valor depreciável, conforme CPC 27:

Valor depreciável é o custo de um ativo ou outro valor que substitua o custo, menos o seu valor residual

(3) Preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Trata-se do valor justo, conforme CPC 27:

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração

(1) Valor pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

Trata-se do valor contábil, conforme CPC 27:

Valor contábil é o valor pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

(2) Maior valor entre o valor justo, menos os custos de venda de um ativo e seu valor em uso.

Trata-se do valor recuperável, conforme CPC 27:

Valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda de um ativo e seu valor em uso.

Gabarito: A

259. Um curso de contabilidade oferece suas aulas em um prédio de dez andares, que é de sua propriedade e tem valor contábil de R\$ 2.000.000. oito andares do prédio são ocupados pelo curso de contabilidade, enquanto o nono e o décimo andares são alugados para uma autoescola. Sabendo que o imóvel pode ser desmembrado e vendido separadamente, assinale a alternativa que indica a contabilização do prédio nas Demonstrações Contábeis do curso.

- A) Ativo Realizável a Longo Prazo: R\$400.000; Ativo Imobilizado: R\$1.600.000.
- B) Propriedade para Investimento: R\$2.000.000.
- C) Ativo Imobilizado: R\$2.000.000.
- D) Propriedade para Investimento: R\$400.000; Ativo Imobilizado: R\$1.600.000.

Comentários:

Algumas propriedades compreendem uma parte que é mantida para obter rendimentos ou para valorização de capital e outra parte que é mantida para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas. Se essas partes puderem ser vendidas separadamente (ou arrendadas separadamente sob arrendamento financeiro), a entidade contabiliza as partes separadamente. Se as partes não puderem ser vendidas separadamente, a propriedade só é propriedade para investimento se uma parte insignificante for mantida para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas.

Gabarito: D

260.A Cia. S2, empresa atuante no ramo de televisores, efetua uma transação de venda para a Cia. SS em 31/03/2024. O valor à vista do lote vendido é de R\$ 120.000,00, mas os contratantes definem que o pagamento será efetuado em 24 parcelas mensais de R\$ 6.000,00, com a primeira vencendo em 01/05/2024. Ante os dados fornecidos, assinale a alternativa que representa a correta contabilização do fato na Cia. S2, na data da transação (desconsidere os registros relativos à baixa do estoque).

- A) D – Duplicatas a Receber R\$ 144.000,00
 C – Ajuste a Valor Presente de Vendas
 (conta patrimonial) R\$ 24.000,00
 C – Receita Bruta de Vendas R\$ 120.000,00
- B) D – Duplicatas a Receber R\$ 144.000,00
 D – Ajuste a Valor Presente de Vendas
 (conta de resultado) R\$ 24.000,00
 C – Receita Bruta de Vendas R\$ 120.000,00
- C) D – Duplicatas a Receber R\$ 120.000,00
 D – Ajuste a Valor Presente de Vendas
 (conta patrimonial) R\$ 24.000,00
 C – Receita Bruta de Vendas R\$ 144.000,00
- D) D – Duplicatas a Receber R\$ 144.000,00
 C – Receita Bruta de Vendas R\$ 144.000,00

Comentários:

Como o pagamento será em 12 parcelas mensais de R\$ 12.000,00, o valor total a ser recebido pela Cia. S2 será de **R\$ 144.000,00**.

$$24 \text{ parcelas} \times \text{R}\$12.000 = \text{R}\$144.000$$

A diferença entre a venda à vista e a prazo vai ser Receita Financeira durante os 24 meses, no momento da venda ficará retificando as duplicatas a receber.

D – Duplicatas a Receber	R\$ 144.000 (↑↑ ATIVO)
C – Ajuste a Valor Presente	R\$ 24.000 (↓↓ ATIVO)
C – Receita Bruta de Vendas	R\$ 120.000 (↑↑ RESULTADO)

Gabarito: A

261.A Cia. S2 S.A., durante o ano de 2023, obteve lucro de R\$ 120.000,00, dos quais distribuiu dividendos de R\$ 36.000,00, entre outros, para a Cia. SS S.A., para a qual vendeu 20% de seu capital social em 2022. Considerando-se essas informações, pode-se afirmar que a Cia. SS S.A., em 31/12/2023,

- A) reconheceu receita de dividendos no valor de R\$ 24.000,00.
- B) reconheceu receita de equivalência patrimonial de R\$ 24.000,00.
- C) reconheceu aumento da participação societária em R\$ 24.000,00.
- D) reconheceu um lucro de R\$ 36.000,00.

Comentários:

A Cia. SS comprou 20% do capital da cia. S2 S.A. em 2019.

Em 2023, a Cia. S2 obteve um lucro de R\$ 120.000,00 e distribuiu R\$ 36.000,00 como dividendos.

Sabendo que se trata de equivalência patrimonial, vamos efetuar os lançamentos contábeis:

D - INVESTIMENTOS

C - RECEITA COM EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL R\$ 24.000,00

$R\$ 120.000,00 \times 0,20 = R\$ 24.000,00$

Os dividendos a receber são de $R\$ 36.000,00 \times 0,20 = R\$ 7.200,00$.

D - DIVIDENDOS A RECEBER

C - INVESTIMENTOS R\$ 7.200,00

a) reconheceu receita de dividendos no valor de R\$ 4.800,00.

ERRADO. Os dividendos a receber são de R\$ 7.200,00.

b) reconheceu receita de equivalência patrimonial de R\$ 24.000,00.

CERTO. Conforme lançamentos contábeis.

c) reconheceu aumento da participação societária em R\$ 12.000,00.

O investimento foi aumentado por causa do lucro e reduzido por conta dos dividendos

$R\$ 24.000,00 - R\$ 7.200,00 = R\$ 16.800,00$.

d) reconheceu um lucro de R\$ 36.000,00.

ERRADO. Receita com MEP de R\$ 24.000,00.

Gabarito: B

262. Considere que a Cia. ABC possuía 80% de participação da Cia. XYZ e no final do período as duas empresas apresentavam os balanços patrimoniais descritos abaixo.

CONTAS	ABC	XYZ
Caixa/Bancos	810,00	450,00
Estoques	1.890,00	1.280,00
Investimentos na Cia. XYZ	800,00	0
Fornecedores	1.150,00	730,00
Capital	2.000,00	1.000,00
Reservas de Lucros	150,00	0

Assinale a alternativa que indica, respectivamente, o valor do ativo total consolidado e o valor da participação dos não controladores.

- A) R\$ 2.830,00 e R\$ 800,00
- B) R\$ 3.300,00 e R\$ 800,00
- C) R\$ 4.430,00 e R\$ 200,00
- D) R\$ 5.030,00 e R\$ 200,00

Comentários:

O ativo consolidado é a soma dos ativos das duas empresas, deduzido da participação societária que é eliminada na consolidação.

CONTAS	ABC	XYZ	Consolidado
Caixa/Bancos	810,00	450,00	1.260,00
Estoques	1.890,00	1.280,00	3.170,00
Investimentos na Cia. XYZ	800,00	0	0
ATIVO CONSOLIDADO			4.430,00

Tendo em vista que os sócios controladores possuem 80% das ações, a participação dos minoritários é de 20%.
 $20\% \times 1000 \text{ (PL da investida)} = 200$

Gabarito: C

263. Assinale a alternativa que indica quando uma provisão deve ser reconhecida no balanço patrimonial.

- A) Quando a probabilidade do evento for possível que haverá uma saída de recursos e ser realizada uma estimativa confiável.
- B) Quando a probabilidade for possível e remota que haverá uma saída de recursos e ser realizada uma estimativa confiável.
- C) Quando as probabilidades dos eventos forem prováveis e possíveis que existirão saídas de recursos e possam ser realizadas estimativas confiáveis.
- D) Quando a probabilidade do evento for provável que existirá saída de recursos e possa ser realizada uma estimativa confiável.

Comentários:

As provisões devem ser reconhecidas quando estiverem presentes os três requisitos abaixo:

- a. Exista uma obrigação presente (formalizada ou não) resultante de eventos passados;

- b. Seja **provável (mais que 50% de possibilidade)** uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para a extinção da obrigação.
- c. Seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação;

Gabarito: D

264. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, assinale a alternativa que indique apenas despesas classificadas de acordo com o método da função, em uma empresa industrial.

- A) custo dos serviços prestados e despesas de depreciação
- B) despesas de salários e despesas financeiras
- C) despesas de publicidade e consumo de matérias-primas
- D) despesas de amortização e despesas com perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa

Comentários:

Compete à entidade apresentar uma análise das despesas utilizando uma classificação baseada **na sua natureza ou na sua função** dentro da entidade. Ela deve eleger o método que forneça informações relevantes e confiáveis.

Método da NATUREZA da despesa: as despesas são agregadas na demonstração do resultado de acordo com sua natureza (por exemplo: depreciações, compras de materiais, despesas com transporte, benefícios a empregados e despesas com publicidade) e não são realocadas entre as várias funções dentro da entidade.

Método da FUNÇÃO da despesa: as despesas são agregadas de acordo com sua função, como parte do custo dos produtos e serviços vendidos, por exemplo, das despesas de distribuição ou das atividades administrativas. No mínimo, a entidade deve divulgar o custo dos produtos e serviços vendidos, segundo esse método, separadamente de outras despesas. No Brasil, a **DRE pela Lei das S.A. adota o método da despesa por função.**

Vejamos a alternativa que indica apenas classificação de despesas pelo método da função:

- a) **despesas comerciais e despesas administrativas**

CORRETA. Função da despesa / Função da despesa

- b) **custo dos serviços prestados e ~~despesas de depreciação~~**

INCORRETA. Função da despesa / Natureza da despesa

- c) **~~despesas de salários e despesas financeiras~~**

INCORRETA. Natureza da despesa / Função da despesa

d) despesas de publicidade e consumo de matérias-primas

INCORRETA. Natureza da despesa / Natureza da despesa

e) despesas de amortização e despesas com perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa

INCORRETA. Natureza da despesa / Natureza da despesa

Gabarito: A

DIREITO TRIBUTÁRIO

265. Sobre as taxas, de acordo com as normas do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

- A) A taxa decorre do exercício regular do poder de polícia ou da utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível.
- B) É vedado à taxa assumir base de cálculo idêntica à de um imposto.
- C) As taxas podem ser instituídas e cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, dentro de suas respectivas atribuições.
- D) Na ausência de lei específica, é possível a cobrança de taxa pelo simples fato de residir o contribuinte em um determinado território.

Comentários:

De acordo com o art. 77 do CTN, a taxa só pode ser exigida se houver exercício regular do poder de polícia ou utilização de serviço público específico e divisível. Não se autoriza instituir taxa apenas pelo fato de o contribuinte estar em determinado local, sem amparo legal específico.

Letra A: Correta. Poder de polícia ou utilização de serviço público específico e divisível é pressuposto de incidência.

Letra B: Correta. O art. 77, parágrafo único, do CTN proíbe ter fato gerador ou base de cálculo idêntico ao do imposto.

Letra C: Correta. Cada ente federativo pode criar suas taxas no âmbito de sua competência.

Letra D: Errada. Não existe previsão para cobrar taxa simplesmente porque a pessoa reside em uma região, sem o correspondente poder de polícia ou serviço específico e divisível.

Gabarito: D

266. Sobre as regras de não cumulatividade e de creditamento aplicáveis aos tributos previstos nos arts. 156-A (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS) e 195, V (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), analise as assertivas a seguir e assinale a sequência correta.

- I. O IBS e a CBS observarão as mesmas regras de não cumulatividade.
- II. É permitida a apropriação de créditos de IBS e CBS, em todas as aquisições.
- III. A lei complementar poderá estabelecer hipóteses em que o aproveitamento do crédito ficará condicionado à verificação do efetivo recolhimento do imposto incidente sobre a operação.

- A) V, F, V
- B) F, V, F
- C) V, V, F
- D) F, F, V
- E) V, F, F

Comentários:

A questão refere-se aos arts. 149-B e 156-A. Vamos lá!

Item I: Verdadeiro. O art. 149-B, IV, estabelece que os tributos observarão as mesmas regras de não cumulatividade e de creditamento.

Item II: Falso. O art. 156-A, § 5º, II, permite que a lei complementar estabeleça hipóteses em que o aproveitamento do crédito ficará condicionado, indicando que nem sempre é permitido apropriar créditos.

Item III: Verdadeiro. Conforme o art. 156-A, § 5º, II, a lei complementar poderá estabelecer tais hipóteses.

Gabarito: A

267. O município X instituiu por lei ordinária um imposto sobre grandes fortunas, alegando que necessitava de novas receitas para custear suas ações sociais. Um contribuinte ajuizou ação, argumentando que essa lei municipal usurpava a competência prevista em nível federal. Nesse cenário, considerando a disciplina constitucional tributária, o Município X:

- A) Pode instituir o imposto sobre grandes fortunas, pois a Constituição permite esse tipo de imposto para todos os entes.
- B) Pode criar o imposto sobre grandes fortunas apenas se compartilhar a arrecadação com a União.
- C) Não poderia instituir esse imposto, pois a competência para tanto é exclusiva da União, por meio de lei complementar.
- D) Não poderia instituir esse imposto, pois a competência para tanto é exclusiva da União, por meio de lei.

Comentários:

Letra A: Errada (resposta). Não há autorização para que municípios instituíam imposto sobre grandes fortunas. De acordo com o art. 153 da Constituição Federal, a competência para criar imposto sobre grandes fortunas é da União, não havendo autorização para os Municípios nesse sentido.

Letra B: Errada. A competência é exclusiva da União, não cabendo compartilhamento originário nessa hipótese.

Letra C: Correta. A Constituição Federal delimita a competência para esse imposto na esfera federal. Ademais, o art. 153, estabelece que deve ser instituído por meio de lei complementar.

Letra D: Errada. A seletividade não se confunde com competência para criar imposto sobre grandes fortunas. Porém, o art. 153, estabelece que deve ser instituído por meio de lei complementar.

Gabarito: C

268. Considerando as disposições do Código Tributário Nacional sobre a natureza do tributo, assinale a alternativa correta:

- A) O tributo pode ser exigido ainda que não haja lei instituindo a sua cobrança, desde que a autoridade fiscal justifique urgência.
- B) O tributo constitui sanção de ato ilícito, uma vez que, não havendo manifestação de vontade do contribuinte, considera-se como uma punição.
- C) O tributo se caracteriza como prestação pecuniária sujeita à livre negociação entre Fisco e contribuinte.
- D) O tributo é prestação compulsória em moeda, ou cujo valor nela se possa exprimir, não constituindo sanção de ato ilícito.

Comentários:

De acordo com o art. 3º do CTN, tributo é prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito e seja instituída em lei.

Letra A: Errada. Não existe previsão que autorize a cobrança de tributo sem lei, pois a exigência de lei é obrigatória.

Letra B: Errada. O tributo, por definição, não é sanção de ato ilícito. A compulsoriedade é uma característica do tributo, e não há relação com punição.

Letra C: Errada. O valor do tributo não decorre de negociação, mas de lei.

Letra D: Correta. Está em consonância com o art. 3 do CTN, pois descreve adequadamente a natureza do tributo.

Gabarito: D

269. Segundo o Código Tributário Nacional, é correto afirmar sobre a solidariedade tributária que:

- A) A solidariedade tributária não comporta benefício de ordem.
- B) Somente as pessoas naturais podem ser solidariamente obrigadas em relação aos tributos.
- C) A solidariedade tributária permite que, em qualquer caso, a isenção ou remissão de crédito tributário exonere apenas o obrigado que a solicitou.
- D) Não há solidariedade tributária entre as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.

Comentários:

Alternativa A: Correta. No contexto da solidariedade tributária, não há benefício de ordem, segundo o art. 124, par. único do CTN.

Alternativa B: Errada. A solidariedade pode incluir pessoas naturais e jurídicas.

Alternativa C: Errada. Como regra, a isenção ou remissão pode beneficiar todos os obrigados, exceto se concedida pessoalmente a um dos obrigados. É o que prevê o art. 125, do CTN.

Alternativa D: Errada. O art. 124, do CTN, prevê que um dos casos de solidariedade é justamente quando as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.

Gabarito: A

270. De acordo com o Código Tributário Nacional, como regra, o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após:

- A) 10 anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- B) 5 anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- C) 3 anos, contados da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
- D) 2 anos, contados da data da operação de crédito tributário efetivamente realizada.

Comentários:

Alternativa A: Errada. O prazo de 10 anos não corresponde ao prazo estipulado pelo CTN para a constituição do crédito tributário. Existe até mesmo jurisprudência do STF sobre isso.

Alternativa B: Correta. O art. 173 do CTN prevê o prazo de 5 anos para a constituição do crédito tributário a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao que o lançamento poderia ter sido efetuado. É o prazo decadencial.

Alternativa C: Errada. O prazo de 3 anos não é utilizado como decadencial para fins de lançamento tributário.

Alternativa D: Errada. O prazo de 2 anos não é utilizado como decadencial para fins de lançamento tributário, conforme o CTN.

Gabarito: B

271. Conforme as regras do Código Tributário Nacional a respeito da responsabilidade tributária por infrações, a denúncia espontânea da infração:

- A) Exclui a responsabilidade por infrações, mesmo sem o pagamento do tributo devido.
- B) Exclui a responsabilidade por infrações somente com o pagamento do tributo devido e dos juros de mora.
- C) Deve ser considerada pela administração tributária, se apresentada antes do lançamento tributário.
- D) Implica em multa adicional para o contribuinte.

Comentários:

Letra A: Errado. A exclusão da responsabilidade depende do pagamento do tributo devido.

Letra B: Certo. Art. 138 estabelece que a denúncia espontânea exclui a responsabilidade com o pagamento do tributo e dos juros de mora.

Letra C: Errado. A denúncia não é considerada se apresentada após o início do procedimento administrativo (veja que não basta ser antes do lançamento).

Letra D: Errado. A denúncia espontânea não implica multa adicional.

Gabarito: B

272.No tocante às regras sobre a legislação tributária, considere a alternativa que pode preencher corretamente a definição a seguir: são normas complementares das leis, tratados e convenções internacionais, exceto:

- A) Atos normativos expedidos por autoridades administrativas.
- B) Todas as decisões de órgãos de jurisdição administrativa.
- C) Práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.
- D) Convênios celebrados entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Comentários:

Letra A: Errado. Atos normativos expedidos por autoridades administrativas são normas complementares (Art. 100, I).

Letra B: Certo. Decisões sem eficácia normativa não são normas complementares (Art. 100, II). A eficácia normativa é definida pela lei.

Letra C: Errado. Práticas reiteradas são normas complementares (Art. 100, III).

Letra D: Errado. Convênios entre os entes federativos são normas complementares (Art. 100, IV).

Gabarito: B

273. Considerando as disposições sobre o fato gerador no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- A) O fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente para a extinção do crédito tributário.
- B) O fato gerador da obrigação acessória é a situação que impõe a prática ou abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- C) O fato gerador ocorre somente quando a situação jurídica está definitivamente constituída, não representando situações de fato.
- D) A definição legal do fato gerador leva em conta a validade jurídica dos atos praticados pelos contribuintes.

Comentários:

Vamos lá! Esta questão trata do conceito de fato gerador conforme disposto nos arts. 114 e 115 do Código Tributário Nacional.

Letra A: Errada. De acordo com o art. 114 do CTN, o fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência, não para a extinção do crédito tributário.

Letra B: Correta. Conforme o art. 115 do CTN, o fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Letra C: Errada. Segundo o art. 116 do CTN, o fato gerador pode ser uma situação de fato ou jurídica; ambas são consideradas e possíveis.

Letra D: Errada. O art. 118 do CTN estabelece que a definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se da validade jurídica dos atos praticados pelos contribuintes.

Gabarito: B

274. Considerando as normas sobre isenção tributária no Código Tributário Nacional e na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta:

- A) A isenção é sempre decorrente de lei, mesmo quando prevista em contrato.
- B) A isenção pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições.
- C) A isenção, salvo disposição em contrário, não é extensiva às taxas e contribuições de melhoria.
- D) A isenção pode ser concedida por meio de decreto do Poder Executivo.

Comentários:

Esta questão aborda o tema isenção conforme os arts. 176 a 179 do CTN, e as regras da CF/88. Vamos comentar item por item.

Letra A: Correta. Conforme o art. 176 do CTN, a isenção é sempre decorrente de lei, mesmo quando prevista em contrato.

Letra B: Correta. Segundo o art. 178 do CTN, a isenção pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições.

Letra C: Correta. O art. 177, I, do CTN estabelece que, salvo disposição em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e contribuições de melhoria.

Letra D: Incorreta. A isenção somente pode ser concedida por lei específica, não por decreto, conforme exigência prevista no art. 150, § 6º, da CF/88.

Gabarito: D

275. Acerca das normas complementares da legislação tributária previstas no Código Tributário Nacional, analise as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

() São normas complementares dos decretos os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.

() As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa são sempre consideradas normas complementares.

() As práticas reiteradas pelas autoridades administrativas não são consideradas normas complementares da legislação tributária.

- A) V, V, V
- B) V, V, F
- C) V, F, F
- D) F, V, F

Comentários:

Vamos lá! Esta questão refere-se às normas complementares conforme o art. 100 do CTN.

Item I: Verdadeiro. O art. 100, I, do CTN considera os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas como normas complementares.

Item II: Falso. Segundo o art. 100, II, do CTN, as decisões dos órgãos de jurisdição administrativa com eficácia normativa (desde que atribuída pela lei) são normas complementares.

Item III: Falso. Conforme o art. 100, III, do CTN, as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas são consideradas normas complementares.

Gabarito: C

276. Com base no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta sobre a competência tributária:

- A) A competência tributária pode ser delegada por lei a outras pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- B) O não exercício da competência tributária defere a outra pessoa jurídica de direito público a sua titularidade.
- C) A atribuição de funções de arrecadar ou fiscalizar tributos constitui delegação de competência.
- D) A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, conferida a outra pessoa jurídica de direito público.

Comentários:

Esta questão aborda a indelegabilidade da competência tributária conforme os arts. 7º e 8º do CTN. Vejamos cada alternativa:

Letra A: Errada. De acordo com o art. 7º do CTN, a competência tributária é indelegável.

Letra B: Errada. Conforme o art. 8º do CTN, o não exercício da competência tributária não a defere a outra pessoa jurídica de direito público.

Letra C: Errada. O art. 7º, §3º, do CTN esclarece que a atribuição de funções não constitui delegação de competência.

Letra D: Correta. Segundo o art. 7º do CTN, a competência tributária é indelegável, exceto quanto à atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos a outra pessoa jurídica de direito público.

Gabarito: D

DIREITO DO TRABALHO

277.A CLT, visando resguardar alguns direitos básicos dos empregados, especificou em seu texto determinadas situações em que seria permitido ao funcionário ausentar-se do serviço sem prejuízo do salário ou do cálculo das férias. Assinale a opção que apresenta corretamente uma dessas situações.

- A) Para acompanhar filho de até 6 anos em consultas médicas, por 1 dia por ano.
- B) Em virtude de casamento, por até 8 dias.
- C) Em caso de falecimento de amigo íntimo, por até 3 dias.
- D) Em caso de adoção por guarda total ou compartilhada, por até 30 dias.

Comentários:

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) prevê a possibilidade de o empregado ausentar-se do serviço sem prejuízo do salário em determinadas situações específicas. A alternativa A está correta, pois a CLT permite que o trabalhador falte ao serviço por até 1 dia por ano para acompanhar filho de até 6 anos em consulta médica, conforme estabelecido no artigo 473 da CLT. Esse direito busca garantir que os empregados possam dar suporte à saúde dos filhos sem prejuízo salarial.

Alternativa B: A CLT concede licença remunerada de apenas 3 dias consecutivos em virtude de casamento, conforme o artigo 473, III, da CLT. A alternativa B, que menciona até 8 dias, está incorreta por estender o período previsto na lei.

Alternativa C: A CLT não prevê licença remunerada para o falecimento de um amigo íntimo. Esse benefício está restrito a casos de falecimento de cônjuges, pais, filhos, irmãos, ou qualquer pessoa que viva sob dependência econômica comprovada, com direito a uma ausência de 2 dias consecutivos, conforme o artigo 473, I, da CLT.

Alternativa D: A licença remunerada por adoção ou guarda judicial é garantida apenas no caso de licença-maternidade, e não há previsão específica de 30 dias como mencionado na alternativa. Para mulheres, a licença é de 120 dias e pode ser estendida a homens em casos específicos, segundo a Lei 12.873/2013.

Gabarito: A

278. Em um período de alta demanda de trabalho, decorrente da necessidade de apresentação das demonstrações contábeis do exercício, uma sociedade empresária solicita que um de seus contadores trabalhe além da jornada de trabalho convencional. A respeito do trabalho extra, com base nas regras previstas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a afirmativa correta.

- A) Não poderá exceder a uma hora diária, devendo ser remunerada em, pelo menos, 25% superior à da hora normal.
- B) Não poderá exceder a duas horas diárias, devendo ser remunerada em, pelo menos, 25% superior à da hora normal.
- C) Não poderá exceder a duas horas diárias, devendo ser remunerada em, pelo menos, 50% superior à da hora normal.
- D) Não poderá exceder a 3 horas diárias, devendo ser remunerada em, pelo menos, 25% superior à da hora normal.

Comentários:

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) permite a realização de até duas horas extras diárias, desde que haja acordo entre empregador e empregado. Além disso, essas horas extras devem ser remuneradas com um acréscimo mínimo de 50% sobre o valor da hora normal, conforme disposto no artigo 59, *caput*, da CLT. A alternativa C está correta ao seguir essa regra, garantindo a proteção ao trabalhador quanto ao limite e à remuneração de trabalho extraordinário.

Alternativa A: A CLT não prevê a limitação de uma hora extra diária, sendo permitido ao trabalhador fazer até duas horas extras por dia. Além disso, a remuneração mínima deve ser de 50% superior à da hora normal, e não 25% como indicado na alternativa.

Alternativa B: Embora a alternativa esteja correta quanto ao limite de duas horas extras diárias, ela erra ao afirmar que o adicional de remuneração é de 25%. A CLT exige, no mínimo, um adicional de 50% sobre a hora normal, o que torna esta alternativa incorreta.

Alternativa D: Esta alternativa incorretamente sugere um limite de três horas extras diárias. A legislação trabalhista brasileira impõe um limite de duas horas extras por dia, exceto em situações excepcionais.

Gabarito: C

279. O empregado que labora jornada de mais de seis horas diárias faz jus a intervalo para repouso ou alimentação, o qual será de, no mínimo:

- A) uma hora, como regra geral.
- B) duas horas, em regra.
- C) quinze minutos.
- D) trinta minutos.

Comentários:

A questão versa sobre o **intervalo intrajornada**, que é o intervalo concedido durante a jornada, para descanso e alimentação. Por exemplo, o intervalo do almoço em uma jornada de oito horas.

Nos termos do art. 71 da CLT, temos basicamente 3 situações para o intervalo intrajornada:

Jornada	Intervalo intrajornada
Igual ou inferior a 04 horas	Não há obrigatoriedade de concessão de intervalo intrajornada
Maior que 04 horas e inferior ou igual a 06 horas	Intervalo de 15 minutos
Superior a 06 horas	Intervalo de 1 a 2 horas

No caso da jornada que supera 06 horas diárias, o intervalo será, em regra, de 1 a 2 horas, demonstrando a correção da letra (A).

Gabarito: A

280. A empregada gestante faz jus à estabilidade provisória no emprego desde:

- A) o momento do parto, pelo período de um ano.
- B) a confirmação da gravidez, até 120 dias após o parto.
- C) a confirmação da gravidez, até cinco meses após o parto.
- D) a concepção, até nove meses após o parto.

Comentários:

A garantia de emprego da gestante encontra-se prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT:

ADCT, art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição:

(...)

II - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa:

(...)

b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Se a empregada engravidar durante a vigência do contrato de trabalho, não há discussão, em regra ela não poderá ser demitida, até se passarem **cinco meses após o parto**. Portanto, nosso gabarito encontra-se na **letra (C)**.

Aproveito para destacar que, nos casos em que ocorre aborto, **não** podemos falar em garantia de emprego, mas apenas em interrupção de contrato.

Gabarito: C

281. Consoante dispõe expressamente a CLT, o pagamento da remuneração das férias deverá ser efetuado até:

- A) 2 dias após o início do período de férias.
- B) 2 dias antes do início do período de férias.
- C) 5 dias úteis após o início do período de férias.
- D) 30 dias antes do início do período de férias.

Comentários:

A resposta está no art. 145 da CLT, que prevê o prazo de 2 dias antes do início das férias:

*CLT, art. 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados **até 2 (dois) dias antes** do início do respectivo período.*

Gabarito: B

282. A anotação do vínculo empregatício na CTPS é dever de todos aqueles que admitirem trabalhadores como empregados. Nesse sentido, a legislação atualmente estabelece que o prazo para anotação da CTPS é de:

- A) 48 horas.
- B) 5 dias.
- C) 5 dias úteis.
- D) 30 dias.

Comentários:

Com a alteração promovida pela Lei 13.874, no ano de 2019, o empregador passou a ter 5 dias úteis (e não mais 48h):

*CLT, art. 29. O empregador terá o prazo **de 5 (cinco) dias úteis** para anotar na CTPS, em relação aos trabalhadores que admitir, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério da Economia.*

Gabarito: C

283. Com fundamento nas disposições da CLT, NÃO integram o salário do empregado,

- A) as comissões.
- B) as gratificações ajustadas.
- C) as ajudas de custo.
- D) as percentagens.

Comentários:

A única parcela que não integra o salário do empregado, ou seja, não possui natureza salarial, mas indenizatória, é a ajuda de custo, conforme art. 457 da CLT. O valor recebido a esse título, que seria um reembolso de despesas, não é considerado salário para nenhum fim. As comissões, gratificações e percentagens são formas de pagamento do salário e o seu valor repercute em outras verbas, como 13º salário, férias, INSS, FGTS, etc.

Gabarito: C

284. Com fundamento na CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e na CF - Constituição Federal, as horas extraordinárias NÃO podem exceder

- A) duas e devem ser pagas com adicional de, no mínimo, 50% superior à hora normal.
- B) três e devem ser pagas com adicional de, no mínimo, 50% superior à hora normal.
- C) duas e devem ser pagas com adicional de, no mínimo, 25% superior à hora normal.
- D) três e devem ser pagas com adicional de, no mínimo, 25% superior à hora normal.

Comentários:

Resposta: Letra "A". O art. 59 da CLT permite a prestação de horas extras desde que não excedam a 2 horas diárias, sob pena de multa. As horas extras devem ser pagas com adicional mínimo de 50%, ou seja, o seu valor é de pelo menos 50% superior à hora normal.

Gabarito: A

285.O Regulamento da empresa “BOA” revogou vantagens deferidas a trabalhadores em Regulamento anterior. Neste caso, segundo a Súmula 51 do TST, “as cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento”. Em matéria de Direito do Trabalho, esta Súmula trata, especificamente, do Princípio da:

- A) Razoabilidade.
- B) Indisponibilidade dos Direitos Trabalhistas.
- C) Imperatividade das Normas Trabalhistas.
- D) Condição mais benéfica.

Comentários:

A alternativa **CORRETA É A LETRA “D”**, que trata do princípio da condição mais benéfica ao trabalhador. A criação por regulamento de empresa de condições mais benéficas ao trabalhador faz com que aquelas se integrem de imediato e de forma perpétua aos contratos de trabalho, formando-se verdadeiro direito adquirido. Assim, se o Regulamento da Empresa “BOA” trouxer a previsão de 14º salário, tal direito será adquirido e, mesmo que haja a revogação ou alteração do regulamento nesse ponto, tal mudança não atingirá os antigos empregados, aplicando-se apenas aos “novatos”, pois a mudança não poderia retroagir e prejudicar o empregado, já que anteriormente já havia uma condição mais benéfica para ele. Trata-se da mesma regra para o fornecimento voluntário de cesta básica aos empregados. Por se tratar de condição mais benéfica, passa a integrar os contratos, não podendo ser retirado.

Letra “A”: trata-se do princípio geral que prega atitudes adequadas, como a suspensão disciplinar por prazo razoável, a depender da falta cometida pelo empregado.

Letra “B”: trata-se da regra geral acerca da indisponibilidade dos direitos trabalhistas, ou seja, a impossibilidade do empregado renunciar aos seus direitos – art. 9º da CLT.

Letra “C”: regra acerca da natureza cogente das normas trabalhistas, que são de cunho obrigatório, não podendo haver transação na maioria das vezes, ou mesmo renúncia, como ocorre na Súmula nº 276 do TST, sobre o aviso prévio.

Gabarito: D

286. Mirna é gerente da empresa M e Gustavo é chefe de departamento da empresa G. Considerando que ambos excedem o horário normal de trabalho e que o salário do cargo de Mirna, compreendendo a gratificação de função, é inferior ao valor do respectivo salário acrescido de 30%, e que o salário do cargo de Gustavo, também compreendendo a gratificação de função, é superior ao valor do respectivo salário acrescido de 40%,

- A) somente Mirna terá direito ao pagamento das horas extras prestadas.
- B) somente Gustavo terá direito ao pagamento das horas extras prestadas.
- C) ambos terão direito às horas extras prestadas.
- D) nenhum dos empregados terá direito às horas extras prestadas.

Comentários:

A alternativa **CORRETA É A LETRA "A"**. A situação posta é facilmente resolvida pela análise do art. 62, II, § único, da CLT, que trata dos gerentes e chefes de departamento, filial, etc., que não possuem direito à percepção de horas extras. Nos termos do dispositivo celetista:

“Art. 62 - Não são abrangidos pelo regime previsto neste capítulo: (Redação dada pela Lei nº 8.966, de 27.12.1994)

(...)

II - os gerentes, assim considerados os exercentes de cargos de gestão, aos quais se equiparam, para efeito do disposto neste artigo, os diretores e chefes de departamento ou filial.

*Parágrafo único - O regime previsto neste capítulo será aplicável aos empregados mencionados no inciso II deste artigo, quando o salário do cargo de confiança, compreendendo a **gratificação de função**, se houver, for inferior ao valor do respectivo salário efetivo acrescido de **40% (quarenta por cento)**”.*

A questão é a seguinte: caso o empregado exerça efetivamente uma função de confiança, como gerente, diretor, chefe de departamento ou filial, não terá direito às horas extras desde que também receba uma gratificação de função de, pelo menos, 40% (quarenta por cento), pois tal gratificação remunera, ao mesmo tempo, a maior responsabilidade e eventual trabalho extraordinário. Caso o recebimento de gratificação de função seja menor do que o estipulado em lei (40%), fará jus o empregado às horas extras, mesmo que exerça a função de confiança, como ocorre com Mirna, que recebe 30% de gratificação. Já Gustavo não possui tal direito, pois sua gratificação está de acordo com o art. 62 da CLT.

Gabarito: A

287. Após se deparar com notícias recentes envolvendo projetos de lei coibindo a realização do aborto, Maráisa discutia com Maiara sobre os direitos trabalhistas da empregada que sofre aborto não criminoso, tendo concluído que, no caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá direito a um:

- A) repouso remunerado de 2 semanas.
- B) repouso remunerado de 30 dias.
- C) repouso remunerado de 120 dias.
- D) repouso não remunerado de 2 semanas.

Comentários:

A resposta é dada pelo artigo 395 da CLT, que prevê o direito ao repouso remunerado de 2 semanas:

CLT, Art. 395 - Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de 2 (duas) semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.

Gabarito: A

288. João é empregado da empresa Racha Conta Ltda., sendo que, na última semana, ambos se avençaram. Na extinção do contrato de trabalho mediante acordo entre empregador e empregado. Neste caso, João deverá receber:

- A) as férias integralmente.
- B) as férias pela metade.
- C) a metade do 13º salário proporcional.
- D) seguro-desemprego.

Comentários:

Na hipótese de extinção por acordo (CLT, art. 484-A), o empregado deverá receber as férias integralmente, o que torna a letra (A) correta e a letra (B), incorreta. Além disso, ele não fará jus ao seguro-desemprego e receberá o 13º salário proporcional integralmente, o que indica o erro das letras (C) e (D):



Gabarito: A

LÍNGUA PORTUGUESA

289. Todas as palavras são igualmente lindas. Nós é que as corrompemos.

Sobre a frase acima, assinale a alternativa correta:

- A) O termo 'lindas' é um adjetivo que expressa estado.
- B) A expressão 'é que', no segundo período, serve apenas para dar ênfase à oração.
- C) O Termo 'as', na primeira oração, poderia ser retirado da frase.
- D) O pronome 'as', na segunda oração, poderia ser deslocado para depois do verbo 'corrompemos'.

Comentários:

Na frase "**Nós é que as corrompemos**", a expressão "**é que**" tem uma função meramente enfática, destacando o sujeito "**Nós**". Esse tipo de construção é conhecido como **partícula expletiva** ou de **realce**, e seu uso não altera o sentido básico da frase, apenas reforça a ideia de que a responsabilidade pela corrupção das palavras recai sobre "nós".

A letra A está incorreta, pois o adjetivo 'lindas' expressa qualidade.

A letra C está incorreta, pois o artigo 'as', após o pronome 'todas' (no plural) não pode ser retirado.

A letra D está incorreta, pois o termo 'que', na oração, funciona como elemento atrativo obrigatório.

Gabarito: B

290. Assinale a frase em que a modificação de uma oração reduzida para uma desenvolvida tenha sido feita de forma *adequada*.

- A) Busco uma vida mais saudável para aproveitar melhor meus relacionamentos. // Busco uma vida mais saudável para um melhor aproveitamento dos meus relacionamentos.
- B) Certas pessoas vão embora sem deixar explicações. // Certas pessoas vão embora sem que deixassem explicações.
- C) Para ser valorizado, o operário deve comprovar sua eficiência. // Afim de que seja valorizado, o operário deve comprovar sua eficiência.
- D) É o encontro com as outras pessoas que faz a vida ter sentido. // É o encontro com as outras pessoas que faz com que a vida tenha sentido.

Comentários:

A alternativa correta é a **letra D**, pois a transformação da oração reduzida para a desenvolvida foi feita de maneira adequada, preservando o significado e a correlação verbal.

Na frase "**É o encontro com as outras pessoas que faz a vida ter sentido**", temos a construção "fazer + verbo no infinitivo" ("fazer a vida ter sentido"), que é uma estrutura válida na norma padrão. Quando transformamos essa oração reduzida em uma oração desenvolvida, obtemos "**É o encontro com as outras pessoas que faz com que a vida tenha sentido**". Aqui, a locução "**faz com que**" exige que o verbo seguinte esteja no **presente do subjuntivo** ("**tenha**"), o que torna a transformação correta e mantém o significado original.

Já nas outras alternativas, as transformações foram feitas de forma inadequada. Na opção **A**, a frase original "**Busco uma vida mais saudável para aproveitar melhor meus relacionamentos**." contém uma oração reduzida de infinitivo com ideia de finalidade ("para aproveitar"). No entanto, ao transformá-la em "**Busco uma vida mais saudável para um melhor aproveitamento dos meus relacionamentos**.", a estrutura verbal foi substituída por um substantivo ("aproveitamento"), o que não configura a presença de uma oração. Oração só existe quando há verbo.

Na alternativa **B**, a frase "**Certas pessoas vão embora sem deixar explicações**." foi transformada incorretamente para "**Certas pessoas vão embora sem que deixassem explicações**". O erro está no uso do **pretérito imperfeito do subjuntivo** ("**deixassem**"), que não é adequado para essa estrutura, pois a ideia da frase é atemporal ou presente. A forma correta seria "**sem que deixem explicações**", utilizando o **presente do subjuntivo**, que condiz com a intenção da oração original.

Por fim, na alternativa **C**, a frase "**Para ser valorizado, o operário deve comprovar sua eficiência**." foi transformada em "**Afim de que seja valorizado, o operário deve comprovar sua eficiência**". O problema aqui está na expressão "**Afim de que**", que está grafada de forma incorreta. O correto seria "**A fim de que**" (separado), pois essa expressão indica finalidade. "Afim" junto significa algo semelhante ou relacionado a algo, o que não se aplica ao contexto da frase.

Assim, apenas a alternativa **D** apresenta uma transformação correta da oração reduzida para a oração desenvolvida, respeitando as regras gramaticais e mantendo o mesmo significado da frase original.

Gabarito: D

291. Segundo o gramático Celso Cunha, os adjetivos mostram os seguintes valores: uma qualidade, uma característica, um estado ou uma relação.

Assinale a opção em que o adjetivo sublinhado não indica relação.

- A) A reabilitação carcerária tem por finalidade a reintegração do apenado ao convívio social.
- B) A inserção educacional e laboral constitui elemento indispensável ao êxito do processo de reabilitação carcerária.
- C) A carência de políticas públicas comprometidas com a ressocialização compromete significativamente a eficácia da reabilitação carcerária.
- D) A reabilitação carcerária contribui para a mitigação dos índices de reincidência criminal.

Comentários:

O adjetivo 'indispensável' indica qualidade, pois há nele um juízo de valor subjetivo por parte do autor da frase.

Gabarito: B

292. Assinale a única alternativa que não apresenta expressão com valor de causa.

- A) O paisagista trabalha serenamente, pois a cena diante de si não possui a prerrogativa de se deslocar até a tela para aferir-lhe a fidelidade estética.
- B) A História assemelha-se a uma funda: quanto mais se retrocede na análise dos fatos, maior é o alcance de suas implicações futuras.
- C) Determinados indivíduos tornam-se naturalmente o foco das atenções em eventos sociais em virtude de sua apurada capacidade de entretenimento e humor refinado.
- D) Em razão de algumas alegações inverídicas, a jornalista viu-se compelida a retratar-se publicamente para esclarecer os fatos.

Comentários:

A estrutura frasal "quanto mais se retrocede na análise dos fatos, maior é o alcance de suas implicações futuras" expressa proporcionalidade.

Já as demais alternativas apresentam expressões com valor nitidamente causal. Na letra a), a conjunção "pois" introduz a causa da tranquilidade do paisagista, funcionando como explicação para seu comportamento. A letra

c) utiliza a expressão “em virtude de”, uma locução prepositiva de natureza causal, indicando o motivo pelo qual certos indivíduos se destacam em eventos sociais. Da mesma forma, a letra d) traz a expressão “em razão de”, que também tem valor causal, justificando a atitude da jornalista ao retratar-se publicamente

Gabarito: B

293. Todas as pessoas grandes foram um dia crianças, mas poucas se lembram disso.

Sobre o trecho acima, assinale a opção correta:

- A) O artigo ‘as’ poderia ser retirado sem prejuízo para a correção.
- B) Se o termo ‘se’ fosse retirado, a frase se manteria correta, visto que o verbo em questão também pode ser não pronominal.
- C) O sujeito do verbo ‘foram’ é indeterminado
- D) A conjunção ‘mas’ expressa oposição e poderia ser substituída por ‘só que’.

Comentários:

Erro da letra A: se o artigo fosse retirado, a correção seria prejudicada.

Erro da letra B: a retirada do pronome átomo ‘se’ exigiria também a retirada da preposição ‘de’. O verbo em questão passaria ser transitivo direto.

Erro da letra C: o sujeito do verbo ‘foram’ está na frase, expresso.

Gabarito: D

294. É preciso que eu suporte duas ou três larvas se eu quiser conhecer as borboletas.

Na afirmação acima, o escritor:

- A) Discute a complexidade das interações humanas.
- B) Acredita que enfrentamos a nós mesmos como os maiores adversários.
- C) Experimenta um momento de inquietude.
- D) Apesar de interações com certas pessoas exporem falhas, ele considera que a experiência pode ser benéfica.

Comentários:

O trecho traz a necessidade de aceitar experiências menos agradáveis ou fases desafiadoras para alcançar resultados ou estados desejáveis, que são mais gratificantes ou belos. A opção mais adequada que reflete essa ideia é:

d) Apesar de interações com certas pessoas exporem falhas, ele considera que a experiência pode ser benéfica. Essa opção sugere que, apesar das dificuldades ou imperfeições que possam surgir no convívio com determinadas pessoas, o autor vê valor nessas experiências, o que se alinha com a metáfora de tolerar larvas para conhecer borboletas.

Gabarito: D

O Botafogo é bem mais que um clube - é uma predestinação celestial. Seu símbolo é uma entidade divina. Feliz da criatura que tem por guia e emblema uma estrela. Por isso é que o Botafogo está sempre no caminho certo. O caminho da luz. Feliz do clube que tem por escudo uma invenção de Deus.

295. Sobre o trecho acima, de Armando Nogueira, assinale a alternativa que faz uma afirmação incorreta.

- A) Na oração 'O Botafogo é bem mais que um clube', poderia ser inserida corretamente a expressão 'do', após o termo 'mais'.
- B) Na expressão 'invenção de Deus', a preposição 'de' não é uma exigência sintática do termo anterior.
- C) O termo 'divina', no segundo período do texto, poderia, quanto ao sentido, ser adequadamente substituído por 'celeste'.
- D) No quarto período, a expressão 'é que' poderia ser retirada do texto sem prejudicar a correção gramatical.

Comentários:

O termo 'celeste' remete a algo ligado a céu, mas sem caráter de divindade ou crença, e sim ao céu, no sentido de espaço físico.

- a) Estão as duas formas corretas: é mais que um clube / é mais do que um clube.
- b) 'de Deus' é adjunto adnominal de 'invenção', pois é quem inventa; logo, pode-se afirmar que a preposição não é exigência do termo anterior.
- d) A expressão 'é que' tem valor expletivo no contexto em que foi empregada.

Gabarito: C

296. A conjunção “e” apresenta, primariamente, valor aditivo. Dentre as alternativas abaixo, o único caso em que ela exhibe, adicionalmente, valor consecutivo é:

- A) O soldado estava ferido, e continuou lutando.
- B) Você fala mal do prefeito dessa cidade e morre em no máximo dois dias.
- C) Clara chegou ao cartório e logo foi atendida.
- D) O desfile coloriu a passarela com pierrôs, e arlequins, e colombinas.

Comentários:

Observe que ‘morrer em no máximo dois dias’ é uma consequência clara de falar mal do prefeito.

Gabarito: B

297. Assinale uma frase em que não esteja presente a linguagem objetiva.

- A) A luta por direitos iguais para as mulheres é uma luta por justiça.
- B) Mulheres são fortes, corajosas e capazes de conquistar tudo o que desejam.
- C) Precisamos continuar lutando para que todas as mulheres tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades.
- D) Que o mundo exalte e brinde o poder das múltiplas faces e essências que as mulheres irradiam.

Comentários:

O gabarito correto é a letra **d)**, porque nessa frase há uso de **linguagem conotativa**, ou seja, linguagem que emprega termos em sentido figurado, não literal. A expressão "exalte e brinde o poder das múltiplas faces e essências que as mulheres irradiam" utiliza metáforas e figurações, como "múltiplas faces" e "essências que irradiam", que não são interpretadas de maneira direta ou objetiva.

Gabarito: D

298. Assinale a alternativa em que a preposição 'para' tenha valor gramatical, sem qualquer valor semântico.

- A) Estou guardando esse dinheiro **para** uma emergência.
- B) Ele trouxe flores **para** surpreender sua namorada.
- C) A vizinhança avisou **para** a polícia que a casa estava pegando fogo.
- D) Esta roupa é muito elegante **para** um evento formal.

Comentários:

O gabarito é a letra **c)**: "A vizinhança avisou para a polícia que a casa estava pegando fogo."

Nesta frase, a preposição "para" tem **valor gramatical**, pois é usada para introduzir um **objeto indireto** ("a polícia"), que é o destinatário da ação do verbo "avisar". Nesse caso, "para" não possui um valor semântico específico, apenas cumpre a função de ligar o verbo ao seu complemento, que é a entidade a quem a ação é dirigida.

Nas outras alternativas, a preposição "para" tem **valor semântico**:

Na letra **a)**: "para uma emergência" indica **finalidade**.

Na letra **b)**: "para surpreender sua namorada" também expressa **finalidade**.

Na letra **d)**: "para um evento formal" indica **destinação**.

Gabarito: C

299. Assinale a única alternativa em que os segmentos conectados pela conjunção 'mas' apresentam real oposição.

- A) Ele estudou bastante para a prova, mas não conseguiu uma boa nota.
- B) A proposta era interessante, mas difícil de ser implementada.
- C) O dia estava ensolarado, mas ele preferiu ficar em casa.
- D) Eu queria sair para correr, mas o tempo estava ruim.

Comentários:

O gabarito é a letra **A** – "Ele estudou bastante para a prova, mas não conseguiu uma boa nota" – porque nela há uma oposição direta entre expectativa e resultado. Em geral, espera-se que uma pessoa que estude bastante obtenha uma boa nota. A conjunção "mas" estabelece uma oposição real e inesperada entre o esforço dedicado ao estudo e o resultado negativo.

Nas demais alternativas, embora a conjunção "mas" esteja presente, não há uma oposição tão nítida e direta entre expectativa e realidade.

Gabarito: A

300. Um dos problemas da escrita é o emprego desnecessário de palavras.

Assinale a frase a seguir em que não ocorre esse problema.

- A) Ele acabou perdendo o emprego por conta da sua própria postura.
- B) Ela decidiu ir para o parque com o objetivo de poder fazer uma caminhada tranquila.
- C) Eles estavam realmente convictos de que poderiam ganhar o jogo com toda a certeza.
- D) A ideia principal do texto é mostrar a importância do respeito.

Comentários:

A) "Ele acabou perdendo o emprego por conta da sua própria postura." — As palavras "acabou" e "própria" são redundantes. A frase poderia ser simplificada para: "Ele perdeu o emprego por conta de sua postura."

B) "Ela decidiu ir para o parque com o objetivo de poder fazer uma caminhada tranquila." — A expressão "com o objetivo de poder" é excessivamente longa e desnecessária. Uma versão mais clara seria: "Ela decidiu ir para o parque para fazer uma caminhada tranquila."

C) "Eles estavam realmente convictos de que poderiam ganhar o jogo com toda a certeza." — A expressão "realmente convictos" e "com toda a certeza" são redundantes.

Gabarito: D

O que você achou deste e-book?

Sua opinião é muito importante para nós! Conte-nos como foi sua experiência de estudo com este e-book.

<https://forms.gle/S8Ct7pU8QpDFKAEKA>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/q7217r>



Estratégia

Concursos

